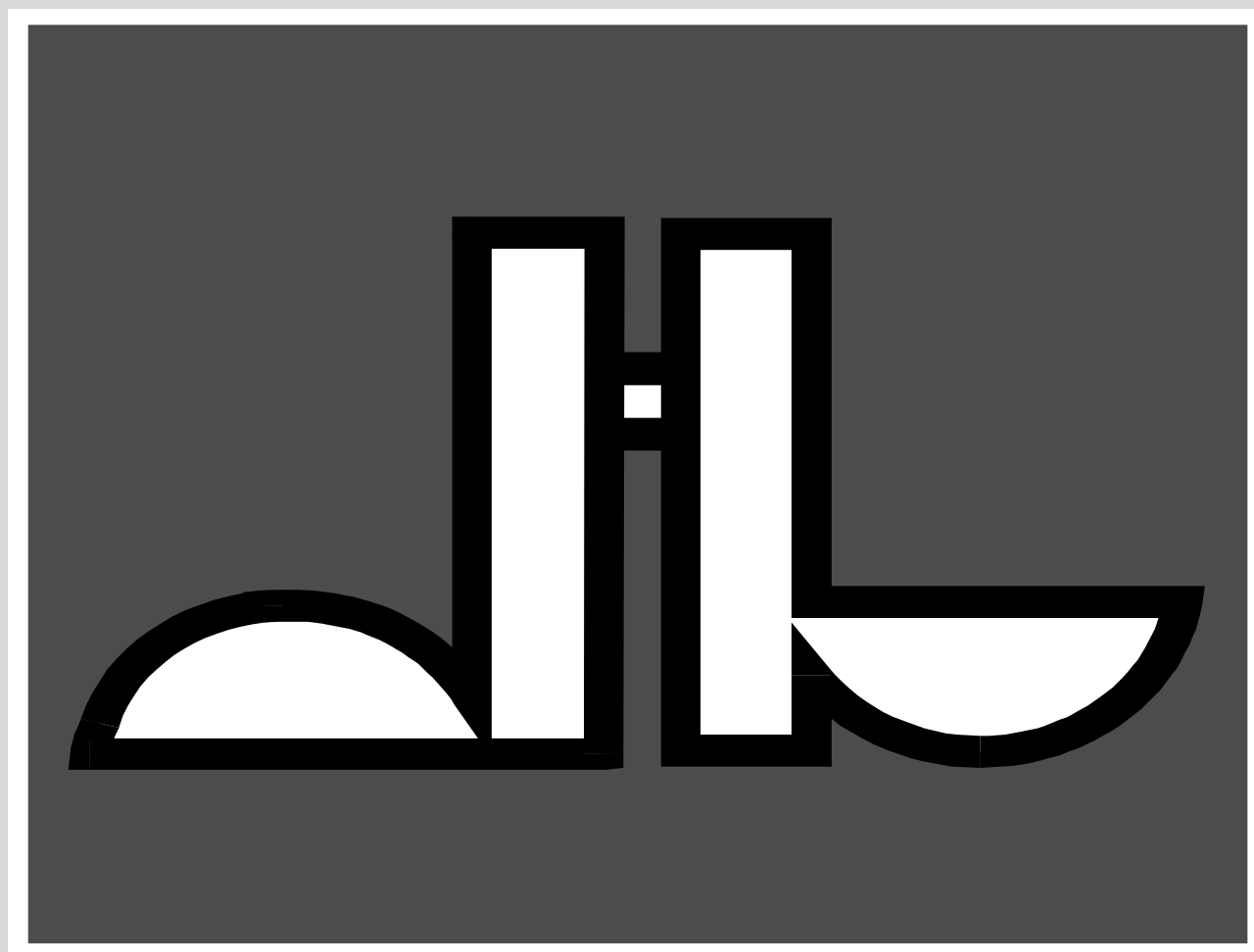




# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### MENSAGEM Nº 185, DE 2004-CN

#### (Nº 598/2004, na origem)

“Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 e § 3º do art. 92 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, informações complementares do Projeto de Lei Orçamentária para 2005 (PLN 51/2004) e o Plano de aplicação dos recursos das agências oficiais de fomento.

VOLUME I

---

ANO LIX - SUP. ' B ' AO Nº 013 - SEXTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2004 - BRASILIA-DF

---

# **MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

## **Presidente**

*Senador* **JOSÉ SARNEY** – PMDB – AP

## **1º Vice-Presidente**

*Deputado* **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PFL – PE

## **2º Vice-Presidente**

*Senador* **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

## **1º Secretário**

*Deputado* **GEDDEL VIEIRA LIMA** – PMDB – BA

## **2º Secretário**

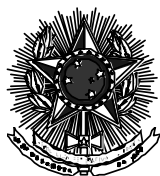
*Senador* **ALBERTO SILVA** – PMDB – PI

## **3º Secretário**

*Deputado* **NILTON CAPIXABA** – PTB – RR

## **4º Secretário**

*Senador* **SÉRGIO ZAMBIASI** – PTB – RS



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL**

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO 2005**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELACIONADAS NO**  
**ANEXO III**  
**DA LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2005**

**VOLUME I**

**Brasília, DF**  
**2004**

## **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

### **MINISTRO DE ESTADO**

*Guido Mantega*

### **SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

*Nelson Machado*

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS**

*Eduardo Carlos Scaletsky*

### **SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL**

*João Bernardo de Azevedo Bringel*

### **SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL ADJUNTO**

*Ariosto Antunes Culau*

### **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FISCAIS**

*Ana Teresa Holanda de Albuquerque*

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO ESTRATÉGICO E DE TECNOLOGIA**

*José Geraldo França Diniz*

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DA ÁREA ECONÔMICA**

*Franselmo Araújo Costa*

### **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS**

*Célia Corrêa*

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA**

*Felipe Daruich Neto*

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS**

*George Alberto Aguiar Soares*

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

Art. 10. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até 15 (quinze) dias após o envio do projeto de lei orçamentária, inclusive em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo III desta Lei.

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI**  
**ORÇAMENTÁRIA DE 2005**

I - Critérios utilizados para a discriminação na programação de trabalho do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei;

II - recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

III - detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

IV - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

VI - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos 2 (dois) anos, a execução provável em 2004 e o programado para 2005, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo;

VII - memória de cálculo das estimativas:

a) das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e Abono Salarial, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento dessas despesas, assim como o crescimento vegetativo, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo e dos demais;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

c) das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao público, e externa, em 2005;

d) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

e) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 1996, discriminando os recursos por unidade da Federação;

f) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e do montante de recursos para aplicação na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 do ADCT;

g) por fundo e programa, dos subsídios implícitos ou indiretos apurados anualmente no período 2000-2003, destacando o impacto das renegociações das dívidas com o setor rural, com estimativas para 2004 e 2005, que indicará, a título de risco fiscal, o efeito em cada item de despesas da variação da taxa básica de juros, por ponto de percentagem;

h) das receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, destacando os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação e dos demais fatores que contribuam para as estimativas, incluindo o efeito da dedução das receitas atípicas ou extraordinárias arrecadadas no período base, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos;

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos;

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

X - demonstrativo da desvinculação da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União (DRU), por imposto e contribuição e por seus adicionais e seus acréscimos legais;

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

a) os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social, indicando aqueles relativos à contribuição:

1. dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

2. (VETADO)

2. do segurado especial;
--------------------------

3. (VETADO)

3. do empregador doméstico;
-----------------------------

4. (VETADO)

4. do empregador rural - pessoa física e jurídica;
--

5. (VETADO)

5. das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional;
---

6. das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma Lei, e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido;

7. das receitas de Exportação de Produtos Rurais;

8. dos segurados em razão da instituição da CPMF;

b) os benefícios tributários concedidos por meio das leis de incentivo cultural - Leis nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993, detalhados por unidade da Federação e região, discriminando a previsão para 2004, os valores realizados nos exercícios de 2003 e 2004, até 30 de junho, a previsão para 2005 e os montantes concedidos entre 1998 e 2003;

XII - demonstrativo da receita orçamentária nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, destacando-se os seguintes agregados:

a) Receitas Primárias:

1. Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal;

Social;

2. Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para o Regime Geral da Previdência

3. Concessões e Permissões;

4. Cota-Parte das Compensações Financeiras; e

5. Demais Receitas Primárias;

b) Receitas Financeiras:

1. Operações de Crédito;

2. Receitas Próprias (fonte 80); e

3. Demais Receitas Financeiras;

XIII - receitas próprias nos 2 (dois) últimos anos, por órgão e unidade orçamentária, a execução provável para 2004 e a estimada para 2005, separando-se, para estes 2 (dois) últimos anos, as de origem financeira das de origem não-financeira utilizadas no cálculo das necessidades de financiamento do setor público federal a que se refere o inciso III do art. 11 desta Lei;

XIV - custo médio por beneficiário, por unidade orçamentária, por órgão e por Poder, dos gastos com:

a) assistência médica e odontológica;

b) auxílio-alimentação/refeição; e

c) assistência pré-escolar;

XV - estoque da dívida pública federal, interna e externa, junto ao mercado, distinguindo a de responsabilidade do Tesouro Nacional daquela do Banco Central do Brasil, bem como a do Tesouro Nacional junto àquela instituição, em 31 de dezembro dos 3 (três) últimos anos e em 30 de junho de 2004, e as previsões do estoque para 31 de dezembro de 2004 e 2005, especificando-se para cada uma delas:

a) mobiliária ou contratual;

b) tipo e série de título, no caso da mobiliária; e

c) prazos de emissão e vencimento;

XVI - resultado do Banco Central do Brasil realizado no exercício de 2003 e nos 2 (dois) primeiros trimestres de 2004, especificando os principais elementos que contribuíram para esse resultado;

XVII - demonstrativo, para fins do que estabelece o art. 39 desta Lei, das obras públicas iniciadas e inconclusas cuja execução financeira, até 30 de junho de 2004, ultrapasse 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado, contendo as seguintes informações, sem prejuízos de outras previstas nesta Lei:

a) percentual de execução e custo total estimado;

b) cronograma de execução físico-financeira, inclusive o prazo previsto de conclusão; e

c) relação das obras cuja execução se encontre interrompida no exercício em curso ou para as quais não haja previsão de dotação no projeto de lei orçamentária, indicando as razões dessa condição;

XVIII - orçamento de investimento, indicando, por empresa, as fontes de financiamento, distinguindo os recursos originários da empresa controladora e do Tesouro Nacional;

XIX - impacto da assunção das obrigações decorrentes dos empréstimos compulsórios instituídos pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, conforme determinação da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;



XX - situação atual dos créditos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - Proer, contendo os recursos utilizados com os respectivos encargos e pagamentos efetuados, por instituição devedora;

XXI - valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos 2 (dois) últimos anos, a execução provável para 2004 e as estimativas para 2005, consolidadas e discriminadas por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador dos empréstimos e fonte de recursos, evidenciando, ainda, a metodologia de elaboração dos quadros solicitados, da seguinte forma:

a) os empréstimos e financiamentos deverão ser apresentados demonstrando separadamente o fluxo das aplicações (empréstimos e financiamentos concedidos menos amortizações) e os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos;

b) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos: recursos próprios, recursos do Tesouro e recursos de outras fontes;

c) a definição do porte do tomador dos empréstimos levará em conta a classificação atualmente adotada pelo BNDES;

XXII - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais serão destinados diretamente recursos a título de subvenções, auxílios ou de contribuições correntes ou de capital no exercício de 2005, informando para cada entidade:

a) valores totais transferidos ou a transferir para a entidade nos últimos 3 (três) exercícios;

b) categoria de programação, inclusive subtítulo se houver, detalhado por elemento de despesa, que contenha a dotação proposta para o exercício;

c) prévia e específica autorização legal que ampara a transferência, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

d) se a transferência não for amparada em lei específica, deve ser identificada a finalidade e a motivação do ato, bem como a importância para o setor público de tal alocação;

XXIII - relação das dotações, detalhadas por subtítulos e elemento de despesa, destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes e de capital, não incluídas no inciso XXII, especificando os motivos da não-identificação prévia e a necessidade da transferência;

XXIV - contratações de pessoal por organismos internacionais, para desenvolver projetos junto ao governo, na situação vigente em 31 de julho de 2004 e com previsão de gastos para 2005, informando, relativamente a cada órgão:

a) organismo internacional contratante;

b) objeto do contrato;

c) categoria de programação, nos termos do art. 4º, inciso V, desta Lei, que irá atender às despesas em 2005;

d) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração com amplitude de R\$ 1.000,00 (mil reais);

e) data de início e fim do contrato com cada organismo; e

f) valor total do contrato e forma de reajuste;

XXV - a evolução do estoque e da arrecadação da Dívida Ativa da União, nos exercícios de 1997 a 2003, e as estimativas para os exercícios de 2004 e 2005, segregando-se por item de receita;

XXVI - demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - Idoc, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União, de Operações Oficiais de

Créditos e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do Siafi;

XXVII - evolução dos resultados primários das empresas estatais federais nos 2 (dois) últimos anos, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2004 e a estimada para 2005, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos;

XXVIII - estimativas das receitas de concessões e permissões, por serviço outorgado, com os valores totais e mensais;

XXIX - estimativa do montante da dívida pública federal objeto de refinanciamento, já incluídas as operações de crédito constantes do projeto de lei orçamentária para esta finalidade, nos termos do disposto no art. 29, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XXX - estimativas das receitas, por natureza e fonte, e das despesas adicionais, em cada subtítulo pertinente, decorrentes do aumento do salário-mínimo para cada 1 ponto percentual e para cada R\$ 1,00 (um real);

XXXI - estimativa do resultado do Regime Geral de Previdência Social, mês a mês, para os anos de 2004 e 2005, explicitando:

a) as contribuições previstas na alínea "a" do inciso I e no inciso II artigo 195 da Constituição Federal e o valor da contribuição previsto no inciso II do artigo 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

b) o valor dos pagamentos de benefícios e o dos pagamentos de sentenças judiciais;

XXXII - dotações, discriminadas por programas e ações destinados às Regiões Integradas de Desenvolvimento - Ride - conforme o disposto nas Leis Complementares nos 94, de 19 de fevereiro de 1998, 112, de 19 de setembro de 2001, e 113, de 19 de setembro de 2001, e ao Programa Grande Fronteira do Mercosul, nos termos da Lei no 10.466, de 29 de maio de 2002;

XXXIII - relação das dotações destinadas a sentenças judiciais, na forma de banco de dados com as informações constantes do art. 25 desta Lei;

XXXIV - conjunto de parâmetros fixados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, usados na elaboração do orçamento, ou fixados para esse efeito por outro órgão, contendo ao menos a estimativa do crescimento da massa salarial, taxa de crescimento real do PIB e PIB nominal em 2004 e 2005, e das taxas mensais, nesses 2 (dois) exercícios, de variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano média e em fim de período, variação da taxa de juros over, variação da TJLP, variação em dólar das importações, variação das aplicações financeiras, variação do volume de gasolina e de diesel comercializados, da taxa Selic, do IGP-DI, do IPCA e do INPC, cuja atualização será encaminhada em 31 de outubro de 2004 ao Congresso Nacional;

XXXV - despesas realizadas com aquisição, aluguel e licenciamento de "softwares" no exercício 2003, e as estimadas para 2004 e 2005, de acordo com informações dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

XXXVI - gastos do Fundo Nacional de Assistência Social, por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados, discriminados por serviços de ação continuada, executados nos últimos 2 (dois) anos e a execução provável em 2004, estadualizando, inclusive, os valores que constaram na lei orçamentária na rubrica Nacional e que foram transferidos para os Estados e Municípios;

XXXVII - (VETADO)

XXXVII - demonstrativo dos programas e ações incluídos no projeto de lei orçamentária para 2005 resultantes do desmembramento ou agregação de programas e ações, constantes das leis orçamentárias de 2003 e 2004, contendo a correlação entre as codificações e os títulos novos com os constantes em leis anteriores;

XXXVIII - discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados ao Programa Fome Zero;

XXXIX - as dotações cujas fontes de recursos correspondem às receitas previstas nas leis de criação das Agências Reguladoras para o financiamento das despesas para o exercício de suas atividades previstas em lei;

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

I - Critérios utilizados para a discriminação na programação de trabalho do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

**Critérios Utilizados para a Discriminação na Programação de Trabalho do Código Identificador de Resultado Primário**

(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso I do Anexo das Informações Complementares ao PLOA de 2005)

**I. Introdução**

O art. 6º, § 4º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, a LDO 2005, exige para todas as categorias de programação da despesa a inclusão de código identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo, assim discriminados:

I - financeira - 0;

II - primária obrigatória, quando conste na Seção "I" do Anexo V da LDO 2005;

III - primária discricionária, assim consideradas aquelas não incluídas na Seção "I" do Anexo V da LDO 2005.

Da mesma forma que a despesa, a LDO também exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza primária ou financeira. Neste caso, para cada natureza de receita é vinculado código identificador "P" ou "F", conforme sua natureza primária ou financeira respectivamente.

Assim sendo, são apresentados a seguir os critérios para classificação, tanto das receitas quanto das despesas, utilizados no Projeto de Lei Orçamentária para 2004.

**II. Receitas**

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes, e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias (fontes 50, excluída a arrecadada pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS), das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Já as receitas financeiras são aquelas adquiridas junto ao mercado financeiro, e são constituídas das decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras mais. As fontes de recursos relativas a estas receitas encontram-se discriminadas no Anexo I.

**III. Despesas**

Do mesmo modo que as receitas, as despesas também podem ser classificadas em primárias e financeiras.

Consideram-se como despesas financeiras, com código identificador "0" (inciso I, § 4º do art. 7º), aquelas que não pressionam o resultado primário ou aumentam o endividamento líquido do Governo no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam para o ente da Federação um direito junto ao setor privado interno e/ou externo. Estas despesas correspondem principalmente a:

- pagamento de juros e amortização de dívidas;
- concessão de empréstimos e financiamentos;
- aquisição de títulos de crédito;
- aquisição de títulos representativos de capital já integralizado; e
- para fins de programação orçamentária, as reservas de contingência, com exceção do montante de 1% da receita corrente líquida - RCL, considerado discricionário, conforme determinado pelo art. 13 da LDO 2005.

Para obtenção das mesmas no PLO 2005, basta considerar os grupos de despesa "2" e "6", referentes, respectivamente, a pagamento de juros e amortização de dívidas, mais as reservas de contingência (à exceção do 1% da RCL). Nos GNDs "3", "4" e "5" considerar as despesas elencadas no Anexo III desse relatório.

As despesas que não se enquadrem no conceito do parágrafo anterior são denominadas despesas não-financeiras ou primárias, responsáveis por financiar a oferta de serviços públicos à sociedade. A elas é atribuída código identificador "1" ou "2" conforme, respectivamente, sua natureza obrigatória ou discricionária.

A seguir, são apresentados os critérios utilizados para a obtenção dos valores das despesas primárias. Para melhor apresentação, os itens listados seguem a abertura do quadro demonstrativo de resultado primário a que se refere o inciso XI do Anexo II da LDO 2005.

1 – Os gastos primários estão classificados nos seguintes grupos de despesas, observados os comentários dos itens 2 a 5:

- 1.1 – Pessoal e Encargos Sociais – GND 1.
- 1.2 – Outras Despesas Correntes – GND 3.
- 1.3 – Investimentos – GND 4.
- 1.4 – Inversões Financeiras – GND 5.

2 – Despesa Primária normalmente considerada como dedução de receita:

2.1 – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS POR REPARTIÇÃO DA RECEITA: valores referentes às transferências de receitas federais para Estados e Municípios, determinadas por lei ou pela Constituição Federal. Correspondem à totalidade do órgão 73, à exceção das ações de transferências para o Governo do Distrito Federal e benefícios aos ex-territórios, que são consideradas no item de "Outras despesas não discricionárias".

3 – Despesas Primárias obrigatórias destacadas e classificadas com código identificador "1":

3.1 – PESSOAL – Grupo de Natureza da Despesa – GND 1 (Pessoal e Encargos Sociais), exceto as despesas com a contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos.

3.2 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – Unidade Orçamentária 33904 – Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

3.3 – DESPESAS OBRIGATÓRIAS TÍPICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – Órgão 36000 – Ministério da Saúde, exceto ações de sentenças judiciais, consideradas em “Outras despesas não discricionárias”.

3.4 – DESPESAS OBRIGATÓRIAS TÍPICAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Órgão 26000 – Ministério da Educação, exceto ações de sentenças judiciais, consideradas em “Outras despesas não discricionárias”.

4 – “Outras despesas não discricionárias”: Despesas Primárias de Custeio e Capital, consideradas como obrigatórias, classificadas com código identificador “1”, e também contidas no Anexo II.

5. – Despesas Primárias consideradas Discricionárias e classificadas com código identificador “2”:

Engloba os grupos de Despesas: “Outras Despesas Correntes” (GND 3), “Investimentos” (GND 4), e “Inversões Financeiras” (GND 5), excetuadas as despesas já relacionadas nos itens 2, 3 e 4. Ademais ressalta-se que, para a obtenção das Despesas Primárias, devem ser deduzidos dos grupos de despesas em epígrafe as ações consideradas financeiras relacionadas no Anexo III, as quais recebem código classificador “0”.

6. – Adicionalmente, para o cálculo do resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, consideram-se alguns itens não identificados na proposta orçamentária com o código classificador, conforme descrito a seguir.

#### 6.1 - Subsídio Implícito dos Fundos Regionais

Correspondem ao impacto primário dos financiamentos no âmbito dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e na parcela das inversões financeiras dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, relativas a debêntures conversíveis em ações.

A parcela primária dos financiamentos realizados com os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é calculada com base no custo de oportunidade da aplicação de tais recursos utilizando-se taxas de juros de mercado. Tal estimativa é feita pela aplicação, sobre o patrimônio líquido de cada Fundo, da diferença entre a TJLP e a taxa de retorno efetiva da carteira de financiamento, e acaba por refletir o montante de subsídios que são absorvidos pelos beneficiários desses Programas, incluindo aí taxas administrativas, rebates de juros e principal e outros benefícios mais previstos na legislação vigente.

#### 6.2 – Capitalização da EMGEA

Inclui-se na apuração do resultado primário os impactos relativos à capitalização da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA no valor de R\$ 1.050,5 milhões, conforme solicitação do Tesouro Nacional.

#### 6.3 – Capitalização dos Fundos Constitucionais

Considerou-se também o impacto relativo à capitalização dos Fundos Constitucionais no valor de R\$ 630,0 milhões, conforme solicitação do Tesouro Nacional.

6.4 – Ajuste caixa / competência - *float*

A metodologia utilizada para apuração do resultado primário se utiliza do regime contábil de caixa para apuração das despesas. Com isso, torna-se necessária adequação dos valores das despesas orçamentárias, que são programadas no Orçamento da União pelo regime contábil de competência. O *float* ora mencionado representa justamente esta adequação e, na maioria das vezes, equivale à inclusão das despesas relativas ao mês de  $dez_{t-1}$  ( $jan_t$  pelo regime caixa) e exclusão das relativas ao mês  $dez_t$  ( $jan_{t+1}$  pelo regime caixa). Particularmente, para o PLO 2004, o float se encontra apurado para os seguintes agregados de despesa:

- Transferências para FPE/FPM/IPI Estados exportadores: diferença entre as parcelas transferidas do IR e IPI de 2005 e 2004, correspondente ao repasse com base na arrecadação do último decêndio do mês de dezembro de cada ano.
- Pessoal e Encargos Sociais: diferença entre a despesa projetada para o mês de dezembro de 2005 e o mês de dezembro de 2004.
- Benefícios Previdenciários: diferença entre a despesa projetada para o mês de dezembro de 2005 e o mês de dezembro de 2004.

ANEXO I  
RECEITAS FINANCEIRAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA FONTE
143	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
144	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES
147	OPERACÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM BENS E/OU SERVICOS
148	OPERACÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA
149	OPERACÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVICOS
150	RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS - FCVS
152	RESULTADO DO BANCO CENTRAL
159	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
160	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
164	TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
169	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO
171	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB
173	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS
180	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS
187	ALIENACÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
188	REMUNERACÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL
189	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO CLUBE DE PARIS
246	OPERACÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA
247	OPERACÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM BENS E/OU SERVICOS
249	OPERACÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVICOS
280	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS
293	PRODUTO DA APLICACÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCACÃO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO II**  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
<b>Pessoal e Encargos Sociais (deversos órgãos)</b>		<b>1</b>	<b>90.827.245.395</b>
<b>01000</b>	<b>CAMARA DOS DEPUTADOS</b>		<b>92.139.408</b>
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	14.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	1.930.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	90.195.408
<b>02000</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>		<b>30.455.280</b>
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	30.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	12.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	30.413.280
<b>03000</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</b>		<b>11.516.627</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	100.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	11.416.627
<b>10000</b>	<b>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b>		<b>7.571.932</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	396.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	7.175.932
<b>11000</b>	<b>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA</b>		<b>12.562.111</b>
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	17.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	170.111
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	12.375.000
<b>12000</b>	<b>JUSTIÇA FEDERAL</b>		<b>1.125.865.224</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	505.044.349
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	5	53.646.688
06250000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	427.645.000
06250000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	5	3.306.250
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	5.987.249
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	130.235.688
<b>13000</b>	<b>JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO</b>		<b>4.545.000</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	250.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	4.295.000
<b>14000</b>	<b>JUSTIÇA ELEITORAL</b>		<b>167.097.998</b>
04130000	MANUTENCAO E OPERACAO DOS PARTIDOS POLITICOS	3	114.445.841
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	1.819.764
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	50.832.393
<b>15000</b>	<b>JUSTIÇA DO TRABALHO</b>		<b>141.219.129</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	6.503.407
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	134.715.722
<b>16000</b>	<b>JUSTICA DO DF E TERRITORIOS</b>		<b>26.260.000</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	420.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	25.840.000
<b>20000</b>	<b>PRESIDENCIA DA REPUBLICA</b>		<b>46.413.034</b>
00220000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	4.100.000
00800000	SUBVENCAO ECONOMICA AO PRECO DO OLEO DIESEL DE EMBARCACOES PESQUEIRAS	3	5.500.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	7.333.521
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	29.479.513
<b>22000</b>	<b>M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO</b>		<b>73.211.076</b>
002F0000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	36.000
00220000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	370.228
00790000	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA AOS PRODUTORES DE BORRACHA NATURAL (LEI Nº 9.479, DE 1997)	3	4.000.000
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	4.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	13.324.278
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	55.476.570
<b>24000</b>	<b>M. DA CIENCIA E TECNOLOGIA</b>		<b>38.800.287</b>
00220000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	983.990
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	113.534
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	15.868.063

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO II**  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	21.834.700
<b>25000</b>	<b>M. DA FAZENDA</b>		<b>97.935.766</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	32.860.259
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	14.940
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	10.698.895
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	54.361.672
<b>26000</b>	<b>M. DA EDUCACAO</b>		<b>3.257.312.597</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	3.588.669
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	5	143.924
00810000	APOIO A AMPLIACAO DA OFERTA DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS	3	390.213.000
03040000	COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO (FUNDEF)	3	737.803.494
05130000	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	3	1.139.999.999
05150000	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	3	281.186.710
05150000	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	4	48.813.290
09690000	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	3	270.000.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	100.132.758
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	285.430.753
<b>28000</b>	<b>M. DESENV., IND. COM. EXTERIOR</b>		<b>7.997.651</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	21.796
03600000	CONCESSAO DE SUBVENCAO ECONOMICA A AQUISICAO DE VEICULOS AUTOMOTORES MOVIDOS A ALCOOL (LEI N. 10.612, DE 23.12.2002)	3	1.000.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	2.277.117
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	4.698.738
<b>30000</b>	<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>		<b>59.399.055</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	320.888
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	15.330.179
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	43.747.988
<b>32000</b>	<b>M. DE MINAS E ENERGIA</b>		<b>143.120.507</b>
002F0000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	9.264
02640000	SUBVENCAO ECONOMICA AOS CONSUMIDORES FINAIS DE BAIXA RENDA DO SISTEMA ELETRICO NACIONAL INTERLIGADO (LEI Nº 10.604, DE 2002)	3	30.000.000
03780000	SUBSIDIO PARA REDUCAO DA TARIFA DE TRANSPORTE DO GAS NATURAL (LEI N. 10.604, DE 2002)	3	100.000.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	3.779.590
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	9.331.653
<b>33000</b>	<b>M. DA PREVIDENCIA SOCIAL</b>		<b>138.725.287.177</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	852.867.692
001O0000	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL	3	17.272.140.454
001P0000	PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO-RECLUSAO - AREA RURAL	3	755.843.349
001Q0000	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL	3	6.301.986.877
001R0000	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL	3	69.745.713
01170000	PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA	3	22.638.553
01320000	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA	3	67.139.171.031
01330000	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	3	5.435.824.393
01340000	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA	3	23.851.839.154
01360000	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA	3	14.457.902.075
01370000	PAGAMENTO DE ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO	3	16.958.306
01410000	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA	3	120.768.962
04820000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR ORIUNDA DA JUSTICA COMUM ESTADUAL	3	74.032.871
04860000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) ORIUNDA DA JUSTICA COMUM ESTADUAL	3	253.014.500
06250000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	2.000.000.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	31.279.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	69.274.247
<b>34000</b>	<b>M. PUBLICO DA UNIAO</b>		<b>49.918.400</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	2.406.300
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	47.512.100
<b>35000</b>	<b>M. DAS RELACOES EXTERIORES</b>		<b>4.379.970</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	1.201.530

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO II**  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	3.178.440
<b>36000</b>	<b>M. DA SAUDE</b>		<b>24.205.558.879</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	171.069
002F0000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	116.853
02140000	INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA ACOES DE PREVENCAO E QUALIFICACAO DA ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS	3	124.265.000
04420000	INCENTIVO FINANCEIRO PARA A EXPANSAO E A CONSOLIDACAO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA NOS MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 100 MIL HABITANTES	3	101.000.000
05890000	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA	3	2.349.794.994
05930000	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	3	281.000.000
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	2.062.607
08290000	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS	3	736.000.000
08430000	AUXILIO-REABILITACAO PSICOSSOCIAL AOS EGRESSOS DE LONGAS INTERNACOES PSQUIATRICAS NO SISTEMA UNICO DE SAUDE (DE VOLTA PRA CASA)	3	5.760.000
08520000	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA	3	41.200.000
099A0000	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANÇAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS (LEI Nº 10.836, DE 2004)	3	1.100.000.000
09900000	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA	3	59.108.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	67.963.650
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	182.116.705
43700000	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS	3	550.000.000
47050000	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	3	961.000.000
85770000	ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO NOS MUNICIPIOS BRASILEIROS	3	2.344.000.000
85850000	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA	3	14.906.000.001
85870000	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA	3	394.000.000
<b>38000</b>	<b>M. DO TRABALHO E EMPREGO</b>		<b>12.784.329.147</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	21.889
02170000	BOLSA DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO	3	3.903.423
05810000	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL	3	2.480.166.886
05830000	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO	3	7.858.944.030
05850000	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL	3	254.396.775
06430000	COMPLEMENTO DA ATUALIZACAO MONETARIA DOS RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS (LEI COMPLEMENTAR N. 110, DE 2001)	3	2.162.299.000
06530000	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO	3	8.022.047
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	4.194.252
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	12.380.845
<b>39000</b>	<b>M. DOS TRANSPORTES</b>		<b>18.517.792</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	5	79.004
00220000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	3.477.666
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	132.093
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	5.813.242
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	9.015.787
<b>41000</b>	<b>M. DAS COMUNICACOES</b>		<b>4.967.724</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	1.556.004
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	3.411.720
<b>42000</b>	<b>M. DA CULTURA</b>		<b>6.632.226</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	23.586
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	2.392.428
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	4.216.212
<b>44000</b>	<b>M. DO MEIO AMBIENTE</b>		<b>32.100.123</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	386.812
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	5	5.450.536
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	1.959.757

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO II**  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	9.302.637
86A40000	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PRIORIZADAS PELO COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS PIRACICABA/JUNDIAI E CAPIVARI COM RECURSOS DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	3	3.150.384
86A40000	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PRIORIZADAS PELO COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS PIRACICABA/JUNDIAI E CAPIVARI COM RECURSOS DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	4	1.350.000
86A60000	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PRIORIZADAS PELO COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL COM RECURSOS DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS (CONTRATO DE GESTAO)	3	2.999.997
86A60000	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PRIORIZADAS PELO COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL COM RECURSOS DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS (CONTRATO DE GESTAO)	4	7.000.000
86A70000	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PRIORIZADAS PELO COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO VERDE GRANDE COM RECURSOS DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	3	350.000
86A70000	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PRIORIZADAS PELO COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO VERDE GRANDE COM RECURSOS DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	4	150.000
<b>47000</b>	<b>M. DO PLAN. ORCAMENTO E GESTAO</b>		<b>36.712.411</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	164.605
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	11.263.064
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	25.284.742
<b>49000</b>	<b>M. DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO</b>		<b>109.222.130</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	7.625.207
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	5	33.653.443
03590000	CONTRIBUICAO AO FUNDO GARANTIA-SAFRA (LEI Nº 10.700, DE 2003)	3	50.500.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	6.146.444
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	11.297.036
<b>51000</b>	<b>M. DO ESPORTE</b>		<b>490.000</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	190.000
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	300.000
<b>52000</b>	<b>M. DA DEFESA</b>		<b>221.653.791</b>
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	27.600
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	178.478.715
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	43.147.476
<b>53000</b>	<b>M. DA INTEGRACAO NACIONAL</b>		<b>17.880.748</b>
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	3	62.093
00050000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS	5	479.046
00220000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	5.462.167
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	2.124.833
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	9.752.609
<b>54000</b>	<b>M. DO TURISMO</b>		<b>1.038.880</b>
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	392.533
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	646.347
<b>55000</b>	<b>M.DO DES.SOCIAL E COMB A FOME</b>		<b>13.975.881.360</b>
00600000	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)	3	5.437.800.000
05610000	PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE	3	586.617.064
05650000	PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALICIA POR INVALIDEZ	3	1.258.528.574
05730000	PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS	3	2.949.360.586
05750000	PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIENCIA - LOAS	3	3.742.875.440
07160000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS	3	20.000
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	252.016
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	427.680
<b>56000</b>	<b>M. DAS CIDADES</b>		<b>85.800.707</b>
002F0000	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	11.475.865
00220000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	3	54.558.905
20110000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	2.577.891
20120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	17.188.046
<b>71000</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO</b>		<b>92.700.000</b>
02650000	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO N. 175, DE 1991)	3	92.700.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO II**  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
<b>73000</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DIST</b>		<b>69.824.642.382</b>
00320000	MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	3	19.349.000
00320000	MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	4	15.615.000
00360000	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	3	38.528.000
00360000	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	4	31.770.000
00370000	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	3	122.078.000
00370000	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	4	24.120.000
00440000	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE (CF, ART.159)	3	21.479.600.542
00450000	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART.159)	3	22.478.651.730
00460000	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LEI COMPLEMENTAR N. 61, DE 1989)	3	1.992.420.110
00470000	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO - FUNDEF (CF, ART.212)	3	8.108.942.183
00500000	TRANSFERENCIAS DO IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS INCIDENTES SOBRE O OURO - ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (LEI N. 7.766, DE 1989)	3	998.167
00510000	TRANSFERENCIAS DO IMPOSTO SOBRE OPERACOES FINANCEIRAS INCIDENTES SOBRE O OURO - MUNICIPIOS (LEI N. 7.766, DE 1989)	3	2.329.057
006M0000	TRANSFERENCIA PARA MUNICIPIOS - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	3	158.718.105
01690000	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	3	39.921.920
02230000	TRANSFERENCIA DE COTAS-PARTES DA COMPENSACAO FINANCEIRA - TRATADO DE ITAIPU (LEI N. 8.001, DE 1990 - ART.1.)	3	479.666.117
03120000	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA A REALIZACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE E EDUCACAO DO DISTRITO FEDERAL	3	114.525.373
03690000	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF DO SALARIO-EDUCACAO	3	3.030.748.852
05460000	TRANSFERENCIAS DE COTAS-PARTES DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS PARA FINS DE GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA (LEI N. 8.001, DE 1990 - ART.1.)	3	716.941.962
05470000	TRANSFERENCIAS DE COTAS-PARTES DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS (LEI N. 8.001, DE 1990 - ART.2.)	3	349.365.990
05480000	TRANSFERENCIAS DE COTAS-PARTES DOS ROYALTIES PELA PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL (LEI N. 9.478, DE 1997 - ART.48)	3	2.602.251.117
05490000	TRANSFERENCIAS DE COTAS-PARTES DOS ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL (LEI N. 9.478, DE 1997 - ART.49)	3	1.866.879.351
05500000	TRANSFERENCIAS DE COTAS-PARTES DA PARTICIPACAO ESPECIAL PELA PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL (LEI N. 9.478, DE 1997 - ART.50)	3	3.505.835.241
05510000	TRANSFERENCIAS DO FUNDO ESPECIAL DOS ROYALTIES PELA PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL (LEI N. 7.525, DE 1986 - ART.6.)	3	300.662.440
05520000	TRANSFERENCIAS DO FUNDO ESPECIAL DOS ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL (LEI N. 9.478, DE 1997 - ART.49)	3	220.079.161
09990000	RECURSOS PARA A REPARTICAO DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE-COMBUSTIVEIS	3	1.929.757.671
20780000	VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS	3	5.272.716
20790000	AUXILIO-REFEICAO AO PESSOAL ATIVO DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS	3	21.919.035
63840000	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	3	4.797.194
63850000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	3	126.692.941
63860000	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	3	18.385.407
63870000	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	3	17.820.000
<b>74000</b>	<b>OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO</b>		<b>4.513.577.007</b>
002E0000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS NO AMBITO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL - PIPS (LEI N. 10.735, DE 2003)	3	140.000.000
02670000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N. 10.184, DE 2001)	3	1.250.000.000
02810000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI N. 8.427, DE 1992)	3	1.020.151.000
02810000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI N. 8.427, DE 1992)	5	54.900.000
02940000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS NAS OPERACOES DE CUSTEIO AGROPECUARIO (LEI N. 8.427, DE 1992)	3	140.149.000
02970000	FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS RURAIS A MINI E PEQUENOS PRODUTORES E EQUALIZACAO DE JUROS PARA RECUPERACAO DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA (LEI Nº 9.126, DE 1995 E RES CMN Nº 2.960, DE 2002)	3	11.960.000
02980000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS EM OPERACOES DE EMPRESTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - EGF (LEI N. 8.427, DE 1992)	3	8.102.000
02990000	EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI N. 8.427, DE 1992)	3	300.000.000
03000000	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI N. 8.427, DE 1992)	3	226.800.000
03010000	EQUALIZACAO DE JUROS E DE OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS EM OPERACOES DE INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL (LEI N. 8.427, DE 1992)	3	293.860.000
03140000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO A ESTOCAGEM DE ALCOL COMBUSTIVEL (LEI N. 10.453, DE 2002)	3	24.033.000
03530000	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO AMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	3	91.168.430
03550000	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO AMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	3	136.752.646
03730000	EQUALIZACAO DE JUROS E BONUS DE ADIMPLENCIA NO ALONGAMENTO DE DIVIDAS ORIGINARIAS DO CREDITO RURAL (LEIS N. 9.138, DE 1995 E N. 9.866, DE 1999)	3	42.484.931

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO II**  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
06110000	EQUALIZACAO DE JUROS DECORRENTES DO ALONGAMENTO DA DIVIDA DO CREDITO RURAL (LEI N. 9.866, DE 1999)	3	305.616.000
07030000	SUBSIDIO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL (MP Nº 200, DE 2004)	3	450.000.000
091W0000	EQUALIZACAO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS NA AREA DE ABRANGENCIA DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (MP 205, DE 6 DE AGOSTO DE 2004)	3	17.600.000
<b>TOTAL</b>			<b>360.881.958.931</b>

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO III**  
**DESPESAS FINANCEIRAS DE PESSOAL E OCC**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
<b>DIVERSOS ÓRGÃOS</b>			
09HB0000	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTÁRQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	1	<b>6.227.240.550</b>
<b>22000</b>	<b>M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO</b>		<b>2.042.569.924</b>
21300000	FORMACAO DE ESTOQUES PUBLICOS	5	1.985.220.993
21380000	AQUISICAO DE PRODUTOS PARA COMERCIALIZACAO	5	57.348.931
<b>25000</b>	<b>M. DA FAZENDA</b>		<b>689.223.146</b>
00230000	COBERTURA DO RESIDUO RESULTANTE DE CONTRATOS FIRMADOS COM O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO	3	300.000.000
04030000	INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUCAO E DESENVOLVIMENTO - BIRD	5	63.135.445
04630000	REMUNERACAO DOS SERVICOS PRESTADOS POR SEGURADORAS	3	31.673
04650000	COBERTURA DO DEFICIT DO SEGURO HABITACIONAL	3	11.794.157
04670000	COBERTURA DE SINISTROS DO SEGURO DE CREDITO FUNDHAB	3	43.000.000
05440000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AID	5	132.067.100
05450000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA AGENCIA MULTILATERAL DE GARANTIA AO INVESTIMENTO - MIGA	5	2.331.149
06170000	REMUNERACAO DE AGENTES FINANCEIROS PELA ADMINISTRACAO DO FCVS, DO SEGURO DE CREDITO E DO SEGURO HABITACIONAL	3	136.863.622
<b>38000</b>	<b>38 M. DO TRABALHO E EMPREGO</b>		<b>6.885.852.419</b>
01580000	FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO A CARGO DO BNDES	5	6.885.852.419
<b>47000</b>	<b>M. DO PLAN. ORCAMENTO E GESTAO</b>		<b>63.551.174</b>
00010000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF	5	6.365.632
04020000	INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID	5	1.375.000
05380000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO PARA OPERACOES ESPECIAIS - FOE	5	1.087.312
05390000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN	5	9.470.740
05400000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS - CII	5	21.760.000
05410000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - FAD	5	13.972.412
05420000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD	5	1.076.065
05430000	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRICOLA - FIDA	5	8.444.013
<b>53000</b>	<b>M. DA INTEGRACAO NACIONAL</b>		<b>3.485.736.806</b>
00290000	FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO CENTRO-OESTE	5	697.147.361
00300000	FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DO SEMI-ARIDO DA REGIAO NORDESTE	5	1.045.721.042
00310000	FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO NORDESTE	5	1.045.721.042
05340000	FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS DA REGIAO NORTE	5	697.147.361
<b>71000</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO</b>		<b>41.087.996</b>
003J0000	EXERCICIO DO DIREITO DE PREFERENCIA NA SUBSCRICAO DE ACOES EM FUTUROS AUMENTOS DE CAPITAL EM EMPRESAS NAS QUAIS A UNIAO PARTICIPE COMO ACIONISTA MINORITARIA (LEI N. 6.404, DE 1976)	5	15.304.328
06050000	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI N. 9.491, DE 1997)	3	16.529.753
08090000	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO DE AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL - FAD (LEI N. 9.069, DE 1995)	3	9.253.915
<b>74000</b>	<b>OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO</b>		<b>19.053.812.826</b>
00120000	FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO, INVESTIMENTO, COLHEITA E PRE-COMERCIALIZACAO DE CAFE	5	1.249.016.115
00150000	FINANCIAMENTO PARA MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FISCAL DOS ESTADOS	5	55.000.031
002E0000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS NO AMBITO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL - PIPS (LEI N. 10.735, DE 2003)	5	1.400.000.000
00210000	FINANCIAMENTO PARA MODERNIZACAO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS	5	200.000.000
00610000	CONCESSAO DE CREDITO PARA AQUISICAO DE IMOVEIS RURAIS E INVESTIMENTOS BASICOS - FUNDO DE TERRAS	5	427.178.000
00620000	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMPLANTACAO	5	888.145.000
01180000	FINANCIAMENTO DE EMBARCACOES PARA A MARINHA MERCANTE	5	819.840.455
02670000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N. 10.184, DE 2001)	5	1.552.400.000
02810000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI N. 8.427, DE 1992)	5	2.439.100.000
03140000	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO A ESTOCAGEM DE ALCOOL COMBUSTIVEL (LEI N. 10.453, DE 2002)	5	500.000.000
03150000	APOIO A REESTRUTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP Nº 2.192, DE 2001)	5	18.666.823
03430000	PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCARIA - PROES (MP N. 2.192, DE 2001)	5	5.919.424.324
03530000	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO AMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	5	516.621.106
03540000	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PARA LIQUIDACAO DE OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTENCIA A SAUDE (LEI N. 9.961, DE 2000)	5	3.000.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ANEXO III**  
**DESPESAS FINANCEIRAS DE PESSOAL E OCC**

ÓRGÃO / AÇÃO		GND	R\$ 1,00
03550000	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO AMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	5	774.931.659
03790000	FINANCIAMENTO NA AREA DE BENS DE CONSUMO	5	173.002.475
03840000	FINANCIAMENTO NA AREA DE INSUMOS BASICOS	5	200.000.000
04100000	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA	5	120.000.000
04110000	FINANCIAMENTO A PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS	5	20.000.000
04270000	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS - RECUPERACAO	5	549.337.000
04540000	FINANCIAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURISTICA NACIONAL	5	34.494.282
04610000	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PARA LIQUIDACAO DE SOCIEDADES SEGURADORAS, DE CAPITALIZACAO E ENTIDADES DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR ABERTA (LEI N. 10.190, DE 2001 - ART. 3)	5	1.003.475
05050000	TELECOMUNICACOES	5	28.349.781
05690000	FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE INCENTIVO A PRODUCAO NAVAL E DA MARINHA MERCANTE	5	124.132.700
05790000	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO	5	1.000.000.000
09HX0000	FINANCIAMENTO DE EMBARCACOES PESQUEIRAS (PROFROTA PESQUEIRA)	5	40.169.600
<b>TOTAL</b>			<b>38.489.074.841</b>



**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

II - recursos destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional no 14, de 1996, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

## Erradicação do Analfabetismo

## Erradicação do Analfabetismo - Resumo da Aplicação

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Valor
0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	2.400.000
0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	3.318.210
0154 - Direitos Humanos, Direitos de Todos	523.325
0638 - Ensino Profissional do Exército	1.864.060
0797 - Prospeção e Avaliação de Políticas Públicas	538.349
1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	633.099.735
1061 - Brasil Escolarizado	1.541.568.991
1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	1.459.812
1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil	9.500.000
1067 - Gestão da Política de Educação	493.250.000
1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	820.251.973
1336 - Brasil Quilombola	2.175.000
1374 - Desenvolvimento da Educação Especial	53.269.333
1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.158.941.499
1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania	57.942.659
Fonte	Valor
100 - Recursos Ordinários	1.724.553.462
112 - Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	461.645.617
113 - Contribuição do Salário-Educação	2.020.499.234
118 - Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	446.369.733
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	72.460.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	37.171
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	45.310.034
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	8.982.241
296 - Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	245.454
Órgão	Valor
26 - Ministério da Educação	4.778.238.886
52 - Ministério da Defesa	1.864.060
<b>Total</b>	<b>4.780.102.946</b>

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
<b>26</b>	<b>Ministério da Educação</b>								<b>4.778.238.886</b>
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes								2.400.000
	Operações Especiais								2.400.000
0073 001S	<b>Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social</b>	12	243	<b>S</b>					<b>2.400.000</b>
	- <b>Aluno beneficiado (unidade) 1000</b>								
0073 001S 0001	Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social - Nacional								2.400.000
	- <i>Aluno beneficiado (unidade) 1000</i>			3-ODC	2	50	0	100	2.400.000
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas								3.318.210
	Operações Especiais								3.318.210
0150 0948	<b>Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena</b>	12	361	<b>F</b>					<b>1.645.810</b>
	- <b>Aluno beneficiado (unidade) 27</b>								
0150 0948 0001	Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena - Nacional								1.645.810
	- <i>Aluno beneficiado (unidade) 27</i>			3-ODC	2	30	0	113	411.453
				3-ODC	2	40	0	113	411.452
				3-ODC	2	50	0	250	411.453
				4-INV	2	30	0	113	411.452
0150 0970	<b>Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para a Educação Escolar Indígena</b>	12	361	<b>F</b>					<b>668.000</b>
	- <b>Aluno beneficiado (unidade) 13917</b>								
0150 0970 0001	Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para a Educação Escolar Indígena - Nacional								668.000
	- <i>Aluno beneficiado (unidade) 13917</i>			3-ODC	2	30	0	112	267.200
				3-ODC	2	40	0	112	200.400
				3-ODC	2	50	0	112	200.400
0150 09DX	<b>Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena</b>	12	128	<b>F</b>					<b>1.004.400</b>
	- <b>Professor capacitado (unidade) 2511</b>								
0150 09DX 0001	Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena - Nacional								1.004.400
	- <i>Professor capacitado (unidade) 2511</i>			3-ODC	2	30	0	113	401.760
				3-ODC	2	40	0	113	301.320
				3-ODC	2	50	0	112	301.320
0154	Direitos Humanos, Direitos de Todos								523.325
	Atividades								523.325
0154 6298	<b>Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco</b>	12	243	<b>S</b>					<b>523.325</b>
	- <b>Criança/adolescente integrado (unidade) 1000</b>								
0154 6298 0026	Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco - No Estado de Pernambuco								523.325
	- <i>Criança/adolescente integrado (unidade) 1000</i>			3-ODC	2	90	0	100	410.806
				3-ODC	2	90	0	250	45.644
				4-INV	2	90	0	100	66.875
0797	Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas								538.349
	Atividades								538.349
0797 6297	<b>Estudos e Pesquisas Socioeducativas</b>	12	571	<b>F</b>					<b>538.349</b>
	- <b>Pesquisa realizada (unidade) 10</b>								
0797 6297 0026	Estudos e Pesquisas Socioeducativas - No Estado de Pernambuco								538.349
	- <i>Pesquisa realizada (unidade) 10</i>			3-ODC	2	90	0	112	370.508
				3-ODC	2	90	0	250	133.507
				4-INV	2	90	0	112	19.500
				4-INV	2	90	0	250	14.834
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos								633.099.735
	Atividades								10.550.000
1060 2272	<b>Gestão e Administração do Programa</b>	12	122	<b>F</b>					<b>1.500.000</b>

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
1060 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional			3-ODC	2	90	0	112	1.500.000 1.500.000
1060 4641	<b>Publicidade de Utilidade Pública</b>	12 131	F						<b>1.350.000</b>
1060 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional			3-ODC	2	90	0	112	1.350.000 1.350.000
1060 6290	<b>Avaliação Nacional de Competências da Educação de Jovens e Adultos - ANCEJA</b>	12 366	F						<b>1.600.000</b>
	- Aluno avaliado (unidade) 2000								
1060 6290 0001	Avaliação Nacional de Competências da Educação de Jovens e Adultos - ANCEJA - Nacional								1.600.000
	- Aluno avaliado (unidade) 2000			3-ODC	2	90	0	112	1.600.000
1060 6873	<b>Fomento à Leitura e Acesso às Bibliotecas por Jovens e Adultos</b>	12 366	F						<b>6.000.000</b>
	- Publicação disponibilizada (unidade) 1200000								
1060 6873 0001	Fomento à Leitura e Acesso às Bibliotecas por Jovens e Adultos - Nacional								6.000.000
	- Publicação disponibilizada (unidade) 1200000			3-ODC	2	30	0	112	2.400.000
				3-ODC	2	40	0	112	1.800.000
				3-ODC	2	50	0	112	1.800.000
1060 8361	<b>Universidade na Educação de Jovens e Adultos - UNIEJA</b>	12 366	F						<b>100.000</b>
	- Projeto apoiado (unidade) 20								
1060 8361 0001	Universidade na Educação de Jovens e Adultos - UNIEJA - Nacional								100.000
	- Projeto apoiado (unidade) 20			3-ODC	2	30	0	112	100.000
	Operações Especiais								622.549.735
1060 0081	<b>Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos</b>	12 366	F						<b>390.213.000</b>
	- Aluno beneficiado (unidade) 1560852								
1060 0081 0001	Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos - Nacional								390.213.000
	- Aluno beneficiado (unidade) 1560852			3-ODC	1	30	0	113	140.000.000
				3-ODC	1	40	0	113	250.213.000
1060 0507	<b>Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos</b>	12 366	F						<b>4.663.213</b>
	- Aluno matriculado (unidade) 538569								
1060 0507 0001	Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos - Nacional								4.663.213
	- Aluno matriculado (unidade) 538569			3-ODC	2	30	0	113	1.365.284
				3-ODC	2	30	0	250	500.000
				3-ODC	2	40	0	113	1.398.965
				3-ODC	2	50	0	112	898.964
				3-ODC	2	50	0	250	500.000
1060 0920	<b>Concessão de Bolsa ao Alfabetizador</b>	12 366	F						<b>204.750.000</b>
	- Bolsa concedida (unidade) 105000								
1060 0920 0001	Concessão de Bolsa ao Alfabetizador - Nacional								204.750.000
	- Bolsa concedida (unidade) 105000			3-ODC	2	30	0	113	81.900.000
				3-ODC	2	40	0	113	61.425.000
				3-ODC	2	50	0	112	61.425.000
1060 0965	<b>Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos</b>	12 366	F						<b>4.095.854</b>
	- Aluno beneficiado (unidade) 85330								
1060 0965 0001	Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos - Nacional								4.095.854
	- Aluno beneficiado (unidade) 85330			3-ODC	2	30	0	113	1.638.342
				3-ODC	2	40	0	113	1.228.756
				3-ODC	2	50	0	112	1.228.756
1060 0972	<b>Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos</b>	12 366	F						<b>3.691.710</b>

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
1060 0972 0001	<b>- Professor capacitado (unidade) 14500</b> Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos - Nacional - Professor capacitado (unidade) 14500			3-ODC 3-ODC	2 2	30 40	0 0	113 113	3.691.710 2.215.026 1.476.684
1060 09BT	<b>Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos</b> - Alfabetizador capacitado (unidade) 105000	12 366	F						12.075.000
1060 09BT 0001	Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos - Nacional - Alfabetizador capacitado (unidade) 105000			3-ODC 3-ODC 3-ODC	2 2 2	30 40 50	0 0 0	113 113 112	12.075.000 4.830.000 3.622.500 3.622.500
1060 09EP	<b>Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos</b> - Aluno beneficiado (unidade) 96000	12 366	F						2.400.000
1060 09EP 0001	Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos - Nacional - Aluno beneficiado (unidade) 96000			3-ODC 3-ODC 3-ODC	2 2 2	30 40 50	0 0 0	100 100 100	2.400.000 960.000 720.000 720.000
1060 09ET	<b>Apoio à Capacitação dos Profissionais Atuantes na Educação Básica de Jovens e Adultos</b> - Profissional capacitado (unidade) 1652	12 366	F						660.958
1060 09ET 0001	Apoio à Capacitação dos Profissionais Atuantes na Educação Básica de Jovens e Adultos - Nacional - Profissional capacitado (unidade) 1652			3-ODC 3-ODC	2 2	30 40	0 0	113 113	660.958 396.575 264.383
1061	Brasil Escolarizado								1.541.568.991
1061 2272	<b>Gestão e Administração do Programa</b>	12 122	F						258.648.542
1061 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional			3-ODC 3-ODC 3-ODC	2 2 2	90 90 90	0 0 0	112 113 250	24.300.000 7.350.000 14.950.000 2.000.000
1061 4014	<b>Censo Escolar da Educação Básica</b> - Censo realizado (unidade) 1	12 126	F						7.227.772
1061 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional - Censo realizado (unidade) 1			3-ODC 3-ODC 3-ODC 4-INV	2 2 2 2	30 80 90 30	0 0 0 0	112 112 112 112	7.227.772 1.882.440 893.709 3.868.423 583.200
1061 4017	<b>Avaliação Nacional de Competências e Habilidades - ANCH</b> - Aluno avaliado (unidade) 1600000	12 362	F						53.353.990
1061 4017 0001	Avaliação Nacional de Competências e Habilidades - ANCH - Nacional - Aluno avaliado (unidade) 1600000			3-ODC 3-ODC	2 2	90 90	0 0	112 250	53.353.990 41.808.493 11.545.497
1061 4022	<b>Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB</b> - Avaliação realizada (unidade) 1	12 126	F						75.522.017
1061 4022 0001	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB - Nacional - Avaliação realizada (unidade) 1			3-ODC 3-ODC 3-ODC 3-ODC 4-INV	2 2 2 2 2	30 80 90 90 90	0 0 0 0 0	112 112 112 250 112	75.522.017 27.000.000 5.362.253 30.896.837 10.000.000 2.262.927
1061 4042	<b>Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica</b>	12 301	S						4.000.000

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
1061 4042 0001	<b>- Aluno beneficiado (milhar) 750</b> Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica - Nacional - Aluno beneficiado (milhar) 750								4.000.000
				3-ODC	2	30	0	100	880.000
				3-ODC	2	40	0	100	1.200.000
				3-ODC	2	90	0	100	1.920.000
1061 4045	<b>Distribuição de Acervos Bibliográficos</b> <b>- Exemplar distribuído (milhar) 165</b>	12 392	F						<b>49.000.000</b>
1061 4045 0001	Distribuição de Acervos Bibliográficos - Nacional - Exemplar distribuído (milhar) 165			3-ODC	2	90	0	113	49.000.000
1061 4389	<b>Capacitação para o Exercício do Controle Social</b> <b>- Cidadão capacitado (unidade) 5000</b>	12 128	F						<b>1.450.000</b>
1061 4389 0001	Capacitação para o Exercício do Controle Social - Nacional - Cidadão capacitado (unidade) 5000			3-ODC	2	90	0	100	1.450.000
1061 4641	<b>Publicidade de Utilidade Pública</b>	12 131	F						<b>5.000.000</b>
1061 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional			3-ODC	2	90	0	112	5.000.000
				3-ODC	2	90	0	113	1.225.000
				3-ODC	2	90	0	250	2.275.000
1061 6291	<b>Avaliação Internacional de Alunos - Pisa</b> <b>- Aluno avaliado (unidade) 1500</b>	12 212	F						<b>744.853</b>
1061 6291 0001	Avaliação Internacional de Alunos - Pisa - Nacional - Aluno avaliado (unidade) 1500			3-ODC	2	90	0	112	744.853
1061 6292	<b>Avaliação Nacional das Condições de Oferta da Educação Básica - ACEB</b> <b>- Escola Avaliada (unidade) 1000</b>	12 362	F						<b>3.498.709</b>
1061 6292 0001	Avaliação Nacional das Condições de Oferta da Educação Básica - ACEB - Nacional - Escola Avaliada (unidade) 1000			3-ODC	2	80	0	112	3.498.709
				3-ODC	2	90	0	112	893.709
				3-ODC	2	90	0	112	2.605.000
1061 6372	<b>Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública</b> <b>- Unidade equipada (unidade) 500</b>	12 126	F						<b>20.000.000</b>
1061 6372 0001	Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública - Nacional - Unidade equipada (unidade) 500			3-ODC	2	90	0	112	20.000.000
				3-ODC	2	90	0	113	2.600.041
				3-ODC	2	90	0	250	4.828.648
				3-ODC	2	90	0	250	1.571.311
				4-INV	2	90	0	112	3.150.000
				4-INV	2	90	0	113	5.850.000
				4-INV	2	90	0	250	2.000.000
1061 6375	<b>Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação</b> <b>- Exemplar distribuído (unidade) 1800000</b>	12 573	F						<b>4.000.000</b>
1061 6375 0001	Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação - Nacional - Exemplar distribuído (unidade) 1800000			3-ODC	2	90	0	112	4.000.000
				3-ODC	2	90	0	113	1.400.000
				3-ODC	2	90	0	113	2.600.000
1061 6464	<b>Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física do Colégio Pedro II</b> <b>- Área modernizada/ recuperada (m²) 112502</b>	12 362	F						<b>981.201</b>
1061 6464 0033	Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física do Colégio Pedro II - No Estado do Rio de Janeiro - Área modernizada/ recuperada (m²) 112502			4-INV	2	90	0	112	981.201
				4-INV	2	90	0	250	915.600
				4-INV	2	90	0	250	65.601
1061 8263	<b>Avaliação da Alfabetização</b>	12 361	F						<b>1.570.000</b>

## R\$ 1.00

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
1061 8263 0001	- <b>Aluno avaliado (unidade) 200000</b> Avaliação da Alfabetização - Nacional - <i>Aluno avaliado (unidade) 200000</i>												1.570.000
							3-ODC	2	40	0	112	675.000	
							3-ODC	2	90	0	112	895.000	
1061 869R	<b>Transmissão do sinal via Satélite do TV Escola</b> - <b>Escola atendida (unidade) 50000</b>				26	126	F					8.000.000	
1061 869R 0001	Transmissão do sinal via Satélite do TV Escola - Nacional - <i>Escola atendida (unidade) 50000</i>						3-ODC	2	90	0	113	8.000.000	
											8.000.000		
1061 0509	Operações Especiais <b>Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica</b> - <b>Projeto apoiado (unidade) 50</b>				12	361	F						1.273.220.449
												96.792.105	
	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional - <i>Projeto apoiado (unidade) 50</i>						3-ODC	2	30	0	112	3.150.000	
							3-ODC	2	30	0	113	5.850.000	
	3-ODC	2	40	0	112	5.250.000							
	3-ODC	2	40	0	113	9.750.000							
	3-ODC	2	50	0	112	4.500.000							
	3-ODC	2	50	0	250	2.000.000							
	3-ODC	2	80	0	113	15.000.000							
	3-ODC	2	90	0	112	2.800.000							
	3-ODC	2	90	0	113	5.200.000							
	4-INV	2	30	0	112	1.225.000							
	4-INV	2	30	0	113	2.275.000							
	4-INV	2	40	0	112	1.225.000							
	4-INV	2	40	0	113	2.275.000							
	4-INV	2	90	0	112	12.702.237							
	4-INV	2	90	0	113	23.589.868							
	1061 0513	<b>Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica</b> - <b>Aluno beneficiado (milhar) 37135</b>				12	306	S					1.139.999.999
	1061 0513 0001	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - Nacional - <i>Aluno beneficiado (milhar) 1</i>						3-ODC	1	30	0	100	8.379.438
								3-ODC	1	30	0	118	78.888.137
3-ODC								1	40	0	100	87.257.576	
1061 0513 0011	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Rondônia - <i>Aluno beneficiado (milhar) 336</i>						3-ODC	1	30	0	100	8.728.642	
							3-ODC	1	30	0	118	849.823	
							3-ODC	1	40	0	100	3.322.319	
1061 0513 0012	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Acre - <i>Aluno beneficiado (milhar) 166</i>						3-ODC	1	30	0	100	4.556.500	
							3-ODC	1	30	0	118	4.320.836	
							3-ODC	1	40	0	100	1.038.228	
1061 0513 0013	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Amazonas - <i>Aluno beneficiado (milhar) 785</i>						3-ODC	1	30	0	100	1.644.608	
							3-ODC	1	30	0	118	1.638.000	
							3-ODC	1	40	0	100	20.410.468	
1061 0513 0014	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Roraima - <i>Aluno beneficiado (milhar) 91</i>						3-ODC	1	30	0	100	1.019.782	
							3-ODC	1	30	0	118	7.768.686	
							3-ODC	1	40	0	100	11.622.000	
1061 0513 0015	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Pará - <i>Aluno beneficiado (milhar) 1791</i>						3-ODC	1	30	0	100	2.367.950	
							3-ODC	1	30	0	118	1.028.061	
							3-ODC	1	40	0	100	901.295	
1061 0513 0016	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Amapá - <i>Aluno beneficiado (milhar) 142</i>						3-ODC	1	30	0	100	438.594	
							3-ODC	1	30	0	118	46.552.168	
							3-ODC	1	40	0	118	11.062.168	
1061 0513 0016	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Amapá - <i>Aluno beneficiado (milhar) 142</i>						3-ODC	1	30	0	100	17.771.190	
							3-ODC	1	30	0	118	17.718.810	
							3-ODC	1	40	0	118	3.698.422	



## R\$ 1,00

### Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3-ODC	1	40	0	100	1.068.028
1061 0513 0017	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Tocantins - Aluno beneficiado (milhar) 319			3-ODC	1	30	0	100	8.296.366
				3-ODC	1	30	0	118	1.083.933
				3-ODC	1	30	0	118	3.157.785
				3-ODC	1	40	0	100	4.054.648
1061 0513 0021	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Maranhão - Aluno beneficiado (milhar) 1798			3-ODC	1	30	0	100	46.748.000
				3-ODC	1	40	0	100	9.906.000
				3-ODC	1	40	0	100	19.048.652
				3-ODC	1	40	0	118	17.793.348
1061 0513 0022	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Piauí - Aluno beneficiado (milhar) 849			3-ODC	1	30	0	100	22.074.000
				3-ODC	1	40	0	100	6.370.000
				3-ODC	1	40	0	100	7.302.136
				3-ODC	1	40	0	118	8.401.864
1061 0513 0023	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Ceará - Aluno beneficiado (milhar) 1990			3-ODC	1	30	0	100	51.740.000
				3-ODC	1	40	0	100	8.554.000
				3-ODC	1	40	0	100	23.492.584
				3-ODC	1	40	0	118	19.693.416
1061 0513 0024	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte - Aluno beneficiado (milhar) 678			3-ODC	1	30	0	100	17.628.000
				3-ODC	1	40	0	100	6.214.000
				3-ODC	1	40	0	100	4.704.384
				3-ODC	1	40	0	118	6.709.616
1061 0513 0025	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado da Paraíba - Aluno beneficiado (milhar) 912			3-ODC	1	30	0	100	23.712.000
				3-ODC	1	40	0	100	8.398.000
				3-ODC	1	40	0	100	6.288.676
				3-ODC	1	40	0	118	9.025.324
1061 0513 0026	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Pernambuco - Aluno beneficiado (milhar) 1780			3-ODC	1	30	0	100	46.280.000
				3-ODC	1	40	0	100	14.820.000
				3-ODC	1	40	0	100	13.844.784
				3-ODC	1	40	0	118	17.615.216
1061 0513 0027	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Alagoas - Aluno beneficiado (milhar) 752			3-ODC	1	30	0	100	19.555.718
				3-ODC	1	40	0	100	4.487.340
				3-ODC	1	40	0	100	7.625.029
				3-ODC	1	40	0	118	7.443.349
1061 0513 0028	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Sergipe - Aluno beneficiado (milhar) 472			3-ODC	1	30	0	100	12.272.000
				3-ODC	1	40	0	100	4.498.000
				3-ODC	1	40	0	100	3.102.999
				3-ODC	1	40	0	118	4.671.001
1061 0513 0029	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado da Bahia - Aluno beneficiado (milhar) 3806			3-ODC	1	30	0	100	98.956.000
				3-ODC	1	40	0	100	29.536.000
				3-ODC	1	40	0	100	31.755.105
				3-ODC	1	40	0	118	37.664.895
1061 0513 0031	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Minas Gerais - Aluno beneficiado (milhar) 3700			3-ODC	1	30	0	100	96.200.000
				3-ODC	1	30	0	118	10.184.101
				3-ODC	1	30	0	118	36.615.899
				3-ODC	1	40	0	100	49.400.000
1061 0513 0032	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Espírito Santo - Aluno beneficiado (milhar) 641			3-ODC	1	30	0	100	16.667.560
				3-ODC	1	30	0	118	647.531
				3-ODC	1	30	0	118	6.344.051
				3-ODC	1	40	0	100	9.675.978
1061 0513 0033	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro								58.867.406

## R\$ 1.00

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	- Aluno beneficiado (milhar) 2264			3-ODC	1	30	0	100	17.267.406
				3-ODC	1	40	0	100	19.193.732
				3-ODC	1	40	0	118	22.406.268
1061 0513 0035	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de São Paulo								168.137.346
	- Aluno beneficiado (milhar) 6467			3-ODC	1	30	0	100	19.203.118
				3-ODC	1	30	0	118	63.996.882
				3-ODC	1	40	0	100	84.937.346
1061 0513 0041	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Paraná								48.085.804
	- Aluno beneficiado (milhar) 1849			3-ODC	1	30	0	100	1.550.482
				3-ODC	1	30	0	118	18.302.546
				3-ODC	1	40	0	100	28.232.776
1061 0513 0042	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Santa Catarina								28.695.732
	- Aluno beneficiado (milhar) 1104			3-ODC	1	30	0	100	2.163.788
				3-ODC	1	30	0	118	10.922.246
				3-ODC	1	40	0	100	15.609.698
1061 0513 0043	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul								47.453.068
	- Aluno beneficiado (milhar) 1825			3-ODC	1	30	0	100	5.652.445
				3-ODC	1	30	0	118	18.061.713
				3-ODC	1	40	0	100	23.738.910
1061 0513 0051	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Mato Grosso								16.399.136
	- Aluno beneficiado (milhar) 631			3-ODC	1	30	0	100	1.091.885
				3-ODC	1	30	0	118	6.241.883
				3-ODC	1	40	0	100	9.065.368
1061 0513 0052	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado de Goiás								29.120.000
	- Aluno beneficiado (milhar) 1120			3-ODC	1	30	0	100	3.502.268
				3-ODC	1	30	0	118	11.083.732
				3-ODC	1	40	0	100	14.534.000
1061 0513 0053	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Distrito Federal								9.300.226
	- Aluno beneficiado (milhar) 358			3-ODC	1	30	0	100	5.760.349
				3-ODC	1	30	0	118	3.539.877
1061 0513 0054	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - No Estado do Mato Grosso do Sul								13.208.000
	- Aluno beneficiado (milhar) 508			3-ODC	1	30	0	100	1.134.736
				3-ODC	1	30	0	118	5.027.264
				3-ODC	1	40	0	100	7.046.000
1061 09CV	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública	12	361	F					25.000.000
	- Área modernizada/ recuperada (m²) 119								
1061 09CW 0001	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública - Nacional								25.000.000
	- Área modernizada/ recuperada (m²) 119			3-ODC	2	40	0	112	700.000
				3-ODC	2	40	0	113	1.300.000
				4-INV	2	40	0	112	8.050.000
				4-INV	2	40	0	113	14.950.000
1061 09DM	Apoio a Inovações Educacionais	12	573	F					4.428.345
	- Projeto apoiado (unidade) 80								
1061 09DM 0001	Apoio a Inovações Educacionais - Nacional								4.428.345
	- Projeto apoiado (unidade) 80			3-ODC	2	30	0	112	770.000
				3-ODC	2	30	0	113	1.430.000
				3-ODC	2	40	0	112	779.921
				3-ODC	2	40	0	113	1.448.424
1061 09EA	Apoio à Distribuição de Material Didático para Formação Continuada em Educação Ambiental	12	128	F					500.000
	- Publicação distribuída (unidade) 10416								
1061 09EA 0001	Apoio à Distribuição de Material Didático para Formação Continuada em Educação Ambiental - Nacional								500.000

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	- Publicação distribuída (unidade) 10416			3-ODC	2	30	0	112	70.000
				3-ODC	2	30	0	113	130.000
				3-ODC	2	40	0	112	52.500
				3-ODC	2	40	0	113	97.500
				3-ODC	2	50	0	112	150.000
1061 09EB	<b>Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação</b>	12 128	F						<b>1.500.000</b>
	- profissional beneficiado (unidade) 3750								
1061 09EB 0001	Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação - Nacional								1.500.000
	- profissional beneficiado (unidade) 3750			3-ODC	2	30	0	112	210.000
				3-ODC	2	30	0	113	390.000
				3-ODC	2	40	0	112	157.500
				3-ODC	2	40	0	113	292.500
				3-ODC	2	50	0	112	450.000
1061 09EV	<b>Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública</b>	12 361	F						<b>5.000.000</b>
	- Escola equipada (unidade) 119								
1061 09EV 0001	Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública - Nacional								5.000.000
	- Escola equipada (unidade) 119			4-INV	2	40	0	112	1.750.000
				4-INV	2	40	0	113	3.250.000
	Projetos								9.700.000
1061 12CH	<b>Expansão do Uso do Sinal do TV Escola</b>	12 573	F						<b>4.000.000</b>
	- Unidade equipada (unidade) 7000								
1061 12CH 0001	Expansão do Uso do Sinal do TV Escola - Nacional								4.000.000
	- Unidade equipada (unidade) 7000			4-INV	2	90	0	112	1.400.000
				4-INV	2	90	0	113	2.600.000
1061 12CJ	<b>Expansão do Uso do Rádio Escola</b>	12 128	F						<b>500.000</b>
	- Unidade equipada (unidade) 100								
1061 12CJ 0001	Expansão do Uso do Rádio Escola - Nacional								500.000
	- Unidade equipada (unidade) 100			4-INV	2	90	0	112	500.000
1061 7744	<b>Modernização da Transmissão do Sinal do TV Escola e do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação</b>	12 361	F						<b>5.200.000</b>
	- Projeto realizado (unidade) 1								
1061 7744 0001	Modernização da Transmissão do Sinal do TV Escola e do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação - Nacional								5.200.000
	- Projeto realizado (unidade) 1			3-ODC	2	90	0	113	5.000.000
				4-INV	2	90	0	113	200.000
1062	<b>Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b>								1.459.812
	Atividades								459.812
1062 2319	<b>Prestação de Serviços à Comunidade</b>	12 363	F						<b>459.812</b>
	- Pessoa atendida (unidade) 24555								
1062 2319 0021	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado do Maranhão								20.000
	- Pessoa atendida (unidade) 1000			3-ODC	2	90	0	112	20.000
1062 2319 0023	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado do Ceará								100.387
	- Pessoa atendida (unidade) 13000			3-ODC	2	90	0	250	80.387
				4-INV	2	90	0	250	20.000
1062 2319 0025	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado da Paraíba								15.000
	- Pessoa atendida (unidade) 20			3-ODC	2	90	0	112	15.000
1062 2319 0028	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado de Sergipe								9.425
	- Pessoa atendida (unidade) 10			3-ODC	2	90	0	112	9.425
1062 2319 0029	Prestação de Serviços à Comunidade - No Estado da Bahia								15.000
	- Pessoa atendida (unidade) 2000			3-ODC	2	90	0	112	15.000

[illegible]

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Nacional								
	- Evento realizado (unidade) 1			3-ODC	2	90	0	100	428.912.720
				3-ODC	2	90	0	112	41.087.280
1067 6906	<b>Projetos Municipais para a Educação de Crianças de até 6 Anos de Idade</b>	12 365	F						<b>1.250.000</b>
	- Projeto apoiado (unidade) 10								
1067 6906 0001	Projetos Municipais para a Educação de Crianças de até 6 Anos de Idade - Nacional								1.250.000
	- Projeto apoiado (unidade) 10			3-ODC	2	40	0	112	1.250.000
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica								820.251.973
	Atividades								50.757.846
1072 4050	<b>Produção e Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação Continuada por meio das Tecnologia de Informação e Comunicação</b>	12 128	F						<b>9.000.000</b>
	- Programa veiculado (hora) 200								
1072 4050 0001	Produção e Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação Continuada por meio das Tecnologia de Informação e Comunicação - Nacional								9.000.000
	- Programa veiculado (hora) 200			3-ODC	2	90	0	112	9.000.000
1072 6332	<b>Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados</b>	12 128	F						<b>8.200.000</b>
	- Professor formado (unidade) 10000								
1072 6332 0001	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados - Nacional								8.200.000
	- Professor formado (unidade) 10000			3-ODC	2	80	0	113	8.200.000
1072 6333	<b>Fortalecimento da Política Nacional para Formação Inicial e Continuada de Professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental</b>	12 128	F						<b>11.548.739</b>
	- Professor beneficiado (unidade) 12000								
1072 6333 0001	Fortalecimento da Política Nacional para Formação Inicial e Continuada de Professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - Nacional								11.548.739
	- Professor beneficiado (unidade) 12000			3-ODC	2	80	0	112	11.548.739
1072 6369	<b>Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública</b>	12 128	F						<b>3.700.000</b>
	- Profissional capacitado (unidade) 10000								
1072 6369 0001	Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública - Nacional								3.700.000
	- Profissional capacitado (unidade) 10000			3-ODC	2	90	0	112	1.295.000
				3-ODC	2	90	0	113	2.405.000
1072 6377	<b>Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola</b>	12 128	F						<b>2.500.000</b>
	- Profissional capacitado (unidade) 30000								
1072 6377 0001	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola - Nacional								2.500.000
	- Profissional capacitado (unidade) 30000			3-ODC	2	90	0	113	2.500.000
1072 8007	<b>Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental</b>	12 571	F						<b>10.000.000</b>
	- Pesquisa realizada (unidade) 100								
1072 8007 0001	Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - Nacional								10.000.000
	- Pesquisa realizada (unidade) 100			3-ODC	2	30	0	112	1.240.000
				3-ODC	2	50	0	112	1.330.000
				3-ODC	2	90	0	112	6.105.960

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4-INV	2	30	0	112	260.000
				4-INV	2	50	0	112	170.000
				4-INV	2	90	0	112	894.040
1072 8379	<b>Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil - Professor formado (unidade) 10000</b>	12 128	F						<b>5.809.107</b>
1072 8379 0001	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil - Nacional - Professor formado (unidade) 10000			3-ODC	2	80	0	112	5.809.107
	Operações Especiais								769.494.127
1072 0304	<b>Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)</b>	12 846	F						<b>737.803.494</b>
1072 0304 0015	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) - No Estado do Pará			3-ODC	1	30	0	100	36.432.874
				3-ODC	1	30	0	113	9.108.219
				3-ODC	1	40	0	100	125.741.981
				3-ODC	1	40	0	113	31.435.495
1072 0304 0021	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) - No Estado do Maranhão			3-ODC	1	30	0	100	56.249.251
				3-ODC	1	30	0	113	14.062.313
				3-ODC	1	40	0	100	208.734.117
				3-ODC	1	40	0	113	52.183.529
1072 0304 0022	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) - No Estado do Piauí			3-ODC	1	30	0	100	9.358.966
				3-ODC	1	30	0	113	2.339.741
				3-ODC	1	40	0	100	29.286.750
				3-ODC	1	40	0	113	7.321.688
1072 0304 0023	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) - No Estado do Ceará			3-ODC	1	30	0	100	9.283.167
				3-ODC	1	30	0	113	2.320.792
				3-ODC	1	40	0	100	49.502.781
				3-ODC	1	40	0	113	12.375.695
1072 0304 0027	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) - No Estado de Alagoas			3-ODC	1	30	0	100	10.993.386
				3-ODC	1	30	0	113	2.748.346
				3-ODC	1	40	0	100	30.992.670
				3-ODC	1	40	0	113	7.748.168
1072 0304 0029	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) - No Estado da Bahia			3-ODC	1	30	0	100	5.257.890
				3-ODC	1	30	0	113	1.314.473
				3-ODC	1	40	0	100	18.408.962
				3-ODC	1	40	0	113	4.602.240

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
1072 0966	<b>Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental</b> <b>- Professor formado (unidade) 27000</b>	12 361	F						15.000.000
1072 0966 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental - Nacional - Professor formado (unidade) 27000			3-ODC	2	30	0	113	15.000.000
				3-ODC	2	40	0	113	6.000.000
				3-ODC	2	40	0	250	6.500.000
									2.500.000
1072 0973	<b>Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil</b> <b>- Professor formado (unidade) 17064</b>	12 365	F						6.000.000
1072 0973 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil - Nacional - Professor formado (unidade) 17064			3-ODC	2	30	0	112	6.000.000
				3-ODC	2	40	0	112	1.500.000
									4.500.000
1072 09CY	<b>Apoio à Formação Continuada de Professores para Ações Educativas Integradas</b> <b>- Professor beneficiado (unidade) 3600</b>	12 128	F						2.000.000
1072 09CY 0001	Apoio à Formação Continuada de Professores para Ações Educativas Integradas - Nacional - Professor beneficiado (unidade) 3600			3-ODC	2	30	0	112	2.000.000
				3-ODC	2	30	0	113	210.000
				3-ODC	2	40	0	112	390.000
				3-ODC	2	40	0	112	490.000
				3-ODC	2	40	0	113	910.000
1072 09DP	<b>Apoio à Formação Continuada dos Trabalhadores Estaduais e Municipais da Educação Básica</b> <b>- Profissional capacitado (unidade) 15000</b>	12 128	F						8.690.633
1072 09DP 0001	Apoio à Formação Continuada dos Trabalhadores Estaduais e Municipais da Educação Básica - Nacional - Profissional capacitado (unidade) 15000			3-ODC	2	30	0	112	8.690.633
				3-ODC	2	30	0	113	434.768
				3-ODC	2	40	0	112	807.425
				3-ODC	2	40	0	113	1.827.517
				3-ODC	2	40	0	113	3.393.960
				3-ODC	2	40	0	250	2.000.000
				3-ODC	2	50	0	112	226.963
1336	Brasil Quilombola								2.175.000
	Operações Especiais								2.175.000
1336 0974	<b>Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos</b> <b>- Professor capacitado (unidade) 790</b>	12 361	F						632.000
1336 0974 0001	Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional - Professor capacitado (unidade) 790			3-ODC	2	30	0	113	632.000
1336 09CG	<b>Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos</b> <b>- Material distribuído (unidade) 7000</b>	12 361	F						400.000
1336 09CG 0001	Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional - Material distribuído (unidade) 7000			3-ODC	2	30	0	113	400.000
				3-ODC	2	40	0	113	160.000
				3-ODC	2	50	0	112	120.000
									120.000
1336 09CJ	<b>Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos</b> <b>- Estabelecimento apoiado (m²) 15</b>	12 361	F						1.143.000

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
1336 09CJ 0001	Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos - Nacional - <i>Estabelecimento apoiado (m²) 15</i>								1.143.000
				3-ODC	2	30	0	113	285.750
				3-ODC	2	40	0	113	285.750
				4-INV	2	30	0	113	285.750
				4-INV	2	40	0	113	285.750
1374	Desenvolvimento da Educação Especial								53.269.333
	Atividades								18.651.134
1374 2272	<b>Gestão e Administração do Programa</b>	12	122	F					<b>500.000</b>
1374 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional								500.000
				3-ODC	2	90	0	112	500.000
1374 4641	<b>Publicidade de Utilidade Pública</b>	12	131	F					<b>400.000</b>
1374 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional								400.000
				3-ODC	2	90	0	112	400.000
1374 6135	<b>Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille</b> - <i>Exemplar distribuído (unidade) 110000</i>	12	367	F					<b>549.104</b>
1374 6135 0033	Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille - No Estado do Rio de Janeiro - <i>Exemplar distribuído (unidade) 110000</i>								549.104
				3-ODC	2	90	0	112	529.104
				4-INV	2	90	0	112	20.000
1374 6318	<b>Funcionamento do Instituto Benjamin Constant - IBC</b> - <i>Aluno matriculado (unidade) 0</i>	12	367	F					<b>6.712.953</b>
1374 6318 0033	Funcionamento do Instituto Benjamin Constant - IBC - No Estado do Rio de Janeiro - <i>Aluno matriculado (unidade) 0</i>								6.712.953
				3-ODC	2	90	0	112	4.828.192
				3-ODC	2	90	0	150	37.171
				4-INV	2	90	0	112	1.847.590
1374 6319	<b>Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez</b> - <i>Profissional capacitado (unidade) 65000</i>	12	128	F					<b>1.015.765</b>
1374 6319 0001	Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez - Nacional - <i>Profissional capacitado (unidade) 65000</i>								1.015.765
				3-ODC	2	90	0	112	1.015.765
1374 6321	<b>Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos</b> - <i>Aluno matriculado (unidade) 0</i>	12	367	F					<b>4.166.150</b>
1374 6321 0101	Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos - No Município de Rio de Janeiro - RJ - <i>Aluno matriculado (unidade) 0</i>								4.166.150
				3-ODC	2	90	0	112	2.966.150
				4-INV	2	90	0	112	1.200.000
1374 8243	<b>Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez</b> - <i>Estudo disseminado (unidade) 35</i>	12	573	F					<b>1.646.000</b>
1374 8243 0001	Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez - Nacional - <i>Estudo disseminado (unidade) 35</i>								1.646.000
				3-ODC	2	90	0	112	1.646.000
1374 8371	<b>Fortalecimento da Educação Especial</b> - <i>Escola atendida (unidade) 130</i>	12	367	F					<b>3.500.000</b>
1374 8371 0001	Fortalecimento da Educação Especial - Nacional - <i>Escola atendida (unidade) 130</i>								3.500.000
				4-INV	2	90	0	112	3.500.000
1374 8433	<b>Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual</b> - <i>Estudo disseminado (unidade) 41</i>	12	573	F					<b>161.162</b>
1374 8433 0001	Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual - Nacional - <i>Estudo disseminado (unidade) 41</i>								161.162
				3-ODC	2	90	0	112	161.162
	Operações Especiais								34.618.199
1374 0959	<b>Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial</b>	12	367	F					<b>1.787.136</b>



## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
1374 0959 0001	<b>- Escola atendida (unidade) 550</b> Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial - Nacional - Escola atendida (unidade) 550								1.787.136
				3-ODC	2	30	0	112	210.000
				3-ODC	2	30	0	113	390.000
				3-ODC	2	40	0	112	210.000
				3-ODC	2	40	0	113	390.000
				3-ODC	2	50	0	112	300.000
				3-ODC	2	90	0	112	100.498
				3-ODC	2	90	0	113	186.638
1374 0977	<b>Apoio à Capacitação de Professores e Profissionais para a Educação Especial</b> - Profissional capacitado (unidade) 22000	12 367	F						5.000.000
1374 0977 0001	Apoio à Capacitação de Professores e Profissionais para a Educação Especial - Nacional - Profissional capacitado (unidade) 22000								5.000.000
				3-ODC	2	30	0	112	525.000
				3-ODC	2	30	0	113	975.000
				3-ODC	2	40	0	112	630.000
				3-ODC	2	40	0	113	1.170.000
				3-ODC	2	50	0	112	1.100.000
				3-ODC	2	90	0	112	210.000
				3-ODC	2	90	0	113	390.000
1374 09DK	<b>Complementação ao Atendimento Especializado às Pessoas com Deficiência</b> - Escola beneficiada (unidade) 2104	12 367	F						7.403.082
1374 09DK 0001	Complementação ao Atendimento Especializado às Pessoas com Deficiência - Nacional - Escola beneficiada (unidade) 2104								7.403.082
				3-ODC	2	50	0	112	7.403.082
1374 09EG	<b>Apoio à Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial</b> - Escola atendida (unidade) 330	12 367	F						4.000.000
1374 09EG 0001	Apoio à Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial - Nacional - Escola atendida (unidade) 330								4.000.000
				4-INV	2	30	0	112	525.000
				4-INV	2	30	0	113	975.000
				4-INV	2	40	0	112	525.000
				4-INV	2	40	0	113	975.000
				4-INV	2	50	0	112	1.000.000
1374 09EH	<b>Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Especial</b> - Aluno beneficiado (unidade) 22000	12 367	F						2.600.000
1374 09EH 0001	Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Especial - Nacional - Aluno beneficiado (unidade) 22000								2.600.000
				3-ODC	2	30	0	112	350.000
				3-ODC	2	30	0	113	650.000
				3-ODC	2	40	0	112	385.000
				3-ODC	2	40	0	113	715.000
				3-ODC	2	50	0	112	500.000
1374 09EI	<b>Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar</b> - Escola atendida (unidade) 11000	12 367	F						6.040.563
1374 09EI 0001	Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar - Nacional - Escola atendida (unidade) 11000								6.040.563
				3-ODC	2	30	0	112	420.000
				3-ODC	2	30	0	113	780.000
				3-ODC	2	40	0	112	284.009
				3-ODC	2	40	0	113	527.444
				3-ODC	2	40	0	250	588.547
				3-ODC	2	50	0	112	1.100.000
				3-ODC	2	80	0	112	1.340.563
				3-ODC	2	90	0	112	175.000
				3-ODC	2	90	0	113	325.000
				4-INV	2	30	0	112	87.500
				4-INV	2	30	0	113	162.500



## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	- Escola beneficiada (unidade) 60400			3-ODC	1	30	1	113	31.410.600
				3-ODC	1	40	1	113	91.435.200
				3-ODC	1	50	1	112	477.000
				4-INV	1	30	1	113	5.974.000
				4-INV	1	40	1	113	11.627.700
				4-INV	1	50	1	112	475.200
1376 0515 0030	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Sudeste								87.758.425
	- Escola beneficiada (unidade) 28938			3-ODC	1	30	0	113	37.475.400
				3-ODC	1	40	0	113	33.392.500
				3-ODC	1	50	0	112	1.669.500
				4-INV	1	30	0	113	7.529.800
				4-INV	1	40	0	113	6.023.900
				4-INV	1	50	0	112	1.667.325
1376 0515 0040	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Sul								36.725.450
	- Escola beneficiada (unidade) 14700			3-ODC	1	30	0	113	14.451.000
				3-ODC	1	40	0	113	14.429.700
				3-ODC	1	50	0	112	1.231.800
				4-INV	1	30	0	113	2.911.400
				4-INV	1	40	0	113	2.470.200
				4-INV	1	50	0	112	1.231.350
1376 0515 0050	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - Na Região Centro-Oeste								22.717.050
	- Escola beneficiada (unidade) 5588			3-ODC	1	30	1	113	9.588.700
				3-ODC	1	40	1	113	9.210.600
				3-ODC	1	50	1	112	215.775
				4-INV	1	30	1	113	1.866.400
				4-INV	1	40	1	113	1.619.800
				4-INV	1	50	1	112	215.775
1376 0515 0053	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental - No Distrito Federal								2.181.800
	- Escola beneficiada (unidade) 500			3-ODC	1	30	0	113	1.793.300
				3-ODC	1	50	0	112	15.300
				4-INV	1	30	0	113	358.200
				4-INV	1	50	0	112	15.000
1376 0954	<b>Apoio à Distribuição de Materiais Didáticos e Pedagógicos para o Ensino Fundamental</b>	12	361	F					<b>4.000.000</b>
	- Aluno beneficiado (unidade) 26000								
1376 0954 0001	Apoio à Distribuição de Materiais Didáticos e Pedagógicos para o Ensino Fundamental - Nacional								4.000.000
	- Aluno beneficiado (unidade) 26000			3-ODC	2	30	0	113	2.000.000
				3-ODC	2	40	0	113	2.000.000
1376 0969	<b>Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental</b>	12	361	F					<b>270.000.000</b>
	- Aluno apoiado (unidade) 3500000								
1376 0969 0001	Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental - Nacional								270.000.000
	- Aluno apoiado (unidade) 3500000			3-ODC	1	30	0	113	80.000.000
				3-ODC	1	40	0	113	190.000.000
1376 0971	<b>Apoio à Correção do Fluxo Escolar</b>	12	361	F					<b>4.000.000</b>
	- Aluno beneficiado (unidade) 290000								
1376 0971 0001	Apoio à Correção do Fluxo Escolar - Nacional								4.000.000
	- Aluno beneficiado (unidade) 290000			3-ODC	2	30	0	113	170.000
				3-ODC	2	40	0	113	3.430.000
				3-ODC	2	50	0	112	400.000
1376 09CK	<b>Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos</b>	12	361	F					<b>3.500.000</b>
	- Aluno beneficiado (unidade) 6000								
1376 09CK 0001	Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos - Nacional								3.500.000
	- Aluno beneficiado (unidade) 6000			3-ODC	2	30	0	113	300.000
				3-ODC	2	30	0	250	500.000

## Erradicação do Analfabetismo - Detalhamento das Ações

R\$ 1,00

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso II, Anexo das Informações Complementares Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3-ODC	2	40	0	113	1.500.000
				3-ODC	2	90	0	113	1.200.000
1376 09CN	<b>Apoio à Produção e Distribuição de Material Didático para Ações Educativas Integradas</b>	12	361	F					<b>400.000</b>
	- <b>Aluno beneficiado (unidade) 8000</b>								
1376 09CN 0001	Apoio à Produção e Distribuição de Material Didático para Ações Educativas Integradas - Nacional								400.000
	- <b>Aluno beneficiado (unidade) 8000</b>			3-ODC	2	30	0	113	160.000
				3-ODC	2	40	0	113	240.000
	Projetos								73.000.000
1376 5079	<b>Fortalecimento da Escola - Fundescola III</b>	12	361	F					<b>73.000.000</b>
	- <b>Escola beneficiada (unidade) 335</b>								
1376 5079 0010	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Norte								9.607.408
	- <b>Escola beneficiada (unidade) 30</b>			3-ODC	2	30	0	148	768.593
				3-ODC	2	40	0	148	3.074.370
				4-INV	2	30	0	148	1.152.889
				4-INV	2	40	0	148	4.611.556
1376 5079 0020	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Nordeste								31.897.052
	- <b>Escola beneficiada (unidade) 270</b>			3-ODC	2	30	0	148	2.551.764
				3-ODC	2	40	0	148	10.207.057
				4-INV	2	30	0	148	3.827.646
				4-INV	2	40	0	148	15.310.585
1376 5079 0050	Fortalecimento da Escola - Fundescola III - Na Região Centro-Oeste								31.495.540
	- <b>Escola beneficiada (unidade) 35</b>			3-ODC	2	30	0	148	439.643
				3-ODC	2	40	0	148	1.758.573
				3-ODC	2	80	0	148	17.060.000
				3-ODC	2	80	1	113	540.000
				3-ODC	2	90	0	148	8.400.000
				4-INV	2	30	0	148	659.465
				4-INV	2	40	0	148	2.637.859
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania								57.942.659
	Operações Especiais								57.942.659
1377 0946	<b>Apoio à Educação do Campo</b>	12	361	F					<b>3.499.999</b>
	- <b>Escola atendida (unidade) 50</b>								
1377 0946 0001	Apoio à Educação do Campo - Nacional								3.499.999
	- <b>Escola atendida (unidade) 50</b>			3-ODC	2	30	0	112	140.000
				3-ODC	2	30	0	113	259.999
				3-ODC	2	30	0	250	1.000.000
				3-ODC	2	40	0	112	367.500
				3-ODC	2	40	0	113	682.500
				3-ODC	2	50	0	112	1.050.000
1377 09CX	<b>Apoio a Projetos Educacionais Inovadores Voltados à Educação para</b>	12	422	F					<b>3.000.000</b>
	<b>Diversidade e Cidadania</b>								
	- <b>Projeto apoiado (unidade) 5</b>								
1377 09CX 0001	Apoio a Projetos Educacionais Inovadores Voltados à Educação para Diversidade e Cidadania - Nacional								3.000.000
	- <b>Projeto apoiado (unidade) 5</b>			3-ODC	2	30	0	112	1.200.000
				3-ODC	2	40	0	112	900.000
				3-ODC	2	50	0	112	900.000
1377 09EL	<b>Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço</b>	12	422	F					<b>20.800.000</b>
	<b>Escolar</b>								
	- <b>Aluno beneficiado (unidade) 1000000</b>								
1377 09EL 0001	Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar - Nacional								20.800.000
	- <b>Aluno beneficiado (unidade) 1000000</b>			3-ODC	2	30	0	112	2.184.000

## R\$ 1,00

### Recursos de Todas as Fontes

[illegible]

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

III - detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos, para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

13.09.2004  
09:56:12

## PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005

### Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados Principais Serviços e Investimentos

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

R\$ 1,00			
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>Investimentos</b>			
<b>12000 Justiça Federal</b>			
<b>37550000 Implantação de Varas Federais</b>			
Vara federal instalada (unidade)	37.146.000	123	302.000
<b>15000 Justiça do Trabalho</b>			
<b>78140000 Implantação de Varas do Trabalho</b>			
Vara implantada (unidade)	28.508.271	224	127.269
<b>16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</b>			
<b>37510000 Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais</b>			
Juizado implantado (unidade)	13.000.000	5	2.600.000
<b>20000 Presidência da República</b>			
<b>08610000 Apoio à Adequação de Acessos Aquaviários Marítimos e Interiores a Terminais Pesqueiros</b>			
Acesso aquaviário adequado (unidade)	3.000.000	6	500.000
<b>08780000 Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória</b>			
Vaga criada (unidade)	20.963.101	699	29.990
<b>11UE0000 Implantação de Unidades de Beneficiamento de Produtos Aquícolas</b>			
Unidade implantada (unidade)	2.200.000	4	550.000
<b>11UF0000 Implantação de Entrepósitos de Produtos Aquícolas</b>			
Entrepósito implantado (unidade)	2.800.000	5	560.000
<b>18620000 Implantação de Unidades Demonstrativas de Aqüicultura</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Unidade demonstrativa implantada (unidade)	1.400.000	5	280.000
<b>76040000 Implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado</b>			
Unidade implantada (unidade)	2.200.000	4	550.000
<b>76160000 Implantação de Entrepostos de Pescado</b>			
Entreposto implantado (unidade)	2.800.000	5	560.000
<b>76180000 Implantação de Terminal Pesqueiro</b>			
Terminal implantado (unidade)	8.000.000	1	8.000.000
<b>77260000 Implantação de Parques Aquícolas</b>			
Parque implantado (unidade)	4.600.000	19	242.105
<b>24000 Ministério da Ciência e Tecnologia</b>			
<b>11HB0000 Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social</b>			
Centro implantado (unidade)	2.962.152	15	197.477
<b>12490000 Implantação de Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional - Institutos do Millenium</b>			
Instituto implantado (unidade)	30.000.000	15	2.000.000
<b>49300000 Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia</b>			
Equipamento produzido (t)	120.209.053	83.200	1.445
<b>62380000 Desenvolvimento e Lançamento de Satélites de Aplicação</b>			
Satélite lançado (unidade)	17.500.000	1	17.500.000
<b>62390000 Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites</b>			
Veículo lançado (unidade)	29.978.000	1	29.978.000
<b>62400000 Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes de Sondagem</b>			
Foguete lançado (unidade)	1.013.000	5	202.600



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>62540000 Desenvolvimento e Lançamento de Satélites de Sensoriamento Remoto com Imageador Radar</b>			
Satélite lançado (unidade)	5.785.000	1	5.785.000
<b>73910000 Implantação de Laboratórios e Redes de Micro e Nanotecnologia</b>			
Laboratório implantado (unidade)	4.541.580	3	1.513.860
<b>25000 Ministério da Fazenda</b>			
<b>20860000 Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI</b>			
Sistema mantido (unidade)	53.321.424	1	53.321.424
<b>20890000 Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN</b>			
Sistema mantido (unidade)	90.776.461	1	90.776.461
<b>22470000 Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX</b>			
Sistema mantido (unidade)	73.426.743	13	5.648.211
<b>22480000 Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal</b>			
Sistema mantido (unidade)	289.207.795	114	2.536.910
<b>22490000 Sistema Informatizado da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional</b>			
Sistema mantido (unidade)	46.439.215	1	46.439.215
<b>26000 Ministério da Educação</b>			
<b>09CW0000 Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública</b>			
Área modernizada/ recuperada (m²)	25.000.000	119	210.084
<b>12EL0000 Implantação da Universidade Federal do ABC</b>			
Instituição implantada (unidade)	30.000.000	1	30.000.000
<b>12EM0000 Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados</b>			
Instituição implantada (unidade)	15.000.000	1	15.000.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>36820000 Expansão e Melhoria da Rede Escolar - PROMED</b>			
Escola atendida (unidade)	46.500.000	8.109	5.734
<b>50790000 Fortalecimento da Escola - Fundescola III</b>			
Escola beneficiada (unidade)	73.000.000	335	217.910
<b>63720000 Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública</b>			
Unidade equipada (unidade)	20.000.000	500	40.000
<b>63730000 Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino</b>			
Área modernizada/ recuperada (m²)	2.245.159	850	2.641
<b>63740000 Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional</b>			
Área modernizada/ recuperada (m²)	25.522.082	11.279.715	2
<b>64640000 Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física do Colégio Pedro II</b>			
Área modernizada/ recuperada (m²)	981.201	112.502	9
<b>71090000 Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional</b>			
Centro implantado (unidade)	169.604.312	70	2.422.919
<b>77440000 Modernização da Transmissão do Sinal do TV Escola e do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação</b>			
Projeto realizado (unidade)	5.200.000	1	5.200.000
<b>30000 Ministério da Justiça</b>			
<b>11HW0000 Implantação de Escolas Penitenciárias</b>			
Escola implantada (unidade)	1.800.000	8	225.000
<b>11MC0000 Construção de Unidades Operacionais de Policiamento na Malha Rodoviária</b>			
Posto de policiamento construído (unidade)	1.500.000	10	150.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>11P80000 Implantação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPONS (ISPS-CODE)</b>			
Unidade implantada (unidade)	4.000.000	1	4.000.000
<b>11TW0000 Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais</b>			
Vaga disponibilizada (unidade)	135.722.500	6.779	20.021
<b>11TX0000 Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais</b>			
Vaga disponibilizada (unidade)	66.300.000	400	165.750
<b>11TY0000 Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais</b>			
Unidade reformada (unidade)	10.000.000	20	500.000
<b>12BV0000 Instalação de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas - Memorial do Patrimônio Cultural</b>			
Casa de cultura instalada (unidade)	1.400.000	15	93.333
<b>17010000 Aparelhamento e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais</b>			
Unidade aparelhada/reaparelhada (unidade)	9.800.000	52	188.462
<b>18210000 Reforma das Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal</b>			
Unidade reformada (m²)	2.011.171	3.657	550
<b>18350000 Reparelhamento e Modernização da Polícia Rodoviária Federal</b>			
Unidade modernizada (unidade)	32.853.547	320	102.667
<b>18990000 Reparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)</b>			
Unidade reaparelhada (unidade)	77.903.000	106	734.934
<b>39120000 Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública (Segurança Cidadã)</b>			
Instituição de Segurança Pública Modernizada (unidade)	10.000.000	15	666.667
<b>39160000 Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública</b>			
Unidade implantada (unidade)	30.000.000	30	1.000.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>39680000 Construção de Moradia para Comunidade Indígena</b>			
Casa construída (unidade)	1.100.000	71	15.493
<b>70610000 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária</b>			
Veículo adquirido (unidade)	1.000.000	20	50.000
<b>70810000 Ampliação e Reforma das Bases Operacionais e Unidades do Departamento de Polícia Federal</b>			
Unidade reformada (unidade)	5.000.000	5	1.000.000
<b>77970000 Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública - PNAPOL</b>			
Projeto apoiado (unidade)	145.000.000	94	1.542.553
<b>33000 Ministério da Previdência Social</b>			
<b>55090000 Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social</b>			
Agência reformulada (unidade)	13.600.000	72	188.889
<b>34000 Ministério Público da União</b>			
<b>11110000 Implantação de Ofícios junto às Varas da Justiça do Trabalho</b>			
Ofício implantado (unidade)	7.873.600	35	224.960
<b>12BQ0000 Aquisição de Edifícios - Sede para Implantação de Ofícios junto às Varas da Justiça do Trabalho</b>			
Sede de Ofício Adquirida (unidade)	4.800.000	10	480.000
<b>37520000 Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais</b>			
Procuradoria implantada (unidade)	24.388.050	90	270.978
<b>35000 Ministério das Relações Exteriores</b>			
<b>11LC0000 Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Missão do Brasil junto à ONU, em Nova York, nos Estados Unidos</b>			
Imóvel adquirido com 1.750 m² (unidade)	31.900.000	1	31.900.000
<b>60860000 Obras de Conservação e Restauração de Imóveis</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Obra realizada (unidade)	11.240.900	6	1.873.483
<b>36000 Ministério da Saúde</b>			
<b>002L0000 Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças</b>			
Família beneficiada (unidade)	100.000.000	55.558	1.800
<b>002M0000 Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças</b>			
Família beneficiada (unidade)	40.000.000	36.065	1.109
<b>002N0000 Apoio à Implantação, Ampliação, Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com População acima de 250 mil Habitantes ou em Regiões Metropolitanas</b>			
Família beneficiada (unidade)	25.000.000	183.821	136
<b>07980000 Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano</b>			
Sistema atendido (unidade)	30.000.000	1.029	29.155
<b>08990000 Apoio a Laboratórios Públicos de Produção de Imunobiológicos</b>			
Laboratório apoiado (unidade)	6.427.000	5	1.285.400
<b>11KO0000 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes ou com Risco de Transmissão de Dengue</b>			
Família beneficiada (unidade)	22.000.000	125.001	176
<b>12GI0000 Abastecimento de Água e Instalações Hidrosanitárias em Escolas Públicas Rurais - Água na Escola</b>			
Escola atendida (unidade)	10.000.000	360	27.778
<b>38610000 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes</b>			
Família beneficiada (unidade)	141.406.000	124.901	1.132
<b>38690000 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Unidade estruturada (unidade)	10.000.000	162	61.728
<b>39210000 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas</b>			
Família beneficiada (unidade)	18.000.000	2.769	6.501
<b>39960000 Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (Saúde e Saneamento no Piauí)</b>			
Família beneficiada (unidade)	1.792.000	5.940	302
<b>39970000 Implantação de Serviços de Abastecimento de Água (Saúde e Saneamento no Piauí)</b>			
Família beneficiada (unidade)	1.708.000	4.090	418
<b>74840000 Adequação da Rede de Frio de Imunobiológicos</b>			
Rede de frio adequada (unidade)	6.000.000	15	400.000
<b>76520000 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos</b>			
Família beneficiada (unidade)	60.000.000	29.751	2.017
<b>76540000 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes</b>			
Família beneficiada (unidade)	110.000.000	43.018	2.557
<b>76560000 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos</b>			
Comunidade beneficiada (unidade)	30.000.000	60	500.000
<b>76600000 Implantação de Farmácias Populares</b>			
Farmácia implantada (unidade)	26.640.000	240	111.000
<b>76840000 Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos</b>			
Aldeia Beneficiada (unidade)	36.000.000	447	80.537
<b>78330000 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON</b>			
Centro implantado (unidade)	15.000.000	3	5.000.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>85350000 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde</b>			
Unidade estruturada (unidade)	260.000.000	731	355.677
<b>38000 Ministério do Trabalho e Emprego</b>			
<b>08630000 Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos</b>			
Cooperativa apoiada (unidade)	154.397	16	9.650
<b>39000 Ministério dos Transportes</b>			
<b>105S0000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Bahia</b>			
Trecho adequado (km)	11.000.000	6	1.833.333
<b>105T0000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Paraíba</b>			
Trecho adequado (km)	34.500.000	20	1.725.000
<b>107Q0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado da Bahia</b>			
Trecho pavimentado (km)	20.000.000	29	689.655
<b>10BT0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado do Piauí</b>			
Trecho pavimentado (km)	10.500.000	15	700.000
<b>10DM0000 Adequação de Contornos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás</b>			
Trecho adequado (km)	13.500.000	8	1.687.500
<b>11SH0000 Construção de Anéis Rodoviários na BR-262 no Estado do Mato Grosso do Sul</b>			
Trecho construído (km)	6.000.000	11	545.455
<b>11UW0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Pará</b>			
Trecho pavimentado (km)	50.000.000	71	704.225
<b>11UZ0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Ceará</b>			
Trecho pavimentado (km)	3.000.000	4	750.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>11V30000 Construção de Contornos Rodoviários na BR-135 no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho pavimentado (km)	9.000.000	15	600.000
<b>11V80000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-010 no Estado de Tocantins</b>			
Trecho pavimentado (km)	13.500.000	19	710.526
<b>11VA0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso</b>			
Trecho pavimentado (km)	9.000.000	13	692.308
<b>11VC0000 Adequação de Contorno Rodoviário na BR-116 no Estado do Paraná</b>			
Trecho adequado (km)	10.700.000	6	1.783.333
<b>11VH0000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-040 no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho adequado (km)	22.000.000	13	1.692.308
<b>11VJ0000 Construção de Contornos Rodoviários na BR-381 em Minas Gerais</b>			
Trecho pavimentado (km)	13.300.000	24	554.167
<b>11VK0000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-304 no Estado do Rio Grande do Norte</b>			
Trecho adequado (km)	9.000.000	5	1.800.000
<b>11VM0000 Adequação de Contornos Rodoviários na BR-116 no Estado da Bahia</b>			
Trecho adequado (km)	9.000.000	5	1.800.000
<b>11VQ0000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101/376 no Estado de Santa Catarina</b>			
Trecho adequado (km)	9.000.000	5	1.800.000
<b>11VV0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-356 no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho pavimentado (km)	5.500.000	8	687.500
<b>11W70000 Construção de Contornos Rodoviários na BR-259 no Estado do Espírito Santo</b>			
Trecho pavimentado (km)	17.000.000	30	566.667



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>11WB0000 Construção de Contornos Rodoviários na BR-482 no Estado do Espírito Santo</b>			
Trecho pavimentado (km)	10.000.000	18	555.556
<b>11WG0000 Construção de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia</b>			
Trecho construído (km)	1.000.000	1	1.000.000
<b>11WP0000 Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Rio de Janeiro</b>			
Trecho recuperado (km)	6.000.000	5	1.200.000
<b>11WY0000 Adequação de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho adequado (km)	2.000.000	1	2.000.000
<b>11X60000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-458 no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho adequado (km)	9.000.000	5	1.800.000
<b>11XB0000 Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea no Estado do Paraná</b>			
Trecho construído (km)	6.000.000	3	2.000.000
<b>11XO0000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Ceará</b>			
Trecho adequado (km)	1.000.000	1	1.000.000
<b>11XY0000 Construção de Trecho Rodoviário na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul</b>			
Trecho pavimentado (km)	11.500.000	16	718.750
<b>11XZ0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-210 no Estado de Roraima</b>			
Trecho pavimentado (km)	3.600.000	5	720.000
<b>12080000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina</b>			
Trecho adequado (km)	90.000.000	52	1.730.769
<b>12120000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe</b>			
Trecho adequado (km)	9.000.000	5	1.800.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>12140000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-392 no Estado do Rio Grande do Sul</b>			
Trecho adequado (km)	1.500.000	1	1.500.000
<b>12260000 Construção de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia</b>			
Trecho construído (km)	9.000.000	4	2.250.000
<b>12280000 Construção de Contornos Ferroviários no Estado do Paraná</b>			
Trecho construído (km)	6.450.000	7	921.429
<b>12360000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba</b>			
Trecho adequado (km)	15.400.000	9	1.711.111
<b>12380000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-414 no Estado de Goiás</b>			
Trecho pavimentado (km)	9.000.000	12	750.000
<b>12460000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Rondônia</b>			
Trecho adequado (km)	5.000.000	3	1.666.667
<b>12480000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-319 no Estado do Amazonas</b>			
Trecho pavimentado (km)	100.000.000	143	699.301
<b>12760000 Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Santa Catarina</b>			
Trecho construído (km)	7.000.000	3	2.333.333
<b>12BU0000 Construção de Trecho Rodoviário na BR-158 no Estado do Rio Grande do Sul</b>			
Trecho pavimentado (km)	8.000.000	11	727.273
<b>12EQ0000 Construção de Acessos Rodoviários na BR-101 no Estado da Bahia</b>			
Trecho construído (km)	3.000.000	4	750.000
<b>12ER0000 Adequação de Contornos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo</b>			
Trecho adequado (km)	17.000.000	10	1.700.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>12ET0000 Adequação de Travessias Urbanas na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul</b>			
Trecho adequado (km)	3.600.000	3	1.200.000
<b>12EU0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-468 no Estado do Rio Grande do Sul</b>			
Trecho pavimentado (km)	6.000.000	9	666.667
<b>12EV0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Piauí</b>			
Trecho pavimentado (km)	1.000.000	1	1.000.000
<b>12EX0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-431 no Estado de Roraima</b>			
Trecho pavimentado (km)	4.500.000	6	750.000
<b>12EY0000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-174 no Estado de Roraima</b>			
Trecho pavimentado (km)	1.000.000	1	1.000.000
<b>12GN0000 Construção de Anéis Rodoviários na BR-174 no Estado de Roraima</b>			
Trecho construído (km)	2.000.000	2	1.000.000
<b>13040000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho adequado (km)	30.000.000	18	1.666.667
<b>13100000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás</b>			
Trecho adequado (km)	22.500.000	13	1.730.769
<b>13360000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho adequado (km)	45.000.000	26	1.730.769
<b>13440000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo</b>			
Trecho adequado (km)	9.000.000	5	1.800.000
<b>14180000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-156 no Estado do Amapá</b>			
Trecho pavimentado (km)	43.000.000	61	704.918

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>14200000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Acre</b>			
Trecho pavimentado (km)	9.000.000	13	692.308
<b>14220000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Acre</b>			
Trecho pavimentado (km)	18.000.000	25	720.000
<b>14240000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso</b>			
Trecho pavimentado (km)	11.700.000	16	731.250
<b>14280000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Amazonas</b>			
Trecho pavimentado (km)	13.500.000	19	710.526
<b>14900000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Pará</b>			
Trecho pavimentado (km)	13.600.000	19	715.789
<b>14920000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-232 no Estado de Pernambuco</b>			
Trecho adequado (km)	29.000.000	17	1.705.882
<b>15580000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Ceará</b>			
Trecho adequado (km)	13.500.000	8	1.687.500
<b>15740000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-020 no Estado do Piauí</b>			
Trecho pavimentado (km)	6.600.000	9	733.333
<b>23240000 Sinalização Rodoviária</b>			
Sinalização mantida (km)	36.600.000	6.200	5.903
<b>28340000 Restauração de Rodovias Federais</b>			
Trecho restaurado (km)	724.391.146	4.775	151.705
<b>28410000 Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias</b>			
Trecho conservado (km)	180.000.000	30.000	6.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>37300000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Paraná</b>			
Trecho adequado (km)	1.800.000	1	1.800.000
<b>37660000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul</b>			
Trecho adequado (km)	45.000.000	26	1.730.769
<b>37680000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás</b>			
Trecho adequado (km)	26.000.000	15	1.733.333
<b>43990000 Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias</b>			
Trecho mantido (km)	150.000.000	4.300	34.884
<b>71360000 Construção da Ferrovia Norte-Sul</b>			
Trecho construído (km)	17.758.000	7	2.536.857
<b>71440000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-135 no Estado da Bahia</b>			
Trecho pavimentado (km)	18.000.000	26	692.308
<b>71500000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-342 no Estado do Espírito Santo</b>			
Trecho pavimentado (km)	15.000.000	21	714.286
<b>71540000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-146 no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho pavimentado (km)	4.500.000	6	750.000
<b>71920000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-282 no Estado de Santa Catarina</b>			
Trecho pavimentado (km)	9.000.000	13	692.308
<b>72040000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-330 no Estado do Piauí</b>			
Trecho pavimentado (km)	4.500.000	6	750.000
<b>72240000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado de Tocantins</b>			
Trecho pavimentado (km)	13.500.000	19	710.526

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>72420000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-432 no Estado de Roraima</b>			
Trecho pavimentado (km)	18.000.000	26	692.308
<b>74200000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso</b>			
Trecho pavimentado (km)	3.500.000	5	700.000
<b>74350000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Pernambuco</b>			
Trecho adequado (km)	43.400.000	26	1.669.231
<b>74410000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-135 no Estado do Piauí</b>			
Trecho pavimentado (km)	7.200.000	10	720.000
<b>74560000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima</b>			
Trecho pavimentado (km)	18.000.000	26	692.308
<b>74600000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-429 no Estado de Rondônia</b>			
Trecho pavimentado (km)	9.000.000	13	692.308
<b>74740000 Construção de Trechos Rodoviários na BR-418 no Estado da Bahia</b>			
Trecho pavimentado (km)	5.000.000	7	714.286
<b>75390000 Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais</b>			
Trecho construído (km)	7.200.000	6	1.200.000
<b>75420000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal</b>			
Trecho adequado (km)	18.000.000	11	1.636.364
<b>75440000 Construção de Contornos Rodoviários na BR-493 no Estado do Rio de Janeiro</b>			
Trecho pavimentado (km)	13.000.000	24	541.667
<b>75600000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-070 no Estado de Goiás</b>			
Trecho adequado (km)	6.000.000	4	1.500.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>76240000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Alagoas</b>			
Trecho adequado (km)	9.000.000	5	1.800.000
<b>76260000 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Norte</b>			
Trecho adequado (km)	18.000.000	10	1.800.000
<b>76300000 Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro</b>			
Trecho duplicado (km)	36.000.000	21	1.714.286
<b>41000 Ministério das Comunicações</b>			
<b>11T70000 Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos</b>			
Instalação implantada (unidade)	45.203.200	859	52.623
<b>21840000 Operação do Sistema de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico</b>			
Terminal em operação (unidade)	121.958.000	10.900	11.189
<b>42000 Ministério da Cultura</b>			
<b>15210000 Instalação de Bibliotecas Públicas - Fome de Livro</b>			
Biblioteca instalada (unidade)	4.667.083	90	51.856
<b>16110000 Instalação de Espaços Culturais</b>			
Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade)	300.000	5	60.000
<b>16120000 Modernização de Museus</b>			
Museu modernizado (unidade)	6.534.269	69	94.700
<b>26300000 Preservação de Acervos Culturais</b>			
Bem preservado (unidade)	1.520.000	171.003	9
<b>26360000 Preservação de Bens Culturais de Natureza Material</b>			
Bem preservado (unidade)	13.927.782	305	45.665

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>51040000 Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura</b>			
Espaço cultural instalado (unidade)	15.000.000	250	60.000
<b>55380000 Preservação do Patrimônio Histórico Urbano</b>			
Conjunto histórico preservado (unidade)	23.162.511	26	890.866
<b>72580000 Instalação dos Escritórios Regionais da Agência Nacional de Cinema - ANCINE</b>			
Escritório regional instalado (unidade)	300.000	3	100.000
<b>73670000 Modernização de Bibliotecas Públicas</b>			
Biblioteca modernizada (unidade)	1.000.000	36	27.778
<b>49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>			
<b>06200000 Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais</b>			
Município apoiado (unidade)	90.000.000	637	141.287
<b>15450000 Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural</b>			
Família beneficiada (unidade)	120.000.000	14.587	8.227
<b>42960000 Projetos de Assentamento Rural em Implantação</b>			
Família beneficiada (unidade)	140.300.000	115.000	1.220
<b>43120000 Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural</b>			
Família atendida (unidade)	74.019.698	71.130	1.041
<b>44600000 Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária</b>			
Área obtida (ha)	754.797.646	1.325.000	570
<b>51580000 Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária</b>			
Família em Assentamento Consolidado (unidade)	30.000.000	1.416	21.186
<b>51600000 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste</b>			



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Família beneficiada (unidade)	15.000.000	9.000	1.667
<b>51000 Ministério do Esporte</b>			
<b>10550000 Implantação de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte</b>			
Centro implantado (unidade)	3.000.000	2	1.500.000
<b>16160000 Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte</b>			
Centro de excelência modernizado (unidade)	200.000	2	100.000
<b>30730000 Modernização de Núcleos de Esporte e de Lazer</b>			
Espaço esportivo modernizado (unidade)	1.000.000	15	66.667
<b>39880000 Implantação de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES</b>			
Centro implantado (unidade)	500.000	2	250.000
<b>50690000 Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional</b>			
Instituição de ensino beneficiada (unidade)	7.315.000	49	149.286
<b>54500000 Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer</b>			
Espaço esportivo implantado (unidade)	1.500.000	15	100.000
<b>52000 Ministério da Defesa</b>			
<b>10760000 Modernização Operacional dos Batalhões de Engenharia de Construção</b>			
Batalhão modernizado (unidade)	500.000	1	500.000
<b>12090000 Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região da Calha Norte</b>			
Embarcação construída (unidade)	2.000.000	3	666.667
<b>12130000 Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte</b>			
Unidade implantada (unidade)	10.000.000	6	1.666.667

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>13910000 Instalação de Equipamentos em Sítios Operacionais do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM</b>			
Sítio implantado (unidade)	1.000.000	1	1.000.000
<b>14250000 Implantação de Infra-Estrutura Básica na Área Nuclear</b>			
Área construída (m²)	656.000	100	6.560
<b>19440000 Modernização de Meios Navais</b>			
Navio/ submarino modernizado (unidade)	67.702.678	3	22.567.559
<b>19480000 Obtenção de Meios Navais</b>			
Navio/submarino obtido (unidade)	42.376.740	3	14.125.580
<b>31130000 Aquisição de Aeronaves</b>			
Aeronave militar adquirida (unidade)	106.205.109	13	8.169.624
<b>31210000 Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil</b>			
Instalação construída/reformada (unidade)	2.305.263	7	329.323
<b>31280000 Modernização e Revitalização de Aeronaves</b>			
Aeronave modernizada/ revitalizada (unidade)	109.397.327	20	5.469.866
<b>31360000 Cooperação com Construção de Infra-Estrutura</b>			
Obra executada (unidade)	52.116.000	25	2.084.640
<b>31440000 Modernização da Força Terrestre</b>			
Vetor de modernidade implantado (unidade)	5.188.051	5	1.037.610
<b>51440000 Desenvolvimento do AL-X</b>			
Aeronave desenvolvida (unidade)	1.155.000	1	1.155.000
<b>51500000 Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional</b>			
Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (unidade)	136.641.304	51	2.679.241

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>51540000 Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual</b>			
Aeroporto ou aeródromo reformado/ampliado (unidade)	38.318.349	35	1.094.810
<b>53750000 Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército</b>			
Organização militar modernizada (unidade)	14.952.000	6	2.492.000
<b>55250000 Obras Civas do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM</b>			
Área construída (m²)	13.500.000	7.500	1.800
<b>53000 Ministério da Integração Nacional</b>			
<b>16620000 Obras de Macrodrenagem</b>			
Obra executada (unidade)	38.000.000	10	3.800.000
<b>28220000 Manutenção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica</b>			
Obra mantida (unidade)	8.078.400	155	52.119
<b>53720000 Implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado</b>			
Unidade instalada (unidade)	670.000	2	335.000
<b>54060000 Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado e/ou Camarão</b>			
Unidade implantada (unidade)	492.372	4	123.093
<b>54640000 Implantação de Estações de Piscicultura</b>			
Estação implantada (unidade)	2.179.628	1	2.179.628
<b>77660000 Implantação de Poços Públicos</b>			
Poço implantado (unidade)	2.455.000	125	19.640
<b>54000 Ministério do Turismo</b>			
<b>05640000 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística</b>			
Projeto apoiado (unidade)	500.000	1	500.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>23010000 Sinalização Turística</b>			
Município atendido (unidade)	3.000.000	12	250.000
<b>51120000 Adequação da Infra-Estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística</b>			
Bem adequado (unidade)	3.900.000	10	390.000
<b>55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>			
<b>001X0000 Apoio a Projeto de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias</b>			
Projeto apoiado (unidade)	17.100.000	190	90.000
<b>05580000 Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos</b>			
Banco instalado (unidade)	4.500.000	40	112.500
<b>09870000 Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos e de Pequenas Unidades de Produção e Comercialização de Refeições</b>			
Unidade instalada (unidade)	42.000.000	60	700.000
<b>11LM0000 Construção, Ampliação e Modernização dos Centros de Referência da Assistência Social</b>			
Família atendida (unidade)	1.500.000	1.500	1.000
<b>11V10000 Construção de Cisternas para Armazenamento de Água</b>			
Cisterna construída (unidade)	77.433.808	50.000	1.549
<b>27980000 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar</b>			
Alimento adquirido (t)	181.300.000	256.000	708
<b>28020000 Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar</b>			
Alimento adquirido (t)	10.700.000	150.000	71
<b>56000 Ministério das Cidades</b>			
<b>06480000 Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	R\$ 1,00
			CUSTO MÉDIO
Família beneficiada (unidade)	18.333.080	1.833	10.002

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida		PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO	R\$ 1,00
Serviços					
12000 Justiça Federal					
42240000 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes					
Pessoa assistida (unidade)		10.733.369	55.536		193
15000 Justiça do Trabalho					
42240000 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes					
Pessoa assistida (unidade)		150.000	200		750
20000 Presidência da República					
00800000 Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras					
Óleo diesel subvencionado (litro)		11.000.000	23.210.000		0
07220000 Apoio a Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional Antidrogas na Redução da Demanda e Oferta de Drogas					
Projeto apoiado (unidade)		5.551.567	15		370.104
07240000 Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas					
Pessoa protegida (unidade)		9.933.252	990		10.034
07300000 Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte					
Criança/ adolescente atendido (unidade)		2.450.269	1.500		1.634
07320000 Apoio à Implantação de Módulos do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia)					
Módulo implantado (unidade)		2.130.107	8		266.263
07360000 Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medidas de Proteção					
Criança/ adolescente atendido (unidade)		9.150.000	30.500		300
07400000 Apoio aos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil					

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Fórum apoiado (unidade)	121.088	1	121.088
<b>07440000 Apoio à Capacitação dos Participantes do Sistema de Garantia de Direitos no Combate ao Abuso, Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil</b>			
Pessoa capacitada (unidade)	173.640	76	2.285
<b>07460000 Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes</b>			
Projeto apoiado (unidade)	1.267.870	10	126.787
<b>07580000 Apoio a Serviços Integrados de Prevenção à Violência e Maus-Tratos contra Idosos</b>			
Pessoa atendida (unidade)	519.121	2.500	208
<b>07700000 Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial</b>			
Iniciativa apoiada (unidade)	2.600.000	39	66.667
<b>07920000 Apoio a Unidades de Ensino em Aquicultura</b>			
Unidade apoiada (unidade)	600.000	4	150.000
<b>08260000 Apoio a Serviços de Plantão Interinstitucional ou de Atendimento Inicial</b>			
Pessoa atendida (unidade)	980.357	1.000	980
<b>08790000 Apoio à Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios</b>			
Conselho implantado (unidade)	400.000	16	25.000
<b>08800000 Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos</b>			
Pessoa atendida (unidade)	3.426.091	6.000	571
<b>08810000 Apoio a Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes</b>			
Pessoa assistida (unidade)	2.100.003	42.062	50
<b>08820000 Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>			
Pessoa atendida (unidade)	14.785.552	12.180	1.214

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>08950000 Apoio à Capacitação em Direitos Humanos</b>			
Pessoa capacitada (unidade)	1.250.000	6.250	200
<b>08960000 Apoio a Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos</b>			
Conselho apoiado (unidade)	250.000	3	83.333
<b>08970000 Apoio a Estudos e Pesquisas na Área dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	296.482	3	98.827
<b>09040000 Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas</b>			
Escola apoiada (unidade)	5.337.326	11	485.211
<b>09050000 Apoio a Organizações de Jovens</b>			
Organização apoiada (unidade)	493.729	3	164.576
<b>09100000 Apoio a Organismos de Promoção dos Direitos da Mulher</b>			
Organismo apoiado (unidade)	585.025	15	39.002
<b>09110000 Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência</b>			
Mulher atendida (unidade)	6.084.530	501.400	12
<b>09AS0000 Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)</b>			
Pessoa atendida (unidade)	1.000.000	140.000	7
<b>09AT0000 Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica</b>			
Documento emitido (unidade)	300.000	50.000	6
<b>09BB0000 Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial</b>			
Organização apoiada (unidade)	330.000	25	13.200
<b>09DA0000 Apoio a Estudos e Pesquisas na Área da Pessoa com Deficiência</b>			



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Estudo realizado (unidade)	200.000	1	200.000
<b>09GT0000 Apoio a Projetos Educativos e Culturais de Prevenção à Violência contra as Mulheres</b>			
Projeto apoiado (unidade)	822.234	16	51.390
<b>09HV0000 Apoio a Projetos de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres</b>			
Projeto apoiado (unidade)	1.541.936	17	90.702
<b>21210000 Registro Geral da Pesca</b>			
Registro realizado (unidade)	500.000	400.000	1
<b>21880000 Desenvolvimento de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos Estratégicos na Área de Segurança Institucional</b>			
Pesquisa desenvolvida (unidade)	800.000	4	200.000
<b>23430000 Processamento de Sinais de Telemetria e Teleprocessamento</b>			
Sinal processado (Mbyte)	9.048.650	150.000	60
<b>24880000 Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações</b>			
Produto criptográfico desenvolvido (unidade)	3.000.000	3	1.000.000
<b>26720000 Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo</b>			
Documento produzido (unidade)	1.600.000	70.000	23
<b>26740000 Representação Judicial e Extrajudicial da União</b>			
Processo judicial analisado (unidade)	14.130.000	571.071	25
<b>26750000 Captação e Veiculação de Matérias Jornalísticas sobre o Estado, o Governo e a Vida Nacional</b>			
Matéria distribuída (unidade)	25.363.251	420.100	60
<b>28030000 Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais</b>			
Exemplar distribuído (unidade)	14.000.000	9.071.785	2
<b>28040000 Edição e Produção de Publicações Oficiais</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Exemplar distribuído (unidade)	21.165.900	11.150.320	2
<b>28310000 Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas sob Grave Ameaça</b>			
Pessoa assistida (unidade)	100.001	64	1.563
<b>40910000 Capacitação de Recursos Humanos</b>			
Servidor capacitado (unidade)	1.050.000	120	8.750
<b>49180000 Atendimento ao Trabalhador Libertado de Trabalho Escravo</b>			
Trabalhador atendido (unidade)	300.000	1.500	200
<b>49200000 Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e a Repressão ao Trabalho Escravo</b>			
Pessoa capacitada (unidade)	230.000	1.150	200
<b>49960000 Fiscalização de Aplicação de Recursos Públicos em Áreas Municipais</b>			
Área municipal fiscalizada (unidade)	9.875.431	870	11.351
<b>61080000 Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos</b>			
Unidade apoiada (unidade)	2.500.000	5	500.000
<b>61120000 Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob Formas Associativas</b>			
Unidade apoiada (unidade)	900.000	18	50.000
<b>61590000 Representação Judicial e Extrajudicial das Autarquias e Fundações</b>			
Processo judicial analisado (unidade)	2.970.000	3.150.000	1
<b>62230000 Capacitação para a Concertação Nacional</b>			
Pessoa capacitada (unidade)	1.300.000	400	3.250
<b>64400000 Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos</b>			
Comunidade atendida (unidade)	3.500.000	50	70.000
<b>68120000 Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Profissional capacitado (unidade)	1.068.904	2.000	534
<b>84690000 Capacitação de Mulheres para o Trabalho nos Setores Produtivos Rural e Urbano</b>			
Mulher capacitada (unidade)	1.387.742	2.470	562
<b>22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>			
<b>21220000 Proteção de Cultivares</b>			
Cultivar protegida (unidade)	1.310.000	150	8.733
<b>21340000 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos</b>			
Partida inspecionada (unidade)	4.400.000	290.000	15
<b>21350000 Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER</b>			
Produtor atendido (unidade)	7.313.860	625	11.702
<b>21390000 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos</b>			
Partida inspecionada (unidade)	10.000.000	2.000.000	5
<b>21520000 Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo</b>			
Entidade assistida (unidade)	12.326.000	65	189.631
<b>21800000 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos</b>			
Partida inspecionada (unidade)	5.200.000	330.000	16
<b>28250000 Conservação dos Estoques Reguladores de Café</b>			
Estoque conservado (saca)	7.000.000	5.400.000	1
<b>28290000 Administração da Rede Própria de Armazéns</b>			
Unidade armazenadora administrada (unidade)	7.000.000	90	77.778
<b>46680000 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Vegetal</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Pesquisa desenvolvida (unidade)	28.473.376	15	1.898.225
<b>46700000 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal</b>			
Pesquisa desenvolvida (unidade)	17.340.004	8	2.167.501
<b>46760000 Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e Suas Aplicações no Agronegócio</b>			
Pesquisa desenvolvida (unidade)	47.315.336	6	7.885.889
<b>46980000 Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e outras Espécies Vegetais</b>			
Tecnologia transferida (unidade)	6.245.019	20	312.251
<b>47040000 Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas</b>			
Tecnologia transferida (unidade)	6.652.000	25	266.080
<b>47210000 Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio</b>			
Sistema mantido (unidade)	2.500.000	1	2.500.000
<b>48030000 Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura</b>			
Pesquisa desenvolvida (unidade)	12.000.000	246	48.780
<b>48420000 Erradicação da Febre Aftosa</b>			
Área controlada (km²)	38.000.000	8.514.876	4
<b>59200000 Zoneamento Agrícola</b>			
Zoneamento realizado (unidade)	5.000.000	162	30.864
<b>24000 Ministério da Ciência e Tecnologia</b>			
<b>001F0000 Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos</b>			
Projeto apoiado (unidade)	6.000.000	12	500.000
<b>07450000 Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital (CT-Verde Amarelo)</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Contrato de risco registrado (unidade)	17.588.000	12	1.465.667
<b>08620000 Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social</b>			
Projeto apoiado (unidade)	13.650.000	80	170.625
<b>09000000 Concessão de Bolsa de Estímulo à Pesquisa</b>			
Bolsa concedida (unidade)	170.650.000	19.797	8.620
<b>09010000 Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores</b>			
Bolsa concedida (unidade)	278.832.000	15.700	17.760
<b>09020000 Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa</b>			
Bolsa concedida (unidade)	56.427.000	19.264	2.929
<b>09030000 Concessão de Bolsa de Pesquisa em Desenvolvimento Tecnológico Empresarial</b>			
Bolsa concedida (unidade)	29.100.000	1.700	17.118
<b>20950000 Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-Estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)</b>			
Projeto apoiado (unidade)	145.038.363	200	725.192
<b>20970000 Fortalecimento de Competência Técnico-Científica para Inovação (CT-Verde Amarelo)</b>			
Profissional capacitado (unidade)	22.000.000	440	50.000
<b>21130000 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	113.841.569	313	363.711
<b>21890000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	59.800.326	120	498.336
<b>21910000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	166.020	1	166.020

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>22230000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	32.160.000	64	502.500
<b>23570000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)</b>			
Projeto apoiado (unidade)	1.670.000	2	835.000
<b>24630000 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear</b>			
Projeto apoiado (unidade)	12.000.000	2	6.000.000
<b>24690000 Controle de Radioproteção e Dosimetria</b>			
Serviço executado (unidade)	1.165.000	12	97.083
<b>24730000 Funcionamento dos Laboratórios dos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN</b>			
Análise realizada (unidade)	7.825.127	35	223.575
<b>24780000 Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica</b>			
Radioisótopo produzido (mci(milicurie))	27.942.842	1.800.000	16
<b>24820000 Fabricação de Combustível Nuclear</b>			
Elemento combustível produzido (unidade)	280.522.650	94	2.984.284
<b>24850000 Capacitação de Profissionais para as Indústrias Nuclear e Pesada</b>			
Profissional capacitado (unidade)	720.000	2.100	343
<b>24890000 Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras</b>			
Mineral produzido (t)	25.559.571	25.680	995
<b>29970000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	25.000.000	50	500.000
<b>40310000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)</b>			
Projeto apoiado (unidade)	24.200.428	48	504.176

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>40430000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	25.000.000	50	500.000
<b>40530000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	12.400.000	21	590.476
<b>41410000 Serviços de Tecnologia de Informação para a Indústria</b>			
Entidade atendida (unidade)	1.069.186	8	133.648
<b>41470000 Fomento à Capacitação Tecnológica em Temas de Impacto Social</b>			
Projeto apoiado (unidade)	9.000.000	18	500.000
<b>41560000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	70.163.113	140	501.165
<b>41580000 Fomento à Pesquisa Fundamental</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	39.248.000	1.567	25.047
<b>41850000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)</b>			
Projeto apoiado (unidade)	25.540.800	60	425.680
<b>42020000 Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Software para Exportação</b>			
Empresa apoiada (unidade)	750.000	51	14.706
<b>44380000 Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia</b>			
Projeto apoiado (unidade)	3.100.000	11	281.818
<b>46650000 Fomento a Núcleos de Excelência - PRONEX</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	27.200.000	206	132.039
<b>49400000 Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia</b>			
Projeto apoiado (unidade)	4.132.000	8	516.500

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>49410000 Fomento à Pesquisa na Rede de Laboratórios de Estudos Genômicos</b>			
Projeto apoiado (unidade)	1.400.000	8	175.000
<b>49420000 Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	1.512.800	3	504.267
<b>49490000 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	20.642.728	37	557.912
<b>61900000 Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa</b>			
Evento realizado (unidade)	102.900	5	20.580
<b>62140000 Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica nas Áreas de Materiais, Dispositivos Avançados e Microeletrônica</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	4.000.000	5	800.000
<b>62250000 Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanociência e Nanotecnologia</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	3.000.000	6	500.000
<b>62360000 Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Molecular Estrutural</b>			
Estrutura molecular caracterizada (unidade)	2.860.000	15	190.667
<b>64320000 Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores</b>			
Projeto apoiado (unidade)	800.000	5	160.000
<b>67020000 Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social</b>			
Evento realizado (unidade)	7.100.000	50	142.000
<b>25000 Ministério da Fazenda</b>			
<b>20680000 Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais</b>			
Manifestação realizada (unidade)	879.955	10	87.996
<b>20690000 Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos</b>			



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Análise realizada (unidade)	555.202	5	111.040
<b>20740000 Gestão Financeira e Contábil da União</b>			
Balanço geral da união elaborado (unidade)	2.654.629	1	2.654.629
<b>20750000 Gestão de Obrigações da União</b>			
Leilão realizado (unidade)	2.132.782	232	9.193
<b>20760000 Gestão de Haveres da União</b>			
Haver gerido (R\$ milhão)	2.958.931	40.048.000	0
<b>20770000 Gestão da Dívida Pública</b>			
Contrato gerido (unidade)	4.832.249	72	67.115
<b>20910000 Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional</b>			
Homologação concedida (unidade)	450.000	4.000	113
<b>20980000 Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito</b>			
Norma publicada (unidade)	8.760.300	645	13.582
<b>20990000 Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional</b>			
Norma publicada (unidade)	450.000	160	2.813
<b>22030000 Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários</b>			
Fiscalização realizada (unidade)	800.000	2.543	315
<b>22040000 Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários</b>			
Informação disponibilizada (Gbyte)	810.000	60	13.500
<b>22050000 Orientação e Defesa aos Investidores (Prodin)</b>			
Investidor atendido (unidade)	809.500	49.637	16
<b>22140000 Fiscalização dos Mercados de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Entidade fiscalizada (unidade)	1.149.626	160	7.185
<b>22150000 Regulamentação dos Mercados de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta</b>			
Norma publicada (unidade)	546.302	27	20.233
<b>22370000 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira</b>			
Ação fiscal realizada (unidade)	398.654.853	23.050	17.295
<b>22380000 Arrecadação Tributária e Aduaneira</b>			
Tributo arrecadado (R\$ bilhão)	70.200.000	306	229.412
<b>22440000 Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União</b>			
Crédito arrecadado (R\$ milhão)	3.400.000	2.378	1.430
<b>22450000 Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional</b>			
Representação realizada (unidade)	1.475.000	1.891.010	1
<b>22500000 Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins</b>			
Candidato selecionado (unidade)	9.011.248	2.000	4.506
<b>23870000 Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins Comerciais</b>			
Evento acompanhado (unidade)	767.979	55	13.963
<b>28320000 Supervisão do Sistema Financeiro Nacional</b>			
Supervisão realizada (unidade)	7.900.000	2.600	3.038
<b>45620000 Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos</b>			
Processo instruído (unidade)	888.050	500	1.776
<b>62270000 Capacitação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins</b>			
Servidor capacitado (unidade)	11.634.917	32.500	358
<b>26000 Ministério da Educação</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>00810000 Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos</b>			
Aluno beneficiado (unidade)	390.213.000	1.560.852	250
<b>04870000 Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País</b>			
Bolsista atendido (unidade)	408.410.932	24.010	17.010
<b>05090000 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica</b>			
Projeto apoiado (unidade)	96.792.105	50	1.935.842
<b>05130000 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica</b>			
Aluno beneficiado (milhar)	1.139.999.999	37.135	30.699
<b>05150000 Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental</b>			
Escola beneficiada (unidade)	330.000.000	129.870	2.541
<b>09200000 Concessão de Bolsa ao Alfabetizador</b>			
Bolsa concedida (unidade)	204.750.000	105.000	1.950
<b>09350000 Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior</b>			
Bolsista atendido (unidade)	110.302.519	1.563	70.571
<b>09590000 Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial</b>			
Escola atendida (unidade)	1.787.136	550	3.249
<b>09600000 Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Infantil</b>			
Aluno beneficiado (unidade)	2.500.000	17.000	147
<b>09650000 Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos</b>			
Aluno beneficiado (unidade)	4.095.854	85.330	48
<b>09660000 Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental</b>			
Professor formado (unidade)	15.000.000	27.000	556

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>09690000 Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental</b>			
Aluno apoiado (unidade)	270.000.000	3.500.000	77
<b>09BT0000 Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos</b>			
Alfabetizador capacitado (unidade)	12.075.000	105.000	115
<b>09CY0000 Apoio à Formação Continuada de Professores para Ações Educativas Integradas</b>			
Professor beneficiado (unidade)	2.000.000	3.600	556
<b>12CH0000 Expansão do Uso do Sinal do TV Escola</b>			
Unidade equipada (unidade)	4.000.000	7.000	571
<b>12CJ0000 Expansão do Uso do Rádio Escola</b>			
Unidade equipada (unidade)	500.000	100	5.000
<b>36760000 Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - PROEP</b>			
Profissional capacitado (unidade)	5.336.000	1.800	2.964
<b>36800000 Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED</b>			
Estudo realizado (unidade)	1.000.000	4	250.000
<b>36810000 Desenvolvimento de Modelos de Gestão Escolar para a Educação Profissional - PROEP</b>			
Documento produzido (unidade)	590.000	2	295.000
<b>36860000 Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PROMED</b>			
Escola atendida (unidade)	14.900.000	16.261	916
<b>36870000 Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional - PROEP</b>			
Subsistema implantado (unidade)	1.506.000	1	1.506.000
<b>36880000 Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional - PROEP</b>			
Plano implantado (unidade)	600.000	2	300.000

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>40010000 Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal</b>			
Aluno matriculado (unidade)	3.227.183	9.357	345
<b>40050000 Funcionamento da Residência Médica</b>			
Médico-residente mantido (unidade)	85.491.810	4.018	21.277
<b>40060000 Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação</b>			
Aluno matriculado (unidade)	30.138.043	84.511	357
<b>40140000 Censo Escolar da Educação Básica</b>			
Censo realizado (unidade)	7.227.772	1	7.227.772
<b>40170000 Avaliação Nacional de Competências e Habilidades - ANCH</b>			
Aluno avaliado (unidade)	53.353.990	1.600.000	33
<b>40190000 Fomento à Pós-graduação</b>			
Programa apoiado (unidade)	31.695.212	794	39.918
<b>40220000 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB</b>			
Avaliação realizada (unidade)	75.522.017	1	75.522.017
<b>40450000 Distribuição de Acervos Bibliográficos</b>			
Exemplar distribuído (milhar)	49.000.000	165	296.970
<b>40460000 Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental</b>			
Exemplar distribuído (milhar)	470.715.118	77.077	6.107
<b>63030000 Avaliação do Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação - ENADE</b>			
Curso avaliado (unidade)	13.000.000	13	1.000.000
<b>63220000 Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio</b>			
Exemplar distribuído (milhar)	72.278.821	9.003	8.028

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>63280000 Universidade Aberta e a Distância</b>			
Aluno matriculado (unidade)	27.979.530	32.640	857
<b>63750000 Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação</b>			
Exemplar distribuído (unidade)	4.000.000	1.800.000	2
<b>63770000 Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola</b>			
Profissional capacitado (unidade)	2.500.000	30.000	83
<b>63790000 Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais</b>			
Hospital apoiado (unidade)	50.000.000	45	1.111.111
<b>65030000 Censo da Educação Superior</b>			
Censo realizado (unidade)	2.000.100	1	2.000.100
<b>73650000 Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Nível Tecnológico - PROEP</b>			
Parâmetro curricular divulgado (unidade)	2.348.000	20	117.400
<b>82570000 Avaliação de Instituições e Cursos de Educação Superior</b>			
Avaliação realizada (unidade)	17.500.000	2.450	7.143
<b>85510000 Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior</b>			
Instituição apoiada (unidade)	115.126.444	54	2.131.971
<b>869R0000 Transmissão do sinal via Satélite do TV Escola</b>			
Escola atendida (unidade)	8.000.000	50.000	160
<b>28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</b>			
<b>04940000 Apoio à Implantação de Telecentros de Informação e Negócios</b>			
Telecentro implantado (unidade)	1.649.497	315	5.236
<b>20270000 Concessão de Patentes</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Patente decidida (unidade)	3.305.464	13.000	254
<b>20310000 Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins</b>			
Ato registrado (unidade)	4.272.647	1.426.355	3
<b>20320000 Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior - ALICE</b>			
Sistema mantido (unidade)	4.450.000	1	4.450.000
<b>20340000 Controle Metrológico</b>			
Instrumento/ produto verificado (unidade)	158.599.999	11.000.000	14
<b>26680000 Serviços de Comércio Exterior</b>			
Documento emitido (unidade)	8.970.047	417.038	22
<b>27060000 Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal</b>			
Evento realizado (unidade)	586.000	11	53.273
<b>27360000 Portal do Exportador</b>			
Portal mantido (unidade)	1.300.000	1	1.300.000
<b>27600000 Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual</b>			
Evento realizado (unidade)	1.069.938	150	7.133
<b>27620000 Promoção de Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX</b>			
Evento realizado (unidade)	480.000	12	40.000
<b>27640000 Edição e Distribuição de Material Técnico para Orientação ao Exportador</b>			
Exemplar distribuído (unidade)	300.000	16.000	19
<b>27660000 Capacitação de Profissionais de Comércio Exterior</b>			
Profissional capacitado (unidade)	1.677.412	1.750	959
<b>30000 Ministério da Justiça</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>09HG0000 Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência</b>			
Projeto apoiado (unidade)	58.300.000	108	539.815
<b>22350000 Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas</b>			
Terra indígena demarcada/aviventada (km)	2.100.000	715	2.937
<b>23160000 Serviço Penitenciário Federal</b>			
Preso mantido (unidade)	3.034.000	438	6.927
<b>23200000 Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional</b>			
Profissional capacitado (unidade)	40.000.000	20.462	1.955
<b>23840000 Atendimento Emergencial aos Povos Indígenas</b>			
Indígena atendido (unidade)	7.500.000	5.625	1.333
<b>23860000 Atendimento aos Adolescentes e Jovens Indígenas em Situação de Risco Social</b>			
Indígena atendido (unidade)	950.000	760	1.250
<b>25160000 Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas</b>			
Pessoa capacitada (unidade)	300.000	1.029	292
<b>25540000 Disseminação da Cultura da Concorrência</b>			
Medida implementada (unidade)	825.000	24	34.375
<b>25660000 Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas</b>			
Comunidade assistida (unidade)	800.000	28	28.571
<b>27070000 Fiscalização de Terras Indígenas</b>			
Fiscalização realizada (unidade)	6.000.000	240	25.000
<b>27120000 Formação de Quadros da Polícia Federal</b>			
Aluno matriculado (unidade)	31.101.200	1.100	28.274



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>27230000 Policiamento Ostensivo e Controle de Trânsito na Malha Rodoviária</b>			
Rodovia policiada (km)	37.052.856	69.000	537
<b>27250000 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão</b>			
Pessoa assistida (unidade)	7.834.000	65.283	120
<b>43900000 Regularização Fundiária de Terras Indígenas</b>			
Regularização efetivada (ha)	16.500.000	745.480	22
<b>74940000 Regularização e Proteção de Terras Indígenas na Amazônia Legal - PPTAL (Programa-Piloto)</b>			
Regularização efetivada (ha)	7.480.000	2.040.000	4
<b>85450000 Intensificação da Repressão Qualificada</b>			
Operação Integrada Realizada (unidade)	25.000.000	90	277.778
<b>33000 Ministério da Previdência Social</b>			
<b>001O0000 Pagamento de Aposentadorias - Área Rural</b>			
Aposentado beneficiado (unidade)	17.272.140.454	4.967.607	3.477
<b>001P0000 Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	755.843.349	111.039	6.807
<b>001Q0000 Pagamento de Pensões - Área Rural</b>			
Pensionista beneficiado (unidade)	6.301.986.877	1.808.706	3.484
<b>001R0000 Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	69.745.713	23.675	2.946
<b>01170000 Pagamento de Salário-Família</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	22.638.553	139.279	163
<b>01320000 Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Aposentado beneficiado (unidade)	67.139.171.031	7.792.341	8.616
<b>01330000 Pagamento de Aposentadorias Especiais</b>			
Aposentado beneficiado (unidade)	5.435.824.393	419.936	12.944
<b>01340000 Pagamento de Pensões - Área Urbana</b>			
Pensionista beneficiado (unidade)	23.851.839.154	3.915.610	6.091
<b>01360000 Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	14.457.902.075	2.123.981	6.807
<b>01370000 Pagamento de Abono de Permanência em Serviço</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	16.958.306	4.819	3.519
<b>01410000 Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	120.768.962	26.615	4.538
<b>22760000 Fiscalização dos Regimes Próprios e Complementares dos Servidores Públicos</b>			
Regime previdenciário fiscalizado (unidade)	1.022.000	185	5.524
<b>22840000 Promoção de Ações de Conscientização e Informação</b>			
Pessoa atendida (unidade)	1.100.000	800.000	1
<b>22880000 Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar</b>			
Plano autorizado (unidade)	2.892.000	2.100	1.377
<b>22920000 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários</b>			
Benefício processado (milhar)	300.000.000	271.200	1.106
<b>22940000 Defesa Judicial da Previdência Social Básica</b>			
Peça processual produzida (unidade)	10.558.500	857.142	12

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>22960000 Serviço de Perícia Médica Judicial</b>			
Laudo produzido (unidade)	6.000.000	5.000	1.200
<b>25620000 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos</b>			
Auditoria realizada (unidade)	9.053.000	2.150	4.211
<b>25640000 Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS</b>			
Registro mantido (milhar)	10.000.000	200.000	50
<b>25670000 Recuperação Administrativa de Créditos Previdenciários</b>			
Crédito recuperado (1000)	5.234.000	3.000.000	2
<b>25680000 Recuperação Judicial de Créditos Previdenciários</b>			
Crédito recuperado (1000)	5.000.000	4.845.000	1
<b>25700000 Auditoria Fiscal das Contribuições Previdenciárias</b>			
Empresa auditada (unidade)	32.500.000	100.000	325
<b>25780000 Serviço de Perícia Médica</b>			
Perícia médica realizada (unidade)	77.126.000	3.000.000	26
<b>25800000 Serviço de Processamento de Dados da Guia de Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP</b>			
Guia processada (unidade)	28.985.000	48.000.000	1
<b>25820000 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial</b>			
Benefício processado (unidade)	400.000	950.000	0
<b>25850000 Serviço de Reabilitação Profissional</b>			
Segurado atendido (unidade)	9.719.500	48.000	202
<b>25870000 Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social</b>			
Usuário atendido (unidade)	2.780.000	320.000	9

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>25910000 Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários</b>			
Processo concluído (unidade)	38.679.000	9.600.000	4
<b>25920000 Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar</b>			
Plano fiscalizado (unidade)	3.998.000	910	4.393
<b>25930000 Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social</b>			
Usuário atendido (unidade)	297.589.137	33.500.000	9
<b>44050000 Previdência Eletrônica</b>			
Serviço previdenciário eletrônico provido (unidade)	6.785.000	34.000.000	0
<b>82110000 Previsão e Monitoramento da Arrecadação dos Grandes Contribuintes do INSS</b>			
Empresa monitorada (unidade)	2.500.000	20.000	125
<b>34000 Ministério Público da União</b>			
<b>45150000 Ações Judiciais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes</b>			
Ação judicial desenvolvida (unidade)	300.000	15	20.000
<b>64710000 Ações Judiciais para Erradicação do Trabalho Escravo</b>			
Ação judicial desenvolvida (unidade)	313.000	37	8.459
<b>36000 Ministério da Saúde</b>			
<b>02140000 Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis</b>			
Ente federativo qualificado (unidade)	124.265.000	461	269.555
<b>04420000 Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos Municípios com População Superior a 100 mil Habitantes</b>			
Município beneficiado (unidade)	101.000.000	231	437.229
<b>05890000 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Equipe mantida (unidade)	2.349.794.994	25.002	93.984
<b>05930000 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica</b>			
Município habilitado (unidade)	281.000.000	5.560	50.540
<b>08160000 Apoio a Centros Colaboradores para a Atenção à Saúde das Pessoas em Situações de Violências e outras Causas Externas</b>			
Centro apoiado (unidade)	3.500.000	12	291.667
<b>08180000 Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas</b>			
Serviço estruturado (unidade)	240.000.000	814	294.840
<b>08290000 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças</b>			
População coberta (milhar)	736.000.000	181.342	4.059
<b>08430000 Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)</b>			
Paciente beneficiado (unidade)	5.760.000	2.000	2.880
<b>08520000 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Médio e Alto Risco Sanitário Inseridos na Programação Pactuada de Vigilância Sanitária</b>			
População coberta (milhar)	41.200.000	181.341	227
<b>09900000 Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária</b>			
População coberta (milhar)	59.108.000	181.341	326
<b>27210000 Promoção à Saúde e às Práticas Seguras de Prevenção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis</b>			
Preservativo distribuído (milhar)	61.000.000	400.000	153
<b>38830000 Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária</b>			
Família beneficiada (unidade)	11.000.000	12.048	913

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>42940000 Prevenção e Controle das Carências Nutricionais por Micronutrientes</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	6.000.000	7.667.669	1
<b>42950000 Atenção aos Pacientes Portadores de Hemoglobinopatias</b>			
Paciente atendido (unidade)	6.400.000	13.000	492
<b>43240000 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil</b>			
Atendimento realizado (unidade)	5.833.000	14.566	400
<b>43270000 Atenção à Saúde das Pessoas com HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis</b>			
Pessoa atendida (unidade)	50.000.000	235.000	213
<b>43390000 Regulação, Fiscalização e Monitoramento de Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde</b>			
Fiscalização realizada (unidade)	20.105.000	1.700	11.826
<b>43680000 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde</b>			
Pessoa atendida (unidade)	681.000.000	70.000.000	10
<b>43700000 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis</b>			
Paciente atendido (unidade)	550.000.000	170.000	3.235
<b>43830000 Vacinação da População</b>			
Dose aplicada (milhar)	8.570.000	287.000	30
<b>47050000 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais</b>			
Paciente atendido (unidade)	961.000.000	379.000	2.536
<b>60310000 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças</b>			
Dose distribuída (milhar)	550.000.000	335.000	1.642
<b>61330000 Vigilância Sanitária de Produtos</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Inspeção realizada (unidade)	61.000.001	28.315	2.154
<b>61400000 Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas</b>			
Distrito Sanitário Especial Indígena Beneficiado (unidade)	3.214.000	12	267.833
<b>61420000 Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias</b>			
Paciente atendido (unidade)	223.000.000	8.500	26.235
<b>61480000 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais</b>			
Atendimento realizado (unidade)	348.000.000	1.660.000	210
<b>61600000 Controle de Surtos, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências Epidemiológicas</b>			
Evento controlado (unidade)	3.000.000	30	100.000
<b>61810000 Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	2.000.000	120.000	17
<b>62350000 Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue</b>			
População coberta (milhar)	25.000.000	181.341	138
<b>65010000 Atenção à Saúde dos Povos Indígenas</b>			
Indígena atendido (unidade)	170.260.000	410.653	415
<b>68380000 Atenção à Saúde Bucal</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	125.000.000	82.800.000	2
<b>82150000 Atenção à Saúde das Populações Quilombolas</b>			
Pessoa atendida (unidade)	300.000	2.000.000	0
<b>82650000 Implementação da Atenção Domiciliar e de outras Modalidades Alternativas à Internação Hospitalar</b>			
Pessoa atendida (unidade)	428.000	2.390	179

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>83050000 Atenção de Referência à Gestante de Alto Risco, Crianças e Adolescentes com Patologias de Alta Complexidade e a Portadores de Doenças Infecciosas</b>			
Paciente atendido (unidade)	16.449.000	150.770	109
<b>84150000 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares</b>			
Farmácia mantida (unidade)	323.360.000	620	521.548
<b>85270000 Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional</b>			
Equipe constituída (unidade)	11.000.000	303	36.304
<b>85290000 Serviços Extra-Hospitalares de Atenção aos Portadores de Transtornos Mentais e de Transtornos decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas</b>			
Serviço apoiado (unidade)	10.500.000	510	20.588
<b>85390000 Rede de Atendimento Ambulatorial e Laboratorial para o Controle de Tuberculose e de outras Pneumopatias de Interesse da Saúde Pública</b>			
População coberta (milhar)	3.200.000	181.341	18
<b>85730000 Expansão e Consolidação da Saúde da Família</b>			
População coberta (milhar)	38.196.000	86.250	443
<b>85770000 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros</b>			
Município beneficiado (unidade)	2.344.000.000	5.561	421.507
<b>85850000 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada</b>			
Atendimento realizado (unidade)	14.906.000.001	220.706.618	68
<b>85870000 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada</b>			
Atendimento realizado (unidade)	394.000.000	5.455.141	72
<b>38000 Ministério do Trabalho e Emprego</b>			
<b>02170000 Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso</b>			



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Trabalhador beneficiado (unidade)	3.903.423	3.803	1.026
<b>05810000 Pagamento do Benefício Abono Salarial</b>			
Trabalhador beneficiado (unidade)	2.480.166.886	9.113.776	272
<b>05830000 Pagamento do Seguro-Desemprego</b>			
Trabalhador beneficiado (unidade)	7.858.944.030	4.595.005	1.710
<b>05850000 Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal</b>			
Pescador beneficiado (unidade)	254.396.775	274.353	927
<b>06530000 Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico</b>			
Trabalhador doméstico beneficiado (unidade)	8.022.047	8.709	921
<b>06860000 Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo</b>			
Trabalhador beneficiado (unidade)	1.644.426	1.999	823
<b>06880000 Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do Primeiro Emprego destinado a Jovens</b>			
Emprego criado (unidade)	67.164.766	44.776	1.500
<b>25500000 Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra</b>			
Trabalhador colocado (unidade)	75.457.050	940.330	80
<b>25530000 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS</b>			
Carteira de trabalho emitida (unidade)	7.000.000	6.500.000	1
<b>26280000 Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS</b>			
Trabalhador registrado sob a ação fiscal (unidade)	14.822.485	534.000	28
<b>26290000 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo</b>			
Fiscalização realizada (unidade)	2.960.000	80	37.000
<b>26330000 Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Trabalhador habilitado (unidade)	25.594.436	5.366.370	5
<b>26880000 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil</b>			
crianças e adolescentes com situação regularizada (unidade)	750.000	5.000	150
<b>26900000 Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho</b>			
Inspeção realizada (unidade)	1.790.000	120.000	15
<b>47250000 Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda</b>			
Trabalhador qualificado (unidade)	24.822.919	48.294	514
<b>47280000 Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia Solidária</b>			
Trabalhador qualificado (unidade)	58.808.566	114.415	514
<b>47290000 Fiscalização do Trabalho de Adolescentes</b>			
Adolescente regularizado (unidade)	200.000	20.000	10
<b>47330000 Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Políticas de Inclusão Social</b>			
Trabalhador qualificado (unidade)	30.970.301	60.255	514
<b>47370000 Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária</b>			
Empreendimento apoiado (unidade)	5.344.861	481	11.112
<b>47830000 Remuneração dos Agentes Pagadores e Operadores do Benefício Abono Salarial</b>			
Benefício pago (unidade)	40.104.615	9.113.776	4
<b>47840000 Remuneração dos Agentes Pagadores e Operacionalização do Seguro-Desemprego</b>			
Benefício pago/processado (unidade)	48.086.986	22.517.537	2
<b>47870000 Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário</b>			
Jovem qualificado (unidade)	29.799.997	30.578	975

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>47880000 Concessão de Auxílio-Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Inseridos no Serviço Voluntário</b>			
Jovem beneficiado (unidade)	27.520.243	30.578	900
<b>47890000 Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo</b>			
Jovem qualificado (unidade)	16.178.736	17.976	900
<b>64610000 Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo</b>			
Trabalhador assistido (unidade)	300.000	6.000	50
<b>42000 Ministério da Cultura</b>			
<b>29480000 Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores em Arte e Cultura em Áreas Habitadas por Populações de Baixa Renda</b>			
Profissional capacitado (unidade)	1.355.311	1.435	944
<b>46040000 Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material</b>			
Bem acautelado (unidade)	106.200	26	4.085
<b>50170000 Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano</b>			
Pessoa capacitada (unidade)	4.039.920	920	4.391
<b>50210000 Educação Patrimonial na Área do Monumenta</b>			
Pessoa conscientizada (unidade)	3.631.680	403.520	9
<b>65270000 Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais</b>			
Evento realizado (unidade)	2.200.000	142	15.493
<b>66300000 Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material</b>			
Bem inventariado (unidade)	696.198	3.200	218
<b>47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</b>			
<b>22360000 Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Sistema mantido (unidade)	12.321.800	1	12.321.800
<b>40760000 Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE</b>			
Informação processada (unidade)	38.000.000	1	38.000.000
<b>40770000 Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG</b>			
Sistema mantido (unidade)	9.000.000	1	9.000.000
<b>40780000 Sistema de Informação para a Gestão do Patrimônio da União</b>			
Sistema mantido (unidade)	9.900.000	1	9.900.000
<b>42540000 Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN</b>			
Sistema mantido (unidade)	820.000	1	820.000
<b>45570000 Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR</b>			
Sistema mantido (unidade)	13.800.000	1	13.800.000
<b>49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>			
<b>05740000 Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil</b>			
Imóvel regularizado (unidade)	18.313.160	5.000	3.663
<b>42600000 Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares</b>			
Produtor assistido (unidade)	47.277.050	252.600	187
<b>44260000 Georreferenciamento de Imóveis Rurais</b>			
Imóvel georreferenciado (unidade)	28.818.070	290.000	99
<b>44640000 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Implantação</b>			
Família assistida (unidade)	58.678.236	149.943	391
<b>44700000 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Recuperação</b>			
Família assistida (unidade)	98.321.259	328.117	300

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>44740000 Educação de Jovens e Adultos no Campo</b>			
Trabalhador rural escolarizado (unidade)	15.001.512	74.166	202
<b>86330000 Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar</b>			
Profissional formado (unidade)	9.391.037	4.000	2.348
<b>86430000 Capacitação e Formação de Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e Agricultura Familiar</b>			
Profissional capacitado (unidade)	13.631.589	6.000	2.272
<b>51000 Ministério do Esporte</b>			
<b>09HW0000 Concessão de Bolsa a Atletas</b>			
Bolsa concedida (unidade)	4.700.000	470	10.000
<b>23520000 Produção de Material Esportivo por Comunidades Carentes em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania</b>			
Material esportivo produzido (unidade)	5.000.000	295.000	17
<b>23580000 Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento</b>			
Atleta de base beneficiado (unidade)	1.000.000	714	1.401
<b>23620000 Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade</b>			
Material esportivo produzido (unidade)	9.997.000	596.930	17
<b>23640000 Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Esporte Educacional</b>			
Atleta apoiado (unidade)	500.000	70	7.143
<b>23820000 Produção de Material Esportivo por Adolescentes em Conflito com a Lei - Pintando a Esperança</b>			
Material esportivo produzido (unidade)	738.000	48.510	15
<b>24300000 Realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro</b>			
Evento realizado (unidade)	5.000.000	1	5.000.000
<b>24320000 Realização dos Jogos Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Evento realizado (unidade)	2.000.000	1	2.000.000
<b>24860000 Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência</b>			
Atleta apoiado (unidade)	200.000	36	5.556
<b>24900000 Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento</b>			
Atleta apoiado (unidade)	1.150.000	189	6.085
<b>25000000 Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento</b>			
Evento realizado (unidade)	500.000	1	500.000
<b>26260000 Promoção de Eventos de Esporte Educacional</b>			
Evento realizado (unidade)	2.000.000	2	1.000.000
<b>26670000 Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	3.810.000	150.000	25
<b>43770000 Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional</b>			
Aluno beneficiado (unidade)	28.125.729	230.000	122
<b>52000 Ministério da Defesa</b>			
<b>19490000 Obtenção de Sistemas Operativos</b>			
Sistema obtido (unidade)	56.684.124	6	9.447.354
<b>20480000 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico</b>			
Aeronave disponibilizada (unidade)	256.000.000	345	742.029
<b>24390000 Apoio Aéreo na Região da Calha Norte</b>			
Hora de voo realizada (unidade)	703.324	2.000	352
<b>24420000 Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Rodovia conservada (km)	549.032	300	1.830
<b>24520000 Manutenção da Infra-Estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região da Calha Norte</b>			
Pelotão mantido (unidade)	4.685.002	24	195.208
<b>25220000 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos</b>			
Unidade farmacêutica produzida (milhar)	3.714.250	40.831	91
<b>25280000 Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas</b>			
Paciente atendido (unidade)	31.645.577	125.000	253
<b>28530000 Manutenção de Meios Aeronavais</b>			
Aeronave mantida (unidade)	14.353.021	93	154.334
<b>28540000 Manutenção de Meios de Fuzileiros Navais</b>			
Organização militar mantida (unidade)	7.887.848	37	213.185
<b>28550000 Manutenção de Meios Navais</b>			
Navio/ submarino mantido (unidade)	99.665.480	104	958.322
<b>28570000 Manutenção e Suprimento de Munições</b>			
Organização militar mantida (unidade)	63.926.559	894	71.506
<b>28580000 Abastecimento de Sobressalentes e Equipagens</b>			
Organização militar mantida (unidade)	47.027.619	467	100.702
<b>28590000 Aprestamento das Forças Navais</b>			
Força aprestanda (unidade)	169.411.179	12	14.117.598
<b>28640000 Alimentação de Pessoal</b>			
Militar alimentado (unidade)	413.430.304	368.577	1.122
<b>28650000 Manutenção e Suprimento de Fardamento</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Militar atendido (unidade)	117.147.540	233.704	501
<b>28680000 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes</b>			
Combustível/lubrificante adquirido (litro)	316.372.000	233.991.539	1
<b>28870000 Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos</b>			
Paciente atendido (unidade)	449.849.277	2.710.000	166
<b>29120000 Fiscalização da Aviação Civil</b>			
Item fiscalizado (unidade)	9.000.000	6.000	1.500
<b>29230000 Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro</b>			
Sistema mantido (unidade)	340.021.492	3	113.340.497
<b>29240000 Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil</b>			
Sistema mantido (unidade)	16.715.856	1	16.715.856
<b>44040000 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial</b>			
Pesquisa realizada (unidade)	6.000.000	9	666.667
<b>44240000 Funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara</b>			
Centro mantido (unidade)	4.020.000	2	2.010.000
<b>64990000 Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira</b>			
Ação realizada (unidade)	13.800.000	1	13.800.000
<b>65570000 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão</b>			
militar habilitado (unidade)	13.300.000	30.000	443
<b>84250000 Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon</b>			
Comunidade atendida (unidade)	200.000	200	1.000
<b>53000 Ministério da Integração Nacional</b>			



**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
<b>11TK0000 Recuperação de Poços Públicos</b>			
Poço recuperado (unidade)	500.000	25	20.000
<b>45400000 Reflorestamento de Nascentes, Margens e Áreas Degradadas do São Francisco</b>			
Reflorestamento executado (ha)	8.000.000	220	36.364
<b>54720000 Recuperação e Controle de Processos Erosivos na Bacia do Rio São Francisco</b>			
Leito recuperado (km)	5.000.000	95	52.632
<b>64240000 Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais</b>			
Arranjo produtivo local viabilizado (unidade)	28.705.000	44	652.386
<b>86210000 Estudos para Projetos de Obras de Infra-Estrutura Hídrica</b>			
Estudo realizado (unidade)	12.300.000	4	3.075.000
<b>86950000 Dessalinização de Água - Água Doce</b>			
Poço dessalinizado (unidade)	1.200.000	30	40.000
<b>54000 Ministério do Turismo</b>			
<b>21180000 Funcionamento de Escritórios de Fomento ao Turismo no Exterior</b>			
Escritório mantido (unidade)	14.500.000	8	1.812.500
<b>26580000 Fiscalização dos Serviços Turísticos</b>			
Fiscalização realizada (unidade)	974.846	5.782	169
<b>27310000 Captação, Promoção e Participação em Eventos Internacionais</b>			
Evento realizado (unidade)	39.500.000	28	1.410.714
<b>40320000 Campanha para a Promoção do Brasil como Destino Turístico Internacional</b>			
Campanha realizada (unidade)	58.500.000	5	11.700.000
<b>40380000 Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Campanha realizada (unidade)	35.090.331	30	1.169.678
<b>45900000 Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo</b>			
Pessoa qualificada (unidade)	9.053.000	5.000	1.811
<b>46200000 Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno</b>			
Evento realizado (unidade)	15.258.069	25	610.323
<b>55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>			
<b>00600000 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)</b>			
Família atendida (unidade)	5.437.800.000	8.700.000	625
<b>05610000 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	586.617.064	163.859	3.580
<b>05650000 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	1.258.528.574	351.298	3.583
<b>05730000 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	2.949.360.586	892.099	3.306
<b>05750000 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência - LOAS</b>			
Pessoa beneficiada (unidade)	3.742.875.440	1.132.702	3.304
<b>08860000 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos em Situação de Vulnerabilidade e/ou Risco Social</b>			
Jovem atendido (unidade)	54.497.170	110.000	495
<b>08870000 Capacitação de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social</b>			
Jovem capacitado (unidade)	15.035.463	108.450	139
<b>09JB0000 Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Criança/adolescente beneficiado (unidade)	328.261.317	1.000.000	328
<b>20600000 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Ações Socioeducativas e de Convivência</b>			
Criança/ adolescente atendido (unidade)	204.653.685	1.000.000	205
<b>23830000 Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias</b>			
Pessoa atendida (unidade)	27.600.000	17.870	1.544
<b>25560000 Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente</b>			
Criança/ adolescente atendido (unidade)	263.200.000	1.711.046	154
<b>25590000 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa</b>			
Pessoa idosa atendida (unidade)	35.883.188	307.142	117
<b>25610000 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência</b>			
Pessoa portadora de deficiência atendida (unidade)	76.848.361	150.539	510
<b>25730000 Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade</b>			
Benefício pago (unidade)	6.844.138	7.408.260	1
<b>25740000 Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez</b>			
Benefício pago (unidade)	11.131.611	13.168.704	1
<b>25830000 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade</b>			
Benefício processado (unidade)	5.472.684	7.408.260	1
<b>25840000 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez</b>			
Benefício processado (unidade)	14.100.518	13.168.704	1
<b>25890000 Serviços de Concessão e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa</b>			

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

			R\$ 1,00
Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida	PROPOSTA - 2005	META	CUSTO MÉDIO
Benefício concedido/revisado (unidade)	2.173.850	225.000	10
<b>25900000 Serviço de Concessão e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência</b>			
Benefício concedido/revisado (unidade)	5.953.932	350.000	17
<b>27920000 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos</b>			
Família atendida (unidade)	46.000.000	398.000	116
<b>49150000 Atenção Integral à Família</b>			
Família atendida (unidade)	95.807.000	466.800	205
<b>49630000 Promoção da Inclusão Produtiva</b>			
Pessoa capacitada (unidade)	28.000.000	17.692	1.583
<b>64140000 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único</b>			
Registro mantido (unidade)	6.000.000	60.883.207	0
<b>65240000 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda</b>			
Família atendida (milhar)	165.000.000	60.883	2.710
<b>869K0000 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação da Bolsa PETI</b>			
Benefício processado (milhar)	6.792.209	11.200	606
<b>869L0000 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios do Programa de Proteção Social à Infância, à Adolescência e à Juventude</b>			
Benefício processado (milhar)	1.274.396	950	1.341

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2005**  
**Detalhamento dos Custos Unitários Médios Utilizados**  
**Principais Serviços e Investimentos**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

R\$ 1,00

**Órgão / Ação / Produto/Unidade de Medida****PROPOSTA - 2005****META****CUSTO MÉDIO****Critério utilizado para apuração dos custos médios:**

Adotou-se como critério geral os valores físicos/financeiros programados pelo Órgão Setorial, em nível de Órgão/Ação, aglutinando-se os Produtos/unidades de medidas e os valores financeiros a eles associados.

Excluiu-se deste critério os produtos relacionados a Pessoal, Benefícios ao Servidor Público e Ações com valores menores que R\$ 100.000,00.

Excluiu-se, também, os produtos relacionados a unidades de medidas com percentual de execução física, por se tratar de atributo específico de cada projeto e não possibilitar o cálculo dos custos médios.

A partir desse resultado, dividiu-se os valores financeiros pelas metas dos produtos/unidades de medidas.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - EXERCÍCIO 2005 - DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS UTILIZADOS  
NA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS, PARA OS PRINCIPAIS SERVIÇOS E INVESTIMENTOS**  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
<b>22.208 Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASA-MG</b>			
	Manutenção, Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
	Aquisição de equipamentos de limpeza	veículo	29.000
	Aquisição de veículos (5 veículos)	veículo	25.000
	Aquisição de mobiliário e acessórios (35 estações de trabalho)	equipamento	2.000
	Máquinas e equipamentos de apoio ao pós-colheita - agroqualidade (2 equipamentos)	veículo	58.000
	Manutenção de veículos (15 veículos)	unid	3.000
	Sistema de vigilância eletrônica (20 câmaras)		5.800
	Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		
	Aquisição e desenvolvimento de software (15 sistemas integrados)	sist. Integrados	31.000
	Suporte técnico de sistemas / Hardware (160 estações)	estações	1.000
	Aquisição de hardware (50 conjuntos)	conjuntos	4.000
	Aquisição de móveis, equipamentos e acessórios (6 conjuntos)	conjuntos	1.000
	Manutenção e adequação da Infra-Estrutura Operacional		
	Recapamento asfáltico na unidade Contagem	t	340
	Manutenção do sistema elétrico - unidade Contagem	pavilhão	426.990
	Sinalização viária - unidade Contagem		100.000
	Recuperação das vias/erosão e áreas de cargas e desc. dos pavilhões - unidade Contagem		111.160
	Manutenção e recapamento asfáltico (áreas próx. Ao MLP e pavilhões) - unidade Contagem		263.390
	Adequação viária implantação do projeto sinalização e circulação viária - unidade Contagem		50.000
	Reforma da cobertura dos pavilhões - unidade Contagem		250.000
	Manutenção do sistema de telefonia - unidade Contagem	pavilhão	251.590
	Reforma e adequação interna do prédio da Administração - unidade Contagem	m²	310
	Manutenção do sistema de telefonia	pavilhão	27.120
	Reforma de sanitários públicos - unidade Contagem	m²	310
	Recapamento asfáltico - unidade Juiz de Fora	t	340
	Manutenção rede elétrica - unidade Juiz de Fora	pavilhão	25.000
	Manutenção e reforma das estruturas metálicas dos pavilhões - unidade Juiz de Fora	m²	310
	Pintura da unidade - unidade de Juiz de Fora	m²	9
	Manutenção e reforma da cobertura dos pavilhões - unidade Governador Valadares	m²	310
	Pavimentação do acesso a unidade Governador Valadares	m²	10
	Pintura da unidade - unidade Governador Valadares	m²	9
	Pintura da unidade - unidade Caratinga	m²	9

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Adaptação e reforma da portaria - unidade Caratinga	m²	310
<b>22.209 Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG</b>			
	Ampliação do secador do armazém granelizado da unidade de Santa Vitória	unid	30.000
	Granelização do armazém convencional de Iturama	unid	290.000
	Conclusão da granelização do armazém da unidade de Uberlândia	unid	50.000
	Aquisição de equipamento de termometria para a unidade de Frutal	unid	30.000
	Aquisição de microcomputadores (18)	unid	1.667
	Aquisição de impressoras (5)	unid	1.000
	Aquisição de aplicativos de Gestão Empresarial (8)	unid	8.125
	Construção de sistema de contenção de Pó nas unidades de Capinópolis, Frutal, Passos e Uberlândia	unid	25.000
	Aplicação de proteção anti-ferrugem e pintura dos silos metálicos das unidades de Capinópolis, Ituiutaba, Monte Carmelo, Paracatu, Uberlândia e Unai	unid	33.333
	Reforma dos telhados das unidades de Bonfinópolis, Ipuacu, Monte Carmelo e Patos de Minas	unid	25.000
<b>22.212 Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP</b>			
	Manutenção da infra-estrutura operacional	unid	66.022
	Investimentos nos armazéns e silos - 40 unidades	unid	1.500.000
	Projeto das portarias na matriz	unid	39.229
	Investimentos nos dos Ceasas e Frigoríficos	unid	98.942
	Manutenção e adequação dos ativos de informática	unid	150.353
	Projeto backup - hardware e software	unid	145.503
	Projeto segurança	unid	9.700
	Cabeamento estruturado - LAN Capital	unid	1.358
	Rede local interior - 40 unidades	unid	4.947
	Reestruturação dos computadores (150)	unid	582.011
	Padronização de impressoras (5)	unid	582.011
	Desenvolvimento de novos sistemas contábil e financeiro		
	Projeto automatização das portarias		
<b>24.202 Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP</b>			
	Manutenção de bens imóveis		
	Projeto e reforma para modernização das instalações da empresa		
	Instalação de escada para fuga em caso de incêndio	m²	1.597
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	escada	816.678
	Modernização do sistema de ar condicionado	equipamentos	4.248
	Substituição de veículo de serviço	veículo	59.300
	Mobiliário de escritório, divisórias, etc..	móvel/divisória	6.992
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		
	Aquisição de discos rígidos de diversas capacidades (50)	disco	1.400

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Substituição de equipamentos obsoletos (20)		
	Renovação do parque de servidores (2)	switch	2.500
	Renovação parcial do parque instalado de microcomputadores (18)	servidor	30.000
	Renovação parcial do parque instalado de impressoras (20)	micro/notebook	9.854
	Substituição das placas de rede (40)	impressora	500
	Aquisição de Kits para recondicionamento de máquinas antigas (40)	placa	1.250
	Aquisição de equipamentos necessários para apresentação de trabalhos (20)	Kit	1.500
	Modernização do sistema de comunicação de voz e dados (15)	equipamento	3.000
		equipamento	7.080
<b>25.202 Banco da Amazônia S.A. - BASA</b>			
	Ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais		
	Manutenção da infra-estrutura de atendimento		7.910.510
	Instalação de agências (145)	unid	25.238.950
	Modernização de agências (85)	unid	8.871.290
	Investimento das empresas estatais em infra-estrutura de apoio		
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		1.016.600
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		15.391.150
	Instalação de bens imóveis	unid	6.397.900
<b>25.207 Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO</b>			
	Manutenção e adequação de bens imóveis		7.079.500
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.		
	Aquisição de cofres p/ armazenamento de fits backup e fragmentadoras de papel		165.999
	Despesas c/aquisição de peças de reposição para projetores multimídia (data-show) e de outros dispositivos de escritório		39.600
	Equipamento de proteção, segurança e socorro		8.634.544
	Equipamentos para áudio, vídeo e foto - para produção de vídeos institucionais		40.020
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento.		
	Aquisição de estação de trabalho para SRF, notebooks, switches, scanner projetores multimídia, leitoras, smartcard, tokens, servidores, pentascanner, terminais de vídeo, gravadoras de CD, impressora ploter, unidade externa de backup, kit de segurança p/notebook, mesa digitalizadora e placa MPGII		14.907.399
	Prover recursos para o desenvolvimento, homologação, testes e produção de sistemas para os diversos sistemas do governo federal		29.591.200
	Investimento para adequação da infra-estrutura de conexão, backbone para comportar os novos projetos e assegurar a qualidade e níveis de serviços oferecidos para os clientes		16.545.000
<b>25.210 Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB</b>			
	Modernização de agências		
	Imóveis de uso		
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado de Alagoas	agência	436.199
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado da Bahia	agência	356.638



Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado do Ceará	agência	240.000
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado do Maranhão	agência	467.287
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado de Minas Gerais	agência	317.320
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado da Paraíba	agência	462.110
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado de Pernambuco	agência	319.319
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado do Piauí	agência	488.728
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado do Rio Grande do Norte	agência	236.853
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado de Sergipe	agência	330.770
	Reforma de prédio c/melhoria de instalações físicas, Ags Extra Regionais	agência	157.440
	Sistema de Processamento de dados		
	Periféricos e componentes de hardware		
	Auto- Atendimento - 5 terminais de pagamento de contas para deficientes físicos	agência	220.000
	Auto- Atendimento - 30 terminais de pagamento de contas convencionais	agência	42.255
	Auto- Atendimento - 30 cash dispensers com moedeiro (CDM)	agência	35.213
	Auto- Atendimento - 26 cheque dispensers (dispensador de cheques avulsos)	agência	16.003
	Front office - 280 estações para terminal de caixa	agência	24.000
	Microcrédito - back office: 55 impressoras	agência	3.200
	Microcrédito - Mobile solutions: 490 personal digital assistant (PDA), tipo Palmtop	agência	1.500
	Network- componentes de interconexão de redes	agência	1.000
	Sistema de comunicação	agência	340.000
	Aquisição de equipamentos de comunicação p/Agências		
	Sistema de segurança		
	CFTV Digital Agências (30)	agência	1.740
	CFTV Analógico Agências (29)	agência	20.000
	Portas giratórias	agência	20.110
	Substituição de portas giratórias (15)	agência	10.000
	Integração de sistemas de segurança Agências (50)	agência	10.000
	Prospecção de equipamentos de segurança para Agências (50)	agência	20.160
	Equipamento de segurança para descaracterização de mídias (100)	agência	12.000
	Equipamento de segurança das comunicações institucionais	agência	2.040
	Demais	agência	300.000
	Reforma em prédio alugados c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado da Bahia	agência	313.542
	Reforma em prédio alugados c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado do Ceará	agência	498.855
	Reforma em prédio alugados c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado do Maranhão	agência	3.200
	Reforma em prédio alugados c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado de Minas Gerais	agência	188.160
	Reforma em prédio alugados c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado da Paraíba	agência	302.495
	Reforma em prédio alugados c/melhoria de instalações físicas, Ags do Estado de Pernambuco	agência	618.500

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Reforma em prédio alugados c/melhoria de instalações físicas, Aqs do Estado do Piauí	agência	325.847
<b>25.211 Casa da Moeda do Brasil - CMB</b>			
	Manutenção da infra-estrutura operacional	perc	8.000.000
	Modernização do Parque industrial		
	Equipamentos e instalações operacionais	perc	22.000.000
<b>25.215 IRB - Brasil Resseguros S.A. - IRB-BRASIL RE</b>			
	Manutenção de bens imóveis		
	Modernizar as instalações físicas do Edifício Sede, incluindo proteção e segurança patrimonial		2.223,45
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		2.130,56
	Adquirir móveis e utensílios		5.870,99
	Adquirir máquinas e equipamentos		
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		41.943,20
	Substituição dos canais de comunicação de voz		22.290,89
	Atualizar plataforma tecnológica		
<b>25.220 Caixa Econômica Federal - CAIXA</b>			
	Instalação de novas agências		
	Valor médio necessário em benfeitorias de imóveis para instalação de novas unidades	unid	47.287.614
	Valor médio necessário para equipamentos de uso para novas unidades	unid	24.627.579
	Valor médio necessário para aquisição de equipamentos de processamento de dados	unid	57.066.706
	Valor médio para aquisição de equipamentos de comunicação	unid	11.726.623
	Valor médio para aquisição de equipamentos de segurança	unid	13.998.960
	Manutenção da infra-estrutura de atendimento		
	Realizar manutenção corretiva nos imóveis e equipamentos destinados ao funcionamento dos Pontos de Vendas da CAIXA		64.870.024
	Desenvolver a expansão dos canais parceiros atuais (Correspondentes Bancários e Lotérico) e a implementação de novos canais parceiros. Atualização de 25% do parque de estações Plataforma Baixa		87.600.000
	Software para virtualização dos servidores dos PVs		14.359.251
	Atualização dos equipamentos de rede e de telefonia		22.120.000
	Desenvolver e implantar programa Agência Segura		55.096.000
	Instalação de bens imóveis		
	Reestruturação da universidade corporativa CAIXA		12.709.000
	Desenvolvimento da central de operações imobiliárias		6.814.047
	Recuperação de edificações de Quadrilátero Sê (São Paulo-SP)		5.006.000
	Implantar/ampliar conjuntos culturais no Brasil, em grandes centros, de forma a fomentar a cultura e os negócios, inclusive com a criação de espaço para implantação de cafés nos referidos locais, através de contratação de empresa especializada.		19.430.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Manutenção da bens imóveis Revitalizar os edifícios sede da Caixa - manutenção corretiva dos edifícios sede da Caixa, privilegiando intervenções de natureza funcional, legal e racionalizadora, contemplando em segundo plano intervenções de natureza estética		115.872.863
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		77.277.340
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		294.666.365
	Ampliação e manutenção das unidades de apoio administrativo - parque central de informática		
<b>25.230 COBRA - Tecnologia S.A.</b>			
	Reformar sistema de instalações elétricas para expansão do callcenter, reformar instalações para implantação de show room, efetivar obras para revisão das áreas de estacionamento de veículos de cargas e descargas e de automóveis para visitantes e funcionários		500.000
	Compra de novas máquinas e equipamentos de ar condicionado, móveis, cadeiras e outros equipamentos destinados a expansão das instalações e aumento dos negócios nas regionais, centros de assistência técnica para apoio das atividades operacionais		9.000.000
	Compra de sistemas corporativos com investimentos maciços em novas tecnologias de hardware, software, conectividade e outros sistemas visando atendimento aos grandes clientes da empresa, como Banco do Brasil, Caixa, Dataprevi, Prefeituras, outros clientes de governos das áreas estaduais e municipais e privados. Em razão do aumento significativo do faturamento de vendas e serviços para os próximos anos como decorrência do crescimento do mercado, estão sendo previstos.		17.500.000
<b>25.234 Banco do Brasil S.A. - BB</b>			
	Instalação de agências	agência	276.554,58
	Modernização de agências	agência	207.082,52
	Construção de bens imóveis		
	DF - Anexo Tecnologia	prédio	20.000.000
	DF - Ag. Parlamento	prédio	2.500.000
	SE - SERET Aracaju	prédio	1.530.000
	TO - Superintendência	prédio	3.500.000
	BA - Ag. Belmonte	prédio	1.200.000
	SP - Ag. Pirituba	prédio	1.000.000
	SP - Ag. Vila Alpina	prédio	900.000
<b>25.246 BBTUR - Viagens e Turismo Ltda.</b>			
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	perc	800.000
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informações e teleprocessamento	perc	1.465.000
<b>25.257 Banco do Estado do Ceará S.A. - BEC</b>			
	Modernização de agências (69)	unid	491.428
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		1.061.020
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		10.754.420

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
<b>25.266 Banco do Estado do Piauí S.A. - BEP</b>	Modernização de Agência/Posto (projeto)		
	Reforma e modernização de 15 pontos de atendimento, contemplando 7 agências e 8 postos de atendimento bancário	unid	13.096
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		
	Modernização das unidades de apoio às agências e postos, quanto aos sistemas informatizados, máquinas, equipamentos e móveis, utensílios, sistema de segurança e reformas de ambientes.		168.328
<b>25.271 Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC</b>	Manutenção da infra-estrutura de atendimento		
	Agências mantidas	perc	7.583.900
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		
	Substituição 1000 estações de trabalho		2.500.000
	Substituição 1000 terminais de caixa		3.000.000
<b>25.276 Empresa Gestora de Ativos - EMGEA</b>	Manutenção de bens imóveis		
	Manutenção e adequação em imóveis (1)		50.000
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos no Distrito Federal		
	Mobiliário de escritório (22)	mobiliário	3.650
	Equipamento de uso (32)	equipamento	4.800
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento no Distrito Federal		
	Memória de alta capacidade para servidores (15)	equipamento	3.000
	Placas SCSI de alta capacidade para servidores (02)	equipamento	4.000
	Placas controladoras para servidores (5)	equipamento	10.000
	Microcomputador de mesa (20)	equipamento	5.000
	Impressora jato de tinta (2)	equipamento	650
	Impressora laser departamental (04)	equipamento	5.000
	Impressora a jato de tinta departamental	equipamento	10.000
	Programa para desenvolvimento de sistemas	software	50.000
	Programa para emulação de sistemas operacionais	software	2.500
	Solução de storage	equipamento	100.000
	Memória para up grade de microcomputadores (20)	equipamento	250
	Rack para servidores	acessórios	20.000
	Servidor	equipamento	150.000
	Programa para gerenciamento de TI	software	50.000
<b>25.277 ATIVOS S.A. - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - BB ATIVOS</b>	Manutenção de bens imóveis		
	Instalação de bens imóveis		15.000
			100.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Manutenção e adequação de bens móveis, máquinas e equipamentos		65.000
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		20.000
<b>28.234 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES</b>			
	Instalação de bens imóveis		
	Aquisição e construção de bens imóveis de uso próprio - Rio de Janeiro	unid	25.000.000
	Aquisição e construção de bens imóveis de uso próprio - Distrito Federal	unid	7.200.000
	Aquisição e construção de bens imóveis de uso próprio - Pará	unid	2.000.000
	Aquisição e construção de bens imóveis de uso próprio - Rio Grande de Sul	unid	2.500.000
	Aquisição e construção de bens imóveis de uso próprio - Pernambuco	unid	3.000.000
	Manutenção de bens imóveis		
	Manutenção de bens imóveis de uso próprio e alugados - nacional		9.730.412
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		
	Modernização e manutenção dos sistemas de comunicação, segurança e mobiliário - Rio de Janeiro		15.732.592
	Manutenção e adequação de informática, informação e teleprocessamento		
	Atualização do parque informacional, expansão da CPU e aquisição de software - Rio de Janeiro		43.122.000
<b>32.201 Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL</b>			
	Desenvolver estudos e pesquisas na área energética, visando a promoção de infra-estrutura científica e de pesquisas, para o desenvolvimento, no País, de uma tecnologia avançada no campo dos equipamentos e sistemas		
	Aquisição de equipamentos nacionais		2.500.000
	Aquisição de equipamentos importados		4.000.000
	Equipamento de informática		1.200.000
	Software e Mídia para pesquisa		500.000
	Obra civil de laboratórios		2.000.000
	Obra civil de infra-estrutura predial		3.000.000
	Aquisição de veículo		210.000
<b>32.204 Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR</b>			
	Usina Termonuclear de ANGRA III - RJ		
	Substituição de gerador de vapor da Usina de ANGRA I	unid	90.777.538
<b>32.223 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS</b>		perc	150.711.608
	Aquisição de bem imóvel		
	Aquisição de imóvel, com localização e instalações adequadas, para atender às atividades empresariais da Eletrobrás, a ser adquirido na forma da legislação aplicável, Lei nº 8.666/93.		
	Estudos e projetos de viabilidade de implantação de sistema de geração e de transmissão na Região Amazônica	unid	150.000.000
	Desenvolvimento de estudos de inventário, nos rios Teles Pires e Trombetas e dos estudos complementares da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, estratégicos para expansão da geração de energia elétrica, visando o atendimento das necessidades regionais, bem como possibilitando o crescimento econômico do País.	perc	34.000.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
<b>32.224 Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE</b>			
	Atendimento de Energia Elétrica às Comunidades Isoladas		
	Execução do programa que visa a instalação de unidades geradoras de energia elétrica por captação fotovoltaica em comunidades não interligadas ao sistema elétrico nacional. Também estão previstos estudos para aprimoramento da utilização de biogás, biomassa e fonte eólica.	perc	4.000.000
	Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica		
	Estudos e projetos para viabilizar a ampliação da transmissão de energia elétrica. Estudos de viabilidade de implantação do Sistema de Transmissão Tucuruí – Manaus, interligação do Sistema Isolado do Acre – Rondônia com o Sistema Integrado Nacional e a duplicação do Sistema de Transmissão Brasil – Venezuela.	unid	4.000.000
	Estudos para Ampliação da Geração de Energia Elétrica		
	Estudos e projetos para viabilizar a ampliação da geração de energia elétrica. Estudos de inventário dos Rios Xingu e Tapajós e de viabilidade de construção das Hidrelétricas de Bambu e Dardanelos.	unid	4.000.000
	Recapacitação das Unidades Geradoras 1 e 2 da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes		
	Conclusão do processo licitatório para a execução de escavação para ampliação do canal de fuga; execução das obras civis no canal de fuga da hidrelétrica; modernização do grupo gerador, com aquisição de equipamentos, peças e serviços; resultando no incremento de 8 MW à potência instalada da usina hidrelétrica de 70 MW.	perc	16.520.000
	Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá		
	Instalação de linhas de transmissão de energia elétrica e instalação de 369 MVA de transformação de potência em subestações.	perc	40.000.000
	Implantação de Sistema de Transmissão em Roraima		
	Implantação da Subestação de Primavera e de 30 km de linha de transmissão para interligação com a SE Boa Vista.	perc	10.000.000
	Implantação de Reforços na Subestação Boa Vista, para Repasse de Energia Elétrica ao Sistema de Transmissão de Roraima (CER)		
	Implantação do "bay" de saída para a LT Boa Vista/Primavera e a instalação da compensação série na SE Boa Vista, que permitirá o atendimento ao interior do Estado de Roraima.	perc	5.000.000
	Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso		
	Modernização do sistema de telecomunicação da Empresa com a instalação de 800 Km de cabo pára-raios com fibra óptica (OPGW), implantação de linhas de transmissão de energia elétrica e instalação de 1865 MVA de capacidade de transformação em subestações.	perc	70.000.000
	Expansão de Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí no Estado do Maranhão		
	Instalação de aproximadamente 120 km de linha de transmissão de energia elétrica e instalação de 695 MVA de transformação de potência em subestações.	perc	53.200.000
	Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica		
	Investimentos em manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia elétrica energizadas	km	31.000.000
	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica		
	Investimentos em manutenção de Usinas Hidrelétricas e Usinas Termelétricas para geração de energia elétrica.	mw	15.000.000
	Implantação de Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene no Estado do Amapá		

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Projetos, construção, aquisição de peças e equipamentos, montagem e comissionamento, para implantação de 230 km de linha de transmissão de energia elétrica.	perc	30.000.000
	Interligação Elétrica do Sistema Isolado Acre/Rondônia à Rede Básica Nacional em Mato Grosso		
	Projetos, construção, aquisição de peças e equipamentos, montagem e comissionamento, ampliando em 925 km de linha de transmissão de energia elétrica, visando o intercâmbio de energia com a Rede Básica Nacional.	perc	13.000.000
	Expansão de Sistema de Transmissão Acre/Rondônia		
	Instalação de 602 km de linha de transmissão de energia elétrica e instalação de 1.174 MVA de transformação de potência em subestações.	per	110.000.000
	Expansão de Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado à UHE Tucuruí		
	Instalação de 1.267 km de linha de transmissão de energia elétrica e instalação de 2.770 MVA de transformação de potência em subestações.	perc	67.800.000
	Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte		
	Estudos visando a implantação da UHE Belo Monte com 11.000 MW de potência a serem instalados	perc	4.000.000
	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - 2ª Etapa		
	Construção, aquisição de peças e equipamentos, montagem e comissionamento, ampliando a capacidade de geração de energia elétrica da usina de 5.380 MW, para 8.370 MW de potência.	perc	425.000.000
	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis		
	Instalações técnicas e complementares dos imóveis permanentes da empresa.	perc	11.480.000
	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
	Aquisição e manutenção dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.	perc	6.000.000
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, informação e Teleprocessamento		
	Manter e adequar os ativos de hardware, softwares e comunicação visando a atender a operacionalidade do sistema elétrico, de acordo com a legislação que regulamenta o setor elétrico nacional.	perc	20.000.000
<b>32.225</b>	<b>ELETROSUL - Centrais Elétricas S.A.</b>		
	Subestações - Ampliação do sistema de transmissão		
	SE CURITIBA - Instalação de um módulo de conexão, em 525kV, para manobra do banco de reatores de barra (3x50Mvra) existente.	módulo	500.000
	SE LONDRINA - Instalação de 2 módulos de 230kV SE Londrina para ligação do seccionamento da LT Assis-Maringá e readequação do sistema de proteção nos terminais da linha nas subestações de Assis e Maringá.	módulo	1.000.000
	SE JORGE LACERDA B - Instalação de módulo 230kV na SE J.Lacerda B, para o reencabeçamento da LT Palhoça-J.Lacerda A na SE J.Lacerda B e substituição dos TCs no terminal da LT na SE Palhoça.	módulo	500.600
	SE CAXIAS 5 - 1º ATF 230/69kV - 165MVA (3x55MVA e unidade monofásica) e 2º ATF 230kV - 50MVA (trifásico)	módulo	32.000.000
	SE DOURADOS - 3º ATF 230/138kV - 75MVA (remanejamento de ATF existente na SE 230/138kV Anastácio)	módulo	3.000.000
	SE ANASTÁCIO - Substituição de ATF 230/138kV (TT-1) - 75MVA por 150MVA	módulo	4.000.000
	SE SIDERÓPOLIS - Substituição de transformador 230/69kV (TT-II) - 33MVA por 83MVA	módulo	3.000.000
	SE XANXERÊ - Substituição transformador 230/69kV (TTI-II) - 83MVA por 150MVA	módulo	4.000.000
	SE PALHOÇA - Instalação do 4º ATF 230/138kV - 150MVA	módulo	4.000.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	SE TAPERA 2 - Execução do empreendimento de implantação das instalações de conexão da SE TAPERA 2 em 230/69kV	módulo	5.000.000
	SE ITAJAÍ - Instalação do 3º ATF 230/138kV - 75MVA	módulo	4.000.000
	SE CAMPOS NOVOS - Substituição do ATF I 525/230kV - 336MVA (3x112MVA) por um 672MVA (3x224MVA) e 3º ATF	módulo	17.000.000
	SE CAXIAS - 3º ATF 525/230kV - 672MVA	módulo	7.473.000
	SE PASSO FUNDO - Instalação do 2º banco ATF 230/138kV, 3x28MVA, de novo módulo de transformador 230kV e reencabeçamento da LT Passo Fundo-Guarita 230kV	módulo	1.000.000
	SE BIGUAÇÚ - Seccionamento LT 230kV Blumenau - J.Lacerda B na SE 230kV Biguaçu - CD, 30km	módulo	18.481.612
	SE POLO - 1º e 2º ATF's 525/230kV - 672MVA e Reserva 224MVA, seccionamento LT 525kV Ita-Gravataí p/ SE Poló, C	módulo	45.000.000
	SE ARARANGUÁ 2 - Seccionamento da LT 230kV Siderópolis - Lageado Grande na SE 230kV Araranguá II - CS, 2x30k	módulo	7.689.080
	Adequação de arranjos de subestações	módulo	10.601.308
	Linhas de transmissão - Implantação		
	LT CASCAVEL - DOURADOS : Recapitação das LT's 230kV Cascavel-Cascavel Oeste (10,3 km), Cascavel Oeste-Guaíra (0,2 km) e Guaíra-Dourados (17 km), pela substituição dos atuais condutores pra condutores de liga termorresistentes.	km	200.400
	LT ASSIS - MARINGÁ - Construção da LT 230kV, circuito duplo, entre a SE Londrina e o seccionamento da LT Assis-Maringá	km	7.000.000
	LT CAXIAS - CAXIAS 5 - Implantação da LT 230kV Caxias-Caxias 5 e respectivas entradas de linha de 230kV	km	5.000.000
	Recapitação de linhas de transmissão	km	15.100.000
	Telecontrole de subestações, cot, melhorias, ecs		
	ECS do Sistema Interligado Brasileiro	unid	1.000.000
	Digitalização	unid	2.682.000
	Centro de Operação e Transmissão - COT	unid	2.052.000
	Melhorias do sistema de transmissão	unid	13.793.000
	Telecomunicações	unid	9.284.000
	Manutenção do sistema de transmissão de energia		
	Obras de adição e/ou substituição	unid	2.805.000
	Pendências judiciais	unid	2.156.000
	Estudos de viabilidade p/ ampliação da geração de energia elétrica	unid	5.550.000
	Implantação do complexo hidrelétrico são bernado para geração de energia elétrica	unid	14.480.900
	Coordenação e manutenção da infra-estrutura		
	Edifício Sede	unid	2.710.000
	Frota	unid	4.000.000
	Equipamentos gerais	unid	4.262.600
	Equipamentos de informática	unid	9.109.000



Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
<b>32.226 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF</b>			
	Termelétricas Camaçari e Bongí		
	Recuperação, repotenciação, modernização, com adaptação p/ gás natural, da UTE Camaçari (350MW)	kw	1.528
	Implantação de linhas de transmissão em 500kV	km	688.000
	Implantação de linhas de transmissão em 230kV circuito simples	km	260.000
	Implantação de linhas de transmissão em 230kV circuito duplo	km	427.000
	Implantação de Subestação de 500kV	MVA	102.000
	Ampliação de Subestação de 500kV	MVA	77.000
	Implantação de Subestação de 230kV	MVA	275.000
	Ampliação de Subestação de 230kV	MVA	75.000
	Reassentamento Itaparica		
	Prevista a manutenção dos contratos dos serviços públicos de saúde e abastecimento d'água potável para os municípios não conveniados; aquisição de áreas complementares para os projetos Barreiras Bloco 2 e Jusante, e o ajuntamento de ações possessorias; outorga de títulos de propriedade rurais e o pagamento da verba de apoio a 279 famílias; o compromisso judicial de pagamento da compensação financeira a 30 famílias; início da implantação do sistema de irrigação dos Projetos Barreiras Bloco 2, Jusante e Itacoatiara; recuperação dos sistemas de abastecimento d'água potável das agrovilas dos perímetros irrigados; início da implantação dos núcleos de serviços; melhoramento nos sistemas de irrigação, implantação de obras de drenagem e manutenção das estradas de serviços, cujos investimentos integram o programa de reassentamento; monitoramento ambiental do reservatório de Itaparica e dos perímetros hidro-agrícolas nos projetos de irrigação do reassentamento; atividades de assistência técnica e extensão rural nos projetos de irrigação; pagamento de verba de manutenção temporária e implementação do acordo celebrado com o Ministério Público e a Comunidade Tuxá.		124.352.109
<b>32.228 Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS</b>			
	Construção de usinas geradoras de eletricidade		
	Implantação do ciclo combinado da Usina Termelétrica de Santa Cruz/RJ (fase 1-acréscimo de 350 MW)	MW	2.266.351
	Modernização de UHE Mascarenhas de Moraes/MG - capacidade instalada de 476 MW	MW	585.111
	Modernização de UHE Furnas/MG - capacidade instalada de 1200 MW	MW	452.778
	Modernização de UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho/MG - capacidade instalada de 1050 MW	MW	336.583
	Expansão do sistema de energia elétrica		
	Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto (MG) - Vitória (ES) - 370 km de linha de transmissão e subestações associadas de 345 kV	km	791.700
	Implantação de Sistema de Transmissão de Cachoeira Paulista (SP) - Adrianópolis (RJ) - com aproximadamente 177 km de LT em 500 kV e Subestações Associadas, 3º circuito	km	1.046.402
<b>32.230 Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS</b>			
	petróleo e gás natural, em unidades de refino e em sistemas de escoamento por dutos e armazenagem de produtos.		

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	<p>Os investimentos em desenvolvimento da produção de petróleo e do gás natural são compostos por um conjunto de instalações industriais e de subsuperfície, projetados especificamente para as particulares condições de cada área. Assim, por exemplo, temos campos terrestres e marítimos, campos produtores de óleo, campos produtores de gás, campos que requerem sistemas de injeção de água, gás ou vapor, etc.</p> <p>Os investimentos no parque de refino, atualmente, referem-se à expansão ou modernização das unidades existentes, o que exige projetos de instalações industriais específicos para uma determinada refinaria.</p> <p>Os investimentos em sistemas de escoamento por dutos e armazenagem de produtos, são também projetados particularmente para um determinado objetivo e de acordo com as condições geográficas, de mercado, volumes e características dos produtos a serem transportados. São utilizados equipamentos e materiais diferenciados, além de projetadas características próprias, para as estações intermediárias de bombeamento.</p> <p>Projetos" para acompanhamento dos mesmos. A principal característica dessa metodologia é o acompanhamento dos projetos através de "Curvas S", o que permite comparar previsões e realizações físicas e financeiras através de um critério uniforme de medição, uma vez que a visão projeto e suas "Curvas S" guardam compatibilidade metodológica.</p>		
<b>32.232 Braspetro Oil Services Company</b>	Adequação da infra-estrutura de Gás e Energia no Exterior		3.856.446
<b>32.239 Petrobrás Distribuidora S.A. - BR</b>	Distribuição de derivados, gás natural, álcool e outros combustíveis		28.600.000
	Manutenção da infra-estrutura operacional de distribuição de derivados de petróleo e gás natural		168.400.000
	Manutenção da infra-estrutura varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural		106.500.000
	Manutenção da infra-estrutura de atendimento a grandes clientes		45.200.004
	Manutenção dos sistemas de proteção ambiental e de segurança industrial no segmento de distribuição de derivados de petróleo e gás natural	unid	8.100.000
	Ampliação da infra-estrutura operacional de distribuição de derivados	unid	20.000.004
	Ampliação e modernização da infra-estrutura varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural	unid	10.000.000
	Ampliação da infra-estrutura de atendimento a grandes clientes		1.500.000
	Investimento das empresas estatais em infra-estrutura de apoio		1.500.000
	Manutenção de bens imóveis		36.200.004
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		
	Manutenção e adequação dos ativos de informática, informação e teleprocessamento		
	Atuação Internacional na área de Petróleo		
	Implantação de estabelecimentos operacionais - BR Aviation no exterior	unid	1.000.000
<b>32.240 Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO</b>	Renovação e modernização dos equipamentos de informática		250.000
<b>32.242 Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA</b>	Manutenção e adequação de bens móveis		

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Aquisição de mobiliário administrativo		200.160
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		
	Implantação do sistema SAP e aquisição/reposição de microcomputadores, impressoras e softwares		848.040
<b>32.264</b>	<b>Light Participações S.A. - LIGHTPAR</b>		
	Manutenção e adequação das instalações da companhia	m²	10.000
	Divisórias para novas instalações	unid	4.500
	Móveis e equipamentos		
<b>32.267</b>	<b>Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE</b>		
	Programa Luz para todos	km	20.495
	Ampliação da rede de distribuição no Acre	km	53.279
	Construção de alimentadores	km	48.537
	Aquisição e instalação de medidores	unid	121
	Divisão de circuitos	circuito	18.844
	Recuperação de medidores	unid	19
<b>32.268</b>	<b>Companhia Energética de Alagoas - CEAL</b>		
	Construção de linhas de transmissão 69 kV	km	52.000
	Construção e ampliação de transformação 69/13,8 kV	MVA	70.000
	Construção de redes de distribuição (AL/CU)	km	28.000
	Aquisição e instalação de medidores	unid	120
<b>32.269</b>	<b>Companhia Energética do Piauí - CEPISA</b>		
	Implantação de Sistema de Transmissão do Piauí		
	Construção e reforma de linhas de transmissão e subestações no Estado do Piauí - 279 km e 88 MVA em subestações	MVA	237,89
	Implantação de Sistema de Transmissão do Piauí		
	Construção, reforma e ampliação de redes, totalizando 865 km, para regularizar consumidores	km	75,81
	Investimento em infra-estrutura de apoio		
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		
	Manutenção e adequação de bens imóveis		2.076,00
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		400,00
	Programa luz para todos		500,00
	Atender 29.000 domicílios na área rural do Estado do Piauí	R\$	2,97
<b>32.270</b>	<b>Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON</b>		
	Ampliação de Rede de Distribuição Urbana - RDU	circuito	20.500
	Construção de alimentadores	circuito	28.000
	Secionamento de circuito de distribuição em baixa tensão	circuito	16.000
	Reforma de rede de distribuição alta tensão	km	7.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Reforma de alimentadores	km	12.000
	Instalação de medidores monofásicos	pç	62
	Instalação de medidores bifásicos	pç	130
	Instalação de medidores trifásicos	pç	160
	Construção de Subestações	mva	430.000
	Adequação de Subestações	mva	158.000
	Construção de linha de distribuição 34,5 kV	km	30.000
	Construção de linha de distribuição 138 kV	km	171.060
<b>32.271 Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG</b>	Conclusão da construção e montagem das estações de entrega de Gás e demais equipamentos de controle e medição, além de investimentos destinados à melhoria operacional e meio ambiente.	perc	75.227.291
<b>32.272 Boa Vista Energia S.A.</b>	Manutenção do sistema de subtransmissão de energia elétrica	perc	2.638.112
	Ampliação da rede de distribuição urbana	km	3.780.000
	Manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica	perc	3.380.000
	Manutenção da rede rural de distribuição de energia elétrica de Boa Vista - RR	perc	500.000
	Ampliação da rede rural de distribuição de energia elétrica de Boa Vista - RR - LUZ PARA TODOS	km	4.114.000
	Ampliação do sistema de subtransmissão de energia elétrica de Boa Vista - RR	MVA	1.500.000
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos na Região Norte	perc	1.754.196
	Manutenção e adequação de bens imóveis na Região Norte	perc	4.479.588
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento na Região Norte	perc	1.100.000
<b>32.273 Manaus Energia S.A.</b>	Implantação de Sistema de Transmissão em Manaus (AM)	km	80.000.000
	Ampliação de capacidade de geração termelétrica em Manaus (AM)	perc	65.000.000
	Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica em Manaus (AM)	perc	31.100.000
	Manutenção do Sistema de Geração Hidráulica de energia elétrica em Balbina (AM)	perc	5.500.000
	Manutenção do sistema de transmissão e subtransmissão em Manaus (AM)	perc	4.000.000
	Implantação do sistema de transmissão, subtransmissão e transformação da SE, ligando Manaus a Iranduba, Manacapuru e N. Airão (AM)	perc	3.200.000
	Manutenção do sistema de geração de energia elétrica em Manaus (AM)	mw	2.500.000
	Transformação das unidades geradoras de energia elétrica para utilização do Gás Natural em Manaus (AM)	perc	200.000
	Ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica em Manaus (AM)	km	20.000.000
	Ampliação de rede rural de distribuição de energia elétrica em Manaus - LUZ PARA TODOS	km	15.000.000
	Manutenção de rede urbana de distribuição de energia elétrica em Manaus (AM)	km	15.000.000
	Manutenção de rede rural de distribuição de energia elétrica em Manaus (AM)	km	4.000.000
	Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	km	3.600.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
32.274 Petrobrás Transporte S.A. - TRANSPETRO	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.		3.400.000
	Manutenção e adequação de bens imóveis		3.000.000
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	perc	8.948.617
	Sistema de implantação de sistema integrado de informações para gestão empresarial e controle operacional	perc	13.514.970
	Implantação de melhorias na infra-estrutura de dutos e terminais	perc	2.579.620
	Implantação do terminal de PECÉM	perc	16.932.282
	Ampliação do escoamento de derivados do terminal de Niterói - Tenit (Canoas-RS)	perc	6.457.919
	Implantação do sistema de escoamento de álcool (Ribeirão Preto - SP / REPLAN / Ilha D'água)	perc	1.612.599
	Aquisição de navios em estaleiros nacionais		16.569.609
	Aquisições de embarcações de apoio Offshore em estaleiros nacionais		453.740
	Modernização e adequação de navios	unid	2.916.901
			19.883.535
32.275 Fronape International Company - FIC	Terminal de Caleta Paula (Argentina)		
32.276 Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	Manutenção e adequação de bens imóveis		1.480.000
	Manutenção dos bens imóveis na Usina Presidente Médici	perc	780.000
	Manutenção dos bens imóveis na Usina de São Jerônimo		
	Manutenção ativos e suprimentos de informática, informações e teleprocessamento	perc	1.330.000
	SAP R/3 Atualização	perc	110.000
	SAP R/3 Projeto HR	perc	540.000
	Rede e telecomunicação	perc	920.000
	Serviços e outros	perc	600.000
	Microcomputadores, equipamentos, periféricos e acessórios		
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	perc	660.000
	Aquisição de móveis, equipamentos e veículos para sede	perc	940.000
	Aquisição de móveis, equipamentos e veículos para Usina Presidente Médici - UPME	perc	130.000
	Aquisição de móveis, equipamentos e veículos para Usina de São Jerônimo	perc	50.000
	Aquisição de móveis, equipamentos e veículos para Usina de Porto Alegre	perc	5.000
	Aquisição de móveis para oficina de São Leopoldo		
	Manutenção do sistema de geração de energia elétrica		
	Manutenção e adequação nos sistemas e subsistemas dos processos operacionais da Usina Presidente Médici		19.810.000
	Manutenção e adequação nos sistemas e subsistemas dos processos operacionais da Usina de São Jerônimo		2.150.000
	Manutenção e adequação nos sistemas e subsistemas dos processos operacionais da Usina de Porto Alegre		3.250.000
	Manutenção e adequação nos processos operacionais da oficina de São Leopoldo		40.000
	Implantação da Usina Termelétrica Candiota III		
	Implantação de uma máquina de 350 MW a carvão mineral pulverizado pela queima indireta	perc	8.000.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Ampliação e modernização da NUTEPA - Nova Usina Térmica de Porto Alegre		
	Ampliação e modernização da NUTEPA dos atuais 24 MW para uma potência final na ordem de 100 MW	perc	200.000
	Estudos para transformação da Usina Termelétrica de São Jerônimo		
	Estudos para ampliação e modernização da Usina Termelétrica de São Jerônimo - 20 MW, com a finalidade de transformá-la em uma potência final que possibilite um custo de geração competitivo	perc	100.000
	Adequação ambiental da UPME - Fase A e B		
	Adequar as unidades da Fase A e B da UPME aos padrões de emissões atmosféricas do órgão licenciador ambiental (IBAMA), através da Licença de Operação - LO N° 057/99	perc	33.000.000
	Revitalização da UPME		
	Realizar reforma e eventuais adequações dos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta da Usina Termelétrica Presidente Médici	perc	5.000.000
<b>32.277</b>	<b>Companhia Energética do Amazonas - CEAM</b>		
	Revitalização do parque de geração térmica de energia elétrica	mw	14.000.000
	Implantação de oleodutos e instalação de tanques de armazenamento de combustíveis nas usinas da CEAM	m³	1.200.000
	Ampliação da capacidade de geração térmica de energia elétrica da CEAM	mw	33.000.000
	Implantação do sistema de controle de impacto ambiental causado pela geração térmica de energia elétrica	perc	2.000.000
	Ampliação de rede de distribuição urbana de energia elétrica na área de concessão da CEAM	km	11.000.000
	Manutenção de rede de distribuição urbana de energia elétrica na área de concessão da CEAM	km	6.000.000
	Manutenção de rede de distribuição rural de energia elétrica na área de concessão da CEAM	km	1.000.000
	Ampliação de rede de distribuição rural de energia elétrica na área de concessão da CEAM - no interior do Estado do Amazonas - LUZ PARA TODOS	UC's	84.181.790
	Manutenção de ativos de informática, informação e teleprocessamento		4.000.000
	Manutenção de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		1.000.000
	Manutenção e adequação de bens imóveis		3.400.000
<b>32.278</b>	<b>Petrobras International Finance Company</b>		
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos		1.000.000
<b>32.280</b>	<b>Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A.</b>		
	O projeto de investimento da empresa refere-se basicamente à adequação ou modernização das unidades existentes, o que exige projeto de instalações industriais específico.		
	Face à característica do projeto, a empresa adota a metodologia "Visão Projeto" para seu acompanhamento. A principal característica dessa metodologia é o acompanhamento através de "Curvas S", o que permite comparar previsões e realizações físicas e financeiras através de um critério uniforme de medição, uma vez que a visão projeto e suas "Curvas S" guardam compatibilidade metodológica.		
<b>32.281</b>	<b>Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE</b>		
	Manutenção de bens imóveis		36.000
	Manutenção e reparos nos 2 imóveis a fim de mantê-los em condições adequadas de uso		

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos Manutenção de bens patrimoniais e equipamentos adquiridos que possam apresentar problemas. Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento Aquisição de software (04) Aquisição de outros ativos de informática (03)		36.000 25.000 11.000
<b>32.282 Petrobrás Netherlands B.V.</b>	Construção de unidades estacionárias de produção no exterior Aquisição de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural		2.457.555.678 354.493.690
<b>32.285 5283 Participações Ltda.</b>	Adequação da infra-estrutura industrial no exterior		175.371.440
<b>32.286 Braspetro Oil Company</b>	Aquisição de direitos e de estudos para a expansão de atividades na indústria do petróleo no exterior		586.305.746
<b>32.287 Petrobrás International Braspetro B.V.</b>	Adequação da infra-estrutura industrial no exterior Adequação da infra-estrutura de exploração e produção no exterior Expansão da infra-estrutura de gás e energia no exterior Adequação da infra-estrutura de gás e energia no exterior Participação em empresas do setor de petróleo no exterior		149.290.195 2.937.139.587 287.262.116 100.362.600 248.713.268
<b>32.291 PETROLIO - Petroquímica do Rio de Janeiro S.A.</b>	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento		25.000
<b>32.307 Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A.</b>	Manutenção e adequação dos ativos de informática Aquisição de equipamentos de informática Manutenção da rede de gasodutos Preservar as condições operacionais dos dutos e demais equipamentos necessários para cumprimento dos compromissos estabelecidos relacionados à movimentação de gás Manutenção do sistema de controle ambiental, segurança industrial e saúde ocupacional nas atividades de transporte de gás (SMS) Malha Nordeste		200.000 48.615.000 32.410.000
	Com base nas previsões de disponibilidade dos polos produtores, faz-se necessária a ampliação da infra-estrutura de transporte, de forma a permitir a interiorização do gás natural, aumentando sua capilaridade Malha Sudeste		22.205.800
	Com base nas previsões de disponibilidade dos polos produtores, faz-se necessária a ampliação da infra-estrutura de transporte, de forma a permitir a interiorização do gás natural, aumentando sua capilaridade		4.044.100
<b>33.202 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV</b>	Manutenção e adequação de bens imóveis		

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Recuperação do telhado no escritório do Estado do Amazonas para eliminação de infiltrações existentes bem como evitar que parte do reboco continue caindo	m²	100,28
	Adequação de imóvel para transferência do escritório do Estado da Bahia	m²	466,67
	Reforma do telhado do escritório do Distrito Federal com impermeabilização a fim de eliminar infiltrações	m²	23,56
	Recuperação estrutural, reforma das esquadrias e brises do escritório do Distrito Federal, para eliminar inúmeras infiltrações, promovendo sua revitalização e evitando eventuais riscos físicos	m²	706,88
	Sistema de detecção e alarme contra incêndios no escritório do Distrito Federal, a fim de garantir a segurança física e patrimonial no interior da empresa e reduzir riscos no centro de tratamento da informação	m²	127,24
	Recuperação civil e elétrica do prédio principal do escritório do Estado do Paraná. Revisão geral com redistribuição dos circuitos, adequando as instalações elétricas às demandas atuais	m²	136,11
	Recuperação do sistema de detecção, alarme e combate de incêndio no escritório do Estado de São Paulo	m²	554,40
	Sistema elétrico alternativo para plataforma baixa no centro de tratamento da informação do Estado do Rio de Janeiro	m²	200,00
	Substituição da tubulação do sistema de ar condicionado do CPD do centro de tratamento da informação do Estado de Rio de Janeiro, devido a corrosão pelo tempo de uso	m²	500,00
	Substituição do revestimento de piso em carpete	m²	68,75
	Instalação do piso elevado do 1º ao 13º andar	m²	137,50
	Substituição parcial das prumadas de água potável. Troca de tubulação danificada	m²	100,00
	Manutenção e adequação da infra-estrutura de tecnologia da informação para a Previdência Social.		
	Placas de voz com cabos (41)	placa	11.654
	Implantação de plataforma de firewall com recursos de criptografia e alta disponibilidade (2)	implantação	133.000
	Ampliação do PABX da filial RJ (prédio da Álvaro Rodrigues)	ampliação	30.000
	Ampliação do PABX do centro de tratamento de informação do Estado do Rio de Janeiro	ampliação	15.000
	Aquisição de 16 estações de trabalho	computador	4.000
	Aquisição de 3 softwares Visio 2000 técnico	software	1.400
	Aquisição de 3 servidores para laboratório de redes	servidor	37.000
	Aquisição de 1 software Project 2000	software	2.500
	Aquisição de 1 software Dream Weaver	software	1.000
	Aquisição de 1 sistema operacional Red Hat Linux 9 Professional	software	600
	Aquisição de 4 placas VIP	placa	60.000
	Aquisição de 2 placas fastethernet (2 portas)	placa	20.000
	Aquisição de 6 placas E3	placa	25.000
	Aquisição de 28 roteadores de borda	roteador	217.845
	Aquisição de 23 roteadores de núcleo e borda	roteador	256.043
	Aquisição de 3 servidores	servidor	80.000
	Aquisição de 2 licenças de uso para software de autenticação LDAP para gateway de VPN	licença	20.000
	Aquisição de produto para personal-firewall em estações de trabalho (400)	produto	100
	Aquisição de 2 licenças de uso para software para geração de relatórios estatísticos gerenciais.	licença	8.000
	Aquisição de 1 solução para correlação de eventos de segurança	solução	180.000



Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
39.210	Aquisição de 1 solução para gestão de controle de acesso	solução	230.000
	Implantação de solução de segurança de redes para os escritórios estaduais (69)	solução	20.000
	Software para gerenciamento dos ambiente de produção para 7 servidores (7)	ambiente	500.000
	Software para administração e controle centralizado das estações de trabalho da Previdência, aumentando sua segurança e disponibilidade (20.000)	software	90
	Diversos produtos Microsoft e serviços de manutenção para regularização de produtos Microsoft	software	2.000.000
	Implementação de Concentração D3 (10.000)	implementação	200
	Implantação e adequação de laboratório de testes (banco de dados, sistemas operacionais e aplicações). (6)	laboratório	67.000
	Impressoras a laser de alta produtividade para melhoria no desempenho das tarefas da área de operações (7)	impressora	6.000
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos máquinas e equipamentos		
	Conjuntos de mesa, cadeira e apoio para os pés, objetivando a substituição de móveis em virtude de obsolescência e necessidade de adequação ergonômica (1.500)	conjunto	1.000
	<b>Companhia Docas do Ceará - CDC</b>		
	Corredor Nordeste		
	Recuperação da Infra-Estrutura do Cais Comercial e Pier Petroleiro no Porto de Fortaleza	perc	100.000
	Aquisição de Área para o Porto de Fortaleza	m²	1.000
	Obras Cíveis para o Aprofundamento do Cais Comercial do Porto de Fortaleza	perc	250.000
39.211	Modernização do Sistema de Iluminação Elétrica do Porto de Fortaleza	perc	16.666,66
	Obras de Infra-Estrutura para Instalação de Equipamentos de Movimentação de Cargas no Porto de Fortaleza	perc	25.000
	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza	m³	3.515,15
	Derrocagem no Porto de Fortaleza	m³	1,79
	Adequação da Pavimentação do Porto de Fortaleza	perc	50.000
	Implantação do Sistema de Segurança Ambiental no Porto de Fortaleza	perc	9.222,22
	Reforma de Armazéns no Porto de Fortaleza	perc	12.500
	Construção de Armazém Frigorífico no Porto de Fortaleza	perc	4.000
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Fortaleza	perc	21.739,13
	Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura d'Apoio		
	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis		
	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		
	Instalação de Bens Imóveis		
	<b>Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA</b>		
	Implantação do Sistema Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Vitória	perc	2.000.000
	Dragagem de Aprofundamento do Porto de Vitória	m³	2.500.000
	Dragagem de Aprofundamento do Canal Navegação, Bacia de Evolução e e Berços dos Terminais Públicos no Porto de Barra do Riacho	m³	4.500.000
	Implantação do Sistema de Defensas no Porto de Vitória	perc	1.500.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Recuperação da Pavimentação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba	perc	1.200.000
	Derrocagem do Canal de Acesso no Porto de Vitória	m <sup>3</sup>	2.500.000
	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis		550.000
	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		500.000
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		2.000.000
<b>39.212 Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA</b>			
	Pavimentação da Infra-Estrutura Viária e Pátio de Estocagem no Porto de Salvador	perc	9.300
	Melhorias nas Subestações Elétricas e Iluminação no Porto de Salvador	perc	14.500
	Construção de Dois Berços de Atracação com retroárea no Prolongamento do cais de Água de Meninos no Porto de Salvador	perc	430.000
	Obras de Contenção no Cais de Água de Meninos no Porto de Salvador	m <sup>3</sup>	735
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS CODE) no Porto de Salvador	perc	51
	Implantação do Sistema de Iluminação do Pátio de Estocagem no Porto de Aratu	m <sup>2</sup>	32,05
	Instalação de Estação de Tratamento de Resíduos Tóxicos no Porto de Aratu	perc	65.900
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS CODE) no Porto de Aratu	perc	34
	Ampliação da Reatrolárea no Porto de Ilhéus	m <sup>2</sup>	165.749
	Construção de Galpão para Estocagem no Porto de Ilhéus	perc	4.000
	Dragagem de Manutenção no Porto de Ilhéus	m <sup>3</sup>	13.913,10
	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Ilhéus	m <sup>3</sup>	11.351
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS CODE) no Porto de Ilhéus	perc	26,40
<b>39.213 Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP</b>			
	Implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos - no Município de Santos/SP		
	Construir parte (3Km) dos 12Km na margem direita, contemplando 3 viadutos, 1 passagem para veículos e 2 passagens inferiores para pedestres	km	29.000.000
	Implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos - no Município de Guarujá/SP		
	Construir parte (2Km) dos 4 km da avenida de acesso ao Porto e melhoria nas interligações (viadutos e rotatórias) com as entradas do terminal de Guarujá	km	15.500.000
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Santos		
	Implantação de sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmera de vídeo, isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistema de controle de acesso e troca de informações entre o responsável da instalação portuária e dos navios	perc	588.235,29
	Recuperação da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Santos		
	Executar obras de recuperação da estrutura de cais e piers determinadas pela ação das condições ambientais, remodelar a pavimentação nas vias públicas do Porto, construir tubulações e tanques de combate a incêndio na Alamoia, executar obras de recuperação de rede de saneamento do Porto.	perc	310.000
	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
	Aquisição de máquinas, equipamentos e utensílios diversos	perc	39.290

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento Aquisição de equipamentos de informática, informação e teleprocessamento	perc	34.100
<b>39.214 Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR</b>	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos Aquisição de veículos para uso administrativo e materiais, tais como: mesas, cadeiras, armários de aço, arquivos em geral, aparelhos de ar condicionado e outros.		120.000
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento Adquirir e manter equipamentos de informática		80.000
<b>39.215 Companhia Docas do Pará - CDP</b>	Recuperação do Pier Nº 1 do Porto de Santarém (PA). Continuação da Obra de adequação das instalações portuárias de Santarém para implantação dos projetos de armazenagem, beneficiamento e movimentação de grãos sólidos agrícolas que chegarão a Santarém através dos corredores de transporte hidroviário (hidrovia Tapajós - Teles Pires) e rodoviário (rodovia BR-163 - Cuiabá/Santarém). A obra consiste na recuperação estrutural do cais Fluvial, com aterro hidráulico para garantir áreas arrendáveis de 250.000 m2.	perc	121.143
	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso do Porto de Santarém (PA) Necessidade de aprofundamento do Canal de Acesso do Porto de Santarém no trecho compreendido entre a confluência dos rios Tapajós c/ Amazonas até a bacia de evolução do Porto, para cota de 10,0m de profundidade. Melhoramentos no Porto de Vila do Conde (PA) Continuação da ampliação do Porto de Vila do Conde, com a construção de Cais acostável, Cais B, através do prolongamento em 180,0m do pier 2, com o incremento da movimentação das cargas do projeto alumínio (ALBRÁS/ALUNORTE), ultrapassando a barreira de 10.000.000 t/ano.	m <sup>3</sup>	3.012
	Execução de Obras de Infra-Estrutura no Porto de Belém (PA) Os recursos orçamentários pretendidos destinam-se à complementação das obras de substituição da rede geral de água potável, em tubos de ferro fundido, que tem extensão de 1.600m, serão substituídos as derivações da rede de combate a incêndio e de água potável, recuperação de guindaste de pórtico, complementação da recuperação da pavimentação da área do cais do porto e o nivelamento dos trilhos de apoio aos guindastes e pavimentação do pátio de contêineres.	perc	211.538
	Recuperação da Infra-Estrutura do Terminal de Combustível de Miramar (PA) Complementação da recuperação da estrutura do pier nº 1, recuperação estrutural das estacas de concreto armado, que se encontram danificadas, recuperação e reparos em fissuras e rachaduras existentes na superestrutura do pier nº 2.	perc	222.222
	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Belém (PA) Aprofundamento da bacia de evolução do porto de Belém, aprofundamento do canal de acesso trecho - Tapanã - Miramar, para cota de 8,30m de profundidade.	perc	86.207
	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos Aquisição de móveis em geral, máquinas e equipamentos	m <sup>3</sup>	3.001
		perc	5.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informações e Teleprocessamento		
	Complementação da ampliação da rede lógica e up grade (atualização do sistema de informática), aquisição de licença de software e aquisição de equipamentos de informática (micros computadores e periféricos)	perc	5.000
	Recuperação do Armazém de Carga no Terminal da SOTAVE-PA		
	Recuperação do armazém de cargas, implantação do sistema de utilidades pavimentação e drenagem das vias internas do terminal	perc	169.736
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Belém		
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Belém, previsto na MP 184, de 10/05/2004	perc	10.000
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Vila do Conde		
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto Porto de Vila do Conde, previsto na MP 184, de 10/05/2004	perc	5.000
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Santarém		
	Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Santarém, previsto na MP 184, de 10/05/2004	perc	5.000
<b>39.216 Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ</b>			
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		
	Criação de centros de impressão (através de impressoras laser e matricial para teste) - Sede 8 / Riopor 3 / Demais redes 6 (uma p/cada rede)		
	17 impressoras laser		1.500
	17 impressoras matriciais		2.000
	Centros de documentações eletrônica ( andamentos de documentos eletrônicos, com despachos, Tramites, etc.). Infra-estrutura dos centros (16 scanners de ótima resolução com 2 (dois) scanners p/ cada rede)		
	16 scanners		1.000
	Aquisição de rádios de comunicação ( Setpor/Riopor), para utilização do sistema Supervia e ampliações		
	10 Kit's		4.500
	Aquisição de 10 micros computadores (5 para backup's de micros ou seja, substituir o equipamento do usuário enquanto o seu estiver sendo retificado). E cinco equipamentos para um centro de treinamento (DIDEHU).		
	10 micros (c/licença de uso)		7.000
	Quatro Notebook's - Facilidade de manuseio interno e principalmente externo, utilizando serviços via Internet/Intranet		
	4 Notebook's		7.000
	Aquisição de 20 licenças de uso (Microsoft 2000), de forma a regularizar equipamentos sem sistema operacional, bem como o Office.		
	20 licenças		4.000
	Levantamento de equipamentos solicitados por usuários de informática que não compõe o contrato de aluguel		
	25 impressoras Jato de Tinta		700
	5 Gravadores de CD		300
	Uma Câmera digital		4.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Uma Impressora Matricial		2.000
	2 Plotter's		3.000
	Aquisição de DATA SHOW para apresentações e demonstrações		50.000
	Aquisição de Retro Projetor para apresentações e demonstrações		1.000
	Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso aos Portos do Rio de Janeiro e Niterói		
	Mobilização de equipamento	vb	150.000
	Sondagem batimétrica	unid	2.500
	Dragagem com despejo	m³	15,35
	Recuperação da pavimentação das vias internas do Porto do Rio de Janeiro	vb	25.000
	Instalação da obra	mês	2.400
	Proteção e Sinalização permanente da obra	m²	17,20
	Recuperação da pavimentação em paralelepípedo	m²	15
	Recuperação da pavimentação em blocos de concreto intertravados	m²	39
	Recuperação da pavimentação em concreto asfáltico	m²	29,50
	Sinalização	m³	1.050
	Recuperação da rede de águas pluviais em concreto armado	vb	82.200
	Implantação de subestação de energia elétrica (34,5/25 - 13,8/6 kv) no Porto do Rio de Janeiro	vb	10.000
	Serviços complementares	vb	16
	Movimento de terra	m²	52
	Alvenaria	m²	4.000
	Revestimento	vb	54
	Instalações hidráulicas e sanitárias	m²	11.000
	Pavimentação	vb	52
	Esquadrias, ferragens e vidros	m²	21
	Cobertura	vb	232.100
	Pintura		
	Parte elétrica, equipamento e instalação	m²	65
	Manutenção e adequação de bens imóveis	vb	300.000
	Reforma predial (pisos,paredes e tetos)	vb	450.000
	Instalações elétricas e dados	vb	250.000
	Instalação do sistema de ar condicionado	vb	80.000
	Instalação do sistema de combate a incêndio	vb	75
	Instalações hidro-sanitárias	m²	
	Instalações de estações de trabalho com divisórias		
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	pg	2.100
	Aparelho de ar condicionado 21000 BTU's		

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Unidade condicionadora de ar tipo SPLIT com instalação	pç	10.840
	Aparelho de fax	pç	980
	Mesa para escritório 160x80x74	pç	1.380
	Mesa em MDF 100x80x74	pç	1.078
	Estante de aço	pç	420
	Poltrona giratório	pç	480
	Poltrona fixa	pç	378
	Bomba elétrica centrífuga SPH-trifásica	pç	910
	Relógio de ponto eletrônico	pç	2.900
	Bebedouro para garrafão de 20 litros	pç	505
	Câmera fotográfica	pç	1.980
	Aparelho telefônico	pç	97
	Geladeira	pç	1.300
	Cafeteira elétrica industrial	pç	1.300
	Projeto multimídia	pç	10.500
	Notebook	pç	11.200
	Melhoramento da infra-estrutura Portuária no Porto de Sepetiba		
	Implantação de centros de serviços e de apoio a atividade portuária	vb	1.950.000
	Construção de acessos rodoviários ao Porto de Sepetiba	vb	4.000.000
	Construção de áreas de estacionamento de carretas no Porto de Sepetiba	vb	1.750.000
	Demolição de cais secundário e área da CRDJ no Porto de Sepetiba	vb	550.000
	Dragagem	vb	750.000
	Obras de demarcação e proteção das áreas do Porto de Sepetiba		
	Topografia com demarcação das áreas	vb	100.000
	Cercas em estruturas metálicas e telas galvanizadas	ml	250
	Modernização da sinalização dos pátios e vias do Porto do Rio de Janeiro		
	Recuperação da sinalização horizontal e vertical	m²	400
	Adequação do sistema de drenagem do Porto de Sepetiba		
	Construção de valas e canaletas de drenagem	ml	650
<b>39.217</b>	<b>Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN</b>		
	Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca		
	Poço tubular (perfuração e instalação)	unid	1.620.000

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Projeto executivo para : Reabilitação do berço de atracação para recebimento de navios de até 60.000 TBP compreendendo 02 dolphins de atracação; passarelas de acesso aos novos dolphins em substituição ao dolfin 03; reforço e adequação dos 2 dolphins existentes para receber navios maiores e avaliação e adequação do sistema da de bóias de amarração para atender navios de maior porte.	unid	150.000
	Ampliação do sistema de atracação de navios com a implantação de mais 2 dolphins	unid	3.050.000
	Projeto executivo para novo berço do cais de barcas com extensão de 80,0m	m	1.000
	Execução de sondagens geotécnicas	unid	50.000
	Estudos para definir um descarregador de barcas	unid	50.000
	Estudos para energização do terminal Salineiro via cabo submarino	unid	50.000
	Aquisição de 01 (uma) pá mecânica	unid	950.000
	Aquisição de 01 (um) trator de esteiras	unid	450.000
	Melhoramento das Instalações do Porto de Natal - RN		
	Recuperação das placas de concretos do cais	unid	500.000
	Recuperação da fase inferior da estrutura antiga do cais	unid	2.500.000
	Recuperação dos armazéns e galpões inclusive cobertura	unid	500.000
	Pavimentação das vias internas do Porto	unid	1.500.000
	Reforço estrutural do cais antigo para o aprofundamento até 12,50m DHN(1ª etapa)	unid	1.500.000
	Dragagem da Baía de Evolução do Porto de Natal - RN		
	Estudos e projetos	unid	1.000.000
	Construção de Cais para Terminal Pesqueiro no Porto de Natal - RN		
	Estudos, projetos e sondagens geotécnicas para construção de um terminal pesqueiro	unid	2.000.000
	Construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal - RN		
	Reforma do antigo frigorífico para a construção de terminal de passageiros	unid	1.000.000
	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
	Aquisição de veículos operacionais (01 unidade)	unid	100.000
	Aquisição de equipamentos e materiais permanente (30 unidades)	unid	2.000
	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		
	Aquisições de servidor, desktop, notebook, impressoras, nobreak, equipamentos para rede e softwares (50	unid	3.200
	Aquisição de Micro Computadores e Softwares		
	Aquisição de micro computadores, periféricos e softwares (26 unidades)	unid	1.938
<b>41.201</b>	<b>Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT</b>		
	Adaptação de unidade administrativa	m²	300
	Reforma de unidade administrativa	m²	750
	Ampliação / Reforma de unidade administrativa	m²	950
	Construção de unidade administrativa	m²	1.250
	Adaptação de unidade operacional	m²	300
	Reforma de unidade operacional	m²	450

Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
	Ampliação / Reforma de unidade operacional	m²	850
	Construção de unidade operacional	m²	950
	Adaptação de unidade do PCAUT	m²	400
	Reforma de unidade do PCAUT	m²	900
	Ampliação / Reforma de unidade do PCAUT	m²	1.100
	Construção de unidade do PCAUT	m²	1.250
	Obras com área construída até 100,00 m2		
	Adaptação de unidade de atendimento	m²	450
	Reforma de unidade de atendimento	m²	900
	Reforma e Ampliação de unidade de atendimento	m²	1.100
	Construção de unidade de atendimento	m²	1.300
	Obras com área construída superiores a 100,00 m2		
	Adaptação de unidade de atendimento	m²	300
	Reforma de unidade de atendimento	m²	450
	Ampliação / Reforma de unidade de atendimento	m²	700
	Construção de unidade de atendimento	m²	1.000
<b>52.212 Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO</b>			
	Carro contra incêndio - CCI	unid	603.369
	Ambulância	unid	85.400
	Ônibus	unid	106.000
	Contador de frequência	unid	70.694
	Computadores e periféricos em geral	unid	5.560
	Switch p/ segmentação rede	unid	37.200
	Empilhadeiras	unid	111.990
	Servidor de rede de informática	unid	38.485
	Sistema de proteção ao voo	unid	149.552
	Indicador de trajetória de aproximação de precisão - PAPI	unid	43.900
	Circuito fechado de TV	unid	200.000
	Radar	unid	800.000
	Comutador de CPU	unid	16.430
	Cardioversor	unid	5.960
	Bolsa Pneumática para resgate	unid	31.173
	Aparelho autônomo de respiração	unid	7.690
	Balão salva vidas inflável	unid	13.044
	Conjunto de salvamento	unid	31.170
	Esteira de bagagem	unid	170.384
	Eletrocardiografo	unid	5.800



Código / Empresa	DESCRIÇÃO DO ITEM	Unidade de Medida	R\$ 1,00 / Unidade
<b>52.221</b>	<b>Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL</b>		
	Adequação do parque industrial	perc	1.600.000
	Implantação do sistema de saneamento e proteção ambiental	perc	1.000.000
	Manutenção de bens móveis	perc	200.000
	Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	perc	200.000
	Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	perc	200.000
	Manutenção da infra-estrutura operacional	perc	200.000
<b>52.231</b>	<b>Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON</b>		
	Guindaste hidráulico auto propelido com lança telescópico	unid	1.800.000
	Guindaste hidráulico auto propelido tipo madal	unid	80.000
	Bomba centrífuga para rede de incêndio de dique seco	unid	75.000
	Bomba centrífuga para circulação de água salgada em dique seco	unid	72.000
	caminhão com carroceria equipada com guindaste	unid	180.000
	Torno múltiplo CNC	unid	293.000

Fonte: Secretaria Executiva/MP

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

IV - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

Operações Especiais de Crédito com Respectivos  
Subsídios

## Operações Especiais de Crédito com Respectivos Subsídios

R\$ Mil

Lei Nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso IV, Anexo das informações complementares do Projeto de Lei Orçamentária 2005

Recursos de Todas as Fontes

Org.Unid.Func.Sbfu.Prog.Acao.Loog	Titulação	Natureza	Total	Fiscal	Seguridade
38	<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>		<b>6.885.852,42</b>	<b>6.885.852,42</b>	
38 901 28 846 0902 0158 0001	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Nacional	4.5.90.66	6.885.852,42	6.885.852,42	
53	<b>Ministério da Integração Nacional</b>		<b>3.485.736,81</b>	<b>3.485.736,81</b>	
53 901 28 846 0902 0534 0010	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte	4.5.90.66	697.147,36	697.147,36	
53 902 28 846 0902 0029 0050	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Oeste	4.5.90.66	697.147,36	697.147,36	
53 903 28 846 0902 0030 0001	Financiamento aos Setores Produtivos do Semi-Árido da	4.5.90.66	1.045.721,04	1.045.721,04	
53 903 28 846 0902 0031 0020	Financiamento aos Setores Produtivos da Região	4.5.90.66	1.045.721,04	1.045.721,04	
74	<b>Operações Oficiais de Crédito</b>		<b>21.770.817,90</b>	<b>21.767.817,90</b>	<b>3.000,00</b>
74 101 20 846 0351 0281 0001	Financiamento e Equalização de Juros para a 8.427, de 1992) - Nacional	3.3.90.45	1.020.151,00	1.020.151,00	
		4.5.90.66	2.494.000,00	2.494.000,00	
74 101 20 846 5005 0314 0001	Financiamento e Equalização à Estocagem de Alcool 2002) - Nacional	3.3.90.45	24.033,00	24.033,00	
		4.5.90.66	500.000,00	500.000,00	
74 101 23 846 0412 0267 0001	Financiamento e Equalização de Juros para Promoção (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	3.3.90.45	1.250.000,00	1.250.000,00	
		4.5.90.66	1.552.400,00	1.552.400,00	
74 101 28 846 0902 002E 0001	Financiamento e Equalização de Juros no Âmbito do Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS Nacional	3.3.90.45	140.000,00	140.000,00	
		4.5.90.66	1.400.000,00	1.400.000,00	
74 101 28 846 0902 0315 0022	Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados 9.496, de 1997 e MP nº 2.192, de 2001) - No Estado	4.5.90.66	18.666,82	18.666,82	
74 101 28 846 0902 0343 0001	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001) -	4.5.90.66	5.919.424,32	5.919.424,32	
74 102 04 846 1171 0015 0001	Financiamento para Modernização da Administração	4.5.90.66	55.000,03	55.000,03	
74 102 04 846 1172 0021 0001	Financiamento para Modernização da Gestão - Nacional	4.5.90.66	200.000,00	200.000,00	
74 201 04 846 0779 0461 0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Capitalização e Entidades de Previdência Complementar 2001 - Art. 3) - Nacional	4.5.90.66	1.003,48	1.003,48	
74 202 10 846 1185 0354 0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000) - Nacional	4.5.90.66	3.000,00		3.000,00
74 203 21 846 0135 0062 0001	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias	4.5.90.66	888.145,00	888.145,00	
74 203 21 846 0137 0427 0001	Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados -	4.5.90.66	549.337,00	549.337,00	
74 901 20 601 0350 0012 0001	Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Nacional	4.5.90.66	1.249.016,11	1.249.016,11	
74 902 12 846 1073 0579 0001	Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Nacional	4.5.90.66	1.000.000,00	1.000.000,00	
74 903 22 846 0463 0410 0001	Financiamento de Projetos de Pesquisa - Nacional	4.5.90.66	120.000,00	120.000,00	
74 903 22 846 0902 0379 0001	Financiamento na Área de Bens de Consumo - Nacional	4.5.90.66	173.002,48	173.002,48	
74 903 22 846 0902 0384 0001	Financiamento na Área de Insumos Básicos - Nacional	4.5.90.66	200.000,00	200.000,00	
74 903 22 846 0902 0411 0001	Financiamento a Pequenas e Médias Empresas -	4.5.90.66	20.000,00	20.000,00	
74 904 26 661 8768 0118 0001	Financiamento de Embarcações para a Marinha	4.5.90.66	819.840,45	819.840,45	
74 904 26 661 8768 0569 0001	Financiamento Complementar de Incentivo à Produção - Nacional	4.5.90.66	124.132,70	124.132,70	
74 904 26 661 8768 09HX 0001	Financiamento de Embarcações Pesqueiras (Profrota	4.5.90.66	40.169,60	40.169,60	
74 905 24 846 8025 0505 0001	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Telecomunicações - Nacional	4.5.90.66	28.349,78	28.349,78	
74 906 21 846 1116 0061 0001	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Fundo de Terras - Nacional	4.5.90.66	427.178,00	427.178,00	
74 907 28 846 0902 0353 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Desenvolvimento da Amazônia - Nacional	3.3.90.45	91.168,43	91.168,43	
		4.5.90.66	516.621,11	516.621,11	
74 907 28 846 0902 0355 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Desenvolvimento do Nordeste - Nacional	3.3.90.45	136.752,65	136.752,65	
		4.5.90.66	774.931,66	774.931,66	
74 906 23 846 1166 0454 0001	Financiamento da Infra-Estrutura Turística Nacional -	4.5.90.66	34.494,28	34.494,28	
<b>Total</b>			<b>32.142.407,13</b>	<b>32.139.407,13</b>	<b>3.000,00</b>

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

V - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

## REGIONALIZAÇÃO

(Lei nº 10.934, 11 de agosto de 2004, inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

"V - Gastos, por Unidade da Federação, nas Áreas de Assistência Social, Educação, Desporto, Habitação, Saúde, Saneamento, Transporte e Irrigação, conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados."

REGIAO / ESTADO	Assist.Social	Desporto	Educação	Habitação	Irrigação	Saneamento (*)	Saúde	Transporte	T o t a l
R\$ 1,0									
<b>Nacional - NA</b>	<b>9.439.177.242</b>	<b>111.591.077</b>	<b>6.413.634.523</b>	<b>451.760.582</b>	<b>10.384.415</b>	<b>283.460.080</b>	<b>9.930.349.739</b>	<b>1.845.459.157</b>	<b>8.485.816.815</b>
Nacional	9.439.177.242	111.591.077	6.413.634.523	451.760.582	10.384.415	283.460.080	9.930.349.739	1.845.459.157	8.485.816.815
<b>Região Centro-Oeste - CO</b>	<b>266.267.443</b>	<b>0</b>	<b>1.241.843.870</b>	<b>5.051.763</b>	<b>4.000.000</b>	<b>53.985.890</b>	<b>1.644.423.500</b>	<b>379.231.655</b>	<b>3.594.804.121</b>
Distrito Federal - DF	5.242.833	0	597.001.324	0	0	4.252.500	331.246.300	23.594.540	961.337.497
Goiás - GO	49.157.629	0	240.111.575	0	4.000.000	20.369.580	653.093.100	181.299.750	1.148.031.634
Mato Grosso - MT	18.513.127	0	173.300.130	0	0	9.728.959	328.052.100	68.086.145	597.680.461
Mato Grosso do Sul - MS	26.445.634	0	177.218.251	0	0	6.336.406	298.262.000	106.251.220	614.513.511
Na Região	166.908.220	0	54.212.590	5.051.763	0	13.298.445	33.770.000	0	273.241.018
<b>Região Nordeste - NE</b>	<b>3.444.508.212</b>	<b>0</b>	<b>3.198.498.522</b>	<b>23.702.919</b>	<b>153.519.497</b>	<b>215.203.711</b>	<b>6.576.220.377</b>	<b>719.033.285</b>	<b>4.330.686.523</b>
Alagoas - AL	21.272.513	0	230.975.789	0	13.970.000	12.343.160	360.735.100	33.455.525	672.752.087
Bahia - BA	90.436.332	0	432.119.677	0	0	26.627.240	1.532.202.000	206.380.700	2.287.765.949
Ceará - CE	33.566.148	0	406.045.533	0	15.248.500	19.853.620	938.535.200	64.409.545	1.477.658.546
Maranhão - MA	51.269.502	0	521.535.600	0	0	17.773.900	665.166.900	47.816.255	1.303.562.157
Paraíba - PB	36.513.959	0	384.065.944	0	1.192.000	19.645.370	467.070.900	75.344.970	983.833.143
Pernambuco - PE	89.332.553	0	462.843.605	0	0	17.636.320	998.599.600	113.704.985	1.682.117.063
Piauí - PI	27.462.215	0	191.599.638	0	5.020.000	23.432.450	388.085.977	71.043.915	706.644.195
Rio Grande do Norte - RN	39.782.526	0	284.098.854	0	0	14.886.100	377.280.100	85.489.690	801.537.270
Sergipe - SE	26.300.684	0	111.917.130	0	5.500.000	10.163.860	235.904.600	21.387.700	411.173.974
Na Região	3.028.571.780	0	173.296.752	23.702.919	112.588.997	52.841.691	612.640.000	0	4.003.642.139
<b>Região Norte - NO</b>	<b>520.819.831</b>	<b>0</b>	<b>935.655.675</b>	<b>4.361.007</b>	<b>13.400.000</b>	<b>52.450.300</b>	<b>1.649.367.237</b>	<b>611.577.751</b>	<b>3.787.631.801</b>
Acre - AC	11.669.166	0	51.398.137	0	0	4.526.800	82.363.019	47.555.200	197.512.322
Amapá - AP	3.536.718	0	20.022.320	0	0	4.217.100	65.004.900	50.294.540	143.075.578
Amazonas - AM	13.841.687	0	153.447.865	0	0	6.672.100	346.541.400	163.134.420	683.637.472
Pará - PA	34.200.082	0	517.062.055	0	0	15.289.700	684.718.600	180.410.321	1.431.680.758
Rondônia - RO	12.898.771	0	51.325.040	0	0	5.879.500	164.439.018	31.469.935	266.012.264
Roraima - RR	7.771.275	0	41.415.894	0	0	4.210.000	53.041.400	55.240.120	161.678.689
Tocantins - TO	8.682.132	0	52.159.381	0	13.400.000	10.655.100	160.805.900	83.473.215	329.175.728
Na Região	428.220.000	0	48.824.983	4.361.007	0	1.000.000	92.453.000	0	574.858.990

\* A área de saneamento inclui as ações voltadas à prevenção e controle de agravos à saúde sob responsabilidade do Ministério da Saúde

REGIONALIZAÇÃO

(Lei nº 10.934, 11 de agosto de 2004, inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

"V - Gastos, por Unidade da Federação, nas Áreas de Assistência Social, Educação, Desporto, Habitação, Saúde, Saneamento, Transporte e Irrigação, conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados."

REGIAO / ESTADO	R\$ 1,0							T o t a l
	Assist.Social	Desporto	Educação	Habitação	Irrigação	Saneamento (*)	Saúde	
<b>Região Sudeste - SD</b>	<b>1.490.843.583</b>	<b>59.000.000</b>	<b>3.470.494.730</b>	<b>20.323.481</b>	<b>20.339.701</b>	<b>165.052.366</b>	<b>0.974.015.651</b>	<b>6.874.332.283</b>
Espírito Santo - ES	18.195.019	0	203.009.318	0	0	9.646.800	375.560.900	697.953.313
Minas Gerais - MG	78.174.647	0	1.291.838.076	0	20.339.701	38.386.000	2.265.463.300	327.563.325
Rio de Janeiro - RJ	35.795.465	59.000.000	1.379.388.643	0	0	28.477.400	2.679.027.178	131.147.770
São Paulo - SP	67.238.452	0	508.500.268	0	0	50.006.400	5.392.724.273	124.010.400
Na Região	1.291.440.000	0	87.758.425	20.323.481	0	38.535.766	261.240.000	0
<b>Região Sul - SL</b>	<b>646.137.414</b>	<b>0</b>	<b>1.773.230.986</b>	<b>6.588.929</b>	<b>0</b>	<b>81.770.798</b>	<b>3.932.145.911</b>	<b>409.689.249</b>
Paraná - PR	57.658.388	0	382.519.894	0	0	26.060.100	1.347.763.300	68.441.100
Rio Grande do Sul - RS	29.599.086	0	1.000.649.463	0	0	32.332.100	1.757.569.311	178.651.674
Santa Catarina - SC	36.219.940	0	353.336.179	0	0	23.300.500	721.083.300	162.596.475
Na Região	522.660.000	0	36.725.450	6.588.929	0	78.098	105.730.000	0
<b>Total Geral</b>	<b>5.807.753.725</b>	<b>170.591.077</b>	<b>7.033.358.306</b>	<b>511.788.681</b>	<b>201.643.613</b>	<b>851.923.145</b>	<b>4.706.522.415</b>	<b>4.639.253.868</b>
								<b>3.922.834.830</b>

\* A área de saneamento inclui as ações voltadas à prevenção e controle de agravos à saúde sob responsabilidade do Ministério da Saúde

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**  
(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

**Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

**LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS**

De acordo com inciso V do artigo 19 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a proposição de critérios de transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para Estados, Distrito Federal e Municípios compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Por sua vez, a aprovação dos critérios de transferência de recursos do FNAS é responsabilidade do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conforme o inciso IX do artigo 18 da LOAS:

Art. 18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

IX - aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária;

Portanto, o critério utilizado para a distribuição dos recursos do FNAS destinados às diversas Unidades da Federação está baseado na série histórica de despesas, tendo por base o financiamento de serviços assistenciais no ano de 1998, de forma a evitar descontinuidades nos serviços assistenciais, de acordo com as Resoluções do CNAS nº 339, de 7 de dezembro de 1999, nº 222, de 19 de outubro de 2000, nº 116, de 17 de julho de 2001, nº 201, de 14 de novembro de 2001, nº 158, de 16 de outubro de 2002, nº 182, de 17 de dezembro de 2003. Com relação às ações 4915 - Atendimento Integral à Família, 0887 - Capacitação de Jovens em situação de vulnerabilidade social, 0886 - Concessão de bolsa para jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, 2060 - Atendimento à criança e ao adolescente em ações sócio-educativas e de convivência e 8173 - Concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho, que registram recursos adicionais para 2005 com relação a 2004, os recursos alocados no localizador Nacional serão partilhados conforme critérios a serem definidos pelo CNAS que, de acordo com a Resolução CNAS nº 182, de 7 de dezembro de 2003, tem até 31 de outubro de 2004 para discutir e aprovar os novos critérios de partilha para o exercício de 2005.

**BOLSA FAMÍLIA**

O Programa Bolsa Família - PBF, executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal e do Cadastro Único, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Os programas de transferência de renda cujos procedimentos de gestão e execução são unificados pelo Programa Bolsa Família, nos termos da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, são:

Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação (Bolsa Escola), instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001;

- Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003;
- Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação), instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001;
- Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

O PBF concede benefícios financeiros mensais a famílias em condição de pobreza e extremos pobreza, em conformidade com a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

- Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Combater a pobreza;
- Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Quando da elaboração da Proposta orçamentária para 2005, levou-se em consideração para fins de regionalização dos recursos alocados, os dados relativos ao atingimento das metas proposta para o PBF em 2005, correlacionados com os percentuais de execução em 2004.



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**  
(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

## EDUCAÇÃO

### **Ministério da Educação**

#### **Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

##### **APOIO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Ação cujos recursos são alocados por estado com base no valor per capita estabelecido para a ação e no número de alunos constantes do Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC no ano anterior ao do atendimento.  
Base de cálculo: R\$ 0,15 x 200 dias letivos x nº de alunos

##### **DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Destinado a prover as escolas do ensino básico das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal de livros didáticos para alunos de 1ª a 8ª séries. Esta ação possui características atípicas em relação a maioria dos programas sociais pelo fato de que um dos critérios que definem o PNLD é distribuir os livros didáticos antes do início das aulas. Assim sendo, o orçamento definido para um ano tem a finalidade de atender a clientela do ano subsequente, ou seja, o orçamento para 2005 visa adquirir e distribuir livros didáticos a serem utilizados pelos alunos no ano letivo de 2006. Serão beneficiados os alunos das escolas cadastradas no Censo Escolar realizado pelo INEP, cujos critérios de atendimento são definidos na Resolução n. 21/98, 03/2001 e 40/2004 todas do Conselho Deliberativo do FNDE. O valor orçamentário previsto para 2005 é de R\$ 570.000.000 e pretende beneficiar 38,4 milhões de alunos com a distribuição de 76.308.315 exemplares. A regionalização do Programa se dará conforme tabela abaixo (incluso despesa com distribuição).

##### **DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO MÉDIO**

Destinado a prover as escolas do ensino médio das redes estadual, municipal e do Distrito Federal de livros didáticos de qualidade para uso dos alunos. Como o PNLD, esta ação possui características atípicas em relação a maioria dos programas sociais do Governo Federal, pelo fato de que um dos critérios que definem o PNLEM é distribuir os livros didáticos antes do início das aulas. Assim sendo, o orçamento definido para um ano tem a finalidade de atender a clientela do ano subsequente, ou seja, o orçamento para 2005 visa adquirir e distribuir livros didáticos a serem utilizados pelos alunos no ano letivo de 2006. Serão beneficiados os alunos cujas escolas são cadastradas no Censo Escolar realizado pelo INEP, cujos critérios de atendimento são definidos na Resolução n. 038/2003 do Conselho Deliberativo do FNDE. O valor orçamentário previsto para 2005 é de R\$ 20.000.000 e pretende beneficiar 770.589 milhões de alunos com a distribuição de 1.706.244 exemplares. A regionalização do Programa se dará conforme tabela abaixo (inclusa despesa com distribuição).

##### **DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Visa suprir necessidades básicas de funcionamento, nos aspectos material e humano, com o intuito de reduzir diferenças educacionais do ensino fundamental, nas áreas mais carentes do País. Para tanto, promove a transferência direta de recursos, considerando na programação orçamentária:

- a) número de alunos matriculados no ensino fundamental e na educação especial de acordo com o Censo Escolar do ano anterior;
- b) decisões da comunidade escolar, representada pelas Unidades Executoras, balizado na identificação, classificação e eleição das prioridades de cada escola.

##### **FUNDESCOLA III**

Destinado a dar continuidade as ações desencadeadas pelo FUNDESCOLA II, aprofunda e detalha as ações, no âmbito das escolas e secretarias de educação. Os critérios utilizados são:

- a) necessidade de padrões mínimos de funcionamento da escola, com adaptação da rede física e fornecimento de mobiliário/equipamento;
- b) necessidade de implantar um Plano de Desenvolvimento da Escola e de desenvolverem os seu Projetos de Melhoria;
- c) importância das secretarias de educação em desenvolverem seu planejamento estratégico;
- d) demanda pelo desenvolvimento de Modelos Pedagógicos, para a melhoria da prática do professor em sala de aula.

##### **APOIO À AMPLIAÇÃO DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS**

Considerando um crescimento médio de 15% nas matrículas de 2004 para 2005, deveriam ser atendidos, em 2005, 2.209.136 alunos, sem aumentar o número de municípios abrangidos pelo programa. Para isso seriam necessários R\$ 552.284.000,00. Não havendo suplementação, deverá ser reduzido o número de entes atendidos. O critério de gasto será de R\$ 250,00 por aluno.

##### **APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**

**(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)**

---

Em 2004, estamos atendendo 166 entidades com o mesmo valor orçado, porém, o valor do veículo a financiar tem hoje um limite de 30 mil reais. Para 2005, os critérios deverão obedecer a Resolução nº 18 do FNDE e a Lei Nº 10.880/2005.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**

(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

---

---

**DESPORTO*****Ministério do Esporte*****Rio de Janeiro**

A regionalização de dotações orçamentárias voltadas para o Rio de Janeiro foram destinadas em virtude da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, naquele Estado.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**

(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

---

---

**HABITAÇÃO*****Ministério das Cidades*****Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

Déficit habitacional.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**  
(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

---

SAÚDE

**Ministério da Saúde**

**Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

**TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - TFVS**

Os recursos programados para o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS, na funcional programática 10.845.1203.0829 (Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a epidemiologia e controle de doenças foram definidos segundo os critérios estabelecidos nos artigos nºs 15, 16, 17 e 18 da Portaria MS nº 1.172, de 15.06.2004, publicada no DOU nº 115, de 17.06.2004.

**INCENTIVO FINANCEIRO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO EM HIV/AIDS**

Os recursos programados para o Incentivo Financeiro à Estados e Municípios para ações de prevenção e qualificação da atenção em HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (funcional 10.845.1306.0214) foram definidos segundo os critérios estabelecidos nos anexos I e II da Portaria MS nº 2.313, de 19.12.2002, publicada no DOU de 20.12.2002, alterada pela Portaria MS nº 2.129, de 06.11.2003; bem como os critérios da Portaria MS nº 1.071, de 09.07.2003, que estabelece normas para o recebimento de valor adicional ao Incentivo, para disponibilização da fórmula infantil.

**INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA**

Nº de Equipes de Saúde da Família, nº de Agentes Comunitários de Saúde e nº de Equipes de Saúde Bucal em atuação nos municípios do Estado, com base no SIAB, bem como a projeção de ampliação para o alcance de metas pactuadas entre os gestores do Sistema.

**ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Gasto com base na estimativa populacional IBGE, de acordo com a Norma Operacional vigente, a qual define que os recursos do Piso de Atenção Básica correspondem a um valor per capita, a ser repassados aos municípios para o custeio das ações e serviços de saúde, nesse nível de atenção.

**ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA**

Utilização de parâmetros de cobertura de serviços especializados, e de critérios como: acesso, nº de serviços cadastrados no CNES, disponibilidade de RH, impacto financeiro no custeio da assistência, e análise de projetos prioritários (Hospital de Pequeno Porte; Hospitais .

**ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS**

Utilização de parâmetro de cobertura de internação hospitalar e de consultas médicas especializadas; incorporação dos impactos decorrentes dos reajustes nas Tabelas de Procedimentos do SUS; incremento diferenciado no valor dos teto financeiros dos estados para redução das iniquidades nos valores alocados por região, e capacidade de produção de serviços no Estado, com base em série histórica. Nesta ação estão previstos os recursos para o custeio da atenção de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar nos estados e municípios habilitados em gestão plena do sistema.

**ATENÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS E ESTADOS NÃO HABILITADOS**

Utilização de parâmetro de cobertura de internação hospitalar e de consultas médicas especializadas; incorporação dos impactos decorrentes dos reajustes nas Tabelas de Procedimentos do SUS; incremento diferenciado no valor dos teto financeiros dos estados para redução das iniquidades nos valores alocados por região, e capacidade de produção de serviços no Estado, com base em série histórica. Nesta ação estão previstos os recursos para o custeio da atenção de média e de alta complexidade ambulatorial e hospitalar nos estados não habilitados em gestão plena do sistema.

**ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS E HEMATOLOGIA E DE HEMOTERAPIA**

Mapeamento da rede existente e utilização de critérios, como base populacional, para estimar a sua estruturação, aportando um valor maior para investimento.

**APOIO A ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS POR VIOLÊNCIA E CAUSAS EXTERNAS**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

### CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS

(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

Critério de regionalização previsto no artigo 35 da Lei nº 8.080, de 19/09/90.  
Idem para as outras unidades da Federação.

#### INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PAB PARA A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA

A Portaria GM 176/99 estabelece os critérios e requisitos para qualificação dos estados e municípios ao Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica. Este Incentivo foi pactuado pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com valor mínimo de R\$ 2,00 habitante/ano. O Governo Federal fica responsável pelo repasse de recursos no valor de R\$ 1,00 por habitante/ano, cabendo aos governos estaduais e municipais, a contrapartida financeira do valor mínimo de R\$ 1,00 habitante/ano a ser pactuado pelos mesmos na Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O recebimento do Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica pelos estados e municípios está vinculado ao cumprimento de uma série de requisitos, entre eles, a elaboração de um plano estadual de assistência farmacêutica básica, do qual constem as responsabilidades dos gestores e um elenco de medicamentos básicos. O elenco estadual de medicamentos básicos (aprovaado pela CIB) servirá de base para que os municípios estabeleçam os seus elencos municipais. A Portaria GM 956/2000 estabelece o mecanismo de prestação de contas do Incentivo, cuja apresentação é condição imprescindível para a continuidade do repasse dos recursos. Atualmente esta prestação de contas é realizada por um sistema informatizado – SIFAB.

PORTARIA Nº 280/GM Em de 7 de fevereiro de 2004. (\*)

Art. 1º Alterar os valores do Incentivo para Assistência Farmacêutica Básica – IAFB, referente à contrapartida federal.

Parágrafo único. O valor do Incentivo a ser repassado a esses Municípios passa a ser de R\$ 2,00 habitante/ano.

Art. 2º Os recursos orçamentários que trata a presente Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.303.1293.0593 - Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados a parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica.

Art. 3º Fica delegada competência à Secretaria de Ciência Tecnologia e Insumos Estratégicos para editar, quando necessário, normas regulamentadoras desta portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1º de janeiro de 2003.

#### ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS

Critério para regionalização previsto no artigo 35 da Lei nº 8.080, de 19/09/90.  
Idem para as outras unidades da Federação.

#### INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE MÉDIO E ALTO RISCO SANITÁRIO INSERIDOS NA PROGRAMAÇÃO PACTUADA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Critério de regionalização previsto na Portaria GM nº 2.743 de 29/12/03, art. 7º.

#### INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Critério de regionalização previsto na Portaria GM nº 2.743 de 29/12/03, art. 7º.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**

(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

---

---

**SANEAMENTO*****Ministério da Saúde*****Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

Os critérios estão definidos na Portaria nº 106 de 04 de março de 2004, da FUNASA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, baseados em dados de Saneamento e Indicadores de Saúde (critérios epidemiológicos).

***Ministério das Cidades*****Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

Déficit de cobertura dos serviços de saneamento.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

**CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**  
(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

## TRANSPORTES

### **Ministério das Cidades**

#### **Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

Cobertura dos contratos em vigor nas diversas Unidades da Federação.

### **Ministério dos Transportes**

#### **Nacional**

##### **SETOR RODOVIÁRIO**

Obras rodoviárias de relevância estratégica para o processo de integração regional e fundamental para a integração do País, bem como importantes eixos de ligação nacional e internacional nos programas dos corredores mercosul, leste, transmetropolitano, nordeste, são francisco, fronteira norte e outros, fortemente financiados por organismos financeiros internacionais como a manutenção da malha rodoviária federal com os serviços de conservação, sinalização e restauração, onde o CREMA, como projeto piloto, está sendo executado em vários estados da federação. Deve-se enfatizar a recuperação de importantes segmentos rodoviários utilizados para o escoamento de safras agrícolas, bem como aqueles para atender o fluxo turístico. O programa de privatização de rodovias federais que permitiu, numa primeira etapa, transferir à iniciativa privada a Via Dutra, ponte Rio- Niterói, o trecho da BR- 040 entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, a BR- 116, entre Rio de Janeiro e Além Paraíba e a BR- 290 Porto Alegre e Osório, além dos Pólos de Pelotas e Santa Maria, totalizando 1. 680 km de concessões. Estão em andamento os estudos para privatização de mais 2.718 km passíveis de serem concedidos ao setor privado. Cabe ainda destacar as obras de duplicação de importantes segmentos tais como: a BR-116, BR-101 e BR-376 - conexões entre São Paulo, Curitiba e Florianópolis. Vale considerar também a duplicação da ligação rodoviária de Florianópolis até a cidade de Osório/ RS, em fase adiantada de negociação com instituições financeiras internacionais para obtenção de financiamento da obra. É relevante mencionar o programa de descentralização de rodovias federais, pelo qual já foram transferidos 16.890 kms para diversos estados brasileiros. É oportuno citar a pavimentação da BR-319/AM/RO, obra de extrema importância para os estados do Amazonas e Roraima por ser a única via de ligação rodoviária com o restante do País, constituindo-se em relevante elo de integração, além de ligar Manaus, principal pólo de desenvolvimento do Ocidente Amazônico, à malha rodoviária nacional, bem como proporcionar a intermodalidade com as hidrovias do Rio Madeira e do Rio Amazonas. Essa rodovia tem a finalidade de promover a ligação do Brasil com os países do Caribe e América do Norte, contribuindo para o desenvolvimento do turismo ecológico na região e intercâmbio comercial internacional.

##### **SETOR FERROVIÁRIO**

Após a desestatização das malhas da Rede Ferroviária Federal S/ A (RFFSA) e da Ferrovia Paulista S/ A – (FEPASA), as ações do governo concentram-se na fiscalização e controle dos serviços concedidos, desativação de trechos e ramais antieconômicos, operações de tráfego mútuo e de transporte de cargas perigosas, segurança e qualidade dos serviços oferecidos, entre outras. Assim, na busca de soluções para as situações críticas apresentadas no Sistema Ferroviário Nacional, ocasionadas por conflitos gerados entre a operação ferroviária em áreas urbanas e comunidades locais, estão sendo implementadas ações para o saneamento desses conflitos, podendo-se exemplificar a construção do contorno ferroviário em São Felix – BA, com extensão de 17 km, que objetiva eliminar um dos principais entraves ferroviários que é a travessia do Rio Paraguaçu, entre os municípios de S. Felix e Cachoeira na Bahia, a readequação das linhas férreas no perímetro urbano de Barra Mansa – RJ, construção de passagem superior sobre a linha férrea em Alagoinhas – BA, construção de viadutos em Maringá – PR, cabendo destacar que essas obras e outras intervenções relevantes são de grande interesse social. Já a Ferrovia Norte/ Sul teve a sua implantação reativada a partir de 1995, após seis anos de paralisação em razão de dificuldades de ordem orçamentária e financeira. A retomada das obras ocorreu depois da inclusão do projeto no programa Brasil em Ação, posteriormente, no Avança Brasil, e, em seguida, no Programa Ações com Gerenciamento Intensivo. Essa ferrovia tem a finalidade proporcionar uma via econômica de escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste, com possibilidade de integração com os demais modais de transporte. Atualmente a Ferrovia já dispõe de 230 kms, dos quais estão em operação 215 kms entre Açailândia e Porto Franco, sendo que a implantação do pátio multimodal no município de Porto Franco reduziu em mais de 20% o frete de escoamento da produção de soja da região de Balsas (MA) pelo Porto de Itaqui. Em prosseguimento às obras, foi concluída a construção da ponte sobre o rio Tocantins, no município de Estreito (MA), com 1. 272 m de extensão. Finalizou-se também a plataforma multimodal de Aguiarnópolis (TO) com modernas instalações de transbordo, que permitirá a agilização dos procedimentos de carga e descarga, racionalizando a espera dos transportadores dos diversos modais envolvidos. Dando continuidade à construção da ferrovia, está previsto o início das obras no trecho entre Arguanópolis e Babaçulândia, em Tocantins, que, após concluído, alcançará importante fronteira agrícola do pólo produtor de grãos do norte daquele Estado. No extremo Sul da ferrovia, está em execução as obras do segmento entre os municípios de Anápolis e Ouro Verde de Goiás com extensão de 52 kms, permitindo o entroncamento com a Ferrovia Centro Atlântica no Porto Seco de Anápolis (GO). Com isso, a agroindústria de Goiás terá um barateamento no custo dos fretes comparado com aqueles praticados no modal rodoviário. Por último, cabe destacar, também, a construção da Ferrovia Transnordestina no Estado de Pernambuco, envolvendo a remodelação de trechos e a implantação de outros.



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

### CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS

(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

#### SETOR PORTUÁRIO

Com a promulgação da Lei nº 8.630/93, chamada "Lei dos Portos", estabeleceu-se um novo regime jurídico de exploração dos portos organizados e suas instalações, segundo o qual o Estado possa exercer prioritariamente as funções inerentes à Autoridade Portuária em detrimento das atribuições anteriores de provedor e operador da infra-estrutura do setor, tendo como consequência o Programa de Desestatização dos Portos, envolvendo a participação da iniciativa privada na operação, nos investimentos em instalações, no reaparelhamento portuário, no arrendamento de área e instalações. Os resultados dessa política assim se expressam: descentralização para os Estados e Municípios de dezenove portos fluviais e marítimos, dentre os quais se incluem os seguintes portos: Porto de Alegre, Rio Grande, Manaus, Itajaí, Cabedelo, Itaquí e Recife, além da celebração de 99 Contratos de Adesão regulando a exploração de terminais de uso privativo e arrendamento de 8,1 mil m<sup>2</sup> de áreas portuárias ao setor privado. O Ministério dos Transportes e a comunidade portuária debatem os efeitos e as perspectivas dessa legislação, de forma a adequá-la aos novos tempos, especialmente no contexto da globalização e competitividade internacional, garantindo a operação dos portos e a solução dos principais conflitos, de forma a proporcionar maior estabilidade para os trabalhadores e regras claras para a classe empresarial. Permanece a continuidade dos investimentos direcionados à execução de obras de implantação, ampliação, e recuperação da infra-estrutura portuária, destacando-se as obras de recuperação de instalações portuárias, tais como a do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN, obras de construção de instalações portuárias, já iniciadas, exemplificando as de ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande e as de retificação do molhe do Porto de Laguna, além da realização de outras obras como o acesso ao Porto de Santos com construção da Avenida Perimetral, a ampliação do Porto de Paranaguá, a construção de terminais fluviais na região Amazônica, bem como a execução de serviços de dragagens em portos nacionais. Finalizando, é importante citar a continuidade da implantação do ISPS – Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, sistema de segurança portuário que tem por objetivo evitar o trânsito de armamentos e pessoas não autorizadas, clandestinidade em navios, atos bélicos e a adoção de medidas preventivas entre outras.

#### SETOR HIDROVIÁRIO

Dentro da política de interiorização dos transportes traçada pelo Ministério dos Transportes, é uma das prioridades a exploração da potencialidade do transporte hidroviário, que possui vasta extensão de vias navegáveis. É imperioso, nos dias de hoje, mediante o acelerado processo de globalização da economia mundial, a exploração do potencial do sistema de transportes nas vias navegáveis interiores, para a redução de custos e competitividade dos produtos nacionais. Nesse contexto, está inserido o desenvolvimento do transporte hidroviário, de custos inferiores aos demais modais, voltado especialmente para grandes volumes de cargas e longas distâncias, sendo o menos impactante na preservação ambiental. A manutenção da malha hidroviária tem se constituído em ação relevante desta Pasta, destacando-se o êxito nas tratativas institucionais, proporcionando continuamente recursos para essa finalidade, os quais estão distribuídos em oito administrações hidroviárias e se destinam às atividades de manutenção. A implantação de um sistema hidroviário interior multimodal depende de investimentos contínuos em infra-estrutura, e dentre as prioridades do setor estão as obras de construção das Eclusas de Tucuruí e Lajeado, ambas no rio Tocantins, e os serviços de manutenção nas hidrovias, tais como: dragagem, sinalização, balizamento, limpeza e destocamento.

#### SETOR DE MARINHA MERCANTE

A partir de 1995, diversas medidas foram adotadas de forma a promover o ordenamento no transporte aquaviário, ampliando as possibilidades de participação de capital estrangeiro no mercado nacional, redefinindo o conceito de empresa brasileira de navegação e reduzindo exigências relativas ao arvoramento de bandeira brasileira nas embarcações, além de sinalizar com o incentivo à indústria naval e à marinha mercante ao criar o Registro Especial Brasileiro – REB. Dando continuidade a esta política, foram promovidas alterações nas condições de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante, visando melhorar a competitividade da Frota Brasileira, reduzindo o custo de capital mensal das empresas, incentivando, assim, novos financiamentos. Neste contexto, insere-se o programa Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval que, no período 1995-2003, registrou a assinatura de 244 novos contratos para financiamento de embarcações e a entrega de 281 embarcações, proporcionando a redução do custo final da cadeia produtiva de bens agrícolas e industriais, contribuindo para o aumento do Produto Interno Bruto - PIB do País, em consonância com a política de redução do CUSTO BRASIL, reduzindo o déficit na balança externa de serviços, pela substituição de navios afretados e aumentando a participação de navios de bandeira brasileira, bem como gerando empregos e renda na atividade de construção naval. Assim, os recursos do FMM financiam obras de construção, modernização e reparação naval em embarcação destinada às atividades de transporte marítimo internacional e nacional, transporte de passageiros e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e atividade pesqueira, plataformas e diques flutuantes, cábreas, dragas, embarcações para a Marinha do Brasil, entre outras. O financiamento se estende à produção de embarcações destinadas à exportação e aos projetos de modernização de estaleiros nacionais, e, por último, será devolvido pelo FMM, a partir de 2005, o Programa de Financiamento de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
Secretaria-Adjunta - Consolidação - ASCON

### CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS

(Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso V do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005)

## IRRIGAÇÃO

### **Ministério da Integração Nacional**

#### **Nacional (Critério Geral aplicável em todas as Unidades da Federação e Regiões)**

Em junho de 2004, o Ministério da Integração Nacional apresentou, em reunião do Comitê Executivo da Câmara de Infra-Estrutura do Governo Federal, um diagnóstico da situação da irrigação no país e uma proposta para uma nova Política de Irrigação, que se encontra em fase final de discussão no âmbito de um grupo interministerial. Essa política seria colocada em prática com a aprovação de uma nova Lei de Irrigação.

Os dados apresentados demonstram a dificuldade que o setor público enfrenta e terá de enfrentar para concluir os projetos em andamento, muitos iniciados há mais de cinco ou dez anos, dado o grande volume de recursos necessários. Por outro lado, os investimentos, em contínua queda nos últimos anos, têm sido direcionados preferencialmente para obras de engenharia, em detrimento da entrada em operação de novas áreas ou da revitalização de áreas deterioradas.

Em função do diagnóstico, que se apoiou parcialmente em dois relatórios recentes do Banco Mundial, o Ministério da Integração Nacional expôs na reunião sua proposta de uso dos recursos disponíveis, refletida na alocação de recursos na proposta orçamentária de 2005. Propõe-se reduzir o investimento total em ampliação de perímetros de R\$170 milhões em 2004 para 80 milhões em 2005, aumentando os gastos em revitalização e entrada em operação de áreas existentes de R\$ 63 milhões para R\$ 140 milhões. Os recursos investidos em ampliação foram destinados a colocar em operação novas áreas em 2005 ou 2006 naqueles perímetros onde os investimentos dos anos anteriores o permitiam. Nesse contexto, foram deixados de lado quaisquer critérios regionais, pois o objetivo é maximizar a criação de empregos nos próximos dois anos.

Em relação ao triênio 2006-2008, os valores alocados são apenas indicativos, pois a prioridade será atrair investimentos privados na modalidade de concessão e, certamente, implicará a revisão do Plano Plurianual.

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VI - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos 2 (dois) anos, a execução provável em 2004 e o programado para 2005, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar no 101, de 2000, demonstrando a memória de cálculo;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

### DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VI, do Anexo das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2005

PODER / ÓRGÃO	2002		2003		2004		2005	
	EXECUÇÃO	% RCL	EXECUÇÃO	% RCL	EXECUÇÃO PROVÁVEL	% RCL	PROJETO DE LEI	% RCL
<b>EXECUTIVO</b>	<b>58.351.540</b>	<b>29,19</b>	<b>60.603.709</b>	<b>27,52</b>	<b>67.226.879</b>	<b>26,10</b>	<b>73.857.354</b>	<b>26,48</b>
Advocacia-Geral da União	98.658		161.992		675.709		1.067.726	
Agência Bras. Inteligência	95.796		88.828		87.368		145.640	
Agricultura	1.666.880		1.706.268		1.763.065		2.027.348	
Cidades			204.433		306.610		363.686	
Ciência e Tecnologia	597.758		622.728		630.448		786.017	
Comunicações	601.274		662.928		692.963		696.653	
Controladoria Geral da União					106.553		141.159	
Cultura	123.631		129.061		134.794		150.986	
Defesa	21.333.993		21.111.536		22.229.891		23.882.760	
Desenvolvimento Agrário	381.127		404.541		384.411		443.387	
Desenvolvimento Social e Combate à Fome			374		16.082		11.558	
Educação	8.648.874		9.376.966		9.979.359		11.671.235	
Esporte e Turismo / Esporte	24.301		8.630		9.032		9.876	
Fazenda	5.358.553		5.910.437		5.813.472		6.834.874	
Indústria e Comércio	155.523		156.982		158.441		191.305	
Integração Nacional	352.354		365.549		419.956		431.629	
Justiça	2.478.624		2.530.891		2.639.187		3.249.420	
Meio Ambiente	381.223		442.669		463.017		610.329	
Minas e Energia	226.328		242.995		255.771		285.298	
Planejamento	1.023.600		1.071.900		4.062.991		2.809.842	
Presidência da República	212.937		302.450		252.618		307.180	
Previdência Social	4.781.070		4.976.489		5.345.788		5.823.458	
Relações Exteriores	644.861		554.845		476.100		629.508	
Saúde	5.466.884		5.959.762		6.451.163		7.168.986	
Sec. Desenvolvimento Urbano	2.131							
Sec. Esp. Agricultura e Pesca					4.966		6.867	
Sec. Esp. Direitos Humanos					2.923		5.820	

Inciso\_06\_Ascor

1

## DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VI, do Anexo das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2005

PODER / ÓRGÃO	2002		2003		2004		2005	
	EXECUÇÃO	% RCL	EXECUÇÃO	% RCL	EXECUÇÃO PROVÁVEL	% RCL	PROJETO DE LEI	% RCL
Sec. Esp. Igualdade Racial					2.222		1.894	
Sec. Esp. Política Para Mulheres					2.582		2.261	
Trabalho e Emprego	1.004.632		1.076.119		1.181.410		1.350.335	
Transf. - Min. Fazenda (exceto Roraima e Amapá)	986.989		978.326		993.455		1.006.426	
Transportes	1.701.435		1.534.053		1.654.771		1.718.027	
Turismo			20.156		27.908		23.649	
Vice-Presidência	2.104		1.801		1.853		2.215	
<b>LEGISLATIVO</b>	<b>2.919.782</b>	<b>1,46</b>	<b>3.487.456</b>	<b>1,58</b>	<b>3.713.164</b>	<b>1,44</b>	<b>4.477.591</b>	<b>1,61</b>
Câmara dos Deputados	1.385.851		1.591.199		1.721.390		1.856.652	
Senado Federal	1.017.241		1.355.676		1.488.845		1.983.533	
Tribunal de Contas da União	516.690		540.581		502.929		637.406	
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>8.778.520</b>	<b>4,39</b>	<b>9.177.770</b>	<b>4,17</b>	<b>10.535.796</b>	<b>4,09</b>	<b>12.015.809</b>	<b>4,31</b>
Justiça do Trabalho	4.526.936		4.841.017		5.473.121		5.720.691	
Justiça Eleitoral	1.235.807		1.220.723		1.519.224		1.673.016	
Justiça Federal	2.454.476		2.499.486		2.872.504		3.881.320	
Justiça Militar	131.493		145.137		163.303		152.514	
Superior Tribunal de Justiça	317.400		332.224		366.070		418.869	
Supremo Tribunal Federal	112.408		139.183		141.574		169.399	
<b>MPU</b>	<b>828.790</b>	<b>0,41</b>	<b>1.090.412</b>	<b>0,50</b>	<b>1.096.939</b>	<b>0,43</b>	<b>1.223.933</b>	<b>0,44</b>
Ministério Público da União (Exceto MPDF)	828.790		1.090.412		1.096.939		1.223.933	
<b>DEMAIS</b> (Incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19)	<b>4.150.405</b>	<b>2,08</b>	<b>4.615.403</b>	<b>2,10</b>	<b>5.260.526</b>	<b>2,04</b>	<b>5.479.798</b>	<b>1,96</b>
Justiça do DF e Territórios	439.065		548.501		627.166		701.719	
MPDF-Ministério Público do DF e Territórios	126.658		167.244		174.216		163.538	
Transferências - Min. Fazenda (Roraima e Amapá)	675.479		726.942		709.753		699.363	
Transferências - FCDF	2.909.203		3.172.716		3.749.391		3.915.178	
<b>Total Geral</b>	<b>75.029.037</b>	<b>37,53</b>	<b>78.974.750</b>	<b>35,86</b>	<b>87.833.304</b>	<b>34,10</b>	<b>97.054.485</b>	<b>34,80</b>

# DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VI, do Anexo das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2005

	2002		2003		2004		2005	
	EXECUÇÃO	% RCL	EXECUÇÃO	% RCL	EXECUÇÃO	% RCL	PROJETO	% RCL
PODER / ÓRGÃO							DE LEI	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>199.928.822</b>		<b>220.217.757</b>		<b>257.553.429</b>		<b>278.930.255</b>	

Obs: Os valores apresentados correspondem à despesa total, sem as exclusões previstas no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

a) das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e Abono Salarial, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento dessas despesas, assim como o crescimento vegetativo, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo e dos demais;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VII - memória de cálculo das estimativas:  
a) das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e Abono Salarial, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento dessas despesas, assim como o crescimento vegetativo, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo e dos demais;

Descrição	R\$ Milhões
<b>Projeção 2005</b>	<b>10.607,1</b>
<b>0217 - Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso</b>	<b>3,9</b>
Nº de cheques: mesmo mês do ano anterior, corrigido pela variação do Pessoal Ocupado	
Valores: nº de cheques emitidos, multiplicado pelo salário médio observado e pelo salário mínimo	
<b>0581 - Pagamento do Benefício Abono Salarial</b>	<b>2.480,2</b>
Nº de beneficiários: mesmo mês do ano anterior, corrigido pela variação do Pessoal Ocupado	
Valores: nº de beneficiários multiplicado por 97% do salário mínimo (3% financiado com recursos do PIS/PASEP)	
<b>0583 - Pagamento do Seguro-Desemprego</b>	<b>7.858,9</b>
Nº de cheques: mesmo mês do ano anterior, corrigido pela variação do Pessoal Ocupado	
Valores: nº de cheques emitidos, multiplicado pelo salário médio observado e pelo salário mínimo	
<b>0585 - Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal</b>	<b>254,4</b>
Nº de cheques: mesmo mês do ano anterior, corrigido pela variação do Pessoal Ocupado	
Valores: nº de cheques emitidos, multiplicado pelo salário mínimo	
<b>0653 - Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico</b>	<b>8,0</b>
Nº de cheques: mesmo mês do ano anterior, corrigido pela variação do Pessoal Ocupado	
Valores: nº de cheques emitidos, multiplicado pelo salário mínimo	
<b>0686 - Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo</b>	<b>1,6</b>
Nº de beneficiários: média do ano anterior, corrigida pela variação do Pessoal Ocupado	
Valores: nº de beneficiários multiplicado pelo salário mínimo e pelo nº de parcelas (3 parcelas)	

Hipóteses:

Reajuste do Salário Mínimo: 8,19%  
Valor do Salário Mínimo: R\$ 281,28  
Variação do Pessoal Ocupado: 2,50%  
Salário Médio Observado, em Salário Mínimos 1,33  
Bolsa Qualificação 1,40  
Seguro Normal



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

# MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VII - memória de cálculo das estimativas:

a) das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e Abono Salarial, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento dessas despesas, assim como o crescimento vegetativo, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo e dos demais;

Descrição	R\$ Milhões
<b>Projeção 2005</b>	<b>6.692,2</b>
<b>0573 - Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS</b>	<b>2.727,2</b>
Quantidade : tendência histórica	
Valores: nº de beneficiários, multiplicado pelo salário mínimo do período e por 1,0038 (isenção da CPMF)	
<b>Impacto da alteração da legislação - Estatuto do Idoso</b>	<b>222,2</b>
Quantidade: média do acréscimo verificado em 2004 em função da mudança na legislação	
Valores: nº de beneficiários, multiplicado pelo salário mínimo do período e por 1,0038 (isenção da CPMF)	
<b>0575 - Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS</b>	<b>3.742,9</b>
Quantidade : tendência histórica	
Valores: nº de beneficiários, multiplicado pelo salário mínimo do período e por 1,0038 (isenção da CPMF)	

## Hipóteses:

Reajuste do Salário Mínimo: 8,19%  
 Valor do Salário Mínimo: R\$ 281,28  
 Número de beneficiários acrescentados em função da mudança na legislação - Estatuto do Idoso: 806,4 mil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

#### MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM RENDA MENSAL VITALÍCIA

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

##### VII - memória de cálculo das estimativas

a) das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e Abono Salarial, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento dessas despesas, assim como o crescimento vegetativo, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo e dos demais;

Descrição	R\$ Milhões
<i>Projeção 2005</i>	<i>1.845,1</i>
Projeção sobre o mês anterior, aplicando-se:	
* taxa de redução em todos os meses, a partir da tendência histórica observada	
* Impacto do reajuste do salário mínimo em junho	

##### Hipóteses:

Reajuste do Salário Mínimo:	8,19%
Valor do Salário Mínimo:	R\$ 281,28
Taxa de redução mensal:	0,79%

17.09.2004  
14:34

Secretaria de Orçamento Federal  
Departamento de Assuntos Fiscais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS  
PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004  
Anexo III, VII, "a"

Mês	Crescimento Vegetativo Mensal [A]	Crescimento Sazonal - Dezembro [B]	Impacto Mensal do Reajuste do Salário Mínimo [C]	Impacto Mensal do Reajuste dos Demais Benefícios [D]	R\$ milhões	
					Benefícios Normais	$[E = E_{(t-1)} * A * B * C * D]$
jan.05	1,0032				9.696,7	9.696,7
fev.05	1,0032				9.728,1	9.728,1
mar.05	1,0032				9.759,5	9.759,5
abr.05	1,0032				9.791,1	9.791,1
mai.05	1,0032				9.822,8	9.822,8
jun.05	1,0032		1,0263	1,0376	10.494,3	10.494,3
jul.05	1,0032				10.528,3	10.528,3
ago.05	1,0032				10.562,3	10.562,3
set.05	1,0032				10.596,5	10.596,5
out.05	1,0032				10.630,7	10.630,7
nov.05	1,0032				10.665,1	10.665,1
dez.05		1,94			20.665,1	20.665,1
TOTAL	1,0395	1,94	1,0819	1,0554		132.940,5

Inciso\_07\_a3

Secretaria de Orçamento Federal  
Departamento de Assuntos Fiscais

17.09.2004  
14:34

### Estimativa do Fluxo a ser incorporado aos benefícios em 2005

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004  
Anexo III, VII, "a"

	Período		Quantidade Acrescentada	Quantidade Acumulada	Valor (R\$ 1,00)
Realizado	jan.04	1	3.515	3.515	421.539
	fev.04	2	23.045	26.560	3.916.575
	mar.04	3	22.443	49.003	7.058.343
	abr.04	4	33.258	82.261	11.903.756
	mai.04	5	11.887	94.148	13.679.792
	jun.04	6	31.848	125.996	19.057.367
Projeção	jul.04	7	32.900	158.896	24.033.605
	ago.04	8	36.300	195.196	29.524.132
	set.04	9	39.700	234.896	35.528.948
	out.04	10	43.100	277.997	42.048.052
	nov.04	11	46.501	324.497	49.081.445
	dez.04	12	49.901	374.398	56.629.126
Projeção	jan.05	13	99.362	473.760	71.657.936
	fev.05	14	99.362	573.121	86.686.745
	mar.05	15	99.362	672.483	101.715.555
	abr.05	16	99.362	771.844	116.744.364
	mai.05	17	99.362	871.206	131.773.174
	jun.05	18	99.362	970.568	156.187.547
	jul.05	19	99.362	1.069.929	172.177.201
	ago.05	20	99.362	1.169.291	188.166.855
	set.05	21	99.362	1.268.652	204.156.509
	out.05	22	99.362	1.368.014	220.146.162
	nov.05	23	99.362	1.467.375	236.135.816
	dez.05	24	99.362	1.566.737	252.125.470
	Período		Quantidade		Valor (R\$ 1,00)
	2004		374.398		292.882.679
	<b>2005</b>		<b>1.192.339</b>		<b>1.937.673.333</b>
	TOTAL		1.566.737		2.230.556.012

\* Informações de quantidade e valores entre janeiro e junho de 2004: DATAPREV

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO  
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

**VII - memória de cálculo das estimativas:**

a) das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, com benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Seguro-Desemprego e Abono Salarial, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento dessas despesas, assim como o crescimento vegetativo, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário-mínimo e dos demais;

Descrição	R\$ Milhões
<b>Projeção 2005</b>	
<b>Benefícios Normais</b>	<b>138.006,1</b>
Projeção sobre o mês anterior, aplicando-se:	<b>132.940,5</b>
* crescimento vegetativo em todos os meses	
* Impacto do reajuste do salário mínimo e dos demais benefícios em junho	
* Crescimento sazonal em dezembro	
<b>Sentenças Judiciais</b>	<b>3.127,9</b>
Valor informado pelo Poder Judiciário	
<b>Fluxo IRSM</b>	<b>1.937,7</b>
Cálculo com base no número potencial de beneficiários	
<b>Hipóteses:</b>	
Crescimento Vegetativo:	3,95%
Reajuste do Salário Mínimo:	8,19%
Valor do Salário Mínimo:	R\$ 281,28
Reajuste dos Demais Benefícios:	5,54%
Número potencial de beneficiários sujeitos à correção do IRSM:	1,57 milhões

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, e no exercício, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "b", do Anexo das Informações Complementares ao PLOA de 2005

	R\$ mil									
	FOLHA BASE					PRECATORIOS				
	ART. 80 LDO 2005	VEGETATIVO 1%	CRESC. VEGETATIVO	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES DE PREVIDENCIA PRIVADA	PARCELAS DE PASSIVOS 28,86% 3,17%	E SENTENÇAS DAS ESTATAIS	REESTRUT. CARREIRAS, CARGOS E REVISÃO GERAL	IMPACTOS ADICIONAIS 2004 CONCURSOS CARREIRAS, CARGOS E REVISÃO GERAL	IMPACTOS ADICIONAIS 2005 CONCURSOS CARREIRAS, CARGOS E REVISÃO GERAL	TOTAL
<b>LEGISLATIVO</b>	<b>3.913.740</b>	<b>39.138</b>						<b>99.846</b>	<b>13.557</b>	<b>4.477.591</b>
Câmara dos Deputados	1.797.068	17.971							41.613	1.856.652
Senado Federal	1.633.958	16.340						295.436	37.799	1.983.533
Tribunal de Contas da União	482.714	4.827						24.169	12.293	637.406
<b>JUDICIÁRIO / MPU</b>	<b>10.978.007</b>	<b>109.780</b>				<b>1.187.065</b>		<b>278.029</b>	<b>424.221</b>	<b>14.104.999</b>
Justiça do DF e Territórios	622.243	6.222						18.006	4.210	701.719
Justiça do Trabalho	4.846.202	48.462				154.417		135.123	67.233	5.720.691
Justiça Eleitoral	1.375.284	13.753						103.994	90.000	1.673.016
Justiça Federal	2.344.381	23.444				1.024.161		73.200	107.379	3.881.320
Justiça Militar	141.690	1.417						3.383	2.803	152.514
Superior Tribunal de Justiça	346.418	3.464				8.466		9.722	23.000	418.869
Supremo Tribunal Federal	139.190	1.392				21		3.572	12.277	169.399
Ministério Público da União	1.162.599	11.626						42.571	98.000	1.387.471
<b>EXECUTIVO</b>	<b>65.890.760</b>	<b>619.755</b>		<b>148.890</b>	<b>1.049.563</b>	<b>965.829</b>		<b>7.037.992</b>	<b>65.114</b>	<b>78.471.895</b>
Advocacia-Geral da União	500.559	5.006			8.482			282.208	73.246	1.067.726
Agência Bras. Inteligência	133.221	1.332			227			560	10.234	145.640
Agricultura	1.657.460	16.575		68.640	32.350	46.492		128.318	21.010	2.027.348
Cidades	172.080	1.721		4.935	60	178.424			6.465	363.686
Ciência e Tecnologia	663.208	6.632		5.327	17.292	10.756		54.524	3.110	786.017
Comunicações	600.988	6.010			21.394			58.118		696.653
Controladoria Geral da União	115.353	1.153			16					141.159
Cultura	131.432	1.314			4.962	1.437		24.637	48	150.986
Defesa	21.303.797	213.038			78.427	22.043		2.215.018	825	23.882.760
Desenvolvimento Agrário	349.649	3.496			15.186					443.387
Desenvolvimento Social e Combate à Fc	11.372	114			72					11.558
Educação	9.636.626	96.366			189.907	138.372		1.361.100	181	11.671.235
Esporte	9.214	92			322					9.876
Fazenda	5.920.302	59.203		20.206	47.209	6.418		691.279	2.267	6.834.874
Indústria e Comércio	162.249	1.623			6.020	4.107		10.910	408	191.305
Integração Nacional	363.619	3.636		7.975	12.034	10.924		25.085	3.599	431.629
Justiça	2.626.751	26.268			62.923	1.434		346.244		3.249.420
Meio Ambiente	522.635	5.226			10.504	28.015		9.334	64	610.329
Minas e Energia	221.456	2.215		13.168	4.986	14.261		7.201	21	285.298
Planejamento	1.280.208	12.802		11.000	46.118	2.307		312.350	2.914	2.809.842
Presidência da República	249.721	2.497		11.100	26.144	9.079		5.355	1.915	307.180
Providência Social	4.683.346	46.833			102.521	245.440		565.034	33.418	5.823.458
Relações Exteriores	597.618	5.976			10.518			3.893	94.767	629.508
Saúde	5.920.306	59.203		6.509	280.446	139.074		560.589	19.034	7.166.986
Sec. Esp. Agricultura e Pesca	6.740	67			28			32		6.867
Sec. Esp. Direitos Humanos	5.565	56			112			87		5.820
Sec. Esp. Igualdade Racial	1.870	19			5					1.894
Sec. Esp. Política Para Mulheres	2.239	22								2.261
Trabalho e Emprego	1.135.839	11.358			18.425			166.115	97	1.350.335
Transferências - Min. Fazenda	1.592.845	15.928			23.413			60.101		1.705.789
Transferências - FCDF	3.915.178									3.915.178
Transportes	1.373.751	13.738		30	68.572	93.813		141.914	241	1.718.027
Turismo	21.451	215			789	358		645		23.649
Vice-Presidência	2.082	21			99			12		2.215
<b>TOTAL UNIAO</b>	<b>80.782.507</b>	<b>768.673</b>		<b>148.890</b>	<b>1.049.563</b>	<b>2.152.894</b>		<b>7.415.867</b>	<b>65.114</b>	<b>97.054.485</b>
					<b>400.937</b>	<b>2.152.894</b>		<b>1.020.318</b>	<b>955.791</b>	<b>34.311</b>

Inciso\_07\_b

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

c) das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao público, e externa, em 2005;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

NECESSIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA DPMFI

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "c" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

	PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL	R\$
<b>Neces. Orçament.DPMFI 2005 (A)</b>	<b>935.844.003.329,77</b>	<b>77.463.254.951,46</b>	<b>1.013.307.258.281,23</b>	
<b>Fontes da DPMFI</b>				
100	12.456.890.474,00	0	12.456.890.474,00	
129	259.000.000,00	0	259.000.000,00	
152	3.202.000.000,00	0	3.202.000.000,00	
159	17.885.514.870,00	0	17.885.514.870,00	
173	11.995.187.676,00	0	11.995.187.676,00	
174	2.251.093,00	0	2.251.093,00	
186	0,00	231.263.026,00	231.263.026,00	
187	637.537.197,00	0	637.537.197,00	
188	0,00	19.414.098.422,00	19.414.098.422,00	
197	4.162.405.370,00	0	4.162.405.370,00	
900	0,00	0	0,00	
<b>Total de Fontes (B)</b>	<b>50.600.786.680,00</b>	<b>19.645.361.448,00</b>	<b>70.246.148.128,00</b>	
<b>Fontes 143 e 144 para DPMFI (A-B)</b>	<b>885.243.216.649,77</b>	<b>57.817.893.503,46</b>	<b>943.061.110.153,23</b>	
Fontes Primárias ( 100+129+186+197+900 )	17.109.558.870,00	Superávit Primário destinado para pagamento da DPMFI		
Demais Fontes do TN	53.136.589.258,00			
Fontes de Emissão ( 143+144 )	943.061.110.153,23			
<b>TOTAL</b>	<b>1.013.307.258.281,23</b>			

Fonte: STN/MF

NECESSIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA DPMFE

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "c" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

	PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL	R\$
<b>Neces. Orçament.DPMFE 2005 (A)</b>	<b>48.206.713.379,86</b>	<b>21.872.584.959,21</b>	<b>70.079.298.339,07</b>	
<b>Fontes da DPMFE</b>				
0171	3.194.086.347,00	787.056.114,00	3.981.142.461,00	
0148	3.815.170.000,00		3.815.170.000,00	
<b>Total de Fontes (B)</b>	<b>7.009.256.347,00</b>	<b>787.056.114,00</b>	<b>7.796.312.461,00</b>	
<b>Fontes 143 e 144 para DPMFE (A-B)</b>	<b>41.197.457.032,86</b>	<b>21.085.528.845,21</b>	<b>62.282.985.878,07</b>	
	<b>Fonte 143</b>	<b>Fonte 144</b>	<b>Fontes 143 + 144</b>	

Inciso\_07\_c

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004  
(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III  
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO  
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

d) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

#### RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "d" do Anexo das Informações Complementares ao PLOA 2005

VII - memória de cálculo das estimativas:

d) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

Descrição	R\$ Mil
Valor da Receita Corrente Líquida	278.930.255
Reserva de Contingência (2% da RCL) (*)	5.578.605

(\*) Reserva prevista no Art. 12 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 ( LDO-2004)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A ESTADOS E MUNICÍPIOS - 2005

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "d" do Anexo das Informações Complementares ao PLOA 2005

VII - memória de cálculo das estimativas:

d) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

E S P E C I F I C A Ç Ã O		Projeto Lei (A)	FPM (B=A*22,5%)	FPE (C=A*21,5%)	IPI - Exportadores (D=A*10%)	FNO/FNE/FCO (E=A*3%)	Transf. IOF (F=A)	Transf. p/ Repartição de Receita (G=B+C+D+E+F)	R\$ 1,00
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		23.440.236.584	5.274.053.231	5.039.650.866	2.344.023.658	700.260.643	0	13.357.988.398	
Principal e Dívida Ativa		23.213.788.950	5.223.102.514	4.990.964.624	2.321.378.895	696.413.668	0	13.231.859.701	
Refis		128.232.487	28.852.310	27.569.985	12.823.249	3.846.975	0	73.092.518	
Multas e Juros		98.215.147	22.098.408	21.116.257	9.821.515	0	0	53.036.179	
IMPOSTO SOBRE A RENDA		94.095.197.296	21.171.419.392	20.230.467.419	0	2.785.476.164	0	44.187.362.975	
Principal e Dívida Ativa		92.561.736.981	20.826.390.821	19.900.773.451	0	2.776.852.109	0	43.504.016.381	
Refis		287.468.493	64.680.411	61.805.726	0	8.624.055	0	135.110.192	
Multas e Juros		1.245.991.822	280.348.160	267.888.242	0	0	0	548.236.402	
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		3.327.224	0	0	0	0	3.327.224	3.327.224	
IOF - Ouro		3.327.224	0	0	0	0	3.327.224	3.327.224	
TOTAL		117.538.761.104	26.445.472.623	25.270.118.284	2.344.023.658	3.485.736.807	3.327.224	57.548.678.597	

Inciso\_07\_d2

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

e) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6o, §§ 1o e 2o, da Lei no 9.424, de 1996, discriminando os recursos por unidade da Federação;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

Estimativa de Receitas e Complementação da União para 2005

Lei nº 10.934, de 11 de Agosto de 2004, inciso VII, alínea "e" do Anexo das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2005

VII - memória de cálculo das estimativas:  
e) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 1996, discriminando os recursos por unidade da Federação.

E s t a d o s	Nº de Alunos 1ª a 4ª Série (A)	Nº de Alunos 5ª a 8ª Série e Educ. Especial (B)	Valor Mínimo (C = A * 627,26 + B * 658,63)	F P M (15%) (D)	F P E (15%) (E)	I P I - E X P. (15%) (F)	I C M S (15%) (G)	Receitas Vinculadas ao Fundo (H = D...G)	Diferença (I = H - C)	Complemento da União
										R\$ mil
Acre	94.101	50.532	92.308,0	10.432,7	129.673,1	35,5	38.179,2	178.320,5	86.012,5	0,0
Alagoas	398.487	288.937	440.258,8	82.838,8	157.688,7	826,4	146.422,4	387.776,3	-52.482,6	52.482,6
Amapá	74.702	50.313	79.995,5	5.521,8	129.331,9	2,8	27.008,5	161.865,0	81.869,6	0,0
Amazonas	455.439	282.518	471.755,1	49.394,6	105.770,2	11.268,4	401.746,2	568.179,4	96.424,3	0,0
Bahia	1.675.266	1.216.630	1.852.141,8	367.702,9	356.163,1	23.334,4	1.075.357,9	1.822.558,2	-29.583,6	29.583,6
Ceará	839.174	749.504	1.020.028,5	181.933,5	278.105,3	4.163,5	482.343,9	946.546,1	-73.482,4	73.482,4
Distrito Federal	153.960	140.550	189.143,8	0,0	26.162,0	21,1	394.977,0	421.160,2	232.016,3	0,0
Espírito Santo	266.109	236.514	322.695,5	69.795,9	56.857,5	16.332,8	537.466,2	680.452,5	357.756,9	0,0
Goiás	460.378	455.275	588.635,7	148.033,2	107.767,7	2.892,5	677.431,6	936.125,0	347.489,3	0,0
Maranhão	898.665	579.056	945.083,3	157.541,6	273.606,0	3.320,0	179.386,5	613.854,1	-331.229,2	331.229,2
Mato Grosso	298.156	279.134	370.868,2	75.167,0	87.481,0	3.112,5	453.222,7	618.983,1	248.114,9	0,0
Mato Grosso do Sul	216.357	188.771	260.043,0	59.517,9	50.489,5	2.176,7	340.598,2	452.782,4	192.739,4	0,0
Minas Gerais	1.718.882	1.540.410	2.092.751,1	562.675,3	168.847,9	39.975,3	2.019.508,8	2.791.007,2	698.256,1	0,0
Pará	1.017.036	502.332	988.800,7	130.698,3	231.675,4	13.283,0	390.425,5	766.082,1	-202.718,6	202.718,6
Paraíba	427.103	347.894	497.039,4	126.707,6	181.523,3	1.071,8	190.654,1	499.956,9	2.917,5	0,0
Paraná	810.362	749.098	1.001.688,4	289.009,4	109.287,7	38.773,2	1.228.904,3	1.665.974,6	664.286,2	0,0
Pernambuco	840.441	695.054	984.961,0	190.216,2	261.552,2	2.199,3	582.004,0	1.035.971,6	51.010,6	0,0
Piauí	406.476	250.208	419.762,0	95.262,8	163.802,7	235,1	112.154,3	371.454,9	-48.307,1	48.307,1
Rio de Janeiro	1.142.725	863.144	1.285.291,8	108.607,1	57.907,5	36.275,4	2.047.756,9	2.250.546,9	965.265,1	0,0
Rio Grande do Norte	305.394	235.826	346.884,5	96.488,5	158.363,4	961,7	217.323,3	473.136,9	126.252,4	0,0
Rio Grande do Sul	789.804	753.611	991.765,5	289.620,3	89.258,7	50.491,9	1.646.336,0	2.075.707,0	1.083.941,5	0,0
Rondônia	166.626	133.922	192.723,4	29.608,2	106.725,4	415,2	158.525,8	295.274,5	102.551,1	0,0
Roraima	43.351	31.923	48.217,9	3.375,8	94.031,0	30,2	24.617,8	122.054,7	73.836,8	0,0
Santa Catarina	404.889	370.182	497.784,8	166.593,9	48.510,8	29.862,3	763.994,0	1.008.961,0	511.176,2	0,0
São Paulo	2.622.232	2.446.459	3.256.139,9	565.745,6	37.905,0	70.320,7	7.379.136,6	8.063.107,9	4.796.968,0	0,0
Sergipe	226.471	152.112	242.242,5	52.925,1	157.506,7	206,4	140.022,3	350.660,5	108.418,0	0,0

Inciso\_07\_e

Tocantins	151.865	111.615	168.772,3	51.389,9	164.507,8	15,6	100.489,6	316.402,9	147.630,6	0,0
T o t a l	16.904.451	13.701.524	19.627.772	3.966.804	3.790.501	351.604	21.755.994	29.864.902	10.237.130	737.803,5

Hipóteses:

- . Número de alunos tem como base a prévia do Censo Escolar 2004, produzido pelo INEP.
- . Valor mínimo é igual a R\$ 627,26 e R\$ 658,63;
- . Base de dados para projeção do ICMS com base no CONFAZ - 2003, corrigido pela variação do PIB nominal;
- . Transferências constantes do PLO 2005.

	TOTAL	15%
ICMS	145.039.956,76	21.755.993,51
FPM	26.445.358,86	3.966.803,83
FPE	25.270.009,58	3.790.501,44
IP/EE	2.344.023,66	351.603,55
LC 87	0,0	0,0

Mínimo por aluno

1ª a 4ª série	627,26
5ª a 8ª série	658,63

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

f) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e do montante de recursos para aplicação na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 do ADCT;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

CÁLCULO DA MANUTENÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - 2005

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII "f" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VII - memória de cálculo das estimativas:

f) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição, e do montante de recursos para aplicação na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, previsto no art. 60 do ADCT.

E S P E C I F I C A Ç Ã O		PROJETO LEI	TRANSF. CONST.	DRU	BASE CÁLCULO	MANUTENÇÃO DO ENSINO	ADCT, Art. 60, § 6º
		(A)	(B)	(C = A * 20%)	(D = A-B-C)	(E = D * 18%)	(F = E * 30%)
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO		9.953.047.119	0	1.990.609.424	7.962.437.696	1.433.238.785	429.971.636
Principal		9.942.052.220	0	1.988.410.444	7.953.641.776	1.431.655.520	429.496.656
Dívida Ativa		1.854.881	0	370.976	1.483.905	267.103	80.131
Refis		9.140.018	0	1.828.004	7.312.015	1.316.163	394.849
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO		39.246.927	0	7.849.385	31.397.542	5.651.558	1.695.467
Principal		35.266.691	0	7.053.338	28.213.353	5.078.404	1.523.521
Dívida Ativa		23.298	0	4.660	18.639	3.355	1.006
Refis		3.956.938	0	791.388	3.165.550	569.799	170.940
IMPOSTO SOBRE A RENDA		92.849.205.474	40.853.650.409	18.569.841.095	33.425.713.971	6.016.628.515	1.804.988.554
Principal		92.491.434.896	40.696.231.354	18.498.286.979	33.296.916.563	5.993.444.981	1.798.033.494
Dívida Ativa		70.302.085	30.932.917	14.060.417	25.308.751	4.555.575	1.366.673
Refis		287.468.493	126.486.137	57.493.699	103.488.657	18.627.958	5.588.388
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		23.342.021.437	12.604.691.576	4.668.404.287	6.068.925.574	1.092.406.603	327.721.981
Principal		23.198.731.667	12.527.315.100	4.639.746.333	6.031.670.233	1.085.700.642	325.710.193
Dívida Ativa		15.057.283	8.130.933	3.011.457	3.914.894	704.681	211.404
Refis		128.232.487	69.245.543	25.646.497	33.340.447	6.001.280	1.800.384
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		5.395.892.259	0	1.079.178.452	4.316.713.807	777.008.485	233.102.546
Principal (Demais Operações)		5.394.432.371	0	1.078.886.474	4.315.545.897	776.798.261	233.039.478
Dívida Ativa		321.280	0	64.256	257.024	46.264	13.879
Refis		1.138.608	0	227.722	910.886	163.960	49.188
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL		277.612.281	138.806.141	55.522.456	83.283.684	14.991.063	4.497.319
Principal		276.606.199	138.303.100	55.321.240	82.981.860	14.936.735	4.481.020
Dívida Ativa		1.006.082	503.041	201.216	301.825	54.328	16.299
TOTAL		131.857.025.498	53.597.148.125	26.371.405.100	51.888.472.273	9.339.925.009	2.801.977.503

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

g) por fundo e programa, dos subsídios implícitos ou indiretos apurados anualmente no período 2000-2003, destacando o impacto das renegociações das dívidas com o setor rural, com estimativas para 2004 e 2005, que indicará, a título de risco fiscal, o efeito em cada item de despesas da variação da taxa básica de juros, por ponto de percentagem;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

**Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP**  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

	R\$ 1.000					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Saldo Devedor do Programa (*)</b>	278.195,62	504.604,26	709.115,93	645.456,54	552.538,34	454.359,34
<b>Saldo Devedor do Programa Atualizado (atualizado para dezembro de cada ano)</b>						
(I) Pela TMS	291.540,59	584.651,33	896.659,48	1.034.152,33	1.098.230,23	1.141.651,45
(II) Pelos Encargos do Programa (**) (IGP-DI+2%a.a. e 7% a partir de 2002)	278.288,18	505.096,54	710.829,87	649.000,03	557.712,12	460.917,07
<b>Subsídio Implícito Acumulado no Ano (***)</b>	(13.252,40)	(66.302,39)	(119.527,21)	(265.625,08)	(274.893,02)	(405.841,35)

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/IMF

Notas:

(\*) Cerca de 80% das aplicações de recursos do RECOOP concentram-se na Região Sul, 15% na Região Sudeste, 3% na Região Centro-Oeste, e 2% nas regiões Norte e Nordeste

(\*\*) Diferencial de encargos considerados: em 2000 e 2001 = TMS - (IGP-DI+2%a.a.); de 2002 a 2004 = TMS - 7%a.a. encargos líquidos já deduzidos o del credere.

(\*\*\*) O subsídio implícito anual é obtido pela soma dos subsídios mensais, obtidos pela diferença entre os saldos devedores atualizados pela TMS e pelos encargos do Programa em cada mês

## MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS SUBSÍDIOS IMPLÍCITOS DO RECOOP - ORÇAMENTO 2005

Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias - RECOOP

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
COPEC/GERAG

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc. Progl	Sd Enc Prog - R\$	Tx SELIC%	Sd SELIC - R\$	Diferença - R\$	Total/ano
dez.99	1.169.699,00	0,00	1.169.699,00	1.169.699,00	-	1.169.699,00	-	1.169.699,00	0,00	
jan.00	0,00	0,00	0,00	1.169.699,00	0,25%	1.169.815,15	1,46	1.186.776,61	-16.961,45	
fev.00	18.061.077,00	0,00	18.061.077,00	19.230.776,00	0,18%	19.230.976,70	1,45	19.265.061,87	-34.085,16	
mar.00	640.790,51	0,00	640.790,51	19.871.566,51	0,18%	19.873.150,89	1,45	20.185.195,77	-312.044,88	
abr.00	1.953.083,00	0,00	1.953.083,00	21.824.649,51	0,18%	21.827.631,29	1,3	22.400.686,32	-573.055,02	
mai.00	7.311.294,29	-12.500,00	7.298.794,29	29.123.443,80	0,22%	29.128.344,87	1,49	30.033.250,83	-904.905,97	
jun.00	22.480.040,81	-26.913,46	22.453.127,35	51.576.571,15	0,24%	51.584.279,58	1,39	52.903.840,37	-1.319.560,79	
jul.00	47.953.274,82	-163.405,32	47.789.869,50	99.366.440,65	0,35%	99.381.334,81	1,31	101.386.750,18	-2.005.415,37	
ago.00	22.758.726,56	-167.988,88	22.590.737,68	121.967.178,33	0,31%	121.984.510,74	1,41	125.407.041,04	-3.422.530,29	
set.00	74.111.251,63	-812.988,80	73.298.262,83	195.255.441,16	0,22%	195.293.578,94	1,22	200.235.269,77	-4.941.690,83	
out.00	25.671.448,66	-333.738,80	25.337.709,86	220.593.151,02	0,20%	220.646.551,89	1,29	228.156.014,61	-7.509.462,71	
nov.00	20.895.927,36	-1.952.597,46	18.943.329,90	239.536.480,92	0,20%	239.607.270,30	1,22	249.882.847,89	-10.275.577,58	
dez.00	39.398.412,16	-739.268,33	38.659.143,83	278.195.624,75	0,23%	278.288.183,97	1,2	291.540.585,89	-13.252.401,92	
jan.01	23.028.150,30	-1.129.868,61	21.898.281,69	300.093.906,44	0,21%	300.209.304,09	1	316.354.273,44	-16.144.969,35	
fev.01	30.977.561,06	-1.204.530,81	29.773.030,25	329.866.936,69	0,19%	330.005.503,22	1,27	350.145.002,96	-20.139.499,74	
mar.01	11.107.743,50	-1.562.701,87	9.545.041,63	339.411.978,32	0,23%	339.580.957,02	1,03	363.296.538,12	-23.715.581,10	
abr.01	10.037.546,43	-962.868,30	9.074.678,13	348.486.656,45	0,26%	348.690.566,43	1,18	376.658.115,40	-27.967.548,97	
mai.01	4.653.259,20	-2.713.907,08	1.939.352,12	350.426.008,57	0,20%	350.657.966,42	1,33	383.607.020,46	-32.949.054,04	
jun.01	9.700.413,42	-1.795.059,28	7.905.354,14	358.331.362,71	0,28%	358.603.135,59	1,27	396.384.183,76	-37.781.048,17	
jul.01	30.639.889,83	-4.019.534,34	26.620.355,49	384.951.718,20	0,30%	385.266.060,75	1,49	428.910.663,59	-43.644.602,83	
ago.01	25.247.386,85	-1.506.712,47	23.740.674,38	408.692.392,58	0,24%	409.043.491,49	1,6	459.513.908,58	-50.470.417,10	
set.01	39.764.855,29	-2.437.430,40	37.327.424,89	446.019.817,47	0,20%	446.403.018,47	1,32	502.906.917,07	-56.503.898,60	
out.01	42.429.712,07	-2.355.348,69	40.074.363,38	486.094.180,85	0,20%	486.512.852,77	1,53	550.675.756,28	-64.162.903,51	
nov.01	6.552.520,31	-2.932.502,51	3.620.017,80	489.714.198,65	0,20%	490.171.211,23	1,39	561.950.167,09	-71.778.955,86	
dez.01	18.028.572,18	-3.138.513,31	14.890.058,87	504.604.257,52	0,18%	505.096.538,19	1,39	584.651.333,28	-79.554.795,09	
jan.02	1.567.143,09	-4.951.954,00	-3.384.810,91	501.219.446,61	0,18%	501.748.234,32	1,53	590.211.687,77	-88.463.453,45	
fev.02	3.592.321,00	-3.146.350,11	445.970,89	501.665.417,50	0,18%	502.230.306,28	1,24	597.976.283,59	-95.745.977,31	
mar.02	3.305.643,54	-3.889.791,42	-584.147,88	501.081.269,62	0,17%	501.681.144,86	1,37	605.584.410,79	-103.903.265,94	
abr.02	4.825.563,35	-1.861.447,02	2.964.116,33	504.045.385,95	0,57%	504.758.724,31	1,48	617.511.176,40	-112.752.452,09	
mai.02	5.162.617,43	-3.408.976,43	1.753.641,00	505.799.026,95	0,57%	506.626.524,48	1,41	627.971.724,99	-121.345.200,51	
jun.02	0,00	-3.164.688,18	-3.164.688,18	502.634.338,77	0,57%	503.576.417,90	1,32	633.096.263,58	-129.519.845,68	
jul.02	58.237.088,39	-11.090.480,88	47.146.607,51	549.780.946,28	0,57%	550.836.917,18	1,32	688.599.741,77	-137.762.824,59	
ago.02	33.458.765,42	-6.097.702,67	27.361.062,75	577.142.009,03	0,57%	578.322.560,41	1,32	725.050.321,11	-146.727.760,70	
set.02	7.774.054,13	-4.418.425,18	3.355.628,95	580.497.637,98	0,57%	581.808.986,16	1,32	737.976.614,30	-156.167.628,14	

Inciso\_07\_g

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
COPEC/GERAG

# MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS SUBSÍDIOS IMPLÍCITOS DO RECOOP - ORÇAMENTO 2005

Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias - RECOOP

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc. Progl	Sd Enc Prog - R\$	Tx SELIC%	Sd SELIC - R\$	Diferença - R\$	Total/ano
out.02	8.306.375,50	-4.544.246,44	3.762.129,06	584.259.767,04	0,57%	585.702.700,52	1,32	751.480.034,67	-165.777.334,15	
nov.02	32.039.552,77	-5.276.344,94	26.763.207,83	611.022.974,87	0,57%	612.598.374,28	1,32	788.162.778,96	-175.564.404,68	
dez.02	103.724.641,67	-5.631.690,22	98.092.951,45	709.115.926,32	0,57%	710.829.874,54	1,32	896.659.479,09	-185.829.604,55	-119.527.211,38
jan.03	0,00	-20.903.013,90	-20.903.013,90	688.212.912,42	0,57%	690.087.626,06	1,88	892.622.636,21	-202.535.010,15	
fev.03	4.871.752,53	-3.852.726,55	1.019.025,98	689.231.938,40	0,57%	691.262.726,27	1,92	910.806.759,46	-219.544.033,19	
mar.03	0,00	-3.637.316,99	-3.637.316,99	685.594.621,41	0,57%	687.781.749,28	1,97	925.077.244,05	-237.295.494,78	
abr.03	5.939.560,74	-3.316.345,01	2.623.215,73	688.217.837,14	0,57%	690.560.517,73	1,97	945.888.840,10	-255.328.322,37	
mai.03	792.882,72	-9.988.933,99	-9.196.051,27	679.021.785,87	0,57%	681.520.647,64	1,97	955.283.992,81	-273.763.345,17	
jun.03	7.000.000,00	-18.397.075,49	-11.397.075,49	667.624.710,38	0,57%	670.277.708,82	1,95	962.521.287,20	-292.243.578,37	
jul.03	1.156.800,00	-13.874.262,23	-12.717.462,23	654.907.248,15	0,57%	657.711.840,50	1,90	968.104.673,02	-310.392.832,52	
ago.03	2.705.887,87	-6.785.622,60	-4.079.734,73	650.827.513,42	0,57%	653.780.857,70	1,77	981.203.809,80	-327.422.952,10	
set.03	900.000,00	-4.142.555,88	-3.242.555,88	647.584.957,54	0,57%	650.686.164,70	1,61	993.713.345,05	-343.027.180,34	
out.03	5.202.282,00	-4.137.118,04	1.065.163,96	648.650.121,50	0,57%	651.898.491,63	1,50	1.009.668.870,52	-357.770.378,88	
nov.03	7.317.238,99	-6.368.476,21	948.762,78	649.598.884,28	0,57%	652.994.691,57	1,41	1.024.864.192,95	-371.869.501,38	
dez.03	8.313.593,42	-12.455.938,92	-4.142.345,50	645.456.538,78	0,57%	649.000.031,14	1,31	1.034.152.325,23	-385.152.294,09	-265.625.082,71
jan.04	0,00	-20.306.869,73	-20.306.869,73	625.149.669,05	0,57%	628.839.943,03	1,27	1.026.956.014,86	-398.116.071,82	
fev.04	0,00	-3.769.174,94	-3.769.174,94	621.380.494,11	0,57%	625.212.990,19	1,27	1.036.191.265,15	-410.978.274,96	
mar.04	0,00	-2.411.660,94	-2.411.660,94	618.968.833,17	0,57%	622.942.731,06	1,26	1.046.818.234,35	-423.875.503,29	
abr.04	0,00	-4.993.176,03	-4.993.176,03	613.975.657,14	0,57%	618.090.443,38	1,24	1.054.822.395,46	-436.731.952,09	
mai.04	0,00	-12.499.824,61	-12.499.824,61	601.475.832,53	0,57%	605.730.409,70	1,23	1.055.273.363,26	-449.542.953,56	
jun.04	0,00	-19.347.581,20	-19.347.581,20	582.128.251,33	0,57%	586.519.824,01	1,23	1.048.905.176,51	-462.385.352,50	
jul.04	0,00	-7.067.909,39	-7.067.909,39	575.060.341,94	0,57%	579.584.565,35	1,23	1.054.715.409,69	-475.130.844,33	
ago.04	0,00	-2.945.000,00	-2.945.000,00	572.115.341,94	0,57%	576.770.647,57	1,24	1.064.896.488,43	-488.125.840,86	
set.04	0,00	-2.122.000,00	-2.122.000,00	569.993.341,94	0,57%	574.779.093,37	1,23	1.075.848.967,52	-501.069.874,15	
out.04	0,00	-2.139.000,00	-2.139.000,00	567.854.341,94	0,57%	572.770.088,76	1,23	1.086.965.942,10	-514.195.853,35	
nov.04	0,00	-4.780.000,00	-4.780.000,00	563.074.341,94	0,57%	568.119.629,77	1,23	1.095.531.383,32	-527.411.753,55	
dez.04	0,00	-10.536.000,00	-10.536.000,00	552.538.341,94	0,57%	557.712.119,01	1,21	1.098.230.226,10	-540.518.107,09	-274.893.024,38
jan.05	0,00	-23.801.000,00	-23.801.000,00	528.737.341,94	0,57%	534.037.254,43	1,17	1.087.294.901,96	-553.257.647,53	
fev.05	0,00	-2.777.000,00	-2.777.000,00	525.960.341,94	0,57%	531.381.035,40	1,10	1.096.463.186,71	-565.082.151,32	
mar.05	0,00	-2.375.000,00	-2.375.000,00	523.585.341,94	0,57%	529.126.215,62	1,06	1.105.703.850,15	-576.577.634,53	
abr.05	0,00	-4.029.000,00	-4.029.000,00	519.556.341,94	0,57%	525.216.885,88	1,02	1.112.993.768,37	-587.776.882,49	
mai.05	0,00	-5.959.000,00	-5.959.000,00	513.597.341,94	0,57%	519.376.671,99	1,04	1.118.643.675,82	-599.267.003,83	
jun.05	0,00	-3.142.000,00	-3.142.000,00	510.455.341,94	0,57%	516.352.137,24	1,03	1.127.044.690,52	-610.692.553,28	
jul.05	0,00	-25.449.000,00	-25.449.000,00	485.006.341,94	0,57%	491.019.918,44	1,03	1.113.166.652,65	-622.146.734,21	

Inciso\_07\_g

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
COPEC/GERAG

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS SUBSÍDIOS IMPLÍCITOS DO RECOOP - ORÇAMENTO 2005  
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias - RECOOP  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc. Progl	Sd Enc Prog - R\$	Tx SELIC%	Sd SELIC - R\$	Diferença - R\$	Total/ano
ago.05	0,00	-4.335.000,00	-4.335.000,00	480.671.341,94	0,57%	486.795.970,36	1,03	1.120.293.290,74	-633.497.320,38	
set.05	0,00	-5.582.000,00	-5.582.000,00	475.089.341,94	0,57%	481.324.066,97	1,07	1.126.670.817,41	-645.346.750,44	
out.05	0,00	-5.474.000,00	-5.474.000,00	469.615.341,94	0,57%	475.958.926,02	1,05	1.133.048.846,46	-657.089.920,45	
nov.05	0,00	-5.171.000,00	-5.171.000,00	464.444.341,94	0,57%	470.895.571,66	1,06	1.139.847.449,55	-668.951.877,89	
dez.05	0,00	-10.085.000,00	-10.085.000,00	454.359.341,94	0,57%	460.917.072,14	1,04	1.141.651.450,11	-680.734.377,98	-405.841.353,60

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF

Observações:  
Encargos do Programa: TJLP + 0,6%, já deduzida a comissão remuneratória média de 2,4% a.a.  
No primeiro semestre de 1995, foi utilizada a TR em substituição a TJLP.

RECOOP - LINHA DE CRÉDITO TESOUREIRO NACIONAL  
DADOS SOBRE EXECUÇÃO

	LIMITES COMITÊ	VALORES DESEMBOLSADOS	%
NORTE	2.352.653,00	-	
NORDESTE	21.912.850,00	1.729.388,00	7,89
CENTRO-OESTE	63.426.409,00	12.229.896,41	19,28
SUDESTE	572.324.846,00	56.997.539,77	9,96
SUL	1.514.067.271,00	301.136.553,53	19,89
TOTAL	2.174.084.029,00	372.093.377,71	17,11

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal  
COPEC/GERAG

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS SUBSÍDIOS IMPLÍCITOS DO RECOOP - ORÇAMENTO 2005  
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias - RECOOP  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc. Prog	Sd Enc Prog - R\$	Tx SELIC%	Sd SELIC - R\$	Diferença - R\$	Total/ano
					Região		Valores liberados		Percentual p/Região	
					Norte		0			
					Nordeste		1.729.388,00		0,46%	
					Centro-Oeste		12.229.896,41		3,29%	
					Sudeste		56.997.539,77		15,32%	
					Sul		301.136.553,53		80,93%	
					TOTAL		372.093.377,71		1,00	

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

**Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER III**  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

	R\$ 1.000					
	2000	2001	2002	2003	Set-Dez/2003	2004
Saldo Devedor do Programa (*)	430.590,54	283.395,31	187.034,33	101.263,21		84.682,27
						69.211,41
Saldo Devedor do Programa Atualizado (atualizado para dezembro de cada ano)						
(I) Pela TMS	510.568,62	439.858,28	424.855,70	436.007,58		488.438,65
						539.103,69
(II) Pelos Encargos do Programa (**)	492.983,96	388.512,55	328.407,51	273.126,06		281.826,65
(TJLP + 6% ao ano)						291.494,36
<b>Subsídio Implícito Acumulado no Ano (***)</b>	<b>(17.584,67)</b>	<b>(33.761,07)</b>	<b>(62.687,13)</b>	<b>(100.194,39)</b>		<b>(106.417,60)</b>
						<b>(141.191,73)</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF

Observações:

(\*) O programa foi implantado em dois Estados: Maranhão e Tocantins, com distribuição de recursos em partes iguais.

(\*\*) Diferencial de encargos considerados: em 2000 e 2001 = TMS - (TJLP+3%a.a.); de 2002 a 2004 = TMS - 7,75%a.a (já deduzido o del-credere) para 2/3 do saldo devedor;

(\*\*\*) O subsídio implícito anual é obtido pela soma dos subsídios mensais, obtidos pela diferença entre os saldos devedores atualizados pela TMS e pelos encargos do Programa em cada mês.

Inciso\_07\_g1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

### Memória de Cálculo dos Subsidios Implícitos do Prodecer III

Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Cerrados - Prodecer III

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc Prog	Sd Prog - R\$	Tx SELIC	Sd SELIC - R\$	Diferença - R\$	Total/ano
dez.99				452.170.496,03		452.170.496,03		452.170.496,03		
jan.00	0,00	-559.947,76	-559.947,76	451.610.548,27	1,2081	457.073.107,83	1,6000	458.845.276,21	-1.772.168,38	
fev.00	786.473,80	-76.924,88	709.548,92	452.320.097,19	1,1715	463.137.230,23	1,4600	466.253.966,16	-3.116.735,93	
mar.00	-226.110,08	-1.600,54	-227.710,62	452.092.386,57	1,1715	468.335.133,78	1,4500	472.786.938,05	-4.451.804,26	
abr.00	0,00	0,00	0,00	452.092.386,57	1,1715	473.821.640,97	1,4500	479.642.348,65	-5.820.707,68	
mai.00	0,00	0,00	0,00	452.092.386,57	1,0979	479.023.658,61	1,3000	485.877.699,18	-6.854.040,57	
jun.00	0,00	-4.374.385,74	-4.374.385,74	447.718.000,83	1,0979	479.908.402,70	1,4900	488.742.891,16	-8.834.488,46	
jul.00	0,00	-1.258.858,58	-1.258.858,58	446.459.142,25	1,0979	483.918.387,43	1,3900	494.277.558,77	-10.359.171,34	
ago.00	-21.426,29	-9.423.397,52	-9.444.823,81	437.014.318,44	1,0423	479.517.400,87	1,3100	491.307.770,98	-11.790.370,11	
set.00	0,00	-1.070.374,90	-1.070.374,90	435.943.943,54	1,0423	483.444.992,14	1,4100	497.164.836,65	-13.719.843,51	
out.00	0,00	-727.121,09	-727.121,09	435.216.822,45	1,0423	487.756.774,14	1,2200	502.503.125,55	-14.746.351,41	
nov.00	0,00	-11.073,21	-11.073,21	435.205.749,24	1,0050	492.647.852,65	1,2900	508.974.342,66	-16.326.490,01	
dez.00	424.083,55	-5.039.288,61	-4.615.205,06	430.590.544,18	1,0050	492.983.956,61	1,2200	510.568.624,58	-17.584.667,97	
jan.01	0,00	(1.098.963,18)	-1.098.963,18	429.491.581,00	1,0050	496.839.680,44	1,2000	515.596.484,90	-18.756.804,46	
fev.01	0,00	(4.114,00)	-4.114,00	429.487.467,00	0,7400	500.511.996,39	1,0000	520.748.339,36	-20.236.339,36	
mar.01	0,00	1.033.795,86	1.033.795,86	430.521.262,86	0,7400	505.249.395,97	1,2700	528.395.635,47	-23.146.239,50	
abr.01	0,00	0,00	0,00	430.521.262,86	0,7400	508.968.054,71	1,0300	533.838.110,52	-24.850.055,81	
mai.01	0,00	0,00	0,00	430.521.262,86	0,7400	512.754.378,13	1,2600	540.564.470,71	-27.810.092,58	
jun.01	0,00	(5.764.502,04)	-5.764.502,04	424.756.760,82	0,7400	510.784.068,92	1,1900	541.232.685,87	-30.448.616,95	
jul.01	0,00	0,00	0,00	424.756.760,82	0,7400	514.563.682,18	1,2700	548.106.340,98	-33.542.658,80	
ago.01	0,00	(134.286.096,62)	-134.286.096,62	290.470.664,20	0,7464	384.118.105,18	1,4900	421.987.028,84	-37.868.923,67	
set.01	0,00	(4.852.438,70)	-4.852.438,70	285.618.225,50	0,7464	382.132.586,87	1,6000	423.886.382,60	-41.753.795,73	
out.01	0,00	(130.045,11)	-130.045,11	285.488.180,39	0,7464	384.854.642,96	1,3200	429.351.637,74	-44.496.994,78	
nov.01	0,00	(2.076.468,28)	-2.076.468,28	283.411.712,11	0,7464	385.650.592,33	1,5300	433.844.249,52	-48.193.657,19	
dez.01	0,00	(16.400,55)	-16.400,55	283.395.311,56	0,7464	388.512.550,12	1,3900	439.858.284,04	-51.345.733,92	
jan.02	0,00	(50.371,16)	-50.371,16	283.344.940,40	0,7464	391.361.727,92	1,3900	445.921.943,03	-54.560.045,10	
fev.02	0,00	(1.552.212,84)	-1.552.212,84	281.792.727,56	0,7592	392.780.722,35	1,4637	450.896.781,30	-58.116.058,95	
mar.02	0,00	0,00	0,00	281.792.727,56	0,7592	395.762.530,67	1,4580	457.471.022,94	-61.708.492,27	
abr.02	0,00	0,00	0,00	281.792.727,56	0,7592	398.766.975,50	1,4403	464.059.763,39	-65.292.787,89	
mai.02	0,00	0,00	0,00	281.792.727,56	0,7464	401.743.229,83	1,4153	470.627.591,40	-68.884.361,57	
jun.02	0,00	0,00	0,00	281.792.727,56	0,7464	404.741.697,87	1,4153	477.288.373,74	-72.546.675,88	
jul.02	0,00	0,00	0,00	281.792.727,56	0,7464	407.762.545,40	1,3960	483.951.321,75	-76.188.776,35	
ago.02	0,00	(10.130.466,82)	-10.130.466,82	271.662.260,74	0,7592	400.727.621,92	1,4010	480.601.048,73	-79.873.426,81	
set.02	0,00	0,00	0,00	271.662.260,74	0,7592	403.769.759,41	1,3774	487.220.749,26	-83.450.989,85	
out.02	0,00	0,00	0,00	271.662.260,74	0,7592	406.834.991,38	1,3810	493.949.089,56	-87.114.098,18	
nov.02	0,00	0,00	0,00	271.662.260,74	0,7592	409.923.493,17	1,5020	501.368.173,10	-91.444.679,93	
dez.02	0,00	(84.627.933,09)	-84.627.933,09	187.034.327,65	0,7592	328.407.508,33	1,6187	424.855.703,88	-96.448.195,55	
jan.03	0,00	0,00	0,00	187.034.327,65	0,7592	330.900.625,19	1,7422	432.257.335,32	-101.356.710,12	
fev.03	0,00	(1.693.570,44)	-1.693.570,44	185.340.757,21	0,7847	331.803.559,99	1,8810	438.694.528,35	-106.890.968,36	
mar.03	0,00	0,00	0,00	185.340.757,21	0,7847	334.407.150,36	1,9230	447.130.606,43	-112.723.456,07	
abr.03	0,00	0,00	0,00	185.340.757,21	0,7847	337.031.170,53	1,9661	455.921.852,32	-118.890.681,79	
mai.03	0,00	0,00	0,00	185.340.757,21	0,8101	339.761.568,43	1,9661	464.885.947,05	-125.124.378,62	
jun.03	0,00	0,00	0,00	185.340.757,21	0,8101	342.514.086,16	1,9655	474.023.161,80	-131.509.075,64	
jul.03	0,00	0,00	0,00	185.340.757,21	0,8101	345.288.902,93	1,9507	483.269.755,48	-137.980.852,55	
ago.03	0,00	(12.320.327,52)	-12.320.327,52	173.020.429,69	0,8101	353.765.871,85	1,9013	480.138.052,13	-144.372.180,28	

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

### Memória de Cálculo dos Subsidios Implícitos do Prodecer III

Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Científico - Prodecer III

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc Prog	Sd Prog - R\$	Tx SELIC	Sd SELIC - R\$	Diferença - R\$	Total/ano
set.03	Liq. BB	-71.756.753,61	-71.756.753,61	101.263.676,08	0,8101	266.729.265,55	1,7745	416.901.275,89	-150.172.010,34	
out.03	0,00	0,00	0,00	101.263.676,08	0,8101	268.890.125,11	1,6054	423.594.143,19	-154.704.018,08	
nov.03	0,00	0,00	0,00	101.263.676,08	0,7847	271.000.047,44	1,4985	429.941.516,86	-158.941.469,42	
dez.03	0,00	(468,54)	-468,54	101.263.207,54	0,7847	273.126.057,33	1,4110	436.007.579,28	-162.881.521,96	-100.194.392,36
jan.04	0,00	-1.827.211,49	-1.827.211,49	99.435.996,05	0,7847	273.442.006,60	1,3105	439.894.090,79	-166.452.084,19	
fev.04	0,00	0,00	0,00	99.435.996,05	0,7592	275.517.850,97	1,2678	445.470.887,79	-169.953.036,82	
mar.04	0,00	0,00	0,00	99.435.996,05	0,7592	277.609.454,19	1,2663	451.111.920,87	-173.502.466,69	
abr.04	0,00	0,00	0,00	99.435.996,05	0,7592	279.716.935,88	1,2583	456.788.364,68	-177.071.428,80	
mai.04	0,00	0,00	0,00	99.435.996,05	0,7528	281.822.336,15	1,2416	462.459.867,32	-180.637.331,17	
jun.04	0,00	0	0,00	99.435.996,05	0,7528	283.943.986,56	1,2278	468.137.810,60	-184.193.824,05	
jul.04	0,00	-3.020.657,95	-3.020.657,95	96.415.338,10	0,7528	283.060.748,47	1,2300	470.875.040,15	-187.814.291,67	
ago.04	0,00	-8.610.600,92	-8.610.600,92	87.804.737,18	0,7528	276.580.918,74	1,2278	468.045.701,47	-191.464.782,73	
set.04	0,00	0,00	0,00	87.804.737,18	0,7528	278.662.912,29	1,2445	473.870.594,78	-195.207.682,49	
out.04	0,00	0,00	0,00	87.804.737,18	0,7464	280.742.752,78	1,2278	479.688.635,55	-198.945.882,77	
nov.04	0,00	0,00	0,00	87.804.737,18	0,7464	282.838.116,46	1,2321	485.599.075,17	-202.760.958,71	
dez.04	0,00	-3.122.469,64	-3.122.469,64	84.682.267,54	0,7464	281.826.649,54	1,2278	488.438.645,06	-206.611.995,52	-106.417.603,16
jan.05	0,00	0,00	0,00	84.682.267,54	0,7336	283.894.009,45	1,2081	494.339.351,12	-210.445.341,67	
fev.05	0,00	0,00	0,00	84.682.267,54	0,7336	285.976.534,63	1,1715	500.130.496,55	-214.153.960,92	
mar.05	0,00	0,00	0,00	84.682.267,54	0,7336	288.074.336,33	1,0986	505.625.050,13	-217.550.713,80	
abr.05	0,00	0,00	0,00	84.682.267,54	0,7336	290.187.526,60	1,0594	510.981.518,53	-220.793.991,93	
mai.05	0,00	0,00	0,00	84.682.267,54	0,7207	292.279.001,93	1,0237	516.212.356,80	-223.933.354,87	
jun.05	0,00	0,00	0,00	84.682.267,54	0,7207	294.385.551,19	1,0430	521.596.629,06	-227.211.077,87	
jul.05	0,00	-2.922.620,00	-2.922.620,00	81.759.647,54	0,7207	293.584.663,04	1,0319	524.056.239,07	-230.471.576,03	
ago.05	0,00	-9.452.620,00	-9.452.620,00	72.307.027,54	0,7207	286.248.002,63	1,0267	519.983.915,82	-233.735.913,20	
set.05	0,00	0,00	0,00	72.307.027,54	0,7207	288.311.084,53	1,0296	525.337.891,75	-237.028.807,22	
out.05	0,00	0,00	0,00	72.307.027,54	0,7207	290.389.035,73	1,0675	530.946.059,34	-240.557.023,61	
nov.05	0,00	0,00	0,00	72.307.027,54	0,7207	292.481.963,40	1,0520	536.531.353,67	-244.049.390,26	
dez.05	0,00	-3.095.614,00	-3.095.614,00	69.211.413,54	0,7207	291.494.361,48	1,0564	539.103.692,43	-247.609.330,96	-141.191.727,80

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF

Observações:

Encargos do Programa: T.J.L.P. + 3%, já deduzida a comissão remuneratória média de 3% a.a.

No primeiro semestre de 1995, foi utilizada a TR em substituição a T.J.L.P.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

### Programa de Revitalização da Lavoura Cacaueira Baiana

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

	2000	2001	2002	2003	Set-Dez/2003	2004	2005
Saldo Devedor do Programa (*)	23.502,03	24.475,68	24.295,95	28.521,37		36.380,37	47.677,37
Saldo Devedor do Programa Atualizado (atualizado para dezembro de cada ano)							
(I) Pela TMS	27.402,67	33.140,09	38.775,17	52.461,82		68.947,70	90.512,03
(II) Pelos Encargos do Programa (**) TJLP + 0,06 %	23.526,20	24.523,19	24.358,61	28.600,31		36.478,10	47.802,23
Subsídio Implícito Acumulado no Ano (***)	(3.876,46)	(4.740,44)	(9.676,12)	(14.185,39)		(18.284,21)	(24.425,59)

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF

#### Observações:

(\*) O programa é destinado aos cacauicultores situados no extremo sul do Estado da Bahia.

(\*\*) Diferencial de encargos considerados: em 2000 e 2001 = TMS - (TJLP+0,6%a.a.); de 2002 a 2004 = TMS - 6,35%a.a., já deduzido o del-credere;

(\*\*\*) O subsídio implícito anual é obtido pela soma dos subsídios mensais, obtidos pela diferença entre os saldos devedores atualizados pela TMS e pelos encargos do Programa em cada mês.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

Memória de Cálculo dos Subsídios Implícitos do Cacau

Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira Baiana  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc Prog	Sd Enc Prog - R\$	Taxa SELIC%	Sd SELIC-R\$	Diferença - R\$	Total/ano
dez.99				21.646.104,15		21.646.104,15		21.646.104,15		
jan.00	0,00	-23.276,99	-23.276,99	21.622.827,16	0,99%	21.624.978,43	1,46	21.938.860,28	-313.881,85	
fev.00	0,00	-1.848,13	-1.848,13	21.620.979,03	0,99%	21.625.279,46	1,45	22.255.125,62	-629.846,16	
mar.00	514.516,84	-4.916,01	509.600,83	22.130.579,86	0,99%	22.137.029,49	1,45	23.087.425,78	-950.396,29	
abr.00	128.065,66	-4.878,86	123.186,80	22.253.766,66	0,92%	22.262.250,21	1,3	23.510.749,11	-1.248.498,90	
mai.00	152.035,39	0,00	152.035,39	22.405.802,05	0,92%	22.416.331,02	1,49	24.013.094,66	-1.596.763,64	
jun.00	126.166,61	0,00	126.166,61	22.531.968,66	0,92%	22.544.557,21	1,39	24.473.043,29	-1.928.486,08	
jul.00	75.519,87	0,00	75.519,87	22.607.488,53	0,86%	22.622.020,63	1,31	24.869.160,03	-2.247.139,39	
ago.00	231.379,31	0,00	231.379,31	22.838.867,84	0,86%	22.855.350,17	1,41	25.451.194,49	-2.595.844,32	
set.00	138.558,96	-23.097,75	115.461,21	22.964.329,05	0,86%	22.972.781,72	1,22	25.877.160,28	-2.904.378,55	
out.00	137.743,06	0,00	137.743,06	23.092.072,11	0,82%	23.112.417,98	1,29	26.348.718,70	-3.236.300,73	
nov.00	219.531,21	-11.867,74	207.663,47	23.299.735,58	0,82%	23.321.986,14	1,22	26.877.836,54	-3.555.850,40	
dez.00	202.296,49	0,00	202.296,49	23.502.032,07	0,82%	23.526.204,60	1,2	27.402.667,07	-3.876.462,47	
jan.01	200.558,96	0,00	200.558,96	23.702.591,03	0,79%	23.728.612,61	1	27.877.252,70	-4.148.640,09	
fev.01	315.238,12	-16.188,64	299.049,48	24.001.640,51	0,79%	24.029.527,05	1,27	28.530.343,29	-4.500.816,24	
mar.01	83.338,29	-4.007,33	79.330,96	24.080.971,47	0,79%	24.110.746,61	1,03	28.903.536,79	-4.792.790,17	
abr.01	98.269,93	-30.075,20	68.194,73	24.149.166,20	0,79%	24.180.836,33	1,18	29.312.793,25	-5.131.956,91	
mai.01	50.602,26	0,00	50.602,26	24.199.768,46	0,79%	24.233.339,09	1,33	29.753.255,66	-5.519.916,57	
jun.01	42.771,66	-23.779,68	18.991,98	24.218.760,44	0,79%	24.254.235,70	1,27	30.150.113,99	-5.895.878,29	
jul.01	19.014,24	0,00	19.014,24	24.237.774,68	0,81%	24.275.202,52	1,49	30.618.364,92	-6.343.162,41	
ago.01	56.779,74	0,00	56.779,74	24.294.554,42	0,81%	24.333.936,53	1,6	31.165.038,50	-6.831.101,98	
set.01	32.235,98	-17.525,84	14.710,14	24.309.264,56	0,81%	24.350.605,66	1,32	31.591.127,15	-7.240.521,49	
out.01	34.730,88	0,00	34.730,88	24.343.995,44	0,84%	24.387.389,58	1,53	32.109.202,28	-7.721.812,69	
nov.01	26.183,20	0,00	26.183,20	24.370.178,64	0,84%	24.415.628,93	1,39	32.581.703,39	-8.166.074,46	
dez.01	115.418,13	-9.912,72	105.505,41	24.475.684,05	0,84%	24.523.192,86	1,39	33.140.094,48	-8.616.901,62	
jan.02	0,00	0,00	0,00	24.475.684,05	0,51%	24.524.454,24	1,53	33.647.137,92	-9.122.683,68	
fev.02	0,00	0,00	0,00	24.475.684,05	0,51%	24.525.715,69	1,24	34.064.362,43	-9.538.646,74	
mar.02	22.761,15	(36.757,65)	-13.996,50	24.461.687,55	0,51%	24.512.980,70	1,37	34.517.047,70	-10.004.067,00	
abr.02	0,00	0,00	0,00	24.461.687,55	0,51%	24.514.241,56	1,48	35.027.900,00	-10.513.658,45	
mai.02	32.093,28	(28.722,90)	3.370,38	24.465.057,93	0,51%	24.518.872,86	1,41	35.525.163,77	-11.006.290,91	
jun.02	55.651,89	(13.729,89)	41.922,00	24.506.979,93	0,51%	24.562.056,02	1,32	36.036.017,93	-11.473.961,92	
jul.02	109.868,53	(41.166,30)	68.702,23	24.575.682,16	0,51%	24.632.021,63	1,32	36.580.395,60	-11.948.373,97	
ago.02	0,00	(2.949,70)	-2.949,70	24.572.732,46	0,51%	24.630.338,91	1,32	37.060.307,12	-12.429.968,21	
set.02	0,00	(113,44)	-113,44	24.572.619,02	0,51%	24.631.492,36	1,32	37.549.389,74	-12.917.897,37	

Inciso\_07\_g2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

### Memória de Cálculo dos Subsídios Implícitos do Cacau

Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira Baiana

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc Prog	Sd Enc Prog - R\$	Taxa SELIC%	Sd SELIC-R\$	Diferença - R\$	Total/ano
out.02	0,00	(45.622,69)	-45.622,69	24.526.996,33	0,51%	24.587.136,63	1,32	37.999.418,99	-13.412.282,37	
nov.02	0,00	(228.135,24)	-228.135,24	24.298.861,09	0,51%	24.360.266,06	1,32	38.272.876,08	-13.912.610,02	
dez.02	0,00	(2.910,09)	-2.910,09	24.295.951,00	0,51%	24.358.608,97	1,32	38.775.167,96	-14.416.558,99	-9.676.119,84
jan.03	0,00	(32.796,05)	-32.796,05	24.263.154,95	0,51%	24.327.065,84	1,88	39.471.733,08	-15.144.667,25	
fev.03	700.844,41	(17.353,50)	683.490,91	24.946.645,86	0,51%	25.011.808,04	1,92	40.914.263,83	-15.902.455,79	
mar.03	387.785,82	(13.220,56)	374.565,26	25.321.211,12	0,51%	25.387.659,82	1,97	42.093.263,74	-16.705.603,93	
abr.03	435.637,47	(31.907,37)	403.730,10	25.724.941,22	0,51%	25.792.695,76	1,97	43.324.609,37	-17.531.913,60	
mai.03	633.113,25	0,00	633.113,25	26.358.054,47	0,51%	26.427.135,69	1,97	44.809.256,77	-18.382.121,07	
jun.03	411.911,70	(33.037,07)	378.874,63	26.736.929,10	0,51%	26.807.369,64	1,95	46.062.208,92	-19.254.839,28	
jul.03	231.504,22	(2.432,91)	229.071,31	26.966.000,41	0,51%	27.037.819,82	1,90	47.167.081,62	-20.129.261,81	
ago.03	355.775,56	(10.992,10)	344.783,46	27.310.783,87	0,51%	27.383.994,00	1,77	48.348.837,84	-20.964.843,83	
set.03	317.558,00	(3.410,00)	314.148,00	27.624.931,87	0,51%	27.699.550,54	1,61	49.439.170,45	-21.739.619,92	
out.03	253.744,66	(53.648,37)	200.096,29	27.825.028,16	0,51%	27.901.071,59	1,50	50.380.091,17	-22.479.019,58	
nov.03	386.607,24	(6.188,09)	380.419,15	28.205.447,31	0,51%	28.282.925,87	1,41	51.471.379,99	-23.188.454,12	
dez.03	319.800,54	(3.874,60)	315.925,94	28.521.373,25	0,51%	28.600.306,57	1,31	52.461.819,91	-23.861.513,33	-14.185.393,50
jan.04	0,00	(2.000,00)	-2.000,00	28.519.373,25	0,51%	28.599.777,67	1,27	53.124.909,36	-24.525.131,69	
fev.04	471.200,47	0,00	471.200,47	28.990.573,72	0,51%	29.072.449,21	1,27	54.268.834,76	-25.196.385,55	
mar.04	190.574,82	-14.000,00	176.574,82	29.167.148,54	0,51%	29.250.519,40	1,26	55.128.286,66	-25.877.767,25	
abr.04	456.332,12	-9.000,00	447.332,12	29.614.480,66	0,51%	29.699.356,06	1,24	56.260.093,79	-26.560.737,73	
mai.04	339.184,28	0,00	339.184,28	29.953.664,94	0,51%	30.040.067,97	1,23	57.290.022,60	-27.249.954,63	
jun.04	148.877,00	0,00	148.877,00	30.102.541,94	0,51%	30.190.490,12	1,23	58.143.541,47	-27.953.051,36	
jul.04	162.729,99	-476.000,00	-313.270,01	29.789.271,93	0,51%	29.878.772,99	1,23	58.544.140,40	-28.665.367,40	
ago.04	217.575,91	0,00	217.575,91	30.006.847,84	0,51%	30.097.885,76	1,24	59.490.306,21	-29.392.420,45	
set.04	1.593.381,35	0,00	1.593.381,35	31.600.229,19	0,51%	31.692.815,23	1,23	61.814.091,66	-30.121.276,43	
out.04	1.593.381,35	0,00	1.593.381,35	33.193.610,55	0,51%	33.287.826,75	1,23	64.169.109,69	-30.881.282,94	
nov.04	1.593.381,35	0,00	1.593.381,35	34.786.991,90	0,51%	34.882.920,90	1,23	66.550.340,09	-31.667.419,78	
dez.04	1.593.381,35	0,00	1.593.381,35	36.380.373,25	0,51%	36.478.095,90	1,21	68.947.699,58	-32.469.603,68	-18.284.210,18
jan.05	5.980.000,00	-464.000,00	5.516.000,00	41.896.373,25	0,51%	41.995.972,20	1,17	75.271.416,16	-33.275.443,95	
fev.05	0,00	0,00	0,00	41.896.373,25	0,51%	41.998.132,32	1,10	76.098.366,14	-34.100.233,82	
mar.05	0,00	0,00	0,00	41.896.373,25	0,51%	42.000.292,55	1,06	76.904.533,66	-34.904.241,11	
abr.05	0,00	0,00	0,00	41.896.373,25	0,51%	42.002.452,89	1,02	77.691.793,40	-35.689.340,51	
mai.05	0,00	0,00	0,00	41.896.373,25	0,51%	42.004.613,34	1,04	78.502.145,50	-36.497.532,17	
jun.05	0,00	0,00	0,00	41.896.373,25	0,51%	42.006.773,90	1,03	79.312.190,24	-37.305.416,34	
jul.05	5.980.000,00	-199.000,00	5.781.000,00	47.677.373,25	0,51%	47.789.934,57	1,03	85.907.459,94	-38.117.525,37	

Inciso\_07\_g2

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

Memória de Cálculo dos Subsídios Implícitos do Cacau

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

mês/ano	Desembolsos - R\$	Reembolsos - R\$	Fluxo Líquido - R\$	Sd Dev. Nominal	Enc Prog	Sd Enc Prog - R\$	Taxa SELIC%	Sd SELIC-R\$	Diferença - R\$	Total/ano
ago.05	0,00	0,00	0,00	47.677.373,25	0,51%	47.792.392,71	1,03	86.791.999,75	-38.999.607,04	
set.05	0,00	0,00	0,00	47.677.373,25	0,51%	47.794.850,97	1,07	87.718.535,01	-39.923.684,04	
out.05	0,00	0,00	0,00	47.677.373,25	0,51%	47.797.309,36	1,05	88.641.291,34	-40.843.981,97	
nov.05	0,00	0,00	0,00	47.677.373,25	0,51%	47.799.767,88	1,06	89.577.703,81	-41.777.935,93	
dez.05	0,00	0,00	0,00	47.677.373,25	0,51%	47.802.226,52	1,04	90.512.030,04	-42.709.803,52	-24.425.593,34

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF

Observações:

Encargos do Programa: TJLP + 0,6%, já deduzida a comissão remuneratória média de 2,4% a.a.  
No primeiro semestre de 1995, foi utilizada a TR em substituição a TJLP.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Orçamento Federal

Cálculo do subsídio implícito no âmbito do PRONAF (montante acumulado ano a ano)  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso VII, alínea "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

Ano	PRONAF
2000	1.928.126,57
2001	45.869.266,50
2002	172.765.404,13
2003	428.940.143,01
2004	709.707.007,88
2005	1.156.329.383,73

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF

Observações:

- 1) A Selic acumulada de cada mês, no período de dez/2000 a julho/2004, foi retirada do sistema de informações econômicas e financeiras do site do BACEN. Para esse período foram utilizados os valores efetivados de desembolso e reembolso.
- 2) Para o período de agosto/2004 a dezembro/2005, foi utilizada a Selic acumulada de cada mês obtida no cenário básico da COGEP/ISTN, de 20/08/2004.
- 3) Para fins de cálculo da previsão de desembolso, de agosto/04 a junho/05, foi considerada uma distribuição mensal linear dos recursos previstos na estimativa encaminhada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para a safra 04/05 durante as disc
- 4) Sobre o saldo devedor de cada grupo do PRONAF, foram incorporados, mensalmente, os juros do programa, os desembolsos previstos e os valores dos reembolsos previstos pelos bancos por meio dos Ofícios GEFEF/DIAST – 12.134, de 27 de maio de 2004 e GAPRE 2
- 5) A diferença entre os saldos devedores do PRONAF corrigidos pela TMS e os saldos devedores aplicados à taxa de juros do programa foi acumulada mês a mês e corrigida pela TMS do mês.

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VII - memória de cálculo das estimativas:

h) das receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, destacando os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação e dos demais fatores que contribuam para as estimativas, incluindo o efeito da dedução das receitas atípicas ou extraordinárias arrecadadas no período base, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PLANILHA BÁSICA DE EFEITOS  
PREVISÃO DE ARRECADADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS - 2005  
PARÂMETROS (SPE - Versão: 13/ago/04) - IER 55/45  
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSAIS

Lei nº 10.934, de 11 de Agosto de 2004, inciso VII, "h" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005.

VII - memória de cálculo das estimativas

h) das receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, destacando os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação e dos demais fatores que contribuíam para as estimativas, incluindo o efeito da dedução das receitas atípicas ou extraordinárias arrecadadas no período base, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos;

RECEITAS	ARRECADADA O BASE - 2004	EFEITOS AJUSTE DE BASE	AJUSTE DE BASE	BASE AJUSTADA	EFEITOS BÁSICOS (MÉDIA)			PREVISÃO 2005	RECEITAS CONDICION.	PREVISÃO COM RECEITAS CONDICION.
					PREÇO	QUANT.	LEGISL.			
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	8.439.811	1,0000	-	8.439.811	1,0436	1,1396	0,9968	10.005.086	-	10.005.086
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	32.778	1,0000	-	32.778	1,0427	1,0405	1,0000	35.561	-	35.561
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	21.936.026	-	48.581	21.887.445	-	-	-	24.311.622	-	24.311.622
I.P.I. - FUMO	2.373.429	0,9972	6.648	2.366.781	1,0000	1,0535	1,0000	2.493.508	-	2.493.508
I.P.I. - BEBIDAS	1.859.226	1,0012	(2.248)	1.861.474	1,0000	1,0301	1,0000	1.917.585	-	1.917.585
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	2.756.616	0,9991	2.362	2.754.254	1,0732	1,0794	1,0161	3.241.981	-	3.241.981
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	4.762.961	0,9983	8.099	4.754.863	1,0437	1,1414	0,9742	5.518.528	-	5.518.528
I.P.I. - OUTROS	10.183.794	0,9967	33.721	10.150.073	1,0612	1,0595	0,9762	11.140.022	-	11.140.022
IMPOSTO SOBRE A RENDA	98.931.908	-	1.597.884	97.334.024	-	-	-	106.109.139	(450.000)	105.659.139
I.R. - PESSOA FÍSICA	6.045.227	1,0000	-	6.045.227	1,1136	1,0196	1,0000	6.863.765	-	6.863.765
I.R. - PESSOA JURÍDICA	35.102.455	0,9829	600.509	34.501.946	1,0671	1,0389	1,0000	38.249.664	(450.000)	37.799.664
I.R. - RETIDO NA FONTE	57.784.226	-	997.375	56.786.851	-	-	-	60.995.710	-	60.995.710
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	31.053.937	0,9871	400.000	30.653.937	1,1366	1,0000	1,0156	35.384.613	-	35.384.613
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	18.084.398	0,9765	425.611	17.658.787	0,8783	1,1775	0,8950	16.346.239	-	16.346.239
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	5.330.610	0,9787	113.764	5.216.847	1,0446	1,0402	1,0000	5.668.221	-	5.668.221
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	3.315.281	0,9825	58.000	3.257.281	1,0615	1,0402	1,0000	3.596.638	-	3.596.638
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5.099.524	0,9853	75.000	5.024.524	1,0622	1,0401	0,9787	5.432.708	-	5.432.708
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	301.209	1,0000	-	301.209	1,0546	1,0000	1,0000	317.666	-	317.666
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	25.993.633	0,9827	450.000	25.543.633	1,0618	1,0401	1,0000	28.211.344	-	28.211.344
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	78.421.156	0,9870	1.022.174	77.398.982	1,0647	1,0395	0,9783	83.800.970	-	83.800.970
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	19.889.503	0,9853	293.356	19.596.146	1,0652	1,0394	0,9842	21.351.597	-	21.351.597
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	19.096.101	0,9833	319.661	18.776.441	1,0671	1,0389	1,0031	20.880.156	-	20.880.156
CIDE - COMBUSTÍVEIS	7.890.429	1,0000	-	7.890.429	1,0000	1,0542	1,0000	8.317.921	-	8.317.921
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	332.182	1,0000	-	332.182	1,0607	1,0404	1,0000	366.588	-	366.588
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.822.115	-	91.551	2.730.564	-	-	-	2.962.540	-	2.962.540
RECEITAS DE LOTERIAS	1.362.963	0,9328	91.551	1.271.412	1,0626	1,0000	1,0000	1.350.943	-	1.350.943
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	573.020	1,0000	-	573.020	1,0632	1,0400	1,0000	633.572	-	633.572
DEMAIS	886.132	1,0000	-	886.132	1,0609	1,0404	1,0000	978.024	-	978.024
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>289.186.376</b>	<b>-</b>	<b>3.898.208</b>	<b>285.288.168</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>312.102.899</b>	<b>(450.000)</b>	<b>311.652.899</b>
<b>REFS [B]</b>	<b>726.267</b>	<b>1,0000</b>	<b>-</b>	<b>726.267</b>	<b>1,0197</b>	<b>1,0401</b>	<b>1,0000</b>	<b>770.223</b>	<b>-</b>	<b>770.223</b>
<b>PAES[C]</b>	<b>2.681.917</b>	<b>0,9961</b>	<b>10.343</b>	<b>2.671.575</b>	<b>1,0862</b>	<b>0,9137</b>	<b>1,0000</b>	<b>2.651.689</b>	<b>-</b>	<b>2.651.689</b>
<b>RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]</b>	<b>292.594.560</b>	<b>-</b>	<b>3.908.550</b>	<b>288.686.010</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>315.524.811</b>	<b>(450.000)</b>	<b>315.074.811</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

RECETA BRUTA  
PREVISÃO DE ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS BRUTA - 2005  
PARÂMETROS (SPE - Versão: 13/ago/04) - IER 55/45  
(A PREÇOS CORRENTES)

Lei nº 10.934, de 11 de Agosto de 2004, inciso VII, "h" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005.

VII - memória de cálculo das estimativas  
h) das receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal, mês a mês, destacando os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação e dos demais fatores que contribuem para as estimativas, incluindo o efeito da dedução das receitas atípicas ou extraordinárias arrecadadas no período base, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos;

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	624.153	573.853	738.861	869.745	836.872	991.268	907.849	958.490	891.570	845.707	885.296	881.421	10.005.086
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	1.632	1.635	3.147	2.146	2.250	2.241	1.654	4.762	6.721	4.587	2.484	2.303	35.561
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.499.449	1.678.543	1.697.139	2.108.189	1.974.674	2.064.632	2.126.235	2.267.809	2.148.416	2.106.557	2.251.355	2.388.625	24.311.622
I.P.I. - FUMO	228.783	179.101	195.963	221.317	197.806	197.004	202.382	219.124	194.956	196.095	218.364	242.611	2.493.508
I.P.I. - BEBIDAS	178.175	145.208	138.879	168.968	162.524	142.827	158.033	143.841	148.879	153.738	139.904	236.608	1.917.585
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	150.555	217.116	327.772	316.558	312.397	236.321	299.401	361.224	297.087	243.908	244.441	335.198	3.241.981
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	337.086	305.153	389.131	493.322	410.561	580.262	477.117	522.109	516.221	484.641	518.213	484.710	5.518.528
I.P.I. - OUTROS	604.850	831.964	745.394	908.023	891.385	908.217	989.300	1.021.510	991.273	1.028.174	1.130.432	1.089.499	11.140.022
IMPOSTO SOBRE A RENDA	9.088.792	7.542.432	8.472.031	9.365.404	6.955.861	11.083.050	8.593.113	7.061.835	6.813.671	7.960.638	8.423.579	14.298.732	105.659.139
I.R. - PESSOA FÍSICA	308.424	266.469	343.766	1.696.861	762.818	721.868	616.657	548.562	593.494	343.047	320.116	341.681	6.863.765
I.R. - PESSOA JURÍDICA	4.436.931	3.411.950	3.492.126	3.973.893	2.475.882	2.309.933	3.907.553	2.223.469	2.472.304	3.678.401	2.787.423	2.629.799	37.799.664
I.R. - RETIDO NA FONTE	4.343.437	3.864.013	4.636.138	3.694.650	3.717.162	8.051.249	4.088.903	4.289.804	3.747.873	3.939.190	5.316.040	11.327.251	60.995.710
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.416.500	2.664.634	3.288.679	2.552.306	2.577.638	2.757.308	2.757.308	2.793.995	2.319.157	2.630.141	3.578.362	4.959.148	35.384.613
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	1.198.705	487.376	592.161	441.362	536.889	4.326.849	555.850	841.338	640.762	576.625	1.092.520	5.055.801	16.346.239
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	467.764	452.445	452.406	448.369	333.476	536.150	457.707	326.876	554.966	432.393	403.852	801.815	5.668.221
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	260.467	259.558	302.892	252.613	269.157	341.505	298.039	327.595	232.988	300.031	241.306	510.486	3.596.638
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	398.585	417.330	498.312	404.207	425.406	527.109	446.329	503.107	405.392	432.635	511.820	462.474	5.432.708
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10.289	6.917	7.971	8.233	7.478	9.462	8.636	11.564	156.174	39.201	27.094	24.648	317.666
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	2.015.735	2.016.671	2.531.709	2.080.947	2.271.155	2.633.330	2.254.451	2.581.109	2.145.039	2.197.453	2.758.826	2.724.919	28.211.344
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	7.272.424	6.460.337	5.782.628	6.039.500	6.826.171	6.858.228	6.625.333	6.877.558	7.599.124	7.599.124	7.829.411	7.973.931	83.800.970
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	1.978.803	1.722.637	1.592.342	1.590.212	1.657.456	1.648.075	1.626.400	1.750.604	1.900.070	1.880.267	1.946.994	2.057.737	21.351.597
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	2.509.009	1.766.228	1.812.770	2.053.820	1.368.816	1.326.908	2.006.075	1.300.068	1.392.728	2.237.978	1.564.396	1.543.359	20.880.166
CIDE - COMBUSTÍVEIS	663.564	761.810	652.917	712.178	660.022	690.986	613.971	687.975	741.079	664.734	730.600	738.085	8.317.921
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	23.998	25.324	27.339	27.066	24.343	31.446	27.246	26.820	31.339	34.917	34.061	52.688	366.588
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	241.823	214.565	234.207	243.644	283.299	228.637	232.598	250.153	240.484	253.432	253.211	286.487	2.962.540
RECEITAS DE LOTERIAS	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	112.579	1.350.943
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	72.058	48.649	58.378	54.116	58.342	45.562	41.124	53.692	41.838	57.536	60.043	54.234	633.572
DEMAIS	57.186	53.338	67.512	84.688	112.378	70.496	78.895	83.882	86.068	83.317	80.589	119.674	978.024
SUBTOTAL [A]	26.328.257	23.188.282	24.051.374	25.505.282	23.291.804	28.095.373	25.469.889	24.291.854	24.529.008	26.257.230	27.219.126	33.435.409	311.652.899
REFIS [B]	78.527	59.017	53.641	65.223	60.509	59.723	59.723	66.083	65.781	66.736	66.717	66.636	770.223
PAES[C]	220.554	220.554	220.554	220.749	220.749	220.749	220.749	221.406	221.406	221.406	221.406	221.406	2.651.689
RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]	26.627.338	23.467.854	24.325.569	25.791.264	23.573.062	28.377.752	25.750.361	24.569.343	24.816.195	26.545.372	27.507.249	33.723.451	315.074.811

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Preços Correntes

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	624	574	739	870	837	991	908	958	892	846	885	881	10.005
PRINCIPAL	621	572	735	867	834	987	901	953	887	838	877	877	9.949
MULTAS E JUROS	3	2	4	3	3	4	7	6	4	7	9	4	57
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	36
PRINCIPAL	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	35
MULTAS E JUROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.499	1.679	1.697	2.108	1.975	2.065	2.126	2.268	2.148	2.107	2.251	2.389	24.312
I.P.I. - FUMO	228	179	196	221	198	197	202	219	195	196	218	243	2.493
I.P.I. - OUTROS	1.253	1.490	1.494	1.878	1.770	1.859	1.912	2.038	1.947	1.901	2.025	2.139	21.706
MULTAS E JUROS	18	9	7	9	7	9	12	11	7	9	8	7	113
IMPOSTO SOBRE A RENDA	9.089	7.542	8.472	9.365	6.956	11.083	8.593	7.062	6.814	7.961	8.424	14.299	105.659
I.R. - PESSOA FÍSICA	286	248	320	1.648	734	690	583	516	551	317	301	319	6.513
I.R. - PESSOA JURÍDICA	4.389	3.342	3.419	3.931	2.394	2.260	3.814	2.190	2.403	3.645	2.760	2.553	37.102
IMPOSTO	4.360	3.292	3.380	3.898	2.369	2.218	3.758	2.156	2.374	3.609	2.730	2.525	36.669
FUNDOS DE INVESTIMENTO	18	32	25	21	16	26	36	22	19	23	19	18	273
FINOR	9	12	10	12	10	17	23	14	12	13	12	11	155
FINAM	8	19	14	8	6	9	11	8	7	10	6	6	111
FUNRES	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	7
PIN	6	11	9	7	6	9	12	8	6	8	6	6	95
PROTERRA	4	8	6	5	4	6	9	5	4	6	4	4	66
I.R. - RETIDO NA FONTE	4.320	3.843	4.614	3.676	3.690	8.030	4.044	4.259	3.730	3.920	5.302	11.300	60.728
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.416	2.665	3.289	2.552	2.578	2.847	2.757	2.794	2.319	2.630	3.578	4.959	35.385
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	1.199	487	592	441	537	4.327	556	841	641	577	1.093	5.056	16.346
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	468	452	452	448	333	536	458	327	555	432	404	802	5.668
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	237	239	280	234	242	321	273	297	216	281	228	483	3.329
MULTAS E JUROS	94	109	120	111	138	102	151	97	129	79	60	126	1.316
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	399	417	498	404	425	527	446	503	405	433	512	462	5.433
OURO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
OUTRAS OPERAÇÕES	398	416	497	403	421	524	444	501	399	427	510	456	5.396
MULTAS E JUROS	1	1	2	1	5	2	2	2	6	5	2	7	34
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10	7	8	8	7	9	9	12	156	39	27	25	318

Inciso\_08 Bruta com multas e juros

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS		PREVISTA												TOTAL
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
PRINCIPAL	6	4	5	5	5	6	5	9	153	35	24	22	277	
MULTAS E JUROS	5	3	3	3	3	4	4	2	3	4	3	3	41	
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA														
PRINCIPAL	2.016	2.017	2.532	2.081	2.271	2.633	2.254	2.581	2.145	2.197	2.759	2.725	28.211	
MULTAS E JUROS	2.014	2.013	2.528	2.073	2.262	2.631	2.238	2.576	2.143	2.190	2.755	2.721	28.146	
	2	3	3	8	9	2	16	6	2	7	4	4	65	
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL														
PRINCIPAL	7.272	6.460	5.783	6.039	6.826	6.858	6.625	6.878	7.656	7.599	7.829	7.974	83.801	
MULTAS E JUROS	7.208	6.373	5.653	5.964	6.713	6.758	6.546	6.810	7.583	7.455	7.763	7.909	82.735	
	64	88	130	76	113	100	79	68	73	144	67	65	1.066	
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP														
PRINCIPAL	1.979	1.723	1.592	1.590	1.657	1.648	1.626	1.751	1.900	1.880	1.947	2.058	21.352	
MULTAS E JUROS	1.939	1.696	1.567	1.567	1.632	1.625	1.601	1.728	1.877	1.843	1.922	2.013	21.009	
	40	27	25	23	26	23	25	23	23	37	25	45	342	
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO														
PRINCIPAL	2.509	1.766	1.813	2.054	1.367	1.327	2.006	1.300	1.393	2.238	1.564	1.543	20.880	
MULTAS E JUROS	2.434	1.740	1.755	2.030	1.318	1.297	1.954	1.274	1.350	2.200	1.542	1.500	20.394	
	75	27	58	24	49	30	52	26	43	38	22	43	487	
CIDE - COMBUSTÍVEIS														
PRINCIPAL	664	762	653	712	660	691	614	688	741	665	731	738	8.318	
MULTAS E JUROS	663	762	653	712	660	691	614	688	741	665	731	738	8.317	
	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	0	
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP														
SELO ESPECIAIS DE CONTROLE	24	25	27	27	24	31	27	27	31	35	34	53	367	
LJS. FRANÇAS, DEP. ALF. ENTREP. ADUAN. DEMAIS	15	15	17	16	15	19	16	16	19	21	21	32	222	
REC. DE LEILÕES DE MERC. APREEND.	7	7	7	7	7	9	7	7	9	10	9	14	100	
	3	3	3	3	3	4	3	3	4	4	4	7	45	
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS														
RECEITAS DE LOTERIAS	242	215	234	244	283	229	233	250	240	253	253	286	2.963	
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	1.351	
DEMAIS	72	49	54	46	58	46	41	54	42	58	60	54	634	
	57	53	68	85	112	70	79	84	86	83	81	120	978	
SUBTOTAL [A]	26.328	23.188	24.051	25.505	23.292	28.095	25.470	24.282	24.529	26.257	27.219	33.435	311.653	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
REFIS [B]	79	59	54	65	61	62	60	66	66	67	67	67	770
PAES[C]	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	2.652
RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]	26.627	23.468	24.326	25.791	23.573	28.378	25.750	24.569	24.816	26.545	27.507	33.723	315.075
DEMAIS RECEITAS [E]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.535	21.515
TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]	29.374	24.775	25.600	28.343	24.872	29.680	28.462	25.870	26.063	29.210	29.081	35.259	336.590

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	598	497	454	400	471	476	491	447	401	487	725	691	6.137
PENSÕES MILITARES	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	1.056
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	75	58	69	74	75	75	82	85	81	88	85	80	925
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	11.532
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	2.957
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	2.841
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	5.229
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAIPU	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	504
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	216
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	8	11	10	12	12	10	73	27	24	24	23	23	258
CUSTAS JUDICIAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	9	-	-	9	-	-	9	-	-	9	-	-	35
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	10	1	2	10	2	1	10	2	1	10	1	1	53
OUTRAS TAXAS	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	172

R\$ milhões

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	
OUTRAS RECEITAS	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	1.083
EVENTUAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	65
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	201
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	252
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	518
DEMAIS RECEITAS [G]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.535	21.515
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	29.374	24.775	25.600	28.343	24.872	29.680	28.462	25.870	26.063	29.210	29.081	35.259	336.590

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes  
Receita bruta com multas e juros



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	(1)	(1)	(0)	(1)	(0)	(0)	(0)	(1)	(1)	(1)	(1)	(0)	(6)
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	(0)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	(41)	(41)	(65)	(120)	(58)	(44)	(19)	(127)	(117)	(122)	(133)	(112)	(1.000)
I.P.I. - FUMO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - BEBIDAS	-	(0)	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	(0)	(1)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(3)
I.P.I. - OUTROS	(41)	(41)	(65)	(120)	(57)	(44)	(19)	(127)	(117)	(122)	(132)	(112)	(997)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	(440)	(251)	(241)	(189)	(326)	(1.648)	(1.786)	(1.717)	(724)	(1.708)	(1.133)	(1.254)	(11.418)
I.R. - PESSOA FÍSICA	(2)	(2)	(3)	(3)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(2)	(4)	(30)
I.R. - PESSOA JURÍDICA	(46)	(10)	(101)	(61)	(153)	(62)	(62)	(101)	(101)	(101)	(101)	(101)	(936)
I.R. - RETIDO NA FONTE	(393)	(240)	(137)	(126)	(170)	(1.646)	(1.721)	(1.614)	(621)	(1.605)	(1.030)	(1.149)	(10.452)
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	(392)	(239)	(136)	(123)	(169)	(1.643)	(1.708)	(1.611)	(619)	(1.601)	(1.017)	(1.141)	(10.399)
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	(0)	(1)	(1)	(1)	(1)	(3)	(1)	(0)	(0)	(1)	(12)	(3)	(25)
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	(0)	-	-	-	(0)	(0)	(9)	(3)	(0)	(0)	(0)	(4)	(15)
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(0)	(4)	(0)	(1)	(3)	(1)	(2)	(12)
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	-	(0)	(0)	(0)	(0)	-	-	-	(0)	(0)	(1)	(0)	(1)
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	(0)	-	-	(0)	(0)	(0)	-	(0)	(0)	(0)	(0)	-	(1)
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	(2)	(7)	(3)	(5)	(6)	(2)	(11)	(10)	(11)	(11)	(11)	(22)	(98)
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	(4)	(0)	(9)	(5)	(10)	(9)	(1)	(7)	(7)	(7)	(7)	(7)	(72)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	(2)	(6)	(19)	(11)	(37)	(4)	(5)	(4)	(15)	(10)	(8)	(15)	(137)
CIDE - COMBUSTÍVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	-	-	(0)	-	(0)	(0)	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	(1)	(1)	(1)	(0)	(1)	(1)	(5)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(9)
RECEITAS DE LOTERIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	(1)	(1)	(1)	(0)	(1)	(1)	(5)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(9)
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>(491)</b>	<b>(307)</b>	<b>(338)</b>	<b>(330)</b>	<b>(437)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.826)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(875)</b>	<b>(1.858)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(12.742)</b>
<b>REFIS [B]</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PAES[C]</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]</b>	<b>(491)</b>	<b>(307)</b>	<b>(338)</b>	<b>(330)</b>	<b>(437)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.826)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(875)</b>	<b>(1.858)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(12.742)</b>
<b>DEMAIS RECEITAS [E]</b>	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(2)	(2)
<b>TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]</b>	<b>(491)</b>	<b>(307)</b>	<b>(338)</b>	<b>(330)</b>	<b>(437)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.826)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(875)</b>	<b>(1.858)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(1.412)</b>	<b>(12.744)</b>

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

# DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(2)	(2)
PENSÕES MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAPIU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS TAXAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EVENTUAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS RECEITAS [G]	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(2)	(2)
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	(491)	(307)	(338)	(330)	(437)	(1.708)	(1.826)	(1.867)	(875)	(1.858)	(1.295)	(1.412)	(12.744)

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	623	573	739	869	837	991	908	957	891	845	884	881	9.999
PRINCIPAL	621	571	735	866	833	987	901	952	887	837	876	877	9.942
MULTAS E JUROS	3	2	4	3	3	4	7	6	4	7	9	4	57
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	35
PRINCIPAL	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	35
MULTAS E JUROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.458	1.637	1.632	1.989	1.917	2.020	2.107	2.140	2.031	1.984	2.118	2.277	23.312
I.P.I. - FUMO	228	179	196	221	198	197	202	219	195	196	218	243	2.493
I.P.I. - OUTROS	1.211	1.449	1.429	1.758	1.712	1.815	1.893	1.910	1.830	1.779	1.892	2.027	20.706
MULTAS E JUROS	18	9	7	9	7	9	12	11	7	9	8	7	113
IMPOSTO SOBRE A RENDA	8.649	7.291	8.231	9.176	6.630	9.435	6.807	5.345	6.090	6.253	7.291	13.044	94.241
I.R. - PESSOA FÍSICA	285	246	317	1.645	731	688	580	514	548	315	298	315	6.483
I.R. - PESSOA JURÍDICA	4.343	3.332	3.318	3.870	2.242	2.260	3.752	2.089	2.303	3.545	2.659	2.453	36.166
IMPOSTO	4.314	3.282	3.279	3.837	2.216	2.218	3.695	2.055	2.273	3.508	2.630	2.424	35.733
FUNDOS DE INVESTIMENTO	18	32	25	21	16	26	36	22	19	23	19	18	273
FINOR	9	12	10	12	10	17	23	14	12	13	12	11	155
FINAM	8	19	14	8	6	9	11	8	7	10	6	6	111
FUNRES	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	7
PIN	6	11	9	7	6	9	12	8	6	8	6	6	95
PROTERRA	4	8	6	5	4	6	9	5	4	6	4	4	66
I.R. - RETIDO NA FONTE	3.927	3.604	4.476	3.550	3.519	6.385	2.323	2.645	3.110	2.314	4.273	10.150	50.276
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.024	2.426	3.152	2.429	2.409	1.204	1.049	1.183	1.700	1.029	2.562	3.818	24.986
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	1.198	486	592	440	536	4.324	555	841	641	575	1.081	5.052	16.321
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	468	452	452	448	333	536	449	324	555	432	404	798	5.653
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	237	239	280	232	241	320	270	297	215	278	227	482	3.316
MULTAS E JUROS	94	109	120	111	138	102	151	97	129	79	60	126	1.316
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	399	417	498	404	425	527	446	503	405	433	511	462	5.431
OURO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
OUTRAS OPERAÇÕES	398	416	497	403	421	524	444	501	399	427	508	456	5.394
MULTAS E JUROS	1	1	2	1	5	2	2	2	6	5	2	7	34

R\$ milhões

Inciso\_08 Líquida com multas e juros

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL PRINCIPAL MULTAS E JUROS	10 6 5	7 4 3	8 5 3	8 5 3	7 5 3	9 6 4	9 5 4	12 9 2	156 153 3	39 35 4	27 24 3	25 22 3	317 277 41
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PRINCIPAL MULTAS E JUROS	2.016 2.014 2	2.017 2.013 3	2.532 2.528 3	2.081 2.073 8	2.271 2.262 9	2.633 2.631 2	2.254 2.238 16	2.581 2.575 6	2.145 2.143 2	2.197 2.190 7	2.758 2.755 4	2.725 2.721 4	28.211 28.145 65
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL PRINCIPAL MULTAS E JUROS	7.270 7.206 64	6.454 6.366 88	5.780 5.650 130	6.035 5.959 76	6.821 6.708 113	6.856 6.756 100	6.615 6.535 79	6.867 6.799 68	7.645 7.573 73	7.588 7.444 144	7.819 7.752 67	7.952 7.887 65	83.703 82.637 1.066
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP PRINCIPAL MULTAS E JUROS	1.975 1.935 40	1.722 1.695 27	1.583 1.558 25	1.585 1.563 23	1.648 1.622 26	1.639 1.616 23	1.626 1.600 25	1.744 1.721 23	1.893 1.870 23	1.873 1.836 37	1.940 1.916 25	2.051 2.006 45	21.280 20.937 342
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO PRINCIPAL MULTAS E JUROS	2.507 2.432 75	1.760 1.734 27	1.794 1.736 58	2.043 2.019 24	1.329 1.280 49	1.323 1.292 30	2.002 1.949 52	1.296 1.270 26	1.378 1.335 43	2.228 2.190 38	1.556 1.534 22	1.528 1.485 43	20.743 20.257 487
CIDE - COMBUSTÍVEIS PRINCIPAL MULTAS E JUROS	664 663 0	762 762 0	653 653 0	712 712 0	660 660 0	691 691 0	614 614 0	688 688 -	741 741 -	665 665 -	731 731 -	738 738 -	8.318 8.317 0
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF SELO ESPECIAIS DE CONTROLE LUS. FRANÇAS, DEP. ALF. ENTREP. ADUAN. DEMAIS REC. DE LEILÕES DE MERC. APREEND.	24 15 7 3	25 15 7 3	27 17 7 3	27 16 7 3	24 15 7 3	31 19 9 4	27 16 7 3	27 16 7 3	31 19 9 4	35 21 10 4	34 21 9 4	53 32 14 7	367 221 100 45
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS RECEITAS DE LOTERIAS CIDE-APOIO TECNOLÓGICO DEMAIS	241 113 72 57	214 113 49 53	234 113 54 67	243 113 46 84	282 113 58 111	228 113 46 70	228 113 41 74	250 113 54 84	240 113 42 86	253 113 58 83	253 113 60 81	286 113 54 120	2.954 1.351 634 969

R\$ milhões

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
SUBTOTAL [A]	25.837	22.882	23.714	25.176	22.854	26.387	23.644	22.415	23.654	24.399	25.924	32.025	298.911
REFIS [B]	79	59	54	65	61	62	60	66	66	67	67	67	770
PAES[C]	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	2.652
RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]	26.136	23.161	23.988	25.462	23.136	26.670	23.924	22.703	23.941	24.687	26.212	32.313	302.333
DEMAIS RECEITAS [E]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.534	21.513
TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]	28.883	24.468	25.262	28.014	24.434	27.972	26.636	24.003	25.188	27.351	27.786	33.847	323.845

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	598	497	454	400	471	476	491	447	401	487	725	689	6.135
PENSÕES MILITARES	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	1.056
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	75	58	69	74	75	75	82	85	81	88	85	80	925
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	11.532
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	2.957
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	2.841
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	5.229
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAIPU	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	504
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	216
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	8	11	10	12	12	10	73	27	24	24	23	23	258
CUSTAS JUDICIAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	9	-	-	9	-	-	9	-	-	9	-	-	35
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	10	1	2	10	2	1	10	2	1	10	1	1	53
OUTRAS TAXAS	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	172

R\$ milhões



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	
OUTRAS RECEITAS	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	1.083
EVENTUAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	65
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	201
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	252
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	518
DEMAIS RECEITAS [G]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.534	21.513
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	28.883	24.468	25.262	28.014	24.434	27.972	26.636	24.003	25.188	27.351	27.786	33.847	323.845

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes  
Receita líquida com multas e juros

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5	7	7	8	8	8	8	4	4	4	4	4	72
I.P.I. - FUMO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - BEBIDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - OUTROS	5	7	7	8	8	8	8	4	4	4	4	4	72
IMPOSTO SOBRE A RENDA	11	16	17	21	16	16	15	11	11	9	9	9	162
I.R. - PESSOA FÍSICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R. - PESSOA JURÍDICA	10	14	15	18	13	13	12	10	10	8	8	8	141
I.R. - RETIDO NA FONTE	1	2	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	21
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1	2	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	21
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	44	22	17	21	21	21	21	35	34	37	37	37	347
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15	8	7	8	8	8	8	12	12	13	13	13	125

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	3	5	5	7	7	7	7	4	4	3	3	3	58
CIDE - COMBUSTÍVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAR	-	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	0
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
RECEITAS DE LOTERIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
SUBTOTAL [A]	79	59	54	65	61	62	60	66	66	67	67	67	770
REFIS [B]													-
PAES[C]	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	2.652
RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]	299	280	274	286	281	282	280	287	287	288	288	288	3.422
DEMAIS RECEITAS [E]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]	299	280	274	286	281	282	280	287	287	288	288	288	3.422

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PENSÕES MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAIPU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS TAXAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EVENTUAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS RECEITAS [G]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	299	280	274	286	281	282	280	287	287	288	288	288	3.422

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	624	574	739	870	837	991	908	958	892	846	885	881	10.005
PRINCIPAL	621	572	735	867	834	987	901	953	887	838	877	877	9.949
MULTAS E JUROS	3	2	4	3	3	4	7	6	4	7	9	4	57
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	36
PRINCIPAL	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	35
MULTAS E JUROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.499	1.679	1.697	2.108	1.975	2.065	2.126	2.268	2.148	2.107	2.251	2.389	24.312
I.P.I. - FUMO	228	179	196	221	198	197	202	219	195	196	218	243	2.493
I.P.I. - OUTROS	1.253	1.490	1.494	1.878	1.770	1.859	1.912	2.038	1.947	1.901	2.025	2.139	21.706
MULTAS E JUROS	18	9	7	9	7	9	12	11	7	9	8	7	113
IMPOSTO SOBRE A RENDA	9.089	7.542	8.472	9.365	6.956	11.083	8.593	7.062	6.814	7.961	8.424	14.299	105.659
I.R. - PESSOA FÍSICA	286	248	320	1.648	734	690	583	516	551	317	301	319	6.513
I.R. - PESSOA JURÍDICA	4.389	3.342	3.419	3.931	2.394	2.260	3.814	2.190	2.403	3.645	2.760	2.553	37.102
IMPOSTO	4.360	3.292	3.380	3.898	2.369	2.218	3.758	2.156	2.374	3.609	2.730	2.525	36.669
FUNDOS DE INVESTIMENTO	18	32	25	21	16	26	36	22	19	23	19	18	273
FINOR	9	12	10	12	10	17	23	14	12	13	12	11	155
FINAM	8	19	14	8	6	9	11	8	7	10	6	6	111
FUNRES	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	7
PIN	6	11	9	7	6	9	12	8	6	8	6	6	95
PROTERRA	4	8	6	5	4	6	9	5	4	6	4	4	66
I.R. - RETIDO NA FONTE	4.320	3.843	4.614	3.676	3.690	8.030	4.044	4.259	3.730	3.920	5.302	11.300	60.728
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.416	2.665	3.289	2.552	2.578	2.847	2.757	2.794	2.319	2.630	3.578	4.959	35.385
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	1.199	487	592	441	537	4.327	556	841	641	577	1.093	5.056	16.346
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	468	452	452	448	333	536	458	327	555	432	404	802	5.668
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	237	239	280	234	242	321	273	297	216	281	228	483	3.329
MULTAS E JUROS	94	109	120	111	138	102	151	97	129	79	60	126	1.316
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	399	417	498	404	425	527	446	503	405	433	512	462	5.433
OURO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
OUTRAS OPERAÇÕES	398	416	497	403	421	524	444	501	399	427	510	456	5.396
MULTAS E JUROS	1	1	2	1	5	2	2	2	6	5	2	7	34
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10	7	8	8	7	9	9	12	156	39	27	25	318

Inciso\_08 Bruta com multas e juros

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
PRINCIPAL MULTAS E JUROS	6	4	5	5	5	6	5	9	153	35	24	22	277
	5	3	3	3	3	4	4	2	3	4	3	3	41
	2.016	2.017	2.532	2.081	2.271	2.633	2.254	2.581	2.145	2.197	2.759	2.725	28.211
	2.014	2.013	2.528	2.073	2.262	2.631	2.238	2.576	2.143	2.190	2.755	2.721	28.146
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PRINCIPAL MULTAS E JUROS	2	3	3	8	9	2	16	6	2	7	4	4	65
	7.272	6.460	5.783	6.039	6.826	6.858	6.625	6.878	7.656	7.599	7.829	7.974	83.801
	7.208	6.373	5.653	5.964	6.713	6.758	6.546	6.810	7.583	7.455	7.763	7.909	82.735
	64	88	130	76	113	100	79	68	73	144	67	65	1.066
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL PRINCIPAL MULTAS E JUROS	1.979	1.723	1.592	1.590	1.657	1.648	1.626	1.751	1.900	1.880	1.947	2.058	21.352
	1.939	1.696	1.567	1.567	1.632	1.625	1.601	1.728	1.877	1.843	1.922	2.013	21.009
	40	27	25	23	26	23	25	23	23	37	25	45	342
	2.509	1.766	1.813	2.054	1.367	1.327	2.006	1.300	1.393	2.238	1.564	1.543	20.880
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO PRINCIPAL MULTAS E JUROS	2.434	1.740	1.755	2.030	1.318	1.297	1.954	1.274	1.350	2.200	1.542	1.500	20.394
	75	27	58	24	49	30	52	26	43	38	22	43	487
	664	762	653	712	660	691	614	688	741	665	731	738	8.318
	663	762	653	712	660	691	614	688	741	665	731	738	8.317
CIDE - COMBUSTÍVEIS PRINCIPAL MULTAS E JUROS	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	0
	24	25	27	27	24	31	27	27	31	35	34	53	367
	15	15	17	16	15	19	16	16	19	21	21	32	222
	7	7	7	7	7	9	7	7	9	10	9	14	100
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP SELO ESPECIAIS DE CONTROLE LJS. FRANÇAS, DEP. ALF. ENTREP. ADUAN. DEMAIS REC. DE LEILÕES DE MERC. APREEND.	3	3	3	3	3	4	3	3	4	4	4	7	45
	242	215	234	244	283	229	233	250	240	253	253	286	2.963
	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	113	1.351
	72	49	54	46	58	46	41	54	42	58	60	54	634
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS RECEITAS DE LOTERIAS CIDE-APOIO TECNOLÓGICO DEMAIS	57	53	68	85	112	70	79	84	86	83	81	120	978
	26.328	23.188	24.051	25.505	23.292	28.095	25.470	24.282	24.529	26.257	27.219	33.435	311.653
SUBTOTAL [A]													



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
REFIS [B]	79	59	54	65	61	62	60	66	66	67	67	67	770
PAES[C]	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	2.652
RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]	26.627	23.468	24.326	25.791	23.573	28.378	25.750	24.569	24.816	26.545	27.507	33.723	315.075
DEMAIS RECEITAS [E]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.535	21.515
TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]	29.374	24.775	25.600	28.343	24.872	29.680	28.462	25.870	26.063	29.210	29.081	35.259	336.590

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	598	497	454	400	471	476	491	447	401	487	725	691	6.137
PENSÕES MILITARES	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	1.056
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	75	58	69	74	75	75	82	85	81	88	85	80	925
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	11.532
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	2.957
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	2.841
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	5.229
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAIPU	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	504
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	216
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	8	11	10	12	12	10	73	27	24	24	23	23	258
CUSTAS JUDICIAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	9	-	-	9	-	-	9	-	-	9	-	-	35
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	10	1	2	10	2	1	10	2	1	10	1	1	53
OUTRAS TAXAS	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	172

R\$ milhões

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA BRUTA  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	90 4 -	
OUTRAS RECEITAS	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	1.083
EVENTUAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	65
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	201
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	252
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	518
DEMAIS RECEITAS [G]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.535	21.515
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	29.374	24.775	25.600	28.343	24.872	29.680	28.462	25.870	26.063	29.210	29.081	35.259	336.590

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes  
Receita bruta com multas e juros

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	(1)	(1)	(0)	(1)	(0)	(0)	(0)	(1)	(1)	(1)	(1)	(0)	(6)
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	-	(0)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	(41)	(41)	(65)	(120)	(58)	(44)	(19)	(127)	(117)	(122)	(133)	(112)	(1.000)
I.P.I. - FUMO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - BEBIDAS	-	(0)	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	-	-	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	(0)	(1)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(3)
I.P.I. - OUTROS	(41)	(41)	(65)	(120)	(57)	(44)	(19)	(127)	(117)	(122)	(132)	(112)	(997)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	(440)	(251)	(241)	(189)	(326)	(1.648)	(1.786)	(1.717)	(724)	(1.708)	(1.133)	(1.254)	(11.418)
I.R. - PESSOA FÍSICA	(2)	(2)	(3)	(3)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(2)	(4)	(30)
I.R. - PESSOA JURÍDICA	(46)	(10)	(101)	(61)	(153)	(62)	(62)	(101)	(101)	(101)	(101)	(101)	(936)
I.R. - RETIDO NA FONTE	(393)	(240)	(137)	(126)	(170)	(1.646)	(1.721)	(1.614)	(621)	(1.605)	(1.030)	(1.149)	(10.452)
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	(392)	(239)	(136)	(123)	(169)	(1.643)	(1.708)	(1.611)	(619)	(1.601)	(1.017)	(1.141)	(10.399)
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	(0)	(1)	(1)	(1)	(1)	(3)	(1)	(0)	(0)	(1)	(12)	(3)	(25)
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	(0)	-	-	-	(0)	(0)	(9)	(3)	(0)	(0)	(0)	(4)	(15)
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(0)	(4)	(0)	(1)	(3)	(1)	(2)	(12)
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	-	(0)	(0)	(0)	(0)	-	-	-	(0)	(0)	(1)	(0)	(1)
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	(0)	-	-	(0)	(0)	(0)	-	(0)	(0)	(0)	(0)	-	(1)
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	(2)	(7)	(3)	(5)	(6)	(2)	(11)	(10)	(11)	(11)	(11)	(22)	(98)
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	(4)	(0)	(9)	(5)	(10)	(9)	(1)	(7)	(7)	(7)	(7)	(7)	(72)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

# DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	(2)	(6)	(19)	(11)	(37)	(4)	(5)	(4)	(15)	(10)	(8)	(15)	(137)
CIDE - COMBUSTÍVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAR	-	-	(0)	-	(0)	(0)	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	(1)	(1)	(1)	(0)	(1)	(1)	(5)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(9)
RECEITAS DE LOTERIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	(1)	(1)	(1)	(0)	(1)	(1)	(5)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(9)
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>(491)</b>	<b>(307)</b>	<b>(338)</b>	<b>(330)</b>	<b>(437)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.826)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(875)</b>	<b>(1.858)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(12.742)</b>
REFIS [B]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAES[C]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]</b>	<b>(491)</b>	<b>(307)</b>	<b>(338)</b>	<b>(330)</b>	<b>(437)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.826)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(875)</b>	<b>(1.858)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(12.742)</b>
DEMAIS RECEITAS [E]	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(2)	(2)
<b>TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]</b>	<b>(491)</b>	<b>(307)</b>	<b>(338)</b>	<b>(330)</b>	<b>(437)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.826)</b>	<b>(1.867)</b>	<b>(875)</b>	<b>(1.858)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(1.412)</b>	<b>(12.744)</b>

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

# DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(2)	(2)
PENSÕES MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAPIU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Secretaria de Orçamento Federal - SOF

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS TAXAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EVENTUAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS RECEITAS [G]	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(2)	(2)
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	(491)	(307)	(338)	(330)	(437)	(1.708)	(1.826)	(1.867)	(875)	(1.858)	(1.295)	(1.412)	(12.744)

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO PRINCIPAL	623	573	739	869	837	991	908	957	891	845	884	881	9.999
MULTAS E JUROS	621	571	735	866	833	987	901	952	887	837	876	877	9.942
	3	2	4	3	3	4	7	6	4	7	9	4	57
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO PRINCIPAL	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	35
MULTAS E JUROS	2	2	3	2	2	2	2	5	7	5	2	2	35
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS I.P.I. - FUMO	1.458	1.637	1.632	1.989	1.917	2.020	2.107	2.140	2.031	1.984	2.118	2.277	23.312
I.P.I. - OUTROS	228	179	196	221	198	197	202	219	195	196	218	243	2.493
MULTAS E JUROS	1.211	1.449	1.429	1.758	1.712	1.815	1.893	1.910	1.830	1.779	1.892	2.027	20.706
	18	9	7	9	7	9	12	11	7	9	8	7	113
IMPOSTO SOBRE A RENDA I.R. - PESSOA FÍSICA	8.649	7.291	8.231	9.176	6.630	9.435	6.807	5.345	6.090	6.253	7.291	13.044	94.241
I.R. - PESSOA JURÍDICA	285	246	317	1.645	731	688	580	514	548	315	298	315	6.483
IMPOSTO	4.343	3.332	3.318	3.870	2.242	2.260	3.752	2.089	2.303	3.545	2.659	2.453	36.166
FUNDOS DE INVESTIMENTO	4.314	3.282	3.279	3.837	2.216	2.218	3.695	2.055	2.273	3.508	2.630	2.424	35.733
FINOR	18	32	25	21	16	26	36	22	19	23	19	18	273
FINAM	9	12	10	12	10	17	23	14	12	13	12	11	155
FUNRES	8	19	14	8	6	9	11	8	7	10	6	6	111
PIN	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	7
PROTERRA	6	11	9	7	6	9	12	8	6	8	6	6	95
I.R. - RETIDO NA FONTE	4	8	6	5	4	6	9	5	4	6	4	4	66
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	3.927	3.604	4.476	3.550	3.519	6.385	2.323	2.645	3.110	2.314	4.273	10.150	50.276
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	2.024	2.426	3.152	2.429	2.409	1.204	1.049	1.183	1.700	1.029	2.562	3.818	24.986
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	1.198	486	592	440	536	4.324	555	841	641	575	1.081	5.052	16.321
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	468	452	452	448	333	536	449	324	555	432	404	798	5.653
MULTAS E JUROS	237	239	280	232	241	320	270	297	215	278	227	482	3.316
	94	109	120	111	138	102	151	97	129	79	60	126	1.316
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	399	417	498	404	425	527	446	503	405	433	511	462	5.431
OURO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
OUTRAS OPERAÇÕES	398	416	497	403	421	524	444	501	399	427	508	456	5.394
MULTAS E JUROS	1	1	2	1	5	2	2	2	6	5	2	7	34

R\$ milhões

Inciso\_08 Líquida com multas e juros



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL PRINCIPAL MULTAS E JUROS	10 6 5	7 4 3	8 5 3	8 5 3	7 5 3	9 6 4	9 5 4	12 9 2	156 153 3	39 35 4	27 24 3	25 22 3	317 277 41
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PRINCIPAL MULTAS E JUROS	2.016 2.014 2	2.017 2.013 3	2.532 2.528 3	2.081 2.073 8	2.271 2.262 9	2.633 2.631 2	2.254 2.238 16	2.581 2.575 6	2.145 2.143 2	2.197 2.190 7	2.758 2.755 4	2.725 2.721 4	28.211 28.145 65
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL PRINCIPAL MULTAS E JUROS	7.270 7.206 64	6.454 6.366 88	5.780 5.650 130	6.035 5.959 76	6.821 6.708 113	6.856 6.756 100	6.615 6.535 79	6.867 6.799 68	7.645 7.573 73	7.588 7.444 144	7.819 7.752 67	7.952 7.887 65	83.703 82.637 1.066
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP PRINCIPAL MULTAS E JUROS	1.975 1.935 40	1.722 1.695 27	1.583 1.558 25	1.585 1.563 23	1.648 1.622 26	1.639 1.616 23	1.626 1.600 25	1.744 1.721 23	1.893 1.870 23	1.873 1.836 37	1.940 1.916 25	2.051 2.006 45	21.280 20.937 342
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO PRINCIPAL MULTAS E JUROS	2.507 2.432 75	1.760 1.734 27	1.794 1.736 58	2.043 2.019 24	1.329 1.280 49	1.323 1.292 30	2.002 1.949 52	1.296 1.270 26	1.378 1.335 43	2.228 2.190 38	1.556 1.534 22	1.528 1.485 43	20.743 20.257 487
CIDE - COMBUSTÍVEIS PRINCIPAL MULTAS E JUROS	664 663 0	762 762 0	653 653 0	712 712 0	660 660 0	691 691 0	614 614 0	688 688 -	741 741 -	665 665 -	731 731 -	738 738 -	8.318 8.317 0
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF SELO ESPECIAIS DE CONTROLE LUS. FRANCAS, DEP. ALF. ENTREP. ADUAN. DEMAIS REC. DE LEILÕES DE MERC. APREEND.	24 15 7 3	25 15 7 3	27 17 7 3	27 16 7 3	24 15 7 3	31 19 9 4	27 16 7 3	27 16 7 3	31 19 9 4	35 21 10 4	34 21 9 4	53 32 14 7	367 221 100 45
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS RECEITAS DE LOTERIAS CIDE-APOIO TECNOLÓGICO DEMAIS	241 113 72 57	214 113 49 53	234 113 54 67	243 113 46 84	282 113 58 111	228 113 46 70	228 113 41 74	250 113 54 84	240 113 42 86	253 113 58 83	253 113 60 81	286 113 54 120	2.954 1.351 634 969

R\$ milhões

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
SUBTOTAL [A]	25.837	22.882	23.714	25.176	22.854	26.387	23.644	22.415	23.654	24.399	25.924	32.025	298.911
REFIS [B]	79	59	54	65	61	62	60	66	66	67	67	67	770
PAES[C]	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	221	2.652
RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]	26.136	23.161	23.988	25.462	23.136	26.670	23.924	22.703	23.941	24.687	26.212	32.313	302.333
DEMAIS RECEITAS [E]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.534	21.513
TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]	28.883	24.468	25.262	28.014	24.434	27.972	26.636	24.003	25.188	27.351	27.786	33.847	323.845

R\$ milhões

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	598	497	454	400	471	476	491	447	401	487	725	689	6.135
PENSÕES MILITARES	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	88	1.056
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	75	58	69	74	75	75	82	85	81	88	85	80	925
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	1.832	525	525	11.532
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	246	2.957
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	237	2.841
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	1.307	-	-	5.229
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAIPU	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	504
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	216
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	8	11	10	12	12	10	73	27	24	24	23	23	258
CUSTAS JUDICIAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	9	-	-	9	-	-	9	-	-	9	-	-	35
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	10	1	2	10	2	1	10	2	1	10	1	1	53
OUTRAS TAXAS	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	172

R\$ milhões

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

DEMOSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação de Créditos.

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	90 4	
OUTRAS RECEITAS	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90	1.083
EVENTUAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	47
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	65
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	201
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	252
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	43	518
DEMAIS RECEITAS [G]	2.747	1.307	1.274	2.552	1.299	1.302	2.712	1.301	1.247	2.664	1.574	1.534	21.513
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	28.883	24.468	25.262	28.014	24.434	27.972	26.636	24.003	25.188	27.351	27.786	33.847	323.845

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes  
Receita líquida com multas e juros

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5	7	7	8	8	8	8	4	4	4	4	4	72
I.P.I. - FUMO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - BEBIDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.P.I. - OUTROS	5	7	7	8	8	8	8	4	4	4	4	4	72
IMPOSTO SOBRE A RENDA	11	16	17	21	16	16	15	11	11	9	9	9	162
I.R. - PESSOA FÍSICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R. - PESSOA JURÍDICA	10	14	15	18	13	13	12	10	10	8	8	8	141
I.R. - RETIDO NA FONTE	1	2	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	21
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1	2	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	21
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	44	22	17	21	21	21	21	35	34	37	37	37	347
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15	8	7	8	8	8	8	12	12	13	13	13	125

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	3	5	5	7	7	7	7	4	4	3	3	3	58
CIDE - COMBUSTÍVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAR	-	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	0
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
RECEITAS DE LOTERIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>79</b>	<b>59</b>	<b>54</b>	<b>65</b>	<b>61</b>	<b>62</b>	<b>60</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>770</b>
<b>REFIS [B]</b>													-
<b>PAES[C]</b>													
<b>RECEITA ADMINISTRADA [D]=[A]+[B]+[C]</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>2.652</b>
<b>DEMAIS RECEITAS [E]</b>													
<b>TOTAL GERAL [F]=[E]+[D]</b>	<b>299</b>	<b>280</b>	<b>274</b>	<b>286</b>	<b>281</b>	<b>282</b>	<b>280</b>	<b>287</b>	<b>287</b>	<b>288</b>	<b>288</b>	<b>288</b>	<b>3.422</b>
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CONTRIB. P/ PLANO SEG. SOCIAL SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PENSÕES MILITARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. M.MERCANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COTA-PARTE - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS HÍDRICOS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS - UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES EXCED. PRODUÇÃO PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIP. ESPECIAL PETRÓLEO/GÁS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ROYALTIES/INDENIZAÇÕES ITAIPU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DÍVIDA ATIVA-PFN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONCESSÕES E PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTORGA DE SERV. TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS CONCESSÕES/PERMISSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RENDAS DO S.P.U.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CUSTAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

STRATIVO MENSAL DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉ  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso VIII do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

VIII - demonstrativo mensal das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, brutas e líquidas de restituições, inclusive aquelas referentes aos Programas de Recuperação  
R\$ milhões

RECEITAS	PREVISTA												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
TAXAS FISC.MERC.SEG.,CAP.,PREV.P.ABERTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAXAS FISC. MERC. DE TIT.VR. MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS TAXAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EVENTUAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - AVISO MF 087/85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTITUIÇÕES - OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TARIFA E ADIC S/PASS AEREA INTERNAC (MP 1792)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANEEL-PARC RES GLOBAL REVERSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTR S/REC BRUTA EMP TELECOMUN-DEC 3737/01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIB S/REC BINGOS (DEC 3659/00 ART 14 IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS RECEITAS [G]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL [H]=[D]+[G]	299	280	274	286	281	282	280	287	287	288	288	288	3.422

Fonte: Secretaria da Receita Federal  
Obs: Parâmetros de 12/08/2004  
Preços Correntes



**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA - LC 101/00  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso IX do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

ESPECIFICAÇÃO	Arrecadada 2002	Arrecadada 2003	Reprogramação 2004	Proposta 2005	Estimativa 2006	Estimativa 2007	Estimativa 2008
<b>I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>345.399</b>	<b>386.240</b>	<b>440.879</b>	<b>489.066</b>	<b>528.742</b>	<b>579.415</b>	<b>619.655</b>
I.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	107.897	115.051	123.569	134.577	148.661	165.662	186.845
I.1.1 - IMPOSTOS	106.159	112.985	121.118	131.772	145.607	162.426	183.327
Imposto sobre a Importação - II	7.879	8.086	8.205	9.951	12.468	15.333	18.736
Imposto sobre a Exportação - IE	74	49	59	39	43	47	51
Imposto s/ Renda e Prov. de Qualquer Natureza - IR	75.551	82.322	86.284	92.779	100.209	109.950	122.682
Imposto Prod. Industrializados - IPI	18.472	17.847	21.218	23.327	26.693	30.335	34.456
Imp. Oper. Créd. Câmbio e Seg. Rel. Tit. Valor. Mobil. - IOF	3.993	4.422	5.083	5.399	5.892	6.432	7.042
Imposto Propriedade Territorial Rural - ITR	189	260	268	277	302	330	361
I.1.2 - TAXAS	1.739	2.066	2.450	2.805	3.054	3.235	3.517
I.2 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	195.138	229.273	274.291	309.188	334.007	366.193	401.613
I.2.1 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	178.759	208.942	252.079	282.337	305.391	333.276	366.883
Contrib. Financ. Seg. Social - COFINS	51.664	59.271	79.013	84.824	92.579	101.071	110.663
Contrib. sobre Movimentação Financeira - CPMF	20.267	22.986	25.761	28.147	30.719	33.534	36.714
Contrib. Empreg. Trab. p/ Seg. Social - INSS	69.408	80.647	92.005	106.461	114.379	126.486	141.338
Contrib. sobre Lucro Pessoas Jurídicas - CSLL	12.375	15.800	18.519	20.508	22.387	24.447	26.768
Contrib. para Programa PIS/PASEP	12.719	16.977	20.270	21.477	23.443	25.596	28.027
Contrib. Concursos Prog. Seg. Social	712	1.277	1.236	1.351	1.474	1.609	1.762
Contrib. do Salário Educação	3.608	3.984	4.624	5.051	5.552	6.134	6.816
Outras Contribuições Sociais	8.008	8.001	10.651	14.518	14.857	14.398	14.794
I.2.2 - CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	16.378	20.331	22.212	26.851	28.616	32.917	34.730
I.3 - RECEITA PATRIMONIAL	11.979	12.585	11.728	13.285	13.473	14.114	10.847
I.4 - RECEITA AGROPECUÁRIA	20	21	19	19	20	20	21
I.5 - RECEITA INDUSTRIAL	343	346	450	676	721	770	824
I.6 - RECEITA DE SERVIÇOS	17.325	19.265	21.163	20.753	20.750	20.742	6.681
I.7 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57	69	329	443	364	364	364
I.8 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.639	9.631	9.330	10.124	10.748	11.551	12.461
<b>II - TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>145.470</b>	<b>166.022</b>	<b>183.325</b>	<b>210.136</b>	<b>226.414</b>	<b>249.803</b>	<b>273.405</b>
II.1 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	58.568	62.762	62.925	70.237	76.021	84.816	93.062
II.1.1 - TRANSF. CONSTITUCIONAIS	54.155	58.526	62.223	69.499	75.506	84.254	93.062
Transf. de IR e IPI	44.605	46.493	49.983	53.998	59.138	65.449	73.341
Transf. de ITR	123	145	153	159	173	188	205

Inciso\_09

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA - LC 101/00

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso IX do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

ESPECIFICAÇÃO	Arrecadada 2002		Arrecadada 2003		Reprogramação 2004		Proposta 2005		Estimativa 2006		Estimativa 2007		R\$ Milhões Estimativa 2008	
Transf. de IOF - Ouro	3		6		6		3		4		4		4	
Transf. de Salário Educação	2.405		2.656		3.083		3.367		3.702		4.090		4.544	
Transf. de Royalties	4.918		7.053		7.566		10.042		10.385		12.225		12.451	
Transf. CIDE Combustíveis	2.100		2.174		1.431		1.930		2.106		2.299		2.517	
II.1.2 - TRANSF. LEGAIS	4.414		4.236		701		738		515		562		0	
Lei Compl. nº 87 e Lei Compl. nº 102 (Lei Kandir)	3.982		3.900		0		0		0		0		0	
Complementação Fundef	431		336		701		738		515		562		0	
II.2 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	86.901		103.260		120.401		139.899		150.393		164.987		180.342	
Contrib. Empreg. Trab. p/ Seg. Social - INSS	69.408		80.647		92.005		106.461		114.379		126.486		141.338	
Contrib. para Programa PIS/PASEP	12.719		16.977		20.270		21.477		23.443		25.596		28.027	
Adicional da Contribuição Previdenciária	296		355		424		439		475		517		568	
Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	995		967		999		1.068		1.139		1.213		1.290	
Contribuição para o Regime de Prev. dos Servidores - CPSS	3.483		4.314		6.703		10.453		10.957		11.176		11.399	
PODER EXECUTIVO	2.627		2.593		3.865		6.015		6.305		6.431		6.560	
Servidor	2.627		0		0		0		0		0		0	
Servidor Ativo	0		1.255		1.251		1.792		1.884		1.922		1.960	
Patronal Ativo	0		1.338		2.151		3.583		3.768		3.843		3.920	
Servidor Inativo	0		0		435		640		653		666		679	
Patronal Inativo	0		0		29		0		0		0		0	
Patronal Pensionista	0		0		0		0		0		0		0	
Servidor Pensionista	0		0		0		0		0		0		0	
MJM CPSS	0		0		0		0		0		0		0	
PODER LEGISLATIVO	137		115		314		492		516		526		537	
Câmara Federal	54		43		111		174		182		186		190	
Servidor	54		0		0		0		0		0		0	
Servidor Ativo	0		21		36		52		55		56		57	
Patronal Ativo	0		22		62		104		109		111		113	
Servidor Inativo	0		0		13		19		19		19		20	
MJM CPSS	0		0		0		0		0		0		0	
Senado Federal	59		41		147		231		242		247		251	
Servidor	59		0		0		0		0		0		0	
Servidor Ativo	0		20		48		69		72		74		75	
Patronal Ativo	0		21		82		137		144		147		150	
Servidor Inativo	0		0		17		25		25		26		26	
MJM CPSS	0		0		0		0		0		0		0	
Tribunal de Contas da União	24		31		56		88		92		94		96	

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA - LC 101/00

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso IX do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

ESPECIFICAÇÃO	Arrecadada 2002	Arrecadada 2003	Reprogramação 2004	Proposta 2005	Estimativa 2006	Estimativa 2007	Estimativa 2008
Servidor	24	0	0	0	0	0	0
Servidor Ativo	0	15	18	26	27	28	29
Patronal Ativo	0	16	31	52	55	56	57
Servidor Inativo	0	0	6	9	10	10	10
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0
PODER JUDICIÁRIO	653	650	1.052	1.653	1.729	1.764	1.799
Supremo Tribunal Federal	7	8	13	20	21	21	22
Servidor	7	0	0	0	0	0	0
Servidor Ativo	0	4	4	6	6	6	6
Patronal Ativo	0	4	7	12	12	13	13
Servidor Inativo	0	0	1	2	2	2	2
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0
Superior Tribunal de Justiça	28	24	38	59	62	63	64
Servidor	28	0	0	0	0	0	0
Servidor Ativo	0	12	12	18	18	19	19
Patronal Ativo	0	12	21	35	37	38	38
Servidor Inativo	0	0	4	6	6	7	7
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0
Justiça Federal	149	181	273	429	449	458	467
Servidor	149	0	0	0	0	0	0
Servidor Ativo	0	88	89	128	134	137	140
Patronal Ativo	0	94	153	255	268	274	279
Servidor Inativo	0	0	31	46	46	47	48
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0
Justiça Militar	5	5	13	20	21	22	22
Servidor	5	0	0	0	0	0	0
Servidor Ativo	0	3	4	6	6	7	7
Patronal Ativo	0	3	7	12	13	13	13
Servidor Inativo	0	0	1	2	2	2	2
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0
Justiça Eleitoral	69	54	96	150	157	160	164
Servidor	69	0	0	0	0	0	0
Servidor Ativo	0	26	31	45	47	48	49
Patronal Ativo	0	28	54	89	94	96	98
Servidor Inativo	0	0	11	16	16	17	17
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA - LC 101/00

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso IX do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária, explicitando a metodologia utilizada;

ESPECIFICAÇÃO	Arrecadada 2002	Arrecadada 2003	Reprogramação 2004	Proposta 2005	Estimativa 2006	Estimativa 2007	Estimativa 2008	R\$ Milhões
Justiça do Trabalho	356	344	562	882	924	943	962	
Servidor	356	0	0	0	0	0	0	
Servidor Ativo	0	166	183	263	276	282	287	
Patronal Ativo	0	177	315	525	552	563	575	
Servidor Inativo	0	0	64	94	96	98	100	
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0	
Justiça do DF e Territórios	40	34	58	91	95	97	99	
Servidor	40	0	0	0	0	0	0	
Servidor Ativo	0	16	19	27	28	29	30	
Patronal Ativo	0	17	32	54	57	58	59	
Servidor Inativo	0	0	7	10	10	10	10	
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0	
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	65	94	131	205	215	219	224	
Servidor	65	0	0	0	0	0	0	
Servidor Ativo	0	45	43	61	64	66	67	
Patronal Ativo	0	48	73	122	129	131	134	
Servidor Inativo	0	0	15	22	22	23	23	
MJM CPSS	0	0	0	0	0	0	0	
<b>III - TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>199.929</b>	<b>220.218</b>	<b>257.553</b>	<b>278.930</b>	<b>302.328</b>	<b>329.612</b>	<b>346.250</b>	

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

X - demonstrativo da desvinculação da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União (DRU), por imposto e contribuição e por seus adicionais e seus acréscimos legais;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

RELATÓRIO DE DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso Xdo Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

DESVINCULAÇÃO DE RECURSOS DA UNIÃO		R\$ 1,00
		PROJETO LEI 2005
<b>I. TOTAL DAS RECEITAS</b>		<b>445.734.500,094</b>
I.1. RECEITA DE IMPOSTOS - Art. 2º da PEC 41/2003		133.332.392,184
I.1.1. Principal		131.341.851,233
I.1.2. Multas, Juros e Dívida Ativa		1.560.604,423
I.1.3. Refis		429.936,528
I.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - Art. 2º da PEC 41/2003		285.550.565,422
I.2.1. Principal		279.357.513,456
I.2.2. Multas, Juros e Dívida Ativa		3.201.076,081
I.2.3. Refis		2.991.975,885
I.3. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS - Art. 2º da PEC 41/2003		26.851.542,488
I.3.1. Principal*		26.851.392,304
I.3.2. Multas, Juros e Dívida Ativa		150,184
<b>II. EXCLUSÕES</b>		<b>129.130.235,075</b>
II.1. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		129.130.235,075
II.1.1. INSS (Fontes 154 e 954) - Art. 58, parágrafo 2º da Lei nº 10.707/2003 - LDO/04		107.687.519,929
II.1.2. Salário Educação (Fonte 113) - Art. 76, parágrafo 2º do ADCT		5.051.248,086
II.1.3. CPMF - Fundo de Combate à Pobreza - Art.80, parágrafo 1º do ADCT		5.938.674,956
II.1.4. CPSS - Contribuição Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos		10.452.792,104
<b>III. BASE DE CÁLCULO DRU (I - II)</b>		<b>316.604.265,019</b>
<b>IV. DRU (III * 20%)</b>		<b>63.320.853,004</b>
IV.1. Impostos [(I.1) * 20%]		26.666.478,437
IV.2. Contribuições Sociais [(I.2 - II.1.1) * 20%]		31.284.066,069
IV.3. Contribuições Econômicas [(I.3) * 20%]		5.370.308,498

(\*) Não inclui as receitas de compensações financeiras.

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, e considerando-se separadamente:

a) os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social, indicando aqueles relativos à contribuição:

1. dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

2. do segurado especial; **(VETADO)**

3. do empregador doméstico; **(VETADO)**

4. do empregador rural - pessoa física e jurídica; **(VETADO)**

5. das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional; **(VETADO)**

6. das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV

7. das receitas de Exportação de Produtos Rurais;

8. dos segurados em razão da instituição da CPMF;



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA FISCAL**

**(Lei nº 10.934, de 12 de agosto de 2004, inciso XI do Anexo das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2005.)**

*XI (...) os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente: (Obs. Considere como competência da SPE só a parte em negrito do inciso.)*

**Anexo metodológico ao Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios**

**1.1. Subsídios Explícitos**

**1.1.1. Equalização de juros**

Nos programas de Custeio Agropecuário, Empréstimos do Governo Federal, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e Operações de Investimentos existe um subsídio no processo de equalização de taxas.

A subvenção econômica de equalização de taxas de juros destina-se a direcionar recursos captados por instituições financeiras oficiais federais e bancos cooperativos para o crédito rural e o crédito à exportação, mediante a cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação desses recursos (geralmente provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, FAT cambial, da Poupança Rural e de recursos próprios dos agentes financeiros), acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitos tais agentes financeiros em suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

Nas metodologias de cálculo definidas nas portarias que autorizam o Tesouro Nacional a efetuar o pagamento de equalização de taxas, esses custos administrativos e tributários são representados por um percentual (*spread*) incidente sobre o saldo médio das operações atualizado pelo custo de captação da fonte (TJLP, TMS – Taxa Média SELIC, TR). Este percentual pode variar dependendo do agente financeiro considerado. No caso do Banco do Brasil S.A., há também uma remuneração fixa mensal por cada contrato vigente.

O valor pago pelo Tesouro Nacional, a título de equalização de taxas, consiste na diferença entre o valor obtido com a soma dos custos de captação, administrativos e tributários e a taxa paga pelo mutuário à instituição financeira. Esse valor, no caso das operações de custeio, é calculado para o primeiro dia do mês subsequente ao de aplicação e atualizado até a data do efetivo pagamento. As operações de investimento são pagas semestralmente e atualizadas também até a data em que ocorre o desembolso pelo Tesouro.

No caso do PROEX não há metodologia de cálculo de equalização definida. Apenas os tetos dos *spreads* de equalização são estabelecidos por meio da Carta Circular do BACEN nº 2.881, de 19 de novembro de 1999. Na prática a equalização é concedida pelo valor máximo autorizado nesta Carta Circular.

As taxas pagas pelos tomadores de crédito em cada programa ou linha de crédito são definidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional e publicadas por meio de resoluções do Banco Central.

O Plano Safra 2004/05 manteve para os mutuários, fora do âmbito do PRONAF e do PROGER, taxas de 8,75% a.a. nas operações de Custeio e EGF. Nesta mesma safra, nas operações de investimento da agricultura empresarial as taxas variam de 8% a.a. a 10,75% a.a. As operações do PRONAF equalizadas pelo Tesouro, por estarem voltadas ao segmento familiar, oferecem condições mais favoráveis aos seus beneficiários, com encargos que variam de 4% a.a. a 7,25% a.a..

A título de equalização, são desembolsados, também no âmbito do PRONAF, recursos para pagamento de rebates sobre os saldos devedores dos empréstimos rurais.

#### **1.1.2. Securitização**

A Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, autoriza (art. 5º) as instituições e agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural a proceder ao alongamento de dívidas, originárias de crédito rural, realizadas até 20.06.95. A dívida renegociada teve seu vencimento alongado pelo prazo mínimo de sete anos, vencendo a primeira parcela em 31.10.97. Sobre o saldo devedor renegociado incide juros de 3% ao ano.

Para as operações alongadas com recursos oriundos do BNDES (FAT/FINAME), não é efetuada a emissão de títulos mas o pagamento das equalizações à medida em que ocorre o recebimento das parcelas junto aos mutuários. Dessa forma, a equalização decorre do diferencial entre o custo dos recursos junto ao FAT (TJLP) e a taxa de juros estabelecida pelo alongamento (3% a.a.). Adicionalmente, a Lei 9.866, de 9 de novembro de 1999 estabeleceu a concessão de bônus de adimplência para os mutuários, que devem ser ressarcidos ao FAT.

A contabilização da despesa com a Securitização foi iniciada em outubro de 1997, no vencimento da primeira parcela da dívida renegociada e dos títulos que garantiam a renegociação. Esta despesa é calculada anualmente, a partir da diferença entre o valor dos títulos públicos vencidos e o valor dos haveres transferidos ao Tesouro (apropriados por competência, independente do efetivo pagamento).

Adicionalmente, cabe ressaltar que a Lei nº 9.138/95 institui a possibilidade de equivalência em produto, de acordo com a conveniência do mutuário, o que abre a possibilidade de o Governo Central incorrer em outros dispêndios com subvenções.

#### **1.1.3. Equalização de Preços**

Nos programas de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização do Produto Agropecuário e Aquisições do Governo Federal existem subsídios decorrentes do processo de equalização de preços.

### **1.1.3.1. - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização do Produto Agropecuário**

Esta ação orçamentária discrimina despesas a título de equalização de preços com o pagamento de Prêmios para escoamento de produto (PEP) e de Prêmios de Recompra e Repasse de Contratos de Opções de Venda.

O objetivo prioritário do PEP é garantir um preço de referência ao produtor e, ao mesmo tempo, contribuir para o abastecimento interno via comercialização privada de produtos. Desta forma, o Governo, além de garantir um preço referencial ao produtor e alavancar a comercialização dos produtos pelo setor privado, evita a formação de estoques governamentais, cuja manutenção é onerosa.

O preço de referência é definido pelo Governo Federal, com base em diversas variáveis, podendo inclusive se situar no nível do Preço Mínimo. O Governo, por intermédio da CONAB, oferece um bônus ou prêmio, em leilões públicos, aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor pelo preço de referência e vendê-los em regiões previamente definidas pelo edital de leilão. Esse prêmio equivale, em média, à diferença entre o preço de referência e o de mercado, agregando-se os custos de transporte. A escolha do produto e do momento de realização dos leilões depende das condições de comercialização de cada produto e da necessidade de garantir o preço de referência. Todos os produtos abrangidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos podem participar do PEP.

Para receber o bônus, o comprador deve depositar o valor equivalente ao preço de referência no banco, que o repassará ao produtor e comprovará a colocação do produto na região definida no edital.

### **1.1.3.2. Prêmio de Recompra e Repasse dos contratos de Opção de Venda**

Constitui-se em subvenção econômica concedida pelo Governo por meio de leilão público, com o objetivo de suprir a diferença entre os preços de exercícios de opções de venda e os preços praticados no mercado. Esse procedimento tem como intuito evitar que o Governo tenha que adquirir o produto, em decorrência de um eventual exercício da opção. O detentor da opção de venda poderá arrematar o prêmio, configurando a recompra do contrato pelo Governo. Desta forma, o detentor da opção venderá seu produto no mercado e receberá um prêmio equivalente à diferença entre o preço de exercício e o de mercado, quando o primeiro for maior do que o segundo. Qualquer agente de mercado interessado pode, também, assumir o compromisso de receber o produto em substituição à CONAB, resultando, assim, no repasse a terceiros da obrigação constante do contrato, desonerando o Governo da aquisição dos produtos vinculados ao Mercado de Opções. Neste caso, o prêmio recebido pelo agente privado corresponde à diferença entre o que ele pagaria comprando o produto no mercado e o preço de exercício que ele se compromete a pagar em substituição ao Governo para adquirir o produto do detentor da opção, quando o segundo for maior do que o primeiro.

### **1.1.3.3. Programa de Aquisições do Governo Federal**

O Tesouro Nacional repassa recursos financeiros para a CONAB, para que esta, por meio da execução orçamentária da rubrica "Aquisição de bens para revenda" financie a formação de estoques públicos de produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e execute as despesas com a guarda, armazenamento, conservação e alienação desses estoques (despesas gerais da PGPM, inclusive impostos). Dessa forma, o Governo regula, quando

necessário, os preços dos produtos agrícolas no mercado interno, e assegura o abastecimento em épocas de escassez.

A CONAB geralmente não consegue obter o montante necessário à liquidação do financiamento junto ao Tesouro Nacional - correspondente às despesas com a aquisição e o carregamento dos produtos vendidos - quando vende os estoques públicos. Por meio da equalização de preços do programa AGF, a CONAB recebe subvenção econômica com vistas à cobertura deste diferencial.

#### **1.1.4. Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA**

Trata-se de medida que consiste na segunda etapa do processo de renegociação de dívidas rurais autorizados pela Lei nº 9.138, de 29.11.1995, aplicável às dívidas superiores a R\$ 200 mil por mutuário, alongadas para 20 anos, de acordo com as condições previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 26.2.1998 (recolhimento anual de juros e pagamento do principal no vencimento com títulos do Tesouro).

Em razão das dificuldades para honrar os encargos devidos pelos mutuários do PESA (pagamento de parcelas de juros anuais de 8%, 9% e até 10% do saldo de sua dívida renegociada), o Governo decidiu conceder um rebate de até 2% a.a. sobre as referidas taxas, desde de que fossem pagas até o vencimento, a partir de agosto/99 (Lei nº 9.866, de 09.11.99). Posteriormente, foi ampliado esse benefício, mediante a elevação do rebate para até 5%, mantendo-se a exigibilidade de que fossem pagas até o vencimento; e o estabelecimento de teto para atualização dos saldos devedores, limitados a 0,759% a.m ou 9,5% a.a. (Lei nº 10.437, de 25.04.2002).

O subsídio desse programa destina-se a equalizar a taxa de juros praticada pelas instituições financeiras, que concedem esses benefícios aos seus mutuários adimplentes. De modo a quantificar o total de recursos necessários ao atendimento destas despesas, foi formalizada solicitação de informações às instituições financeiras quanto à previsão do valor nominal total, em 31/01/2004, dos rebates a serem concedidos em 2005, nas taxas de juros de operações de crédito rural, alongadas com base na Resolução CMN 2.471/98. Os valores informados pelas Instituições Financeiras foram atualizados, utilizando-se índices do IGP-M e projeção do IGP-DI, fornecida pela SPE/MF. A distribuição dos recursos entre as Regiões foi estimada com base nos percentuais obtidos a partir da despesa realizada pelo Banco do Brasil no exercício de 2001.

#### **1.1.5. Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana -CACAU**

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana foi instituído no segundo semestre de 1995 - pela Resolução CMN nº 2.165, de 19 de junho de 1995 - com o objetivo de controlar a doença denominada "vassoura-de-bruxa" e, desta forma, recuperar a produtividade e a competitividade da lavoura cacaueira baiana. Em 1998, o programa passou por reformulações, autorizadas pelas Resoluções CMN nºs 2.513 e 2.533, de 17.06.98 e 17.08.98, respectivamente. Atualmente, o programa observa as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.02, que estabeleceu novas condições para sua implementação, quais sejam: (i) autorizou a aquisição de títulos do Tesouro Nacional, destinados a garantir o valor do principal da dívida, com prazo de reembolso de até cinco anos; encargos financeiros de 8,75% a.a. para pequenos e médios produtores e 10,75% para grandes produtores e bônus de adimplência de até 15% sobre cada parcela de juros paga até a data do vencimento; (ii) faculta aos agentes financeiros a renegociação de dívidas contraídas ao amparo desde programa, estabelecendo um prazo de reembolso de dez anos; (iii) autoriza a realização de novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.076, de 24.04.03

autorizou as instituições financeiras a considerar em curso normal as operações vencidas até 30.09.03 (tornando-se, desse modo, passíveis de inserção no Programa).

Para quantificar as despesas de equalização do referido programa foram utilizados os saldos devedores, fornecidos pelo Banco do Brasil, especificados de acordo com a divisão estabelecida pela Resolução nº 2.960/02, a saber: dívidas contratadas até 31.12.97, dívidas contratadas a partir de 1.1.98 e novas operações. Esses saldos foram corrigidos pela Taxa Selic anual fornecida pela SPE/MF e as equalizações foram obtidas a partir dos respectivos saldos atualizados.

#### **1.1.6 - Investimentos na Região Centro-Oeste - equalização de taxa de juros**

A Medida provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, autorizou o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO. As aludidas operações de crédito são lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, conforme autorização legal prevista na lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 –, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, esta operação é amparada pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT nº 371, de 26 de novembro de 2003, e nº 372, de 26 de novembro de 2003. Estas Resoluções autorizam, respectivamente, a instituição de linha de crédito especial, denominada FAT-INTEGRAR, cujos recursos serão destinados ao financiamento de projetos de investimento na Região Centro-Oeste do País; e a alocação, em depósito especial remunerado no Banco do Brasil S.A., da importância de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), originários de recursos excedentes à reserva mínima de liquidez do FAT, a serem destinados à linha de crédito especial FAT-INTEGRAR.

O Valor da equalização previsto na MP 200/04 será limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do *del credere* e os encargos cobrados do tomador final do crédito. O valor das operações de crédito que poderão engendrar a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros nesse contexto é de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Essas contratações poderão efetivar-se junto aos setores produtivos da região centro-Oeste, até 30 de junho de 2005.

As operações de crédito contempladas com a subvenção prevista na referida MP terão taxas de juros de acordo com o porte do beneficiário, assim definidas: (i) 8,75% a.a. - médio produtor rural; (ii) 10,75% a.a. - grande produtor rural; (iii) 12% a.a. - média empresa; e (iv) 14% a.a. - grande empresa

#### **1.1.7. Programa de Financiamento à Estocagem de Alcool Etílico Combustível**

O Programa de Estocagem de Alcool Etílico Combustível foi instituído com o objetivo de conceder financiamento aos beneficiários do programa (usinas, destilarias e cooperativas produtoras de álcool) para estocagem do produto, visando garantir a regularidade do abastecimento nacional e a estabilidade de preços para o setor sucroalcooleiro. Atualmente o programa é regido pela Resolução CMN nº 3.202, de 28.5.04.

A equalização desse programa é calculada pela diferença entre o encargo cobrado do mutuário (11,5% a. a.) deduzido da remuneração devida aos agentes financeiros (4% a.a.) e o custo da fonte (Taxa média Selic).

#### **1.1.8. Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social-PIPS**

A Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 autorizou o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, com o objetivo de implementar projetos estruturados na área de desenvolvimento urbano em infra-estrutura, nos segmentos de saneamento básico, energia elétrica, gás, telecomunicações, rodovias, sistemas de irrigação e drenagem, portos e serviços de transporte em geral, habitação, comércio e serviços, por meio de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, lastreados em recebíveis originados de contratos de compromisso de compra, de venda, de aluguéis e de taxas de serviços, provenientes de financiamento de projetos sociais, com participação dos setores público e privado.

Conforme estabelece a Lei 10.735/03, os recursos do PIPS serão destinados:

- (i) ao financiamento, pelo prazo máximo de sessenta meses, de até trinta por cento do valor total de cada projeto às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que utilizarão os recursos para a aquisição de cotas dos FII ou dos FIDC;
- (ii) à subvenção econômica relativa à equalização entre o custo do financiamento e a taxa de retorno dos recebíveis oriundos de cada projeto, até o limite de prazo do financiamento (sessenta meses).

O Decreto nº 5.004, de 4 de março de 2004 apresenta as diretrizes do Programa e as competências dos órgãos responsáveis por sua implementação. No que tange à aplicação dos recursos do PIPS, determina-se que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil participarão de oferta pública (leilões de financiamento e equalização no âmbito do PIPS), conferindo maior eficiência na alocação dos recursos orçamentários.

#### **1.1.9. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH**

O PSH é um programa de subsídio do Governo Federal, instituído pela Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 4.156, de 11 de março de 2002, e Portaria Interministerial nº 186, de 7 de agosto de 2003, do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério das Cidades (MCD). A Medida Provisória nº 2.212/01 foi revogada pela Medida provisória nº 200, de 29 de julho de 2004. Conforme previsto na MP 200/04, os recursos do PSH serão destinados, exclusivamente, ao subsídio de operações de financiamento ou parcelamento habitacional de interesse social, contratadas com pessoa física, de modo a complementar, no ato da contratação:

- I - a capacidade financeira do proponente para pagamento do preço do imóvel residencial;
- II - o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelas instituições financeiras ou agentes financeiros do SFH, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custos de alocação, remuneração e perda de capital; e
- III - o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de parcelamento, realizadas pelas instituições financeiras ou agentes financeiros do SFH, compreendendo as despesas de contratação e administração do crédito e remuneração das instituições ou agentes.

As diretrizes e condições para implementação do Programa serão definidas pelo Poder executivo, especialmente em relação à: faixa de renda de interesse social, procedimentos para o direcionamento dos subsídios, aos programas habitacionais de interesse social a serem alcançados

pelos subsídios e valores máximos de de subsídio para os fins de cumprimentos dos objetivos do programa.

Para atender ao subsídio previsto neste Programa, a União emite títulos, sob a forma de colações direta, em favor das instituições financeiras ou dos agentes financeiros do SFH que estiverem participando do PSH. O subsídio destinado a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da operação é determinado por meio de leilão de subsídio e tem por objetivo pagar, antecipadamente, o valor presente de todo o fluxo futuro de custos do financiamento que seriam imputados aos mutuários pelas instituições financeiras concedentes, permitindo assim que os beneficiários arquem somente com o custo fixado pelo Programa, máximo de Taxa Referencial – TR acrescida de juros de seis por cento ao ano.

A distribuição dos recursos do PSH entre as unidades da Federação é efetuada segundo a respectiva participação no déficit habitacional e no orçamento do PSH (conforme estabelece o anexo III da Portaria Interministerial nº 186/2003).

#### **1.1. 10. Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS**

O Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS é um fundo de natureza contábil criado pela Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional de Habitação - BNH, transferido para a Caixa Econômica Federal pelo Decreto-lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, tendo como finalidade, obedecida a legislação pertinente:

- I. garantir o limite de prazo para a amortização das dívidas contraídas pelos adquirentes de unidades habitacionais, no âmbito do SFH, respondendo pela cobertura dos saldos devedores residuais aos Agentes Financeiros;
- II. responder pelo ressarcimento dos descontos concedidos pelos agentes financeiros do SFH aos mutuários finais, cujos financiamentos tenham sido firmados até 28/2/86, nas proporções fixadas pelas normas específicas;
- III. garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do SFH, permanentemente e a nível nacional.

Em decorrência dos altos índices inflacionários e das elevadas taxas de juros verificados durante a década de 80, o Governo Federal concedeu sucessivos e cumulativos subsídios aos mutuários do SFH, ao permitir que as prestações previstas nos contratos habitacionais não fossem majoradas com base nas condições contratualmente pactuadas.

Assim, o FCVS, que havia sido criado com o propósito de liquidar eventuais saldos devedores residuais, passou a assumir, desde aquela época, responsabilidades crescentes, incompatíveis com o seu patrimônio e seu fluxo de caixa, acarretando, como consequência, o acúmulo da dívida ao longo do tempo.

Em meados da década de 90, o Governo Federal, objetivando equacionar esse passivo contingente, decidiu pela novação das dívidas do FCVS mediante a securitização. Assim, a Medida Provisória nº 1.520/96, convertida na Lei nº 10.150, de 21.12.2000, autorizou a União a novar tais dívidas, após a prévia compensação entre débitos originários de contribuições devidas pelos agentes financeiros ao Fundo e créditos decorrentes dos resíduos apurados dos contratos, condicionado, ainda, ao pagamento das demais dívidas no âmbito do SFH.

Por meio da novação, o pagamento da dívida do FCVS é realizado mediante a emissão de títulos de 30 anos, contados a partir de 1.1.97- sendo oito anos de carência para o pagamento dos juros - calculados a 6,17% a.a. (operações com recursos próprios) ou a 3,12% a.a. (operações

lastreadas com recursos do FGTS) - e 12 anos para o pagamento do principal, por meio da formalização de contratos entre a União e os agentes financeiros.

### 1.2.1 Subsídios Implícitos ou Indiretos

Via de regra, os subsídios implícitos nas operações dos fundos públicos ou custo de oportunidade dos recursos alocados nestes fundos, são calculados pela comparação entre a estimativa do patrimônio líquido do fundo, caso evoluísse mês a mês à taxa SELIC, com a evolução do patrimônio líquido efetivamente verificada e/ou estimada.

$$\text{Subsídio} = \text{PLE}_n - \text{PL}_n, \text{ onde}$$
$$\text{PLE}_n = \text{PL}_{n-1} (1 + \text{SELIC}_n) + T_n,$$
$$\text{PL}_n = \text{PL}_{n-1} + R_n - D_n + T_n, \text{ sendo}$$

$R_n$  = receitas do período  $n$ ,

$D_n$  = despesas do período  $n$ ,

$T_n$  = transferências efetuadas pelo Tesouro no período  $n$ .

$\text{SELIC}_n$  = taxa SELIC do mês  $n$  divulgada pelo Banco Central.

A partir de tal fórmula básica, em cada fundo, de acordo com suas particularidades, são adotadas metodologias distintas que permitem realizar estimativas mais apuradas dos subsídios implícitos com a operação dos recursos.

#### 1.2.1.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento

Criado em 1986 com recursos do empréstimo compulsório dos adquirentes de automóveis e de combustíveis<sup>1</sup> e ações de empresas controladas direta e indiretamente pela União, o FND tem a finalidade de prover recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada.

Além dos recursos do empréstimo compulsório, o FND obtém recursos com a venda das Obrigações do FND (OFND) com prazo de dez anos. As entidades fechadas de previdência privada mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e por fundações instituídas pelo Poder Público devem aplicar 30% de suas reservas técnicas na aquisição destas obrigações.

As principais despesas do FND são decorrentes da concessão de empréstimos, do pagamento dos encargos da dívida interna (OFND) e de despesas correntes. Os empréstimos são fornecidos por intermédio do BNDES, FINEP e Banco do Brasil.

O risco do FND recai integralmente sobre o TN. Nesse sentido, ocorreu em 1998 provisão para contingência para cobertura de 100% do valor da causa originária de ação movida pela Associação

<sup>1</sup> Estes recursos estão depositados no BC, à conta do Tesouro Nacional, devido à existência de ações na Justiça.



Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), relacionada com o questionamento da atualização monetária das OFNDs, cujo montante, atualizado em 31.12.99, é de R\$ 2.633.956 mil.

O cálculo dos subsídios implícitos do FND é realizado em dois momentos. Quando os dados do balanço patrimonial (anual) estão disponíveis, aplica-se a regra usual valorizando-se o PL pela taxa selic acumulada no ano, e comparando este resultado com o PL observado. Destaca-se que nos anos de 1996, 1999, 2001, 2002 e 2003 foram realizados ajustes no PL observado, pois os dados divulgados não haviam ainda considerado o pagamento de dividendos aos quotistas do Fundo, como determinado pelo Decreto Lei nº 2383/87.

Quando o PL não está disponível, como as estimativas para os anos de 2004, ou 2005, projeta-se primeiramente o PL, evoluído com base na TJLP acumulada nos últimos doze meses; então, aplicando-se a selic sobre esta estimativa calculam-se, por diferença, os subsídios implícitos.

#### **1.2.1.2 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIEES)**

Fundo de natureza contábil destinado à concessão de financiamento a estudantes do Ensino Superior. Seus recursos advêm (i) de 30% da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela CEF e da totalidade dos recursos de premiação não reclamados; (ii) dotações orçamentárias consignadas ao MEC; (iii) rendimento de aplicações financeiras e (iv) encargos e sanções estipuladas nos contratos de financiamento.

Na estimativa do patrimônio líquido do fundo, é considerada uma taxa de despesa de 8% do PL, ao ano, mais uma taxa de risco de 4% a.a.. Excluídos estes valores o patrimônio é evoluído a uma taxa de juros de 9% a.a., efetiva, capitalizada mensalmente.

Risco de inadimplência estimado em 4% a.a sobre o saldo devedor, a partir da definição da seguinte distribuição de risco constante da Lei nº 10.260/01: agentes financeiros, 20%; instituições de ensino superior, 5%; e Tesouro, 75%; e

#### **1.2.1.3 Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)**

O FRD destina-se a prestar colaboração financeira a projetos de desenvolvimento regional e social em 260 municípios situados na área geográfica de influência da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD<sup>2</sup>. O aporte de recursos ao Fundo foi feito de uma só vez, através de parte dos recursos da privatização desta companhia, no montante de R\$ 85,9 milhões.

O FRD contempla aplicações não-reembolsáveis, destinadas ao atendimento de populações carentes, através de apoio a projetos de saúde, educação, saneamento e ao atendimento de menores de idade e idosos. As ações amparadas pelo fundo contam ainda com recursos repassados pelo BNDES ao custo da TJLP mais 1% a.a., que entretanto não integram o patrimônio do FRD, sendo o subsídio resultante contabilizado nos fundos vinculados às aplicações do BNDES, em especial no FAT.

<sup>2</sup> Nos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Sergipe e Tocantins.

#### 1.2.1.4 Fundos Constitucionais

De acordo com o art. 159 da Constituição (alínea c do inciso I), três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados destinam-se aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), na proporção de 20%, 60% e 20%, respectivamente.

O objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social daquelas regiões, através do Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB), mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. No caso da região nordeste, o BNB deve financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais são destinados metade dos recursos ingressados.

Na concessão dos financiamentos, são observadas as seguintes diretrizes básicas:

- ✓✓ concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões;
- ✓✓ tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como a projetos de irrigação pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- ✓✓ preservação do meio ambiente;
- ✓✓ apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- ✓✓ até 20% dos recursos dos Fundos podem ser aplicados no financiamento de empresas do setor produtivo, para a produção e comercialização de bens destinados à exportação.
- ✓✓ Os encargos financeiros são, atualmente, são definidos por meio das leis n°s 10777/01 com modificações dadas pela lei n° 10696/03.

#### 1.2.1.5 Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra

Fundo especial de natureza contábil, tem como finalidade financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, tais como a compra de imóveis rurais e da implantação da infraestrutura básica.

São os seguintes os recursos que constituem o Fundo:

- ✓✓ Sessenta por cento dos valores originários de contas de depósito, sob qualquer título, repassados ao Tesouro Nacional na forma do art. 2º, da Lei n.º 9.526, de 8.12.97<sup>3</sup>;

<sup>3</sup> Dispõe sobre recursos não reclamados correspondentes às contas de depósitos não recadastradas.

Parcela de arrecadação do PIS/PASEP em montantes e condições a serem fixadas pelo Poder Executivo;

Títulos da dívida agrária;

Dotações orçamentárias;

Retorno de financiamentos concedidos com recursos do Banco da Terra e do INCRA;

Doações;

Recursos de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal;

Empréstimos e financiamentos de instituições financeiras nacionais e internacionais; e

Diversos, inclusive os resultantes de aplicações financeiras do Banco da Terra.

Condições dos financiamentos:

Prazo de até 20 anos;

Encargos financeiros limitados a 12% a.a., podendo as amortizações de capital e de encargos ter redutores de até 50% durante o prazo de vigência da operação, observado o teto anual de rebate por beneficiário (R\$ 500,00).

Limite dos financiamentos a ser fixado pelo CMN; e

Risco do próprio Banco da Terra.

Para o cálculo do subsídio considerou-se:

R\$ 182 milhões já repassados ao Banco da Terra, até jan/00;

Até set/00, o PL estará sendo remunerado pelo BNDES à taxa extra mercado, estimando-se um disponível para financiamentos de aproximadamente R\$ 223 milhões naquela oportunidade;

A partir de out/00, considera-se o repasse da totalidade dos recursos para financiamentos que passam a ser remunerados pela taxa média de 8% a.a.

A partir de janeiro de 2004 o PL passa a ser estimado com base na somatória do PL do mês anterior às receitas e transferências do tesouro. Destaca-se que as receitas são estimadas com base no PL n-1 multiplicado pela taxa extra mercado de n+1

#### 1.2.1.6 Cálculo pelo Patrimônio Total – FAT

No caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT o subsídio implícito representa a diferença entre o Patrimônio Total Estimado (PTE), ou seja, atualizado pela taxa SELIC, e o Patrimônio Total do FAT observado em um determinado período (PTFn), ambos líquidos das despesas do FAT (DFAT), tais como abono e seguro desemprego, qualificação profissional, operacionais.

Subsídio = PTE – PTF – DFAT, onde

PTF = aplicações financeiras + depósitos especiais (no BB, BNB, BNDES, CEF e FINEP)  
+ empréstimos do BNDES com recursos do FAT

PTE = PTF n-1 \* (1 + SELICn) + APPn, sendo

APP = arrecadação do PIS/PASEP

Para o período compreendido entre jan/04 e dez/05 a estimativa das variáveis abaixo teve como base o cenário macroeconômico da SPE para projeção das contas públicas. O patrimônio estimado é:

$PTF_E = PTF_{n-1} * (1 + T) + APP_n - DFAT$ , sendo que estima-se:

arrecadação do PIS/PASEP: nível de atividade (IGP + PIB);

despesas do FAT: nível de emprego, salário-mínimo e IGP;

Taxa de evolução do Patrimônio Total (T) : é auferida através da proporção de recursos do FAT alocados para empréstimos multiplicada pela taxa média de retorno destes empréstimos, e da proporção de recursos alocados em aplicações financeiras multiplicada pela taxa extramercado. A taxa de retorno média dos empréstimos do FAT é obtida pela soma da TJLP mensal, ponderada pela proporção de empréstimos do FAT remunerados pela TJLP, com a variação da taxa de câmbio média mensal, ponderada pela proporção de empréstimos do FAT remunerados pela taxa de câmbio. A esta taxa ainda é adicionada uma taxa fixa anual de crescimento de 8% que é observada estatisticamente.

taxas de juros: SELIC e TJLP.

### 1.2.2 Cálculo pelo Desembolso

Para cálculo do subsídio implícito nas operações dos Programas abaixo mencionados, utilizou-se, em cada período considerado, a diferença entre o valor capitalizado para final de período dos desembolsos efetivados e/ou programados pela taxa SELIC e o valor capitalizado pelas taxas de cada programa, descontado das despesas de remuneração dos agentes e da estimativa de risco do Tesouro.

#### 1.2.2.1 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Este Fundo tem como objetivo prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante Brasileira. Seus recursos advêm de parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, incidente sobre o valor do frete de qualquer carga efetuado via marítima, fluvial ou lacustre.

Para a estimativa do patrimônio do FMM cálculo foram utilizadas as seguintes variáveis:

encargos financeiros para o mutuário, que são representados pela variação cambial mais as seguintes taxas de juros de acordo com a destinação<sup>4</sup>:

- a) 4% para navegação interior;
- b) 6% para cabotagem, longo curso, produção p/exportação e construção;
- c) 7% para reaparelhamento, modernização, conversão, reparos em estaleiros nacionais diques, dragas

remuneração do BNDES igual a 8% a.a. sobre o saldo devedor, incluindo a parcela de risco da operação que é assumido integralmente pelo Banco;

#### **1.2.2.2 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ)**

O FUNCAFÉ tem as seguintes finalidades: (i) a concessão de empréstimos para custeio aos pequenos e médios produtores; (ii) o financiamento de projetos para melhoria da competitividade do café brasileiro; (iii) a manutenção dos estoques reguladores; e (iv) o apoio à modernização da indústria do café.

Os recursos do FUNCAFÉ têm origem principalmente na venda dos estoques reguladores, na cobrança de tarifas de armazenagem e aluguéis de armazéns, nos juros e amortizações de empréstimos concedidos e nos rendimentos da aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo no extramercado do Banco do Brasil, em títulos públicos e na Conta Única do TN.

#### **1.2.2.3 Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – CACAU**

Este Programa tem como objetivo o financiamento de produtores de cacau das regiões baianas atingidas pela doença denominada “vassoura-de-bruxa” de acordo com o disposto na resolução do CMN nº 2960 de 25/04/2002

#### **1.2.2.4 Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP**

O Governo Central, através do RECOOP refinanciou o saldo devedor de obrigações bancárias das cooperativas rurais existentes em 30.06.97, bem como as dívidas, existentes em 30.06.97 e ainda não pagas com cooperados, provenientes de aquisição de insumos agropecuários, trabalhistas e as obrigações fiscais e sociais. Adicionalmente, o RECOOP contempla linhas de crédito novas para capital de giro e investimentos e os recebíveis de cooperados (créditos constituídos até 30.06.97).

#### **1.2.2.5 Programa de Financiamento às Exportações – PROEX**

<sup>4</sup> Segundo o BNDES a taxa média ponderada acima da variação cambial é igual a 5,546% a.a., calculada para o período entre janeiro/98 a abril/00:.

O PROEX é um programa instituído pelo Governo Federal que objetiva proporcionar às exportações brasileiras condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional, nas modalidades Financiamento e Equalização, sendo o Banco do Brasil seu agente financeiro.

Legislação pertinente:

Financiamento à exportação:

~~/~~~~/~~ Portaria MDIC nº 375, de 21.12.99;  
~~/~~~~/~~ Portaria MIDIC nº 58 de 10.04.03;  
~~/~~~~/~~ Resolução CMN nº 2575, de 17.12.98; e  
~~/~~~~/~~ Carta-Circular Bacen nº 2825, de 24.06.98

Equalização de Taxas de Juros:

~~/~~~~/~~ Portaria MDIC nº 374, de 21.12.99; e  
~~/~~~~/~~ Resolução CMN nº 2799, de 06.12.00

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

## **DEMONSTRATIVO DAS RENÚNCIAS<sup>1</sup> PREVIDENCIÁRIAS – 2005 - (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005) -**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

### **I. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O art. 165, § 6º, da Constituição Federal estabelece a obrigação de o Poder Executivo apresentar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, a integrar o projeto de lei orçamentária anual. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, em seu art. 5º, II, estabelece, igualmente, a mesma obrigação. A Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2001, determinou, pela primeira vez, a inclusão do demonstrativo de renúncias previdenciárias no projeto de lei orçamentária anual. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2005 mantém esta determinação.

O presente demonstrativo visa atender às referidas disposições legais, apresentando a estimativa de renúncia das receitas previdenciárias relativamente ao tratamento diferenciado dado a segmentos econômicos específicos, para o exercício financeiro de 2005.

Este demonstrativo discrimina os valores referentes à estimativa de renúncia fiscal para 2005 do Regime Geral de Previdência Social<sup>2</sup> relativamente à contribuição (i) das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES; (ii) das entidades beneficentes de assistência social (filantrópicas); (iii) do empregador rural cuja produção seja exportada e (iv) os impactos da dedução do percentual da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF sobre alíquotas de contribuição de empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos com remuneração até 3 salários mínimos, conforme determinada pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996. Em linhas gerais, o valor das renúncias corresponde à diferença entre o valor que seria devido segundo as normas aplicáveis aos segurados e empresas em geral (Arts. 21 e 22, incisos I a IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), e o efetivamente recolhido segundo as normas específicas para cada um dos segmentos referidos.

<sup>1</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social

<sup>2</sup> O Tribunal de Contas da União – TCU determinou (ofício nº 31-SGS-TCU, de 28/01/04) à Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, através do Acórdão nº 38/2004, item 9.2.3, que “*exclua do demonstrativo de benefícios previdenciários os itens referentes ao segurado especial, empregadores rurais (pessoas física e jurídica), empregador doméstico e clube de futebol profissional, uma vez que se tratam de regimes tributários próprios de seguridade social, conforme estabelece o § 9º do art. 195 da Constituição Federal*”.

A estimativa foi calculada com base nos resultados realizados em 2003 e projetada para 2005, utilizando-se a taxa de crescimento prevista da arrecadação previdenciária. Os resultados foram apurados por estado e agrupados por região.

Para 2005, a estimativa de renúncia fiscal dos segmentos citados totalizou R\$ 12,28 bilhões, o que representa 11,41% da arrecadação líquida previdenciária e 0,66% do PIB previstos para 2005.

O anexo apresenta a distribuição das renúncias previdenciárias para cada segmento, a participação na arrecadação previdenciária e no PIB projetados para 2005, além da distribuição regionalizada.



## **II. METODOLOGIA E FONTE DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS NO CÁLCULO DAS RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS**

### **1. EMPRESAS OPTANTES DO SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – SIMPLES**

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES, na forma da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, têm a contribuição previdenciária substituída por uma contribuição incidente sobre a receita bruta mensal, variável segundo a receita bruta acumulada dentro do ano-calendário, conforme tabela abaixo:

<b>ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DO SIMPLES</b>		
<b>MICROEMPRESA</b>		
Receita Bruta	% total	% correspondente à previdência
até R\$ 60 mil	3%	1,20%
de R\$ 60 mil até R\$ 90 mil	4%	1,60%
de R\$ 90 mil até R\$ 120 mil	5%	2,00%
<b>EMPRESA DE PEQUENO PORTE</b>		
Receita Bruta	% total	% correspondente à previdência
de R\$ 120 mil até R\$ 240 mil	5,4%	2,14%
de R\$ 240 mil até 360 mil	5,8%	2,28%
de R\$ 360 mil até R\$ 480 mil	6,2%	2,42%
de R\$ 480 mil até R\$ 600 mil	6,6%	2,56%
de R\$ 600 mil até R\$ 720 mil	7,0%	2,70%
de R\$ 720 mil até R\$ 840 mil	7,4%	3,10%
de R\$ 840 mil até R\$ 960 mil	7,8%	3,50%
de R\$ 960 mil até R\$ 1.080 mil	8,2%	3,90%
de R\$ 1.080 mil até R\$ 1.200 mil	8,6%	4,30%

A renúncia previdenciária destas empresas foi calculada com base na diferença entre a contribuição patronal conforme a regra aplicada às empresas em geral – art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991 (22% sobre a folha de pagamento, sendo que 20% corresponde à alíquota básica e 2%, em média, referente ao adicional para o financiamento dos benefícios concedidos em face do grau de incidência da incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais de trabalho; 20% sobre os pagamentos feitos a contribuintes individuais que lhes prestem serviços; 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço, relativamente a serviços que lhes são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho; 6% sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria aos 25 anos de contribuição; 9% sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria aos 20 anos de contribuição e 12% sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria aos 15 anos de contribuição) – e o valor destinado à Previdência Social, repassado pela Secretaria da Receita Federal, conforme critérios de rateio definidos na Lei nº 9.317, de 1996.

Para apuração do valor da folha de pagamento e dos valores pagos aos contribuintes individuais e aos cooperados por intermédio das cooperativas de trabalho foram utilizadas as informações declaradas na Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência – GFIP.

O método de cálculo é o seguinte:

$CPS_t$ ,  $FPS_t$ ,  $\tau_e$ ,  $VAS_t$ ,  $\tau_a$ ,  $VCS_t$ ,  $\tau_c$ ,  $R15S_t$ ,  $\tau_{15}$ ,  $R20S_t$ ,  $\tau_{20}$ ,  $R25S_t$ ,  $\tau_{25}$ , onde:

$CPS_t$  ? Contribuição Potencial das empresas optantes pelo SIMPLES, no ano t;

$FPS_t$  ? Folha de Pagamento total dos empregados das empresas optantes pelo SIMPLES, no ano t;

$\tau_e$  ? Alíquota de contribuição do empregador sobre a folha de pagamento conforme regra geral, no ano t (22%);

$VAS_t$  ? Valor total pago aos contribuintes individuais pelas empresas optantes pelo SIMPLES, no ano t;

$\tau_a$  ? Alíquota de contribuição sobre valor pago aos contribuintes individuais conforme regra geral, no ano t (20%);

$VCS_t$  ? Valor total pago aos cooperados por intermédio das cooperativas de trabalho pelas empresas optantes pelo SIMPLES, no ano t;

$\tau_c$  ? Alíquota de contribuição sobre valor pago aos cooperados por intermédio das cooperativas de trabalho conforme regra geral, no ano t (15%);

$R15S_t$  ? Remuneração total dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 15 anos de contribuição das empresas optantes pelo SIMPLES, no ano t;

$\tau_{15}$  ? Alíquota adicional de contribuição do empregador sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 15 anos de contribuição, no ano t (12%);

$R20S_t$  ? Remuneração total dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 20 anos de contribuição das empresas optantes pelo SIMPLES, no ano t;

$\tau_{20}$  ? Alíquota adicional de contribuição do empregador sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 20 anos de contribuição, no ano t (9%);

$R25S_t$  ? Remuneração total dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 25 anos de contribuição das empresas optantes pelo SIMPLES, no ano t;

$\tau_{25}$  ? Alíquota adicional de contribuição do empregador sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 25 anos de contribuição, no ano t (6%);

$RS_t$ ,  $CPS_t$ ,  $AES_t$ , onde:

$RS_t$  = Renúncia previdenciária no ano t das empresas optantes pelo SIMPLES,

$AES_t$  = Arrecadação Efetiva no ano t das empresas optantes pelo SIMPLES.

As fontes utilizadas para o cálculo da renúncia das empresas optantes pelo SIMPLES foram a Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência - GFIP (2003) e o fluxo de caixa do INSS (2003).

## 2. ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FILANTRÓPICAS)

As entidades beneficentes de assistência social, comumente designadas de filantrópicas, quando atendem ao disposto no art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991, são isentas do recolhimento da contribuição patronal destinada à Seguridade Social.

Para o cálculo da renúncia destas entidades, trabalhou-se com o universo de empresas identificadas como filantrópicas na GFIP, que representa um total de 171.238 estabelecimentos.

A renúncia previdenciária destas empresas foi calculada com base na contribuição patronal conforme a regra aplicada às empresas em geral – art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991 (22% sobre a folha de pagamento, sendo que 20% corresponde à alíquota básica e 2%, em média, referente ao adicional para o financiamento dos benefícios concedidos em face do grau de incidência da incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais de trabalho; 20% sobre os pagamentos feitos a contribuintes individuais que lhes prestem serviços; 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço, relativamente a serviços que lhes são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho; 6% sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria aos 25 anos de contribuição; 9% sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria aos 20 anos de contribuição e 12% sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria aos 15 anos de contribuição).

A metodologia utilizada é a seguinte:

$CPF_t$  ?  $FPP_t$  ?  $\%_e$  ?  $VAF_t$  ?  $\%_a$  ?  $VCF_t$  ?  $\%_c$  ?  $R15F_t$  ?  $\%_{15}$  ?  $R20F_t$  ?  $\%_{20}$  ?  $R25F_t$  ?  $\%_{25}$ , onde:

$CPF_t$  ? Contribuição Potencial das entidades filantrópicas, no ano t;

$FPP_t$  ? Folha de Pagamento total dos empregados das entidades filantrópicas, no ano t;

$\%_e$  ? Alíquota de contribuição do empregador sobre a folha de pagamento conforme regra geral, no ano t (22%);

$VAF_t$  ? Valor total pago aos contribuintes individuais pelas entidades filantrópicas, no ano t;

$\%_a$  ? Alíquota de contribuição sobre valor pago aos contribuintes individuais conforme regra geral, no ano t (20%);

$VCF_t$  ? Valor total pago aos cooperados por intermédio das cooperativas de trabalho pelas entidades filantrópicas, no ano t;

$\%_c$  ? Alíquota de contribuição sobre valor pago aos cooperados por intermédio das cooperativas de trabalho conforme regra geral, no ano t (15%);

$R15F_t$  ? Remuneração total dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 15 anos de contribuição das entidades filantrópicas, no ano t;

$\%_{15}$  ? Alíquota adicional de contribuição do empregador sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 15 anos de contribuição, no ano t (12%);

$R20F_t$  ? Remuneração total dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 20 anos de contribuição das entidades filantrópicas, no ano t;

$\%_{20}$  ? Alíquota adicional de contribuição do empregador sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 20 anos de contribuição, no ano t (9%);

$R25F_t$  ? Remuneração total dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 25 anos de contribuição das entidades filantrópicas, no ano t;

$\%_{25}$  ? Alíquota adicional de contribuição do empregador sobre a remuneração dos empregados cuja atividade exercida ensejar concessão de aposentadoria com 25 anos de contribuição, no ano t (6%);

$REF_t$  ?  $CPF_t$  , onde:

$REF_t$  = Renúncia previdenciária no ano t das Entidades Filantrópicas;

Para apuração do valor da folha de pagamento e dos valores pagos aos contribuintes individuais e aos cooperados por intermédio das cooperativas de trabalho foram utilizadas as informações declaradas na Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência – GFIP (2003).

### **3. EXPORTAÇÕES DE PRODUÇÃO RURAL – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33/01**

As receitas de exportações estão isentas da contribuição social, em conformidade com o § 2º do art. 149 da Emenda Constitucional nº 33 de 2001. Em relação à arrecadação previdenciária, como a contribuição do setor rural está baseada na comercialização, o efeito da EC nº 33/01 sobre as contas da Previdência refere-se à exportação do setor rural (agroindústria e produtor rural pessoa jurídica).

A renúncia deste setor foi calculada com base na contribuição do empregador rural pessoa jurídica que, segundo o art. 25 da Lei nº 8.870 de 15 de abril de 1994, é de 2,6% da receita bruta decorrente da comercialização da produção rural.

Para o cálculo desta renúncia, utilizou-se a pauta de exportações da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio – de 2003, cujo valor da receita bruta está apresentado em dólar, e adotou-se como parâmetro o valor médio assumido pelo dólar em 2003 (R\$3,07)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Valor calculado a partir das cotações de fechamento do dólar durante todo o ano de 2003, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

#### **4. CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – CPMF**

A instituição da CPMF com a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, provocou redução nas alíquotas de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso com remuneração de até 3 salários mínimos. Com efeito, as alíquotas de contribuição para esta faixa de remuneração passaram de 8% e 9% para, respectivamente, 7,65% e 8,65%, de modo a minimizar o impacto da CPMF sobre a carga de contribuição previdenciária incidente sobre os menores salários.

O cálculo da renúncia da receita proveniente das contribuições dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso foi realizado a partir de dados da GFIP do total da massa salarial dessas categorias, desagregados em termos da alíquota de recolhimento ao INSS incidente sobre o salário do trabalhador. Dessa forma, aplicou-se o percentual de 0,35% sobre o total da massa salarial dos empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos enquadrada nos limites de contribuição ao INSS de 7,65% e 8,65%, de modo a estimar qual seria a receita adicional da previdência em relação à situação atual caso as alíquotas fossem, respectivamente, 8% e 9%.

### PROJEÇÕES

O valor estimado das renúncias previdenciárias para o exercício financeiro de 2005 foi calculado com base nas projeções fornecidas pela Secretaria de Orçamento Federal/MPOG. As taxas de crescimento anual<sup>4</sup> utilizadas foram: 15,40% em 2003/2004 e 15,58% em 2004/2005.

O valor do PIB de 2005, projetado para R\$ 1,849 trilhão, utilizado para estabelecer percentuais, foi fornecido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

---

<sup>4</sup> Para os períodos 2003/2004 e 2004/2005, como mencionado anteriormente, utilizou-se para o cálculo das taxas a projeção de crescimento da arrecadação líquida previdenciária.

**Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios**  
**2005**

	R\$ mil					
DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
<b>Subsídios Explícitos ou Diretos</b>	<b>128.266,5</b>	<b>422.232,8</b>	<b>8.539.005,3</b>	<b>937.048,0</b>	<b>3.564.855,3</b>	<b>14.268.208,0</b>
AGF e estoques Estratégicos	1.347,5	5.915,9	6.646,3	110.391,7	175.698,7	300.000,0
Custeio Agropecuário	1.559,3	8.750,8	23.738,5	66.742,5	39.358,1	140.149,3
Empréstimos do Governo Federal (EGF)	0,0	125,4	2.507,3	3.900,7	1.568,1	8.101,5
PRONAF	22.961,8	203.969,3	317.281,3	356.821,9	119.117,0	1.020.151,3
Garantia e Sustentação de Preços	nd	nd	nd	nd	nd	226.800,0
Investimento	4.868,3	20.441,1	110.841,7	79.773,7	77.935,6	293.860,4
PROEX (equalização)	0,0	25.000,0	1.062.500,0	125.000,0	37.500,0	1.250.000,0
PESA	15.189,0	41.824,8	145.257,0	90.948,8	49.896,5	343.116,0
Subsídio Habitacional -PSH	9.114,0	55.342,0	50.750,0	14.532,0	10.262,0	140.000,0
Programa de incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS	nd	nd	nd	nd	nd	450.000,0
Cacau (equalização)	-	11.960,0	-	-	-	11.960,0
Securitização Agrícola (equalização)	2.226,7	3.369,6	28.723,9	6.376,9	1.787,8	42.484,9
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização)	-	-	-	-	17.551,6	17.551,6
Estocagem de Alcool	-	2.534,0	19.759,4	559,8	1.179,9	24.033,0
FCVS <sup>1</sup>	71.000,0	43.000,0	6.771.000,0	82.000,0	3.033.000,0	10.000.000,0
<b>Subsídios Implícitos ou Indiretos</b>	<b>772.839,0</b>	<b>1.646.719,9</b>	<b>1.863.538,1</b>	<b>678.123,4</b>	<b>703.304,2</b>	<b>5.845.036,8</b>
FRD	55,4	15.338,0	8.984,0	0,0	300,8	24.678,2
FMM	26.323,3	0,0	252.436,7	85.354,9	1.096,2	365.211,2
FND	0,0	0,0	0,0	78.095,3	0,0	78.095,3
Banco da Terra	159,4	1.290,3	1.801,2	4.182,8	1.062,3	8.496,1
FAT	81.646,2	191.237,0	1.349.368,3	403.465,9	137.377,5	2.163.094,9
Fundos Regionais	652.757,8	1.386.492,7	0,0	0,0	529.007,4	2.568.257,9
PROER	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FIES	11.864,8	45.660,9	173.670,1	79.892,5	33.492,0	344.580,2
PROER	nd	nd	nd	nd	nd	180.512,3
PROEX (financiamento)	29,6	1.604,4	1.098,0	1.496,5	49,8	4.278,3
PRODECER (9)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CACAU	0,0	2.385,7	0,0	0,0	0,0	2.385,7
RECOOP	2,5	54,9	4.273,2	19.920,9	708,9	24.960,5
FUNCAFÉ	0,0	2.656,0	71.906,5	5.714,5	209,3	80.486,3

<sup>1</sup> Os valores do FCVS, por região geográfica, são registrados segundo a localização da sede do Agente financeiro.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

### ESTIMATIVA DAS RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e créditos concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

a) os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social, indicando aqueles relativos à contribuição:

1. dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

.....

6. das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma Lei, e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido;

7. das receitas de Exportação de Produtos Rurais;

8. dos segurados em razão da instituição da CPMF;

Segmento	Valor Estimado (R\$ 1,00)	Participação (%) no total das Renúncias 2005	Participação (%) na Arrecadação Previdenciária 2005	Participação (%) no PIB 2005
SIMPLES*	6.022.224.296	49,01%	5,84%	0,33%
Entidades Filantrópicas*	3.906.899.540	31,80%	3,79%	0,21%
Exportação da Produção Rural - Emenda Constitucional nº 33*	2.063.496.238	16,79%	2,00%	0,11%
CPMF*	294.807.061	2,40%	0,29%	0,02%
<b>Total das Renúncias</b>	<b>12.287.427.136</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,91%</b>	<b>0,66%</b>

Fontes: SPS/MPs; SPOA/MPs; INSS; DATAPREV; MDIC; MF

Elaboração: SPS/MPs

\* Valores realizados até 2003, projetados para 2005 de acordo com o crescimento da Arrecadação Líquida.

Obs. PIB estimado para 2005 = R\$ 1.849.755.269.064,32; Arrecadação Previdenciária estimada para 2005 = R\$ 107.687.519.407.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ESTIMATIVA DAS RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS, POR REGIÃO**

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e créditos concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

a) os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social, indicando aqueles relativos à contribuição:

1. dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficiárias de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

.....

6. das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma Lei, e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido;

7. das receitas de Exportação de Produtos Rurais;

8. dos segurados em razão da instituição da CPMF;

Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	R\$ 1,00	
						Total	Total
SIMPLES*	155.303.460	574.383.327	3.527.515.345	1.367.983.589	397.038.574	6.022.224.296	6.022.224.296
Entidade Filantrópica*	62.555.752	311.285.862	2.463.286.953	847.628.467	222.142.506	3.906.899.540	3.906.899.540
Exportação da Produção Rural - Emenda Constitucional nº 33*	54.032.926	149.298.418	689.249.020	874.310.020	296.605.855	2.063.496.238	2.063.496.238
CPMF (Renúncia de Receita)*	11.323.866	45.029.831	155.364.938	60.549.553	22.538.874	294.807.061	294.807.061
<b>TOTAL *</b>	<b>283.216.005</b>	<b>1.079.997.438</b>	<b>6.835.416.256</b>	<b>3.150.471.628</b>	<b>938.325.809</b>	<b>12.287.427.136</b>	<b>12.287.427.136</b>

Fontes: SPS/MPS; SPOA/MPS; INSS; DATAPREV; MDIC; MF

Elaboração: SPS/MPS

\* Valores realizados até 2003, projetados para 2005 de acordo com o crescimento da Arrecadação Líquida.

Obs. Arrecadação Previdenciária estimada para 2005 = R\$ 107.687.519.407.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ISENÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS  
Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e créditos concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

- a) os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social, indicando aqueles relativos à contribuição:
- 1. dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- .....
- 6. das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma Lei, e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido;
- 7. das receitas de Exportação de Produtos Rurais;
- 8. dos segurados em razão da instituição da CPMF;

Segmento	Valor Estimado (R\$)	Participação Percentual por Região				Total
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
SIMPLES*	6.022.224.296	2,58%	9,54%	58,57%	22,72%	6,59%
Entidades Filantrópicas*	3.906.899.540	1,60%	7,97%	63,05%	21,70%	5,69%
Exportação da Produção Rural - Emenda Constitucional nº 33*	2.063.496.238	2,62%	7,24%	33,40%	42,37%	14,37%
CPMF*	294.807.061	3,84%	15,27%	52,70%	20,54%	7,65%
<b>Total das Renúncias</b>	<b>12.287.427.136</b>	<b>2,30%</b>	<b>8,79%</b>	<b>55,63%</b>	<b>25,64%</b>	<b>7,64%</b>

Fontes: SPS/MPS; SPOA/MPS; INSS; DATAPREV; MDIC; MF

Elaboração: SPS/MPS

\* Valores realizados até 2003, projetados para 2005 de acordo com o crescimento da Arrecadação Líquida.

Obs. Arrecadação Previdenciária estimada para 2005 = R\$ 107.687.519.407.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

a) os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social, indicando aqueles relativos à contribuição:

1. dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social das entidades beneficiárias de assistência social que atendam aos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

.....

6. das empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, correspondentes à diferença entre o valor que seria devido segundo o disposto nos arts. 21 e 22, incisos I a IV, da mesma Lei, e no art. 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme o caso, e o efetivamente devido;

7. das receitas de Exportação de Produtos Rurais;

8. dos segurados em razão da instituição da CPMF;

Segmento	Prazo da Renúncia	Valor Estimado (R\$)	Participação (%)	
			PIB	Arrecadação Previdenciária
<b>SIMPLES*</b> Contribuição previdenciária patronal diferenciada prevista no Art. 23 da Lei 9.317/96, com alterações da Lei 9.732/98.	Indeterminado	6.022.224.296	0,33%	5,59%
<b>Entidades Filantrópicas*</b> Isenção de Contribuição previdenciária patronal prevista no Art.55 da Lei 8.212/91, com alterações da Lei 9.429/96, da Lei 9.528/97 e da Lei 9.732/98.	Indeterminado	3.906.899.540	0,21%	3,63%
<b>Exportação da Produção Rural*</b> Isenção da contribuição social sobre receitas de exportações do setor rural (agroindústria e produtor rural pessoa jurídica), em conformidade com o § 2º do Art. 149 da Emenda Constitucional Nº 33 de 2001 e de acordo com o Art. 25 da Lei Nº 8.870 de 15 de abril de 1994.	Indeterminado	2.063.496.238	0,11%	1,92%
<b>CPMF*</b> Redução nas alíquotas de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso em virtude da instituição da CPMF, por meio da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996.	Determinado Vigência até 31/12/2007 - EC Nº 42/2003	294.807.061	0,02%	0,27%
<b>Total das Renúncias</b>	-	<b>12.287.427.136</b>	<b>0,66%</b>	<b>11,41%</b>

Fontes: SPS/MPS; SPOA/MPS; INSS; DATAPREV; MDIC; MF

Elaboração: SPS/MPS

\* Valores realizados até 2003, projetados para 2005 de acordo com o crescimento da Arrecadação Líquida.

Obs. PIB estimado para 2005 = R\$ 1.849.755.269.064,32; Arrecadação Previdenciária estimada para 2005 = R\$ 107.687.519.407.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ISENÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS  
Lei nº 10.394, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "g" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - sobre, por meio, ocorrência de isenção e de qualquer outro benefício tributário, incluindo, por efeito e por consequência de benefício conferido na legislação do tributo, a parte da receita que não possa ser utilizada, bem como os subsídios financeiros e créditos concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por aplicação de benefício, identificando expressamente a legislação tributária, seu cumprimento ao disposto no art. 168, § 3º da Constituição, e considerando-se as seguintes situações:

Função Organizadora	Benefício Tributário	Valor Estimado (R\$)	Total (R\$)	%
Legislação				
Judiciária				0,00
Execução e Justiça				0,00
Administração				0,00
Defesa Nacional				0,00
Segurança Pública				0,00
Relações Exteriores				0,00
Assistência Social	Doações a Entidades Civis Sem Fins Lucrativos Entidades Sem Fins Lucrativos - Associação CM Entidades Sem Fins Lucrativos - Planetário Deficiente Físico Declaração com 85 anos ou mais - RPP Despesas Médicas do RPP Assist. Médica, Odont. e Farm. a Empregados - RPP Entidades Sem Fins Lucrativos - Assistência Social Medicamentos Programa de Alimentação do Trabalhador Benefícios Previdenciários FAPI - RPP Plano de Previdência e Investimento PAT - RPP Previdência Privada Fechada - RPP Aposentadoria p/ morte ou invalidez - RPP Pecúlio por morte ou invalidez - RPP Identificação por meio de controle de trabalho - RPP Despesas com Educação - RPP Entidades Sem Fins Lucrativos - Educação Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa Programa Nacional de Apoio à Cultura Africana Audiovisual Entidades Sem Fins Lucrativos - Cultura Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente Herdido Eleitoral Gratuito	69.873,148 740.577,972 512.169,732 7.831,658 625.509,132 1.943.016,782 728.171,979 944.574,124 1.398.145,581 153.579,792 47.185,255 n.j. 1.162.358,804 818.145,034 59.888,645 1.145.862,825 1.029.871,397 721.577,275 17.751,852 289.972,105 133.294,122 68.423,864 51.824,151 283.548,842	1.975.861.642 5.011.907.584	8,32 18,02
Trabalho				
Educação				
Cultura				
Divisão de Cidadania				
Urbanismo				
Habituação				
Saneamento				
Gestão Ambiental				
Ciência e Tecnologia	Atividades e Equipamentos - CNPq PDTP/DTA Entidades Sem Fins Lucrativos - Científicas Pesquisas Tecnológicas e Desenvolvimento de Inovação - RPP Diagn. com Pesquisas Científicas e Tecnológicas - RPP	126.091,882 62.989,802 71.702,122 141.088,802 227.882,145	628.487.248	2,01

Função Orçamentária	Benefício Tributado	Valor Estimado (R\$)	Total (R\$)	%
Agricultura	Zona Franca do Manaus e Amazônia Ocidental	340.948.815		
	ADA	116.708.529		
	ADENE	171.027.172		
	FINOR	48.948.682		
	FINAM	24.914.038	710.678.610	2,27
Organização Agrária	FUNRES	1.728.487		
	Operações de Crédito - Fundos Constitucionais	10.118.148		
	Indústria Rural	19.854.272	19.854.272	0,06
	Zona Franca do Manaus e Amazônia Ocidental	1.617.354.389		
	Companhias de Embarcações	228.773.687		
Indústria	Sector Autoveicular	1.028.483.861		
	ADA	519.758.316		
	ADENE	782.107.372		
	FINOR	207.111.006		
	FINAM	106.947.255		
	FUNRES	5.458.392		
	Operações de Crédito - Fundos Constitucionais	43.068.398		
	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	1.325.732.416		
	Informática	1.389.353.486		
	Petroquímica	815.178.907	7.760.187.333	24,80
Comércio e Serviço	Zona Franca do Manaus e Amazônia Ocidental	2.846.788.006		
	Áreas de Livre Comércio	104.479.866		
	Empreendimentos Turísticos	3.311.146		
	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	5.702.321.862	8.058.508.773	25,76
Comunicações	Terminologia			
Energia	TAXI	294.473.082	294.473.082	0,00
Transporte	AFRMA	95.682.378		
		225.807.983	281.281.273	0,84
Desporto e Lazer	Desporto	0		
Empresas Especiais	Empresas Sem Fim Lucrativas - Recorríveis	134.707.373	134.707.373	0,43
				0,00
	Total	31.288.196.343		100,00

Fonte: Secretaria de Receita Federal

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO

## ISENÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

Lei nº 10.534, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLCA 2003

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício, o efeito na legislação do tributo, a partir da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e créditos cancelados por dívida ou anulação de administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificando expressamente a legislação autorizadora, em cumprimento ao disposto no art. 166, § 8º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

Receita	Valor Estimado (R\$)	Participação (%)		
		PIB	Administração	Total dos benefícios
<b>I. Imposto sobre Importação</b>	<b>1.986.928.779</b>	<b>0,11</b>	<b>0,02</b>	<b>0,09</b>
1. Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental (Inclusive Bagagem)	1.050.097.487	0,08	0,33	3,29
2. Áreas de Livre Comércio	3.145.985	0,00	0,00	0,01
3. Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq	62.801.236	0,00	0,03	0,28
4. Componentes de Embalações	47.770.184	0,00	0,02	0,16
5. Empresas Montadoras	803.410.964	0,04	0,98	2,67
<b>II. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza</b>	<b>14.987.934.280</b>	<b>0,79</b>	<b>4,98</b>	<b>46,89</b>
<b>II(a) Pessoa Física</b>	<b>8.963.374.382</b>	<b>0,32</b>	<b>1,88</b>	<b>16,80</b>
1. Rendimentos Isentos e Não Tributáveis	2.893.831.080	0,19	0,84	4,44
1.1 Identificação por meio de contrato de trabalho	1.146.002.029	0,08	0,36	3,08
1.2 Declaração com 60 anos ou mais	626.508.830	0,03	0,20	2,00
1.3 Passado por morte ou invalidez	59.898.646	0,00	0,02	0,19
1.4 Aposentadoria p/ moléstia grave ou acidente de trabalho	619.146.091	0,03	0,29	1,58
1.5 Caderneta de poupança	504.086.840	0,03	0,16	1,81
2. Deduções do Rendimento Tributável	2.972.686.677	0,16	0,94	8,89
2.1 Despesas Médicas	1.943.016.780	0,11	0,62	6,21
2.2 Despesas com Educação	1.029.671.297	0,06	0,33	3,29
3. Deduções do Imposto Devido	37.866.128	0,00	0,01	0,09
3.1 Programa Nacional de Apoio à Cultura	1.978.558	0,00	0,00	0,01
3.2 Atividade Audiovisual	408.902	0,00	0,00	0,00
3.3 Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente	24.888.668	0,00	0,01	0,08
<b>II(b) Pessoa Jurídica</b>	<b>6.001.141.473</b>	<b>0,46</b>	<b>2,73</b>	<b>37,49</b>
1. Desenvolvimento Regional	1.560.898.382	0,09	0,50	8,02
1.1 ADEME	933.234.547	0,06	0,50	2,86
1.2 ADA	626.464.845	0,03	0,20	2,03
2. Fundos de Investimentos	361.988.880	0,02	0,12	1,25
2.1 FIVOR	254.851.410	0,01	0,08	0,81
2.2 FINAM	130.961.686	0,01	0,04	0,42
2.3 FUNRES	6.895.761	0,00	0,00	0,02
3. Desenvolvimento de Empreendimentos Turísticos	1.311.148	0,00	0,00	0,01
4. Programa de Alimentação do Trabalhador	153.579.798	0,01	0,06	0,48
5. Programa Nat. de Apoio à Cultura e Atividade Audiovisual	302.182.232	0,02	0,10	0,97
5.1 Apoio à Cultura	267.868.660	0,01	0,09	0,88
5.2 Atividade Audiovisual	34.188.883	0,00	0,01	0,11
6. Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	27.034.919	0,00	0,01	0,08
7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	2.746.824.968	0,16	0,87	8,78
8. POTUPOTA	29.100.000	0,00	0,01	0,08
9. Doações e Instituições de Ensino e Pesquisa	11.126.968	0,00	0,00	0,04
10. Doações e Entidades CME sem fins lucrativos	56.409.799	0,00	0,02	0,16
11. Horário Eleitoral Gratuito	283.546.968	0,02	0,09	0,91
12. Assistência Médica, Odont. e Farmacêutica a Empregados	726.171.078	0,04	0,23	2,32
13. Benefícios Previdenciários a Empregados e Fundo de Aposentadoria Individual-FAPI	47.193.238	0,00	0,01	0,16
14. Plano de Poupança e Investimento - PAIT	0,00	0,00	0,00	0,00
15. Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas	227.862.540	0,01	0,07	0,73
16. Entidades Sem Fins Lucrativos	1.920.307.573	0,10	0,61	8,14
16.1 Imunes	796.529.413	0,04	0,25	2,84
a) Educação	386.086.888	0,02	0,12	1,17
b) Assistência Social	430.460.548	0,02	0,14	1,38
16.2 Isentas	1.124.778.162	0,06	0,36	3,59
a) Associação Civil	299.363.461	0,02	0,09	0,92
b) Cultural	29.880.911	0,00	0,01	0,10
c) Previdência Privada Fechada	499.106.538	0,03	0,16	1,20
d) Filantrópica	246.490.394	0,01	0,08	0,79
e) Recreativa	52.132.123	0,00	0,02	0,17
f) Científica	32.696.370	0,00	0,01	0,11
g) Associações de Poupança e Empréstimo	4.028.398	0,00	0,00	0,02
17. Pesquisa científica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos.	105.000.000	0,01	0,03	0,34
<b>II(c) Retido na Fonte</b>	<b>112.898.838</b>	<b>0,01</b>	<b>0,04</b>	<b>0,06</b>
1. POTUPOTA	14.000.000	0,00	0,00	0,04
2. Atividade Audiovisual	96.606.835	0,01	0,03	0,32
3. Associações de Poupança e Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

Receita	Valor Estimado (R\$)	Participação (%)		
		PIB	Receita Administrada	Total dos benefícios
16.1 Imunes	795.529.413	0,04	0,25	2,54
a) Educação	365.065.865	0,02	0,12	1,17
b) Assistência Social	430.463.548	0,02	0,14	1,38
16.2 Isentas	1.124.778.162	0,06	0,36	3,59
a) Associação Civil	289.353.461	0,02	0,09	0,92
b) Cultural	29.860.911	0,00	0,01	0,10
c) Previdência Privada Fechada	469.106.536	0,03	0,15	1,50
d) Filantrópica	246.490.394	0,01	0,08	0,79
e) Recreativa	52.132.123	0,00	0,02	0,17
f) Científica	32.898.370	0,00	0,01	0,11
g) Associações de Poupança e Empréstimo	4.936.366	0,00	0,00	0,02
17. Pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos.	105.000.000	0,01	0,03	0,34
<b>II.c) Retido na Fonte</b>	<b>112.608.535</b>	<b>0,01</b>	<b>0,04</b>	<b>0,36</b>
1. PDT/PTDA	14.000.000	0,00	0,00	0,04
2. Atividade Audiovisual	98.608.535	0,01	0,03	0,32
3. Associações de Poupança e Empréstimo	ni			
<b>CONSOLIDAÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS POR RECEITA E MODALIDADE DE BENEFÍCIO</b>				
<b>III. Imposto sobre Produtos Industrializados</b>	<b>5.415.010.894</b>	<b>0,29</b>	<b>1,72</b>	<b>17,31</b>
<b>III.a) Operações Internas</b>	<b>4.704.679.739</b>	<b>0,25</b>	<b>1,49</b>	<b>15,04</b>
1. Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	2.860.735.647	0,15	0,91	9,14
2. Áreas de Livre Comércio	99.456.000	0,01	0,03	0,32
3. Embarcações	90.594.134	0,00	0,03	0,29
4. PDT/PTDA	1.500.000	0,00	0,00	0,00
5. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	n.i			
6. Setor Automobilístico	253.353.000	0,01	0,08	0,81
6.1 Empreendimentos Industriais nas áreas de atuação da ADENE e ADA.	232.196.000	0,01	0,07	0,74
6.2 Montadoras e Fabricantes de veículos automotores instalados nas regiões NO, NE e CO.	21.157.000	0,00	0,01	0,07
7. Transporte Autônomo - TAXI	23.918.427	0,00	0,01	0,08
8. Automóveis para Portadores de Deficiência Física	6.059.050	0,00	0,00	0,02
9. Informática	1.369.063.482	0,07	0,43	4,38
<b>III.b) Vinculado à Importação</b>	<b>710.331.154</b>	<b>0,04</b>	<b>0,23</b>	<b>2,27</b>
1. Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental (inclusive bagagem)	616.767.904	0,03	0,20	1,97
2. Áreas de Livre Comércio	1.876.991	0,00	0,00	0,01
3. Máquinas e Equipamentos - Aquisições do CNPq	43.200.646	0,00	0,01	0,14
4. Componentes de Embarcações	46.985.614	0,00	0,01	0,15
5. PDT/PTDA	1.500.000	0,00	0,00	0,00
<b>IV. Imposto sobre Operações Financeiras</b>	<b>244.024.914</b>	<b>0,01</b>	<b>0,08</b>	<b>0,78</b>
1. PDT/PTDA	16.000.000	0,00	0,01	0,05
2. Operações de crédito com fins habitacionais	159.490.900	0,01	0,05	0,51
3. Operações crédito recursos Fundos Constitucionais	55.184.555	0,00	0,02	0,18
4. Operações crédito aquisição automóveis destinados:	13.349.458	0,00	0,00	0,04



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

Receita	Valor Estimado (R\$)	Participação (%)		
		PIB	Receita Administrada	Total dos benefícios
4.1 Transporte autônomo de passageiros - (TAXI)	11.776.853	0,00	0,00	0,04
4.2 Pessoas portadoras de deficiência física	1.572.606	0,00	0,00	0,01
5. Desenvolvimento Regional	ni			
<b>V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural</b>	<b>19.654.278</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>	<b>0,06</b>
<b>VI. Contribuição Social para o PIS-PASEP</b>	<b>1.317.027.905</b>	<b>0,07</b>	<b>0,42</b>	<b>4,21</b>
1. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	874.856.549	0,05	0,28	2,80
2. Embarcações	8.522.898	0,00	0,00	0,03
3. Medicamentos	244.675.477	0,01	0,08	0,78
4. Termoelectricidade	59.006.187	0,00	0,02	0,19
5. Petroquímica	129.966.794	0,01	0,04	0,42
<b>VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>	<b>2.022.235.111</b>	<b>0,11</b>	<b>0,64</b>	<b>6,46</b>
1. Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa	6.622.989	0,00	0,00	0,02
2. Doações a Entidades Cíveis sem fins Lucrativos	33.567.781	0,00	0,01	0,11
3. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	791.934.543	0,04	0,25	2,53
4. Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica de Produtos.	36.000.000	0,00	0,01	0,12
5. Entidades Sem Fins Lucrativos	<b>1.154.109.798</b>	<b>0,06</b>	<b>0,37</b>	<b>3,69</b>
5.1 Imunes	479.347.443	0,03	0,15	1,53
a) Educação	219.970.985	0,01	0,07	0,70
b) Assistência Social	259.376.457	0,01	0,08	0,83
5.2 Isentas	674.762.356	0,04	0,21	2,16
a) Associação Civil	174.350.362	0,01	0,06	0,56
b) Cultural	17.992.737	0,00	0,01	0,06
c) Previdência Privada Fechada	282.660.848	0,02	0,09	0,90
d) Filantrópica	148.523.157	0,01	0,05	0,47
e) Recreativa	31.412.289	0,00	0,01	0,10
f) Científica	19.822.963	0,00	0,01	0,06
<b>VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social</b>	<b>5.410.695.178</b>	<b>0,29</b>	<b>1,72</b>	<b>17,29</b>
1. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	2.215.035.998	0,12	0,70	7,08
2. Embarcações	34.902.678	0,00	0,01	0,11
3. Medicamentos	1.153.470.108	0,06	0,37	3,69
4. Termoelectricidade	235.466.909	0,01	0,07	0,75
5. Petroquímica	485.210.203	0,03	0,15	1,55
6. Entidades Sem Fins Lucrativos	1.286.609.283	0,07	0,41	4,11
6.1 Imunes	391.274.542	0,02	0,12	1,25
a) Educação	136.540.424	0,01	0,04	0,44
b) Assistência Social	254.734.118	0,01	0,08	0,81
6.2 Isentas	895.334.740	0,05	0,28	2,86
a) Associação Civil	276.873.249	0,01	0,09	0,88
b) Cultural	20.569.437	0,00	0,01	0,07
c) Previdência Privada Fechada	410.591.418	0,02	0,13	1,31
d) Filantrópica	117.156.187	0,01	0,04	0,37
e) Recreativa	51.162.960	0,00	0,02	0,16
f) Científica	18.981.490	0,00	0,01	0,06
<b>QUADRO VI - CONSOLIDAÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS POR RECEITA E MODALIDADE DE BENEFÍCIO - 2005</b>				
<b>IX. Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante</b>	<b>225.597.993</b>	<b>0,01</b>	<b>0,07</b>	<b>0,72</b>
1. Doações	188.501	0,00	0,00	0,00

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

Receita	Valor Estimado (R\$)	Participação (%)		
		PIB	Receita Administrada	Total dos benefícios
2. Zona Franca de Manaus	67.413.113	0,00	0,02	0,22
3. Pesquisas Científicas	329.064	0,00	0,00	0,00
4. Eventos culturais e artísticos	0	0,00	0,00	0,00
5. Construção Naval	4.361.186			
6. Desenvolvimento Regional	153.306.129	0,01	0,05	0,49
<b>Total dos Benefícios</b>	<b>31.288.196.343</b>	<b>1,69</b>	<b>9,93</b>	<b>100,00</b>
<b>Receita Administrada - SRF</b>	<b>315.074.811.084</b>	<b>17,03</b>	<b>100,00</b>	
<b>PIB</b>	<b>1.849.755.269.064</b>	<b>100,00</b>		

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

# ISENÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Inciso XI, "a" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

Receita		Valor Estimado (R\$)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
I. Imposto sobre Importação		1.966.925.779	1.036.876.457	6.044.743	9.798.139	673.137.409	241.069.031
II. Imposto s/ a Renda e Proventos de qualquer natureza		14.667.024.290	1.594.268.412	2.847.426.153	3.028.624.648	5.634.667.400	1.562.037.677
II.a) - Pessoa Física		5.953.274.282	657.568.107	1.157.675.242	2.445.696.177	1.284.067.317	408.267.439
II.b) - Pessoa Jurídica		8.601.141.473	927.622.277	1.689.742.353	579.174.913	4.260.783.247	1.143.818.683
II.c) - Retido na Fonte		112.608.535	9.078.028	8.558	3.753.558	89.816.836	9.951.555
III. Imposto sobre Produtos Industrializados		5.415.010.894	3.608.476.037	219.323.829	113.159.389	1.124.058.779	349.992.860
III.a) - Operações Internas		4.704.679.739	2.986.987.278	217.899.220	108.047.316	1.051.772.491	339.973.433
III.b) - Vinculado à Importação		710.331.154	621.488.759	1.424.608	5.112.073	72.286.288	10.019.427
IV. Imposto sobre Operações Financeiras		244.024.914	19.943.157	26.454.592	34.151.248	137.221.313	26.254.603
V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural		19.654.278	771.728	1.628.644	3.832.854	8.591.353	4.829.699
VI. Contribuição Social para o PIS-PASEP		1.317.027.905	25.549.481	161.819.820	62.249.020	811.311.422	256.098.162
VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		2.022.235.111	47.345.529	160.021.611	189.713.565	1.266.061.556	359.092.850
VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social		5.410.695.178	94.780.921	555.928.803	391.920.446	3.526.457.626	841.607.383
IX. Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante		225.597.993	9.699.364	0	0	185.404.394	30.494.236
<b>Total</b>		<b>31.288.196.343</b>	<b>6.437.711.087</b>	<b>3.978.648.196</b>	<b>3.833.449.309</b>	<b>13.366.911.251</b>	<b>3.671.476.500</b>

Em R\$ 1,00

**LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**  
**(LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005)**

**ANEXO III**  
**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**

XI - efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, e considerando-se separadamente:

b) os benefícios tributários concedidos por meio das leis de incentivo cultural - Leis no

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "b" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005

XI - eleito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e créditos concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:

b) os benefícios tributários concedidos por meio das leis de incentivo cultural - Leis no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no 8.685, de 20 de julho de 1993, detalhados por unidade da Federação e região, discriminando a previsão para 2004, os valores realizados nos exercícios de 2003 e 2004, até 30 de junho a previsão para 2005 e os montantes concedidos entre 1998 e 2003;

**GASTOS GOVERNAMENTAIS INDIRETOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA  
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A CULTURA E A ATIVIDADE AUDIOVISUAL**

Gastos Tributários	Valores Efetivos						Valores Estimados	
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (Lei Rouanet)	127.490	117.466	98.535	168.604	203.055	241.344	154.617	269.972
Norte	2.369	2.546	1.887	3.718	1.270	2.236	751	2.534
Nordeste	6.863	5.917	4.848	8.051	3.270	3.846	2.646	4.355
Sudeste	90.909	75.711	73.916	122.920	156.371	176.061	120.173	196.756
Sul	13.834	12.492	10.646	19.639	14.622	17.342	10.681	19.399
Centro-Oeste	13.515	20.800	7.238	14.276	27.522	41.859	20.367	46.928
2. ATIVIDADE AUDIOVISUAL	64.404	29.678	31.381	58.811	42.973	118.397	84.434	133.294
Norte	1.195	643	557	895	2.091	8.088	878	9.131
Nordeste	3.449	1.495	1.560	2.579	838	1.963	3.582	2.208
Sudeste	45.938	19.128	23.866	41.502	32.791	95.500	59.238	107.458
Sul	6.967	3.156	3.258	5.045	4.677	6.959	7.213	7.843
Centro-Oeste	6.855	5.255	2.140	8.789	2.576	5.888	13.522	6.654
<b>Total</b>	<b>191.893</b>	<b>147.143</b>	<b>129.915</b>	<b>227.415</b>	<b>246.028</b>	<b>359.741</b>	<b>239.051</b>	<b>403.266</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal

FONTES DE DADOS ESTIMADOS : Demonstrativo dos Benefícios Tributários 2003 , 2004 e 2005;

Obs.: os valores estimados em 2003 foram revisados, em função da publicação do Decreto 4.747/03.

FONTES DE DADOS EFETIVOS : 1998 : Aesp IRPJ 1998; 1999 : SGT/IRPJ 1999; 2000 : Aesp IRPJ 2000 e 2001 : Aesp IRPF 2001 e SGT/IRPJ 2001.

P.J: Aesp IRPJ 1998; SGT/IRPJ 1999; Aesp IRPJ 2000 e 2001; SGT/IRPJ 2002; SGT/IRPJ 2003.

PF: Gerencial On-line 1998 a 2000; Aesp IRPF 2001; Gerencial On-line IRPF 2002 e 2003.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inciso XI, "b" do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2005  
XI - eleito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e créditos concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, identificada expressamente a legislação autorizativa, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, e considerando-se separadamente:  
b) os benefícios tributários concedidos por meio das leis de incentivo cultural - Leis no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no 8.685, de 20 de julho de 1993, detalhados por unidade da Federação e região, discriminando a previsão para 2004, os valores realizados nos exercícios de 2003 e 2004, até 30 de junho a previsão para 2005 e os montantes concedidos entre 1998 e 2003;

**GASTOS GOVERNAMENTAIS INDIRETOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA  
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA E A ATIVIDADE AUDIOVISUAL**

Gastos Tributários	Valores Efetivos						Valores Estimados		
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
1. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (Lei Rouanet)	127.490	117.466	98.535	168.604	203.055	241.344	154.617	269.972	
Acre	60	51	47	97	15	2	10	3	
Rondônia	169	171	123	246	16	54	14	62	
Roraima	56	58	41	87	1	30	2	36	
Amazonas	1.131	1.329	866	1.824	544	1.801	349	2.013	
Pará	816	793	709	1.257	689	258	371	300	
Amapá	77	86	45	89	1	21	2	28	
Tocantins	59	57	56	118	3	70	3	93	
Maranhão	366	280	196	360	43	63	35	76	
Piauí	462	325	259	435	298	201	208	229	
Ceará	1.499	1.102	804	1.483	912	1.205	793	1.348	
Rio Grande do Norte	358	295	241	375	221	285	120	348	
Paraíba	379	348	280	550	557	445	478	500	
Paranabuco	1.235	1.275	1.280	1.765	416	804	346	901	
Alagoas	256	168	139	267	19	15	14	19	
Sergipe	332	242	192	387	41	24	41	28	
Bahia	1.977	1.882	1.457	2.428	762	804	611	906	
Espírito Santo	1.360	1.329	1.090	2.017	467	801	371	896	
Minas Gerais	7.147	5.353	5.106	9.590	6.009	13.673	4.833	15.295	
Rio de Janeiro	19.682	15.475	21.589	37.454	109.254	95.084	83.340	106.263	
São Paulo	62.720	53.554	46.130	73.859	40.642	66.502	31.629	74.302	
Paraná	4.620	4.230	3.785	5.854	6.984	7.494	4.813	8.373	
Santa Catarina	2.577	2.364	2.006	4.228	2.215	2.351	1.729	2.627	
Rio Grande do Sul	6.637	5.897	4.855	9.557	5.423	7.497	4.138	8.399	

Inciso\_11\_b\_Ascm Gastos Trib-Cultura Por UF

**GASTOS GOVERNAMENTAIS INDIRETOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA  
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A CULTURA E A ATIVIDADE AUDIOVISUAL**

Gastos Tributários	Valores Efetivos						Valores Estimados		
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Mato Grosso do Sul	422	326	245	490	289	444	222	497	
Mato Grosso	587	362	326	656	64	604	53	681	
Goiás	1.417	1.210	944	1.858	1.082	2.108	851	2.510	
Distrito Federal	11.089	18.902	5.723	11.273	26.087	38.703	19.241	43.240	

**GASTOS GOVERNAMENTAIS INDIRETOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA  
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A CULTURA E A ATIVIDADE AUDIOVISUAL**

Gastos Tributários	Valores Efetivos						Valores Estimados		
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
<b>2. ATIVIDADE AUDIOVISUAL</b>	64.404	29.678	31.381	58.811	42.973	118.397	84.434	133.294	
Acre	30	13	14	20	0,3	0,2	15	0,3	
Rondônia	84	43	36	60	1	2	56	2	
Roraima	28	15	12	18	0	2	15	3	
Amazonas	573	336	246	455	1.752	6.967	485	7.858	
Pará	411	200	222	290	337	1.096	257	1.239	
Amapá	39	22	13	33	0	4	39	6	
Tocantins	29	14	16	20	0	17	12	23	
Maranhão	184	71	60	97	1	5	97	7	
Piauí	233	82	83	78	1	6	51	8	
Ceará	754	278	245	408	754	1.624	1.093	1.815	
Rio Grande do Norte	180	74	80	122	8	33	141	44	
Paraíba	190	88	82	147	15	10	146	12	
Pernambuco	618	322	444	543	21	2	601	3	
Alagoas	128	42	41	85	29	3	118	4	
Sergipe	166	61	56	107	3	1	110	2	
Bahia	997	475	469	994	5	278	1.225	312	
Espírito Santo	687	336	334	416	741	301	1.002	336	
Minas Gerais	3.603	1.352	1.548	2.331	370	1.481	2.466	1.659	
Rio de Janeiro	9.916	3.910	6.833	11.147	2.503	12.992	13.173	14.558	
São Paulo	31.732	13.530	15.152	27.609	29.177	80.726	42.597	90.905	
Paraná	2.325	1.069	1.259	1.926	2.133	5.304	2.519	5.980	
Santa Catarina	1.300	597	568	870	413	919	747	1.035	
Rio Grande do Sul	3.342	1.490	1.432	2.249	2.131	736	3.947	828	
Mato Grosso do Sul	210	82	71	121	59	2	162	2	
Mato Grosso	295	92	95	156	2	6	142	9	
Goiás	714	306	278	378	177	655	297	776	
Distrito Federal	5.636	4.776	1.696	8.134	2.338	5.224	12.921	5.867	
<b>Total</b>	<b>191.893</b>	<b>147.143</b>	<b>129.915</b>	<b>227.415</b>	<b>246.028</b>	<b>359.741</b>	<b>239.051</b>	<b>403.266</b>	

Fonte: Secretaria da Receita Federal

FONTES DE DADOS ESTIMADOS : Demonstrativo dos Benefícios Tributários 2003 , 2004 e 2005;

Obs.: os valores estimados em 2003 foram revisados, em função da publicação do Decreto 4.747/03.

FONTES DE DADOS EFETIVOS : 1998 : Aesp IRPJ 1998; 1999 : SGT/IRPJ 1999; 2000 : Aesp IRPJ 2000 e 2001 : Aesp IRPF 2001 e SGT/IRPJ 2001.

PJ: Aesp IRPJ 1998; SGT/IRPJ 1999; Aesp IRPJ 2000 e 2001; SGT/IRPJ 2002; SGT/IRPJ 2003.

PF: Gerencial On-line 1998 a 2000; Aesp IRPF 2001; Gerencial On-line IRPF 2002 e 2003.



## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X – Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



**EDIÇÃO DE HOJE: 282 PÁGINAS**